

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**LUCIVANIA SILVA DE MELO**

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES  
DO PROJOVEM URBANO EM IMPERATRIZ**



São Luís  
2012

**LUCIVANIA SILVA DE MELO**

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES  
DO PROJOVEM URBANO EM IMPERATRIZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lélia Cristina  
Silveira de Moraes

São Luís  
2012

Melo, Lucivania Silva de

A formação continuada de educadores do ProJovem Urbano em Imperatriz /  
Lucivania Silva de Melo. – São Luís, 2012.

278 f.

Orientadora: Lélia Cristina Silveira de Moraes.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Mestrado em Educação,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

1. Formação Continuada. 2. Educadores - Formação. 3. Projovem Urbano. I. Título.

CDU 371.13  
M528f

# **A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO PROJÓVEM URBANO EM IMPERATRIZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lélia Cristina Silveira de Moraes

Aprovada em                /                /

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Lélia Cristina Silveira de Moraes** – Orientadora  
Doutora em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Profa. Maria Aparecida de Queiroz**  
Doutora em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

**Profa. Maria Alice Melo**  
Doutora em Educação  
Universidade Federal do Maranhão



A meus amores, Edson, Laísa e Laisson, que  
com muito carinho e compreensão aceitaram  
e acolheram minha longa ausência, até  
mesmo em momentos que estava presente.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a graça de vivenciar esta experiência tão plena de riqueza na sua singularidade peculiar.

A todos os meus familiares que sempre me acompanharam com bastante calor, compreensão e orgulho. Meus amores Edson, Laísa Kayla e Laisson Ronnan.

Especialmente a meu pai Jorge que sempre se orgulhou de mim e das minhas conquistas, e sei que neste momento também festeja juntinho de Deus.

A Josefa minha mãe, Josefa minha sogra, Vanda minha tia, Laiane minha prima, Luciene e Silvania minhas irmãs, Júnior, Thaís, Thayler, Ruyther e Luiza meus sobrinhos e Tadeu meu cunhado, sempre presentes.

A meu primo Laersio, que esteve neste percurso corrigindo meus textos com muito empenho e que muitas vezes me ‘salvou’ resolvendo problemas tecnológicos, entre tantos outros favores prestados, minha eterna gratidão.

A minha filha Laísa Kayla e a amiga Jady que prestaram incomensurável colaboração ouvindo e transcrevendo cada entrevista realizada.

A minha prima Cristiane que se ocupou organizando tecnologicamente com bastante zelo o meu material dos anexos.

Ao amigo Kleber Alberto que com bastante presteza e cuidado fez a tradução do resumo para a língua inglesa.

A minha orientadora Lélia Cristina, a quem tive a grata satisfação de reencontrar como mestre e que de forma amorosa conduziu a construção desse projeto de pesquisa materializado neste trabalho.

A todos os professores doutores que compartilharam amorosamente seus conhecimentos conosco ao ministrar as disciplinas.

Às coordenadoras e formadoras do ProJovem Urbano em Imperatriz pela disponibilização de materiais e de tempo no esclarecimento de dúvidas, na realização de entrevistas e pelas contribuições valiosas no percurso da pesquisa.

Às professoras e professores do ProJovem Urbano pela recepção nos encontros de formação e pelo acolhimento e disponibilidade para as entrevistas.

Às gestoras das escolas onde o ProJovem Urbano se desenvolvia, que apesar do tempo tão exíguo diante das ocupações se disponibilizaram para as entrevistas.

Às professoras doutoras Maria Alice Melo e Ilma Vieira do Nascimento que com seus questionamentos e recomendações muito contribuíram para a melhoria deste trabalho durante a qualificação.

Às professoras doutoras Maria Aparecida de Queiroz e Maria Alice Melo, que fizeram parte da banca examinadora de defesa deste trabalho, pelo respeito e profissionalismo com que conduziram o processo.

Aos colegas da turma de mestrado que a seu modo, cada um marcou este momento da minha vida.

Às amigas Ivetilde, Raquel, Herli, Eloiza, presentes de Deus em minha vida e que sempre torceram e acreditaram em mim. Gratidão especial a Eloiza por ter dedicado precioso tempo em correções neste trabalho.

À amiga Ilma Maria companheira de mestrado com quem dividi momentos preciosos, felizes e alguns difíceis neste percurso.

À amiga Antonia Marcia que me acompanhou em viagens a São Luís desde a seleção para o mestrado, e muito me apoiou e contribuiu com a pesquisa.

À amiga Arlete e ao amigo Antonio grandes incentivadores para que eu participasse da seleção do mestrado. À amiga Elaíne pelo grande apoio na UFMA.

Ao amigo professor Dr. Jeferson Moreno pelo aval a mim concedido quando diretor do CCSST, e a sua esposa Rejane pela amizade e suporte em São Luís.

A Dom Gilberto Pastana, Bispo da Diocese de Imperatriz, ao Padre Elisvaldo, Reitor do Seminário Bom Pastor, a Zezé e todos os seminaristas dessa diocese e também da Diocese de Carolina que me acolheram fraternalmente durante minha estada em São Luís.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigada!

Mestre é aquele que caminha com o tempo, propondo paz, fazendo comunhão despertando sabedoria.

Mestre é aquele que estende a mão, inicia diálogo e encaminha para a aventura da vida.

Não é aquele que ensina fórmulas, regras, raciocínios, mas o que questiona e desperta para a realidade.

Não é aquele que dá seu saber, mas aquele que faz germinar o saber do discípulo.

Mestre és tu, meu professor amigo, minha professora amiga, que me compreendes, me estimulas, me comunicas e me enriqueces com tua presença, teu saber e tua ternura.

Natália Maccari

## RESUMO

A Formação Continuada de Educadores do ProJovem Urbano desenvolvida na cidade de Imperatriz – MA constitui-se objeto de estudo desta pesquisa, na qual se analisa as concepções e a prática da formação continuada, bem como os mecanismos de implementação contidos em suas diretrizes, buscando compreender como ela se processa a partir da proposta delineada pelo ProJovem Urbano com foco no nível de participação dos educadores no programa de formação continuada e sua implicação na autonomia do educador. É um estudo de abordagem qualitativa com a utilização de instrumentos e técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental, observação e entrevista semiestruturada. Os procedimentos metodológicos e instrumentos de coleta de dados foram trabalhados de forma simultânea em alguns momentos, caracterizando a complementaridade de informações, favorecendo a compreensão da totalidade do objeto estudado. A pesquisa foi realizada em três dentre as cinco escolas dos três núcleos do programa em Imperatriz e as entrevistas envolveram quinze profissionais de seis diferentes funções. A observação foi realizada em dois momentos da formação continuada: dos formadores e dos educadores. Fundamenta-se a pesquisa em estudos de: Paulo Freire (1992; 1998; 1999; 2000; 2005; 2009); José Carlos Libâneo (2000; 2002; 2005; 2006; 2008; 2011); José Contreras (2002); Selma Garrido Pimenta (2002; 2005); Isabel Alarcão (2001; 2011); Francisco Imbernón (2009; 2010); Célia Linhares (2003; 2004); Henry Giroux (1997; 2003); Naura Carapeto Ferreira (2006); István Mészáros (2008); Jurjo Santomé (2001); Gaudêncio Frigotto (2001; 2003), dentre outros. Os resultados da pesquisa confirmam a complexidade que a temática apresenta e o significado para a educação brasileira, considerando ser uma experiência diferenciada pela inovação curricular que seu projeto pedagógico contempla através da integração educação básica, qualificação profissional e participação cidadã, com ênfase na interdisciplinaridade. Constata-se que a estrutura preestabelecida e carga horária fechada do currículo do programa limitam a ação pedagógica do educador. A autonomia do educador fica circunscrita à seleção das estratégias de ensino. A avaliação escolar apresenta-se transgredida enquanto precípua atribuição do educador. A formação continuada de educadores acontece em ação contínua através de estudos, objetivando melhoria da prática pedagógica, analisando-a a partir da realidade vivenciada no sentido de melhorá-la. Embora a maioria dos educadores expresse que o programa possibilita trabalhar com autonomia, contradiz-se quando descreve o cotidiano da prática pedagógica.

Palavras-chave: Formação Continuada. Educador. ProJovem Urbano. Autonomia.

## ABSTRACT

The continued training for Educators of urban ProJovem developed in the city of Imperatriz-MA is the object of this survey, which examines the concepts and practices of the program training, as well as the mechanisms of implementation contained in its guidelines, trying to understand how it works according to the proposal outlined by urban ProJovem focus on the level of participation of educators during continued training and its implication on the educator's autonomy. The methodological approach was in a qualitative perspective with the use of bibliographic search tools and techniques, documentary analysis, observation and semi structured interviews. The methodological procedures and data collection instruments were worked simultaneously in a few moments, characterizing the complementary information and promoting the understanding of the studied object in its totality. The survey was realized in three of the five schools of the three cores of the program in Imperatriz and fifteen professionals of six different functions were interviewed. The observation of trainers and educators was made in two different stages during continuous training. This work is based on the studies of different theoreticals, such as: Paulo Freire (1992; 1998; 1999; 2000; 2005; 2009); José Carlos Libâneo (2000; 2002; 2005; 2006; 2008; 2011); José Contreras (2002); Selma Garrido Pimenta (2002; 2005); Isabel Alarcão (2001; 2011); Francisco Imbernón (2009; 2010); Célia Linhares (2003; 2004); Henry Giroux (1997; 2003); Naura Carapeto Ferreira (2006); István Mészáros (2008); Santomé Jurjo (2001); Gaudentius Frigotto (2001; 2003), among others. The survey results confirm the complexity that the subject displays and its meaning for Brazilian education, whereas it is a differentiated experience which brings some pedagogical innovation in its project aiming to integrate basic education, professional qualification and citizen participation, emphasizing interdisciplinarity. It was noted that the preset structure and the time limit for the duration of the program for each subject from the curriculum is a barrier for pedagogical action of the educator. The educator's autonomy is restricted to the selection of teaching strategies. The school evaluation is transgressed while paramount educator's function. The continued training of educators happens as a continuous study action, aiming to improve the pedagogical practice, analyzing it from the reality experienced in order to make it better. Although a large number of interviewed educators express that the program makes it possible to work with autonomy, the writings contradict themselves when they describe their everyday educational practices.

Key words: Continued training. Educator. Urban ProJovem. Autonomy.

## LISTA DE QUADROS

|           |                                                                                                                                               |     |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1  | Identificação dos sujeitos entrevistados na pesquisa .....                                                                                    | 32  |
| Quadro 2  | Carga Horária das Três Dimensões do Currículo .....                                                                                           | 79  |
| Quadro 3  | Distribuição da carga horária semanal dos educadores do ProJovem Urbano .....                                                                 | 87  |
| Quadro 4  | Distribuição da carga horária da formação dos educadores do ProJovem Urbano .....                                                             | 89  |
| Quadro 5  | Equipe de trabalho que atendeu o primeiro grupo de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz .....                                 | 104 |
| Quadro 6  | Demonstrativo da primeira entrada de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz .....                                               | 105 |
| Quadro 7  | Demonstrativo de escolha dos alunos em relação aos arcos ocupacionais na primeira entrada do ProJovem Urbano no município de Imperatriz ..... | 105 |
| Quadro 8  | Equipe de trabalho que atendeu o segundo grupo de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz .....                                  | 107 |
| Quadro 9  | Demonstrativo da segunda entrada de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz .....                                                | 109 |
| Quadro 10 | Demonstrativo de escolha dos alunos em relação aos arcos ocupacionais na segunda entrada do ProJovem Urbano no município de Imperatriz .....  | 109 |
| Quadro 11 | Distribuição dos alunos da creche à educação básica do município de Imperatriz nas redes, níveis e modalidades de ensino .....                | 119 |
| Quadro 12 | Perfil dos Educadores de Formação Básica no município de Imperatriz .....                                                                     | 133 |
| Quadro 13 | Perfil dos Qualificadores e Profissionais de Participação Cidadã no município de Imperatriz .....                                             | 133 |

## LISTA DE SIGLAS

ACII – Associação de Comércio e Indústria de Imperatriz

AJA – Alfabetização de Jovens e Adultos

AJIMP – Assessoria Jurídica de Imperatriz

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ASCOM – Assessoria de Comunicação

ASPED – Assessoria Pedagógica

BA – Bahia

BM – Banco Mundial

CAEd/UFJF – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação/Universidade  
Federal de Juiz de Fora

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CCSST – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia

CD/FNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da  
Educação

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Observatório da  
Equidade

CEB/CNE – Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CESI – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz

CF – Constituição Federal

CGM – Controladoria Geral do Município

CME – Conselho Municipal de Educação

CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

CNJ – Conselho Nacional de Juventude

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação



COPPE/UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

CPL – Comissão Permanente de Licitação

CRA – Caderno de Registro de Avaliação

DF – Distrito Federal

DRE – Diretoria Regional de Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FASE – Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional

FEI – Fundação de Ensino de Imperatriz

FESI – Fundação de Ensino Superior de Imperatriz

FESM – Fundação de Ensino Superior do Maranhão

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FTG – Formação Técnica Geral

FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro

GT – Grupo de Trabalho

IADESMA – Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Social do Maranhão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHE – Índice de Desenvolvimento Humano Educacional

IES – Instituições de Ensino Superior

IFMA – Instituto Federal do Maranhão

ISEs – Institutos Superiores de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA – Maranhão

MEB – Movimento Educacional de Base

MEC – Ministério da Educação

MEC – Ministério da Educação e do Desporto

MEOG – Manual do Educador Orientações Gerais

OGM – Ouvidoria Geral do Município

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PGC – Programa Grande Carajás

PGM – Procuradoria Geral do Município

PIB – Produto Interno Bruto

PJU – ProJovem Urbano

PLA – Plano de Ação Comunitária

PMI – Prefeitura Municipal de Imperatriz

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PO – Professor Orientador

POP – Projeto de Orientação Profissional

PPI – Projeto Pedagógico Integrado

PROCAD – Programa de Capacitação de Docentes

PROEPI/EJA – Programa de Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos

PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

RFP – Referenciais para Formação de Professores

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEB – Secretaria de Educação Básica

SEED – Secretaria de Educação à Distância

SEDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SEF – Secretaria de Educação Fundamental

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SETUR – Superintendência de Turismo

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SMA – Sistema de Monitoramento e Avaliação

SMEI – Sistema Municipal de Ensino de Imperatriz

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TRF – Tribunal Regional Federal

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UnB – Universidade de Brasília

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

|              |                                                                                                          |            |
|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                  | <b>17</b>  |
| <b>1.1</b>   | <b>Percurso metodológico .....</b>                                                                       | <b>29</b>  |
| <b>1.2</b>   | <b>Estrutura da Dissertação .....</b>                                                                    | <b>35</b>  |
| <b>2</b>     | <b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES A PARTIR DA DÉCADA DE 90 E AS ORIENTAÇÕES DA LEI 9394/96 .....</b> | <b>38</b>  |
| <b>2.1</b>   | <b>A formação continuada de professores como Política Pública .....</b>                                  | <b>50</b>  |
| <b>2.2</b>   | <b>Concepções de formação continuada de professores .....</b>                                            | <b>55</b>  |
| <b>2.2.1</b> | <b>A formação continuada de professores na perspectiva da autonomia .....</b>                            | <b>64</b>  |
| <b>3</b>     | <b>PROJOVEM: contexto histórico e orientações do Programa Nacional .....</b>                             | <b>69</b>  |
| <b>3.1</b>   | <b>ProJovem Urbano – características, finalidades e fundamentos .....</b>                                | <b>75</b>  |
| <b>3.1.1</b> | <b>Público potencial do ProJovem Urbano: perfil e características .....</b>                              | <b>81</b>  |
| <b>3.2</b>   | <b>A formação de educadores e as orientações da política nacional do ProJovem Urbano .....</b>           | <b>84</b>  |
| <b>3.2.1</b> | <b>A Formação Continuada de Educadores e os saberes necessários para atuar no ProJovem Urbano .....</b>  | <b>91</b>  |
| <b>4</b>     | <b>O PROJOVEM URBANO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA .....</b>                               | <b>100</b> |
| <b>4.1</b>   | <b>Contexto histórico, político, econômico e social do município de Imperatriz .....</b>                 | <b>110</b> |
| <b>4.1.1</b> | <b>História e perfil educacional do município de Imperatriz .....</b>                                    | <b>116</b> |
| <b>4.2</b>   | <b>Caracterização da juventude no município de Imperatriz .....</b>                                      | <b>121</b> |
| <b>4.2.1</b> | <b>Perfil dos jovens atendidos pelo ProJovem Urbano em Imperatriz .....</b>                              | <b>126</b> |

|            |                                                                                                                                    |            |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>5</b>   | <b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ – MA: a percepção dos sujeitos envolvidos.....</b>           | <b>131</b> |
| <b>5.1</b> | <b>A experiência da formação continuada de educadores do Projovem Urbano no município de Imperatriz .....</b>                      | <b>134</b> |
| <b>5.2</b> | <b>O momento da observação nos encontros de formação continuada do Projovem Urbano .....</b>                                       | <b>141</b> |
| <b>5.3</b> | <b>A formação continuada de educadores do Projovem Urbano na ótica dos sujeitos da pesquisa .....</b>                              | <b>152</b> |
| 5.3.1      | Revelações enunciadas sobre a concepção de formação continuada por coordenadoras, educadores e formadoras do Projovem Urbano ..... | 157        |
| 5.3.2      | A concepção de autonomia do educador no desenvolvimento do trabalho pedagógico .....                                               | 162        |
| 5.3.3      | A relação estabelecida entre a escola e o Projovem Urbano .....                                                                    | 170        |
| <b>5.4</b> | <b>Importância, contribuições e entraves atribuídos ao Projovem Urbano em Imperatriz pelos sujeitos que o compõem .....</b>        | <b>173</b> |
| <b>6</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                  | <b>182</b> |
|            | REFERÊNCIAS .....                                                                                                                  | 189        |
|            | APÊNDICES .....                                                                                                                    | 201        |
|            | ANEXOS .....                                                                                                                       | 225        |

## 1 INTRODUÇÃO

A educação como processo inerente à vida dos seres humanos foi ao longo da história sistematizada através de práticas intencionais de ensino-aprendizagem destinadas a cuidar especificamente desse processo. Instauraram-se, então, instituições especializadas em educar, dentre as quais a escola. Esta, como um dos lugares mais adequados para que as pessoas vivenciem experiências educativas, busca garantir a apropriação dos conhecimentos desenvolvidos e acumulados historicamente pela humanidade.

Enquanto instituição formativa que responde pela sistematização do conhecimento formal no que diz respeito à educação escolarizada, a escola exerce função fundamental na constituição da cidadania. Assim sendo, deve colaborar sobremaneira com o processo de inserção da pessoa humana no meio social em que vive, de tal modo que esta amplie sua compreensão sobre a realidade que a cerca, estabeleça novas relações e tome consciência de sua existência e de seu papel no grupo social do qual faz parte e na sociedade, de modo que possa contribuir com o estabelecimento de relações salutaras em seu meio histórico, sócio, político, econômico e cultural. De acordo com Nóvoa (2008, p. 226), “A escola deverá se definir como um espaço público, democrático, de participação, funcionando em ligação com as redes de comunicação e de cultura, de arte e de ciência”.

Destarte, a escola, como espaço privilegiado de construção de saberes, apresenta-se também como o lugar apropriado não somente para ensinar a ler, a escrever, a contar e a qualificar para o mercado de trabalho, mas, sobretudo para ajudar a desenvolver nos educandos outras competências e habilidades também fundamentais e essenciais para a constituição do sujeito cidadão capaz de exercer seu papel junto à sociedade com autonomia, participando ativamente da vida social, cultural e política do lugar onde vive e interagindo de forma global com as demais culturas. “Compreender o mundo, compreender os outros, compreender-se a si e compreender as interações que entre estes vários componentes se estabelecem e sobre tudo isto ser capaz de ‘linguajar’ é o alicerce da vivência da cidadania” (ALARÇÃO, 2011, p. 25).

Segundo Severino (2006), educação é prática histórico-social cujo norteamento se fará essencialmente de maneira técnica e política. É como prática cultural que a educação se faz mediadora da prática produtiva e da prática política, ao mesmo tempo em que responde também pela produção cultural. É através da subjetividade que a prática educativa prepara para o mundo do trabalho e para a vida social.

Situando a educação no contexto mundial mudanças significativas aconteceram, como o avanço nas ciências, o desenvolvimento tecnológico e, no modo de produção capitalista. O neoliberalismo e o processo de globalização econômica e cultural tem produzido um cenário que gera descrédito e desqualifica a educação.

A complexidade do mundo atual tem demandado à escola uma gama de responsabilidades e necessidades que em muitos momentos têm fragilizado esta instituição no Brasil, apesar de orientações, diretrizes e outros instrumentos utilizados pelo Ministério de Educação - MEC, que buscam auxiliar na redefinição do papel da escola, adequando-a às definições demandadas pela sociedade. A partir da publicação do relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, passou-se a divulgar no meio educacional quais seriam as aprendizagens necessárias para o homem/mulher do novo século - XXI - configuradas em quatro pilares que pretendiam contribuir com o redirecionamento da educação escolar, atendendo, assim, aos interesses e orientações de organismos internacionais.

Os quatro pilares da educação explicitados nesse documento estão assim compreendidos: *aprender a conhecer* - como condição necessária ao acompanhamento constante dos novos conhecimentos, aprofundando e enriquecendo os já apropriados como forma de adaptar-se sempre às mudanças; *aprender a fazer* - este pilar possibilita a ação do sujeito sobre o meio que o circunda; *aprender a viver juntos* - com esta aprendizagem o ser humano compartilha com os outros as atividades que desenvolve de forma solidária, cooperativa; *aprender a ser* - conjuga os três pilares anteriores e expressa a plena realização humana em toda sua complexidade e desenvolvimento, de tal maneira que possa interagir com o meio de forma autônoma, crítica, consciente e responsável (DELORS, 2000).

Nesse contexto, a educação brasileira passa por algumas mudanças e adequações necessárias ao atendimento das demandas sociais, econômicas e tecnológicas que vêm sendo impostas à sociedade. Estas, via de regra, se apresentam em forma de projetos e programas que impõem o desenvolvimento de ações administrativas e pedagógicas no interior das escolas. Assim, analisar ações que vêm sendo instaladas nessas instituições se faz mister como contribuição para o processo avaliativo das mesmas.

Mediante as transformações sociais, que têm se refletido diretamente no setor educacional, o governo brasileiro investe na formação docente concebendo-a como elemento estratégico para a elevação da qualidade da educação. Assim, busca atender às adequações e exigências impostas em acordos firmados com organismos internacionais, representados especialmente pelo Banco Mundial – BM, visto que, segundo avaliações feitas a partir de recomendações constantes nestes acordos os resultados demonstrados encontram-se muito aquém do esperado, ou seja, das suas determinações.

As significativas mudanças ocorridas no Brasil a partir das mudanças nas relações sociais capitalistas marcadas pela globalização da economia levaram a redimensionar o papel da educação e da escola. Nesse sentido, a política educacional passou a ser pensada como fator de desenvolvimento econômico e social, considerando-se que havia a necessidade de mão de obra especializada. Assim, no plano educacional, o Estado brasileiro foi impelido a redefinir suas práticas, considerando tanto os novos rumos do processo de modernização quanto a organização da sociedade civil em torno de novas propostas para a educação, notadamente, a partir do final dos anos de 1970.

Contrastando com o papel social requerido da escola no Brasil, efetivamente ela não tem conseguido cumprir seu papel no que se refere à escolarização e ao domínio de uma atividade profissional. Sequer tem possibilitado ao indivíduo se inserir e servir ao capital como componente ideológico e político dessa sociedade de modo a reproduzi-la. Embora a escola também tenha a possibilidade de ser diferente, de exercer outra função, visto que nela a ação educativa resultante de uma prática social marcada por contradições, também pode



cumprir outro papel social refletindo-se como componente ideológico de transformação, do vir a ser.

Esse conflito sobre o papel da escola tem gerado nos educadores preocupações com a qualidade da educação oferecida. Essa, conforme evidenciam pesquisas educacionais, vem descumprindo, não raras vezes, o alcance de níveis elementares satisfatórios, como a garantia do domínio da leitura e da escrita e o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Tal realidade tem desencadeado, por parte do governo, diversas iniciativas no sentido de capacitar os profissionais da educação.

Especialmente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, a rede pública de ensino tem sido marcada pela promoção da valorização dos profissionais da educação através de vasta oferta de formação continuada para professores. Acreditamos que essa oferta pretendeu, com o aperfeiçoamento profissional docente, contribuir com a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos atendendo às exigências de organismos internacionais. A LDBEN (BRASIL, 2010b), em seu Art. 67, afirma:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] II. aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim. [...] V. período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Assim, a partir da década de 1990 o Brasil passou a investir na educação mediante o desenvolvimento de programas e projetos com atuação em duas frentes que contemplavam por um lado crianças, jovens e adultos com problemas de escolarização e por outro, professores com problemas de qualificação ou de formação. A finalidade dessa ação era melhorar os índices educacionais, em atendimento às recomendações internacionais. Sua execução ocorreu por meio da redução das desigualdades na escolarização entre crianças e jovens, e do analfabetismo entre os adultos, bem como da qualificação de professores leigos e da formação em nível superior daqueles professores que possuíam apenas o nível básico, ou seja, curso normal ou magistério.

Com este intento, no Maranhão, especialmente, foram desenvolvidos os programas de aceleração de estudos para alunos com defasagem idade-série através dos projetos Aceleração de Estudos<sup>1</sup> – para alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, atualmente a terminologia utilizada é 1º ao 5º ano, e Avanço Escolar<sup>2</sup> – para alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, com terminologia atualizada para 6º ao 9º ano; alfabetização de adultos com o Programa Nacional de Alfabetização Solidária<sup>3</sup>, e de qualificação profissional em nível básico para professores leigos, por meio do Programa de Formação de Professores em Exercício – Proformação<sup>4</sup>. Além do incentivo à formação em nível superior através do Programa de Capacitação de Docente - PROCAD<sup>5</sup>, programa criado e desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA com o objetivo de graduar professores da educação básica em efetivo exercício da profissão.

É bastante claro para muitos educadores o entendimento da importância da formação inicial e de uma permanente atualização profissional, ou seja, a formação continuada. Uma formação inicial que se pautasse em consistente formação teórica e prática, complementada constantemente por novos estudos que irão atualizando os fundamentos que embasam o desenvolvimento da ação pedagógica do professor em seu cotidiano, configurando-se na formação continuada.

A formação continuada é um processo complexo e multideterminado que não se limita a cursos e/ou encontros pedagógicos, favorecendo ao indivíduo

---

<sup>1</sup> Projeto iniciado em 1995, no Maranhão, com recurso do Projeto Nordeste, destinado a alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, tinha a finalidade de corrigir a distorção idade/série muito acentuada no estado (ROSAR; SOUSA. Acesso em: 25 fev. 2011).

<sup>2</sup> Projeto iniciado em 1995, no Maranhão, com recurso do Projeto Nordeste com a finalidade de desobstruir o fluxo escolar pela correção da distorção idade/série que atingia índices muito altos entre os alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, público alvo do projeto. Este projeto foi executado com assessoria da Fundação Roberto Marinho (ROSAR; SOUSA. Acesso em: 25 fev. 2011).

<sup>3</sup> Programa idealizado em 1996 e iniciado em 1997, através de parcerias entre a sociedade civil, empresas, instituições públicas e universidades. No Maranhão, as universidades estadual e federal, em parceria com outras entidades o desenvolvem (ROSAR; SOUSA. Acesso em: 25 fev. 2011).

<sup>4</sup> Programa federal implementado desde 1999 em parceria com estados e municípios. No Maranhão, a execução é do estado. Curso a distância de formação para o magistério em nível médio, na modalidade normal, oferecido a professores das redes públicas em exercício. O curso habilita para o exercício da docência nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, na alfabetização e nas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA (ROSAR; SOUSA. Acesso em: 25 fev. 2011).

<sup>5</sup> Programa implantado em 1993 com objetivo de definir e implantar uma política de desenvolvimento de recursos humanos voltada para os docentes do Maranhão que atendesse de forma sistêmica as necessidades de formação inicial de professores da educação básica em licenciatura plena (ROSAR; SOUSA. Acesso em: 25 fev. 2011).

apropriar-se de novos conhecimentos e saberes, levando-o a contínuos questionamentos. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2006), ela acontece basicamente em duas dimensões: a primeira se dá no próprio ambiente de trabalho e dentro da carga horária que o professor cumpre, e pode ocorrer através de ações como participação na construção e efetivação do projeto pedagógico da escola, reuniões para discutir o cotidiano da sala de aula e trocar experiências, realização de estudos de caso, conselhos de classe, planejamentos e outros. A segunda dimensão acontece fora da carga horária de trabalho que o professor cumpre e pode ocorrer no ambiente de trabalho ou fora dele, sendo que as ações para desenvolvê-la são geralmente promovidas por órgãos externos à escola e consistem em palestras, seminários, cursos presenciais e a distância, dentre outros.

A formação continuada é a garantia do desenvolvimento profissional permanente. Ela se faz por meio do estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor. O desenvolvimento pessoal requer que o professor tome para si a responsabilidade com a própria formação, no contexto da instituição escolar (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2006, p. 389).

Acrescentamos que a articulação entre a teoria e a prática é fundamental na definição do perfil do profissional da educação, ou seja, o professor. Estar constantemente refletindo a partir da práxis – como atividade social transformadora – é importante para que se consolide a ação docente com autonomia, constituindo-se em saberes próprios e autênticos. Este profissional tem sua identidade formada na sua prática educativa que exige um conhecimento anterior pautado nas várias ciências sociais e pedagógica. Nesse sentido, Veiga (2008, p. 20) corrobora a ideia de que “A docência é uma atividade profissional complexa, pois requer saberes diversificados. Isso significa reconhecer que os saberes que dão sustentação à docência exigem uma formação profissional numa perspectiva teórica e prática”.

O investimento que o professor faz em sua formação concorre para o melhor desenvolvimento de uma ação pedagógica pautada na reflexão e criticidade, bem como para a reconstrução da própria identidade com autonomia. Assim, Alves (2008, p.158) ao se referir à formação docente defende que:

[...] temos que promover espaços de formação que levem a refletir sobre sua própria história de aprendizagem, seu processo de construção de autonomia em um contexto macro e micro, sem desconsiderar que sua práxis e sua subjetividade são construídas mediante uma teia de relações.

O professor realiza uma ação fundamental ao dispor o conhecimento sistematizado historicamente, pois é ele quem dinamiza o processo de aprendizagem, visto que a informação para se transformar em conhecimento precisa ser confrontada com a experiência de cada indivíduo. É organizada e relacionada criticamente de forma individualizada para posteriormente ser socializada, questionada, refletida e sistematizada. Como afirmam D'Ávila e Sonnevile (2008, p. 34-35):

Em seu confronto com a prática e com as condições e exigências concretas da profissão, os professores estão continuamente produzindo saberes específicos, conhecimentos tácitos, pessoais e não sistematizados, que relacionados com outros tipos de conhecimento, passam a integrar sua identidade de professor, constituindo-se em elementos importantes nas decisões pedagógicas, inclusive renovando sua concepção sobre ensinar e aprender.

Por isso, o permanente desenvolvimento profissional do professor é fundamental para que esteja atualizando sua relação com o aluno no que tange à aprendizagem deste. O estabelecimento de uma relação educativa entre o aluno e o professor requer, por parte do aluno, o reconhecimento: da sua necessidade de aprender; da autoridade do professor enquanto portador do conhecimento elaborado e, fundamentalmente, da sua capacidade de aprender. Por parte do professor, o reconhecimento: que tem algo a comunicar; que pode ajudar o aluno a aprender e que este tem capacidade para aprender. Como corrobora Freire (2000), o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. A tendência, então, do educador-educando como dos educandos-educadores é estabelecerem uma forma autêntica de pensar e atuar. Pensar-se a si mesmos e ao mundo, sem dicotomizar este pensar da e na ação.

É possível, nesta relação, desenvolver-se uma postura educativa a ser adotada tanto pelo professor quanto pelo aluno, onde cada um tem consciência das suas responsabilidades e potencialidades estabelecendo uma relação democrática e

crítica, favorecendo a melhoria no desenvolvimento da ação educativa, pois o professor tem a competência de dialogar com o aluno acerca de sua aprendizagem ao interagir com ele por meio do conhecimento.

Assim, a ação educativa será sempre mais potencializada pela conquista, pelo professor, de espaço para reflexão sobre a ação. Este espaço é conquistado preferencialmente na formação continuada, sendo necessária a consolidação do processo formativo dos sujeitos do ato educativo de forma emancipatória.

A atividade de ensino requer um conjunto de saberes e práticas, como os conteúdos das diversas áreas de conhecimento, os métodos investigativos da ciência ensinada e os saberes pedagógicos próprios da profissão... [...] A formação de professores é uma prática educativa visando a mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem de sujeitos que desejam se preparar profissionalmente para ensinar. (LIBÂNEO, 2008, p. 59 - 60).

Por essa razão, apesar de contemplada do ponto de vista legal, a política de formação continuada de professores coordenada pelo Ministério da Educação – MEC e implementada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, grosso modo, não têm se refletido a contento em termos de melhoria da aprendizagem dos alunos, segundo resultados de avaliações oficiais. Este fator pode derivar da própria descontinuidade dos processos de formação, principalmente por causa da alternância no poder executivo, da falta de condições objetivas para que o professor participe e se dedique ao processo de aprendizagem permanente. Falta, sobretudo, a destinação de tempo para estudo dentro da carga horária de trabalho do professor, bem como, ocorre o excesso de carga horária em função dos baixos salários praticados, sendo comum muitos professores desistirem ou sequer iniciarem a formação continuada. Na opinião de Ferreira (2006, p. 28-29):

No que concerne à formação dos profissionais da educação, percebe-se, no conjunto das reformas, [...] a supervalorização de uma política de formação em serviço que se dá, ocorre, [sic] de um modo geral, de forma aligeirada e a inexistência de políticas de valorização desses profissionais. Na verdade, a política de formação continuada de professores tem se tornado uma política de descontinuidade, pois caracteriza-se pelo eterno recomeçar em que a história é negada, os saberes são desqualificados, o sujeito é assujeitado, porque se concebe a vida como um ‘tempo zero’. O trabalho não ensina, o sujeito não flui, porque antropomorfiza-se o conhecimento e objetiva-se o sujeito.

Destacamos ainda a baixa relação entre os temas estudados nas formações e a prática pedagógica cotidiana, não se traduzindo posteriormente em ações concretas nas escolas, ou ainda, a dificuldade de o professor estabelecer tais relações pelas deficiências herdadas da formação inicial e outros fatores. A qualidade da formação ministrada, a falta de tempo na carga horária de trabalho destinado para o professor discutir e confrontar com os colegas de profissão as dúvidas, conflitos e soluções encontradas, bem como o isolamento do professor no cotidiano do trabalho docente.

Embora os problemas com a qualidade não sejam exclusivos da educação básica, nesta pesquisa a referência será este nível de ensino. Investigamos precisamente a formação continuada de professores desenvolvida pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. Essa ação política proporciona a conclusão do ensino fundamental com a oferta de qualificação profissional básica para jovens entre 18 e 29 anos, alfabetizados, pois sabem ler e escrever, mas que, de algum modo, foram excluídos do processo formal de educação. E, portanto, ainda não concluíram o ensino fundamental e encontram-se sem a formalização documental desse nível de ensino.

O ProJovem Urbano consiste em curso com duração de 18 meses letivos distribuídos em 72 semanas trabalhadas de forma ininterrupta, com carga horária de 2.000 horas, sendo 1.560 horas presenciais e 440 horas não presenciais. O currículo do curso é composto por seis unidades formativas. Oferece elevação de escolaridade e qualificação profissional, participação em ações de cidadania e uma bolsa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) que cada aluno recebe mensalmente mediante cumprimento de algumas exigências relativas à frequência e a atividades escolares. Investigamos, particularmente, a formação continuada realizada com o grupo de professores do ProJovem Urbano desenvolvido em cinco escolas da rede municipal de ensino de Imperatriz, área conhecida como Portal da Amazônia, município localizado na região tocantina, no sudoeste do Estado do Maranhão.

O ProJovem Urbano é fruto do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, que o governo federal lançou em 2005, buscando atender, inicialmente, apenas jovens que haviam completado os quatro primeiros anos do ensino

fundamental, acrescentando ao curso, além da certificação no ensino fundamental, uma qualificação profissional básica e vivência em ação cidadã. A experiência inicial ocorreu apenas nas capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal. Posteriormente, após monitoramento e avaliação da versão original, com as devidas adequações e modificações, o programa foi relançado como ProJovem Integrado, de forma bastante ampliada, reunindo outros programas federais direcionados à juventude e se expandindo para diversos Municípios nos vários Estados e Distrito Federal a partir de 2008.

O ProJovem Urbano é uma das quatro modalidades que o ProJovem passou a trabalhar após a integração a partir de 2008, assim composto: Projovem Urbano (Secretaria Nacional de Juventude); Projovem Campo (Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). O ProJovem Integrado surgiu da junção de seis programas nacionais voltados para a juventude. O próprio Projovem (da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República); Agente Jovem (do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (do Ministério da Educação) e Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (do Ministério do Trabalho e Emprego).

O programa surgiu como tentativa de corrigir distorções educacionais históricas presentes na vida dos jovens das camadas menos favorecidas. Também se propõe atender às exigências da sociedade e do mercado de trabalho. Enquanto política pública, traz em seu bojo alternativas educativas, sociais e financeiras para os jovens que dele participam. Propõe-se resolver a questão da escolaridade articulando-a à formação básica para o trabalho, oferece também a possibilidade de vivenciar experiências de cidadania e ainda uma ajuda de custo que agrega interesse e motivação para a permanência dos jovens no Programa, sendo estes fatores de inclusão importantes na atualidade, como corroboram Moraes e Martins, (2009, p. 115), ao afirmarem que:

[...] recentemente, mas ainda de forma lenta pode-se observar, no Brasil, a preocupação em formular políticas governamentais que considerem as

singularidades do segmento juvenil e o reconhecimento da importância de sua participação como protagonista social, pois é crescente a sua vulnerabilidade social, que se dá devido à exclusão social a que foram submetidos. A ausência de uma educação de qualidade, que os oriente para o mercado de trabalho, incluindo cultura e lazer, contribui para que os jovens tornem-se vulneráveis à criminalidade, aos altos índices de gravidez, ao desemprego, à pobreza.

O foco na formação continuada de educadores se justifica por ser esta formação considerada, principalmente nas últimas décadas, elemento estratégico no enfrentamento dos problemas presentes na educação brasileira. A motivação para pesquisar esse fenômeno, isto é, para investigar as diretrizes e ações que o Programa Nacional de Inclusão de Jovens estabelece em termos de formação continuada de educadores emerge, primeiro, das nossas experiências desenvolvidas nesse campo: na rede pública municipal de educação do município de Imperatriz através de programa construído por profissionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, formando profissionais da área; na rede estadual de educação, enquanto professora participante de formações, e também quando supervisora da mesma rede, na realização de encontros de formação. E, segundo, pelo envolvimento no grupo de pesquisa “Escola, Currículo, Formação e Trabalho Docente” da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, que desenvolve pesquisa sobre avaliação da política do ProJovem através do “Projeto Escola, Trabalho e Cidadania: um estudo longitudinal com jovens egressos e não-ingressantes de um programa de inclusão de jovens”.

Essas experiências desencadearam o desejo que se transformou em necessidade ética e política de investigar a formação continuada de educadores no contexto do ProJovem Urbano no município de Imperatriz – MA. Concentrando a investigação no grupo que foi contratado para trabalhar na 2ª Entrada no município, referente à 6ª Entrada nacional de alunos. Considerando a formação continuada de educadores como fator que favorece a construção da unidade didático-pedagógica e epistemológica dos envolvidos, buscamos responder às seguintes questões:

**A proposta pedagógica de formação continuada realizada pelo ProJovem Urbano de Imperatriz contribuiu para o entendimento, pelos educadores, do**



**currículo do Programa? Qual o lugar da autonomia desses educadores nessa proposta?**

Tendo em vista elucidar esse problema, no desenvolvimento da pesquisa, buscamos respostas para as seguintes questões específicas:

- ◆ Como a equipe formadora do ProJovem Urbano orienta e acompanha o processo de formação continuada dos educadores?
- ◆ A proposta de formação continuada do programa contempla as necessidades pedagógico-didáticas e epistemológicas do trabalho do educador do ProJovem Urbano?
- ◆ Qual a concepção de formação continuada defendida pelos educadores, coordenadoras e formadoras do ProJovem Urbano?
- ◆ Qual é a participação dos educadores do ProJovem Urbano no processo de formação continuada?
- ◆ Qual a implicação para a autonomia do educador no desenvolvimento do trabalho pedagógico no ProJovem Urbano?

Para tanto, objetivamos **analisar a proposta de formação continuada de educadores do ProJovem Urbano, bem como os mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento da proposta.** E mais especificamente buscamos:

- ◆ Identificar os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam a proposta de formação continuada de educadores no ProJovem Urbano em Imperatriz.
- ◆ Compreender como se processa a formação continuada dos educadores a partir da proposta delineada pelo ProJovem Urbano.
- ◆ Analisar as concepções e a prática da formação continuada dos educadores e os mecanismos de implementação contidos nas diretrizes do ProJovem Urbano, tendo em vista o atendimento às necessidades pedagógico-didáticas e epistemológicas do educador.

- ◆ Caracterizar a orientação e o acompanhamento realizados pela equipe formadora e pela coordenação pedagógica do ProJovem Urbano na formação continuada de educadores.
- ◆ Identificar como acontece a participação dos educadores do ProJovem Urbano no programa de formação continuada e sua implicação na autonomia do educador.

A formação continuada de educadores é tema bastante discutido e estudado nas últimas décadas no meio educacional pela importância que representa para a educação no atual contexto de mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, bem como dos avanços científicos e tecnológicos em face da mundialização dos mercados globais. Embora vários fatores de reconhecida importância interfiram na aprendizagem dos alunos na escola, finalidade de todo processo educativo, observamos o foco na formação continuada de educadores por esta relacionar-se diretamente com a aprendizagem e, por outro lado, ser fator de valorização do profissional da educação, com garantia legal.

### **1.1 Percurso metodológico**

A pesquisa, realizada através do trabalho científico desenvolvido em função do atrelamento às exigências acadêmicas, requer rigor de cientificidade com demonstração e desenvolvimento de um raciocínio lógico. Por isso, é importante ter claro o itinerário a percorrer, as etapas a serem galgadas, os instrumentos e as estratégias metodológicas a serem utilizadas. Considerando a necessidade de alcançar os objetivos traçados mediante a investigação pretendida e ainda que se desejava obter uma visão holística, totalizante do universo pesquisado foi que realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, localizada na área das ciências sociais. “A totalidade não é um todo já feito, determinado e determinante das partes [...], mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições” (CURY, 2000, p. 35).

Entendendo que o estudo aqui proposto encerrava em si um elevado grau de complexidade pela sua vinculação com questões sociais e culturais, a pesquisa não foi desenvolvida em perspectiva linear. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos e instrumentos de coleta de dados foram trabalhados de forma simultânea em alguns momentos, tendo como característica a complementaridade de informações, favorecendo essa compreensão da totalidade do objeto estudado. Tomando a acepção de totalidade a partir de Kosik (1976, p. 35), que afirma: “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* [...] pode vir a ser racionalmente compreendido”.

Estudamos a formação continuada de educadores, enquanto fenômeno constitutivo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, nos três núcleos da cidade de Imperatriz que compunham o programa, referente à 2ª Entrada Municipal correspondente à 6ª Entrada Nacional – 2010/2011. Os três núcleos compreendiam dezesseis salas de aula distribuídas em cinco escolas, todas localizadas na zona urbana do município. As três escolas em que a pesquisa foi realizada foram escolhidas pelo critério de maior quantidade de salas de aula do ProJovem Urbano funcionando no local, perfazendo um total de doze salas de aula. São elas: Escola Municipal Marechal Rondon, (com quatro salas de aula); Escola Municipal Paulo Freire, (com quatro salas de aula); Escola Municipal Frei Tadeu, (com quatro salas de aula).

Em Imperatriz o ProJovem Urbano tinha em seu quadro funcional vinte e três educadores, sendo: quinze professores especialistas<sup>6</sup>, que atuavam nas áreas de conhecimentos específicos do currículo; seis educadores especialistas em qualificação profissional<sup>7</sup>, que trabalhavam com os arcos ocupacionais; e dois educadores de participação cidadã<sup>8</sup> que lidavam com esta área do currículo do ProJovem Urbano.

---

<sup>6</sup> Profissional habilitado em uma das áreas curriculares do ensino fundamental que no ProJovem Urbano trabalha com os jovens no processo de construção de conceitos básicos e de relações fundamentais entre conceitos, em seu campo de conhecimento (BRASIL, 2008c).

<sup>7</sup> Profissional com habilitação em uma das áreas dos Arcos Ocupacionais, escolhidos pelo município, que planeja e orienta a implementação dos mesmos. Cabe ainda ao educador especialista em Qualificação Profissional planejar e realizar as atividades relacionadas com: (a) o domínio de conceitos básicos sobre o trabalho; (b) o conhecimento do “mundo do trabalho”; (c) o conhecimento dos Arcos de Ocupações; (d) a qualificação propriamente (BRASIL, 2008c).

<sup>8</sup> Profissional com habilitação em Assistência Social que apoia e acompanha a elaboração e a implementação do Plano de Ação Comunitária (PLA). Deve realizar inicialmente um mapeamento

Destes, realizamos as entrevistas da pesquisa com um professor especialista de cada área de conhecimento do currículo do programa, sendo as áreas: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática, perfazendo um total de cinco professores; três educadores de qualificação nos arcos ocupacionais, sendo um de cada arco, e um educador de participação cidadã, totalizando quatro educadores; além da equipe de formação local composta por duas educadoras; as duas coordenadoras, executiva e pedagógica, e as gestoras de duas dentre as três escolas em que a pesquisa foi desenvolvida, ou seja, duas gestoras. Trabalhamos com quatro tipos de entrevistas semiestruturadas, com algumas questões idênticas e algumas diferenciadas para cada grupo de entrevistados, totalizando quinze sujeitos pesquisados através desse instrumento de coleta de dados.

As entrevistas foram organizadas por meio de categorias que facilitaram a estruturação para o momento da análise. Na realização das entrevistas as categorias de análise foram exploradas e organizadas em grupos de questões que posteriormente foram trabalhadas. As categorias analisadas foram: a) concepção de formação continuada; b) concepção de autonomia no trabalho pedagógico; c) relação da escola com o ProJovem Urbano.

A identidade dos sujeitos da pesquisa foi preservada em todas as etapas do trabalho e os mesmos assinaram termo de permissão de publicação das informações colhidas, expressado em carta convite (conforme Apêndices G, H, I, J), onde explicitamos o nosso compromisso, enquanto pesquisadora, com a preservação da identidade de todos os sujeitos da pesquisa. Para tanto, todos receberam codinome formado por meio de sistema alfa numérico, através de números arábicos e letras do nosso alfabeto. As escolas foram identificadas por letras do alfabeto que compõem o codinome dos sujeitos entrevistados que se encontravam ligados às escolas nos núcleos.

O quadro a seguir (Quadro 1) apresenta a identificação dos sujeitos da pesquisa:

---

de oportunidades de engajamento social na comunidade, identificando organizações da sociedade atuantes, movimentos sociais, comunitários, juvenis, programas da rede pública sócio-assistencial, de saúde, de educação e de cultura (BRASIL, 2008c).

Quadro 1 – Identificação dos sujeitos entrevistados na pesquisa

| Professores Especialistas | Educadores da Qualificação e Participação Cidadã | Formadoras | Coordenadoras | Gestoras |
|---------------------------|--------------------------------------------------|------------|---------------|----------|
| PE1A                      | EQ1A                                             | F1         | CE            | GE1A     |
| PE2B                      | EQ2B                                             | F2         | CP            | GE3C     |
| PE3C                      | EQ3C                                             | -          | -             | -        |
| PE4A                      | EPCC                                             | -          | -             | -        |
| PE5B                      | -                                                | -          | -             | -        |

**Legenda:** PE1A – Professor(a) Especialista 1A; EQ1A – Educador(a) de Qualificação Profissional 1A; EPCC – Educador(a) de Participação Cidadã C; F1 – Formadora 1; CE – Coordenadora Executiva; CP – Coordenadora Pedagógica; GE1A – Gestora Escolar 1A. A última letra maiúscula identifica a escola em que professor, educador e gestor trabalham.

Elaboração da autora

Mediante as exigências que se impõem para o alcance dos objetivos pretendidos, buscamos estabelecer um percurso teórico-metodológico que contemplasse, na medida do possível, a totalidade do objeto – a formação continuada de educadores expressa no Programa Nacional de Inclusão de Jovens desenvolvido na especificidade do município de Imperatriz com destaque para os mecanismos de implementação, suas manifestações e reflexos na autonomia dos professores. Analisamos também a coerência com as diretrizes propostas pelo programa, tudo isso considerando o contexto sócio-político-econômico e cultural no qual a pesquisa se insere. Optamos pelas técnicas de observação, análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada. Segundo Bourdieu (2007, p. 26-27):

[...] a construção do objecto [...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

A observação direta visa uma descrição fina dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, as atitudes e os comportamentos diante da realidade, configurando-se em observação não estruturada, pois, o registro foi feito das diferentes ocorrências. Através da observação buscamos conhecer as circunstâncias objetivas em que o programa se desenvolvia em Imperatriz a partir do ambiente onde se realizava a formação continuada de educadores como condição primordial para a construção das ideias. Nesse sentido, a observação feita foi não participante, visto que, enquanto pesquisadora, buscamos não nos envolver nas atividades realizadas pelo grupo observado; por outro lado, o grupo tinha ciência de que estava sob observação, então, ela foi aberta (VIANNA, 2007).

Conhecer e analisar os documentos oficiais referentes ao Projovem Urbano foi uma necessidade que se impôs, visando a apropriação da metodologia de trabalho utilizada na formação continuada de educadores. Para isso, buscamos informações relevantes, a partir da análise de documentos do Programa, as quais foram trabalhadas e organizadas, apontando pressupostos a respeito do objeto investigado.

Os documentos analisados foram: Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores; Manual do Educador: orientações gerais; Projeto Pedagógico Integrado; Caderno de Formação Inicial. Outros documentos oficiais também foram importantes nesse processo de análise: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96; Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; Plano Nacional de Educação – PNE; Programa de Formação de Professores Alfabetizadores – PROFA; Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado; Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, e Referenciais para Formação de Professores – RFP.

A importância do estudo por meio de documentos se confirma na concepção de Lüdke e André (1986, p. 38), onde encontramos o seguinte esclarecimento, acerca da análise documental que “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as

informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A pesquisa bibliográfica é fundamental no desenvolvimento de estudo acadêmico visto que os trabalhos já publicados na área do estudo realizado precisam ser considerados buscando-se contemplar as contribuições dos autores desses trabalhos na necessária fundamentação da pesquisa realizada. Segundo Severino (2007, p. 122), “A pesquisa bibliográfica [...] utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

A reflexão sobre as questões referentes à orientação e ao acompanhamento no desenvolvimento do trabalho educativo na escola e na formação continuada, além de concepções construídas acerca do ProJovem Urbano foi uma ação que envolveu, de forma particular, as coordenadoras, os educadores e as formadoras do programa, bem como as gestoras das escolas campo desta pesquisa, uma vez que esses sujeitos encontravam-se diretamente implicados nesta ação. Assim, a apropriação dessas questões na pesquisa foi realizada também com o auxílio de entrevistas semiestruturadas. Segundo Rosa e Arnoldi (2006, p. 30-31), nas entrevistas semiestruturadas as questões,

[...] deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionamento é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade.

No que se refere à entrevista, Triviños (1987, p. 146) argumenta o seguinte, “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. Enquanto para Lüdke e André (1986, p. 35), “[...] a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados assuntos”.

As técnicas de observação e de entrevista tiveram função primordial no desvelamento de possíveis equívocos e na ampliação da nossa percepção, enquanto

pesquisadora, durante o processo de análise documental e pesquisa bibliográfica, sendo as mesmas essenciais para assegurar a perspectiva qualitativa dessa pesquisa.

Por fim, para desenvolver esta pesquisa recorreremos a vários teóricos em busca de fundamentação, mediante vasta literatura publicada na área da educação e mais especificamente na área da formação continuada, na tentativa de dialogar com as ideias e teorias, fazendo tessituras com a realidade específica da formação continuada de educadores que ocorre no ProJovem Urbano situado na micro realidade do município de Imperatriz – MA. Dentre eles destacamos: Paulo Freire (1992; 1998; 1999; 2000; 2005; 2009); José Carlos Libâneo (2000; 2002; 2005; 2006; 2008; 2011); José Contreras (2002); Selma Garrido Pimenta (2002; 2005); Isabel Alarcão (2001; 2011); Francisco Imbernón (2009; 2010); Célia Linhares (2003; 2004); Henry Giroux (1997; 2003); Naura Carapeto Ferreira (2006); István Mészáros (2008); Jurjo Santomé (2001); Gaudêncio Frigotto (2001; 2003).

## **1.2 Estrutura da Dissertação**

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo composto pela introdução, quatro capítulos de desenvolvimento e a conclusão que está organizada em forma de considerações finais. A introdução compõe-se de três partes: a primeira em que versamos sobre o objeto, o referencial teórico, os objetivos e as questões norteadoras; a segunda em que tratamos dos aspectos teórico-metodológicos, e a terceira em que abordamos a forma como o trabalho encontra-se estruturado.

Os capítulos que compõem o desenvolvimento estão assim apresentados: o segundo capítulo trata da formação continuada de professores a partir da década de 1990 e as orientações da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96. Discorre sobre a formação continuada de educadores enquanto política pública, as concepções encontradas na vasta literatura e formuladas no atual contexto e a perspectiva da autonomia dos educadores no desenvolvimento da prática pedagógica, relacionada com a formação continuada a eles oferecida. Apresenta algumas contradições da formação continuada enquanto política pública e as



concepções de teóricos da educação reputando a transformação da prática do educador numa perspectiva crítica em busca de autonomia.

O terceiro capítulo aborda a história do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, voltado para a juventude em risco de vulnerabilidade social, e as orientações a partir do ProJovem Integrado, apresentando as características, finalidades e fundamentos do programa, o perfil e as características do público potencial. Expõe o contexto nacional da formação continuada desenvolvida pelo ProJovem Urbano junto aos educadores, e também os saberes necessários para os educadores que atuam no programa; mostrando um programa com estrutura consistente, organizada com finalidades e fundamentos bem definidos, construídos com base em consultas a estatísticas, estudos e pesquisas sobre juventudes.

O quarto capítulo se constitui da discussão acerca do ProJovem Urbano no contexto do município de Imperatriz – MA. Para tanto, apresenta o contexto político, econômico, social e educacional do município, a caracterização da juventude do município, assim como o perfil dos jovens atendidos pelo programa em Imperatriz.

O quinto capítulo discute mais particularmente as percepções dos sujeitos envolvidos na pesquisa sobre a formação continuada do ProJovem Urbano em Imperatriz – MA por meio das impressões deixadas pelas observações realizadas no percurso da pesquisa, das concepções do processo de formação continuada e de autonomia no trabalho pedagógico, bem como a relação do programa com as escolas em que foi desenvolvido, extraídas das entrevistas com as formadoras, coordenadoras e educadores do programa e diretoras das escolas. Expõe ainda nesse contexto da experiência da formação continuada do ProJovem Urbano no município a importância, contribuições e entraves atribuídos ao programa pelos sujeitos que o compõem.

No sexto capítulo, as considerações finais apontam algumas conclusões provisórias, considerando a dinamicidade dos processos sociais e a provisoriedade das certezas epistemológicas nesses processos, pois como bem coloca Freire (2005) uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos certos de nossas certezas. A experiência com a pesquisa amadurece o pesquisador que passa a usar novas lentes ao olhar uma realidade específica. Por conseguinte, nas considerações

finais apresentamos a realidade pesquisada a partir desse novo olhar, apontando limites, potencialidades e as perspectivas e expectativas geradas nos sujeitos da pesquisa no que concerne à autonomia no trabalho docente.

## 2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES A PARTIR DA DÉCADA DE 90 E AS ORIENTAÇÕES DA LEI 9394/96

A sociedade contemporânea está marcada por avanços científicos, tecnológicos e pela velocidade com que as informações são disseminadas no contexto da globalização capitalista e do trabalho, cujos reflexos observamos em todas as áreas, especialmente na social, provocando a emergência de outra concepção de homem, mulher, de sociedade, de mundo. Tal realidade exige indivíduos que pensem de forma mais ampla, que compreendam a realidade global, mas que atuem numa realidade específica. A educação é requisitada como principal instrumento de intervenção nessa realidade, como também pode ser manipulada em função do capitalismo, renovado pela mundialização dos mercados. Nesse contexto, evidenciam-se mudanças no papel social da educação que “[...] vai perdendo a sua identidade como um direito social” (DOURADO, 2001, p. 50). Segundo Libâneo (2011, p. 78), “Tem sido notório o investimento de agências financeiras internacionais [...] e dos governos de boa parte dos países na elaboração de novas propostas educacionais dentro das políticas de ajuste ao modelo econômico neoliberal”. Giroux (2003, p. 13), citando McChesney, afirma:

A democracia neoliberal, com sua noção do mercado para todos, [...] em vez de cidadãos, ela produz consumidores. Em vez de comunidades, ela produz *shopping centers*. O resultado líquido é uma sociedade atomizada de indivíduos desinteressados que se sentem desmoralizados e socialmente incapazes.

No que se refere à educação brasileira, a realidade apontada acima também se faz presente. As décadas 1990 e 2000 estiveram pautadas pelo debate em torno de políticas públicas marcadas pelo neoliberalismo como resposta às exigências impetradas e materializadas através da globalização da economia. As políticas educacionais se propõem a atender acordos internacionais firmados com organismos como o Banco Mundial – BM que recomenda, por exemplo, a formação de professores com atendimento massivo à demanda por formação com custos reduzidos. Passou-se, então, a trabalhar com tutores e mediadores da formação sob a

supervisão de professores das universidades (FREITAS, 2007) – o que significou a aprovação de cursos aligeirados de formação docente e maior investimento em educação à distância e instituições privadas, como meio de ampliar o número de professores formados com tempo e custos reduzidos, comprometendo também a qualidade dessa formação e consequentemente da educação, como caracterizam Linhares e Silva (2003, p. 22):

Não obstante esta forte tendência privatista para canalizar a formação de professores para cursos de duvidosa qualidade acadêmica, é também possível presenciar em nosso país experiências de formação continuada e em serviço de professores que vêm sendo instituídas em municípios brasileiros, [...] fenômeno que se fortaleceu nos anos 90.

Na década de 1990, no Brasil, experimentam-se acontecimentos significativos, particularmente no campo educacional, no que diz respeito à articulação das políticas de Estado às exigências de organismos internacionais. Frigotto e Ciavatta (2003, p. 97) afirmam que: “Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais [...] em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental.” No período de 05 a 09 de março de 1990 aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia. A partir dessa Conferência foi elaborado no Brasil o Plano Decenal de Educação para Todos de acordo com as recomendações construídas a partir da reunião realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que ocorreu na mesma cidade tailandesa em 1993, seguindo orientações internacionais para gerenciar a educação brasileira. No Brasil, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 180/98, em 11 de fevereiro de 1998 o projeto de lei que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2010c).

A UNESCO convocou a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, coordenada pelo francês Jacques Delors, para construir o Relatório que foi iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996, tornando-se conhecido como Relatório Delors. Nele a Comissão faz um diagnóstico do contexto de interdependência e globalização que o planeta se encontra e destaca o

desemprego e a exclusão social também em países desenvolvidos. Frigotto e Ciavatta (2003, p. 99) confirmam: “O relatório faz recomendações de conciliação, consenso, cooperação, solidariedade para enfrentar as tensões da mundialização, a perda das referências e de raízes, as demandas de conhecimento científico-tecnológico.” O relatório sugere ainda a formação continuada e a certificação dos conhecimentos adquiridos. No Brasil este relatório foi publicado em forma de livro com o título “Educação: um tesouro a descobrir” com o apoio do Governo Federal através do então Ministério da Educação e do Desporto – MEC.

Nesse contexto, coloca-se a educação como principal instrumento com a competência necessária para capacitar os indivíduos que venham responder aos desafios contemporâneos ditados pelo neoliberalismo. Desse modo, a educação se apresenta de forma conservadora, vista como algo que se reproduz, se repete e se adapta a uma realidade cristalizada, como confirma Libâneo (2000, p. 64), ao esclarecer e sintetizar o “[...] termo *educatio* (educação) [...]: criação, tratamento, cuidados que se aplicam aos educandos visando adaptar seu comportamento a expectativas e exigências de um determinado meio social.”

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL também publicou documentos sobre a educação. Em 1990 publicou *Transformación productiva con equidad*; este documento ressalta as mudanças educacionais que necessitam ser implementadas sobre conhecimentos e habilidades específicas no que diz respeito a demandas criadas pela reestruturação produtiva. Outra publicação da CEPAL sai em 1992 com o título *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*, ligando educação, conhecimento e desenvolvimento nos países da América Latina e Caribe. “A urgência era de uma ampla reforma dos sistemas educacionais para a capacitação profissional e o aproveitamento da produção científico-tecnológica [...]” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 99).

Outros documentos orientadores da educação mundial que também reforçam o movimento internacional que alavanca as reformas educacionais foram publicados no decurso da década de 1990. O Banco Mundial adotando as conclusões da Conferência de Jomtien elaborou diretrizes políticas, publicadas em 1995 através do documento *Prioridades y estrategias para la educación*. Nele confirma a necessidade

de acabar com o analfabetismo, tornar o ensino mais eficaz e melhorar o atendimento escolar e faz outras recomendações sobre a atenção aos resultados das avaliações da aprendizagem, a oferta de educação nos setores público e privado, dentre outras. Libâneo (2011, p. 91-92) adverte que:

A vinculação da política educacional nacional às diretrizes do Banco Mundial (que induz as reformas educativas nos países periféricos) tem provocado situações ambivalentes. Por um lado, acentua-se a necessidade de uma nova qualidade educativa implicando mudanças nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e, em especial, na profissionalização dos professores. Por outro, impõem-se medidas restritivas a investimentos públicos (inclusive pagamento de salários e financiamento da formação), por causa das exigências de reorganização do Estado. Ou seja, quer-se uma educação eficaz e barata, dentro da lógica economicista, o que gera ambivalência entre as intenções declaradas e o provimento das condições efetivas de realização dessas intenções.

Constata-se que estes eventos e os documentos deles decorrentes e publicados tornaram-se referência mundial para a construção de um projeto de educação, especialmente para os países periféricos e emergentes, dentre eles o Brasil. A Comissão do Relatório Delors adota o conceito de educação ao longo de toda a vida como uma das chaves de acesso ao século XXI, ultrapassando a tradicional distinção entre educação inicial e educação permanente e prima pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Mészáros (2008, p. 58-59) faz a seguinte admoestação:

[...] os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes. Eles (os princípios) precisam muito um do outro. Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias *aspirações emancipadoras*. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo.

Essa referência mostra que a complexidade que envolve o processo educativo carece um olhar cuidadoso quando se trata da sua relação com o capital.

Na concepção de Santomé (2001), o sistema escolar está sendo transformado em mercado. A ideologia capitalista neoliberal defende e impõe um modelo de sociedade que reduz a educação a um bem de consumo, aplicando a lógica de convencimento das pessoas para escolherem escolas, professores, como o fazem com produtos de supermercado. Educação reduzida à mercadoria. “Esta nova concepção do sistema educativo afeta, logicamente, o professorado, o trabalho que desempenha, as relações profissionais e sociais e as interações pessoais que estabelece” (SANTOMÉ, 2001, p. 20). Sobre este tema Pimenta (2005, p. 39), acresce,

Para conseguir trabalho e sobreviver, o trabalhador desempregado necessita buscar, por sua conta, requalificações. E aí pode-se compreender a imensa valorização hoje conferida aos programas de formação contínua transformando a educação em um grande mercado.

Mészáros (2008, p. 82) afirma que na educação capitalista os indivíduos são “embebidos nos valores da sociedade de mercadorias” com naturalidade. “[...] a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de *nenhuma mudança significativa*.” Pois necessita somente de uma “regulação mais exata” em sua periferia, que pode ser realizada com a utilização da metodologia de doses homeopáticas. O autor também afirma que a educação tem como responsabilidade fazer os indivíduos enfrentarem os desafios impostos pela sociedade em transformação, embora o sistema educacional capitalista esteja orientado para preservar acriticamente a ordem estabelecida a todo custo.

Como de fato acontece neste nosso modelo de sociedade pautada no capital, realmente, a ausência de criticidade nos cidadãos é sempre desejada e bem acolhida, pois anula a possibilidade de qualquer ameaça à ordem estabelecida; para auxiliar no cumprimento deste papel recorre-se ao sistema educacional. Contudo não está fora de propósito e não se desconsidera outra possibilidade que este espaço da educação possa gerar na formação dos indivíduos, voltada para a solidariedade, a cooperação, a comunicação e a interação comunitária entre os cidadãos. Segundo Fazenda (2010, p. 22): “A formação do pesquisador [...] precisaria desenvolver o compromisso por ‘ir além’ [...] Como esta formação não é outorgada pela escola, ela

necessita ser *conquistada*; é a *conquista da autonomia*, tarefa de cada um [...]”. O educador que se apropria dessa formação cumpre a tarefa de incentivar e favorecer aos demais, seus pares, esta possibilidade. Dessa maneira, pode colaborar com a educação para a autonomia dos indivíduos da atual sociedade no desenvolvimento de sua prática pedagógica de forma mais consciente, fundamentada e efetiva.

Embora a orientação dada ao desenvolvimento da educação formal seja no sentido de atender ao mercado e à política neoliberal, o fato de estarmos em um Estado democrático de direito e o constante estado de luta e enfrentamento dos desafios possibilita aos educadores, no âmbito de suas organizações profissionais e locais de trabalho, lançarem-se ao desafio de trabalhar um projeto de educação para a liberdade e para a emancipação. Conduzindo, assim, os educandos a um amplo processo de construção de cidadania com responsabilidade social e política a partir da aquisição de consolidado conhecimento que venha garantir ativa participação na vida da comunidade em que se insere.

Apesar de prevalecer na sociedade brasileira a visão do sistema capitalista neoliberal, ela tem sido confrontada permanentemente pelos movimentos da sociedade civil organizada. Dessarte, no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC foram abraçadas as orientações dos organismos internacionais e durante a formulação da Lei da Educação Nacional isso se tornou muito visível.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDB 9394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, sob a égide neoliberal. As discussões anteriores à aprovação desta Lei em torno dos projetos propostos duraram aproximadamente oito anos. A primeira proposta de Projeto de Lei foi apresentada à Câmara dos Deputados em 1988; coube ao relator da Comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentar um substitutivo à proposta inicial. As discussões em torno das duas propostas envolveram setores da sociedade civil organizada, ligados à educação, e se encaminharam ao projeto substitutivo, que em 1993 já havia incorporado dezenas de outros projetos e emendas. Nesse mesmo ano foi aprovado e encaminhado para o Senado Federal (BRANDÃO, 2005).

O processo de elaboração da LDB nº 9.394/96 foi marcado por uma intensa disputa político-ideológica entre grupos que sustentavam concepções de



sociedade, de educação, de escola e de formação de professores muito diferentes ou até mesmo antagônicas. Principalmente nos primeiros anos de tramitação do projeto de LDB na Câmara dos Deputados, essa polarização pôde ser parcial e momentaneamente superada através de negociações ou acordos, o que Florestan Fernandes (1990) denominou de “conciliação aberta”. [...] Esse processo de “conciliação aberta” não superou contradições e confusões, que subsistem no texto da Lei. [...] Tais conflitos traduzem a luta de forças, as disputas políticas que se travaram em torno da elaboração da LDB, o que impôs aos legisladores a impossibilidade de contornar ou desconsiderar completamente as posições defendidas pelo movimento organizado do campo educacional (LINHARES; SILVA, 2003, p. 34-35.).

Assim, em meio a muitos percalços, o projeto construído com a participação de setores da sociedade em defesa da educação brasileira, não conseguiu aprovação no Senado. Em 1995 o Ministério da Educação, arbitrariamente, enviou um novo projeto de Lei, assinado formalmente pelo senador Darcy Ribeiro, que desfigurava o projeto discutido por vários anos pela sociedade e que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Nesse sentido, Brandão (2005, p. 14) lembra que,

Além das contundentes críticas sobre a forma irregular de como o projeto de LDB do governo ingressou na pauta de discussões do Senado Federal, os defensores do projeto de LDB aprovado pela Câmara dos Deputados, [...] argumentaram, por sua vez, que o projeto do governo possuía caráter genérico, centralizador e privatista.

Diante das reações contrárias advindas da sociedade, o senador Darcy Ribeiro apresentou outras versões ao projeto que havia assinado, incorporando algumas emendas com o intuito de reduzir as resistências. O projeto original foi arquivado, sendo aprovado com poucas alterações o projeto do governo que retornou à Câmara dos Deputados, e como não havia sofrido alterações significativas foi sancionado sem vetos pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (BRANDÃO, 2005). Essa Lei está marcada pela redução das responsabilidades do Estado acerca da educação e retrocede no processo de democratização das políticas públicas ao restringir a participação da sociedade civil nas decisões sobre o ensino (GROSSI, 2000).

A LDB 9394/96 (BRASIL, 2010b), trata da formação de professores em seu título VI intitulado “Dos Profissionais da Educação”, composto por sete artigos (61 a

67). O artigo 61 afirma no *caput* que a formação dos profissionais da educação deve ser adequada para o atendimento aos “diferentes níveis e modalidades de ensino”, considerando as “características de cada fase do desenvolvimento do educando”. Os fundamentos dessa formação estão explicitados nos incisos I e II, respectivamente, com a seguinte redação, a “[...] associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” e o “[...] aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades” (BRASIL, 2010b).

Estes fundamentos apontam avanços em relação à legislação anterior ao considerar a associação teoria e prática e a capacitação em serviço que se complementam, ao caracterizar como *locus* privilegiado de formação a própria atividade profissional, colocando-se a metodologia que melhor aproxima as práticas pedagógicas cotidianas laborais do professor iluminadas pelas teorias da educação e das ciências. Considera também as experiências anteriores dos educadores ressaltando a possibilidade de maior valorização do trabalho realizado por esses profissionais.

Ao tratar da formação de professores (artigos 61, 62, 63, 87 § 4º), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, traz sempre alternativas que, segundo Linhares e Silva (2003), foram atravessadas por ambiguidades. Essas, ao invés de valorizar as alternativas de formação na escola, fortaleceram um clima de medo e de ameaças que provocaram, nos professores, a busca compulsiva por cursos que proporcionassem um diploma universitário, sem, no entanto, terem tempo para avaliar que consequências estas ações trariam em termos sociais e acadêmicos.

Como bem lembra Brandão (2005), embora o Artigo 87, Parágrafo 4º da LDB afirme que, “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”, este artigo faz parte das Disposições Transitórias. O texto não se incorpora ao conteúdo do corpo do texto legal referente ao Artigo 62, que traz como exigência de formação mínima para o exercício do magistério, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, o curso Normal, em nível médio. Esse dispositivo da LDB causou bastante discussão e controvérsias entre os educadores e especialistas em educação desde sua promulgação.

Especialmente a partir da promulgação da LDB – 9394/96, a rede pública de ensino foi marcada por vasta oferta de formação continuada para professores, tendo como uma das finalidades, contribuir com a elevação dos níveis de aprendizagem dos alunos ao qualificar melhor os professores em cumprimento ao que preconiza esta Lei no *caput* do Artigo 67 (BRASIL, 2010b): “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação [...]”, visto que no inciso II deste artigo está assegurado o “[...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.”

No período que compreende os anos de 1996 a 2008 o Ministério da Educação produziu vários projetos de formação continuada e em serviço para professores. Esses projetos visavam promover a formação de profissionais da educação, “[...] capacitando-os para desempenhar os novos papéis exigidos pela escola pública, bem como adequar o ensino oferecido às demandas da sociedade e do mercado de trabalho em transformação.” (RICHIT, 2010, p. 178). Dentre as propostas, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN<sup>9</sup> para o ensino fundamental, que se tornaram referenciais para a educação em todo o país. Em seguida foram lançados os Referenciais para Formação de Professores - RFP<sup>10</sup>.

Para implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a Secretaria de Educação Fundamental - SEF/MEC criou o Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Parâmetros em Ação<sup>11</sup> que promoveu a formação continuada em milhares de cidades de todo o Brasil em parceria com os municípios, utilizando a proposta de formação de formadores. Esta proposta consistiu em preparar educadores para desempenharem a função de multiplicadores em seu município ou região geograficamente próxima denominada de polo. A ação daí

---

<sup>9</sup> Constituem uma proposta de reorientação curricular que a SEF/MEC oferece às Secretarias de Educação, escolas, instituições formadoras de professores, instituições de pesquisa e a todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros. Nasceram da necessidade de construção de uma referência curricular nacional para o ensino fundamental que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros (BRASIL, 1998).

<sup>10</sup> Com a finalidade de provocar e, ao mesmo tempo, orientar transformações na formação de professores, sem perder de vista a necessária articulação com as demais políticas educacionais (BRASIL, 1999b).

<sup>11</sup> Tem como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação, de forma articulada com os demais parâmetros, referenciais e propostas curriculares (BRASIL, 1999a).

decorrente resultou na construção de uma prática de formação coordenada por profissionais do e no próprio ambiente de trabalho. Nessa mesma linha, o Programa de Formação para Professores Alfabetizadores – PROFA<sup>12</sup> foi formatado pelo MEC e implementado pelas Secretarias de Educação Estaduais e Municipais no país.

Esta forma de trabalho na educação, contradizendo o que a LDB explicita (Art. 61, Inciso II), acarretou a desvalorização da experiência pedagógica do professor confrontada com o conhecimento teórico e acadêmico presente nas Instituições de Ensino Superior – IES. Nesse sentido, Linhares e Silva (2003, p. 24), afirmam,

Entendemos que esta questão [...] destinou à escola espaços subalternos dentro de uma organização hierárquica. Não podemos deixar de reconhecer um divisor claro que separa os que pensam, pesquisam e escrevem, localizando-os na universidade, daqueles que, na escola, ‘aplicam’ teorias e realizam ‘tarefas’ programáticas.

Outro programa importante, e que ainda está em vigor no país, é a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica. Criada em 2004, conta com a participação dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, com os sistemas de ensino público e a participação e coordenação da SEB/MEC. Propõe-se a promover a formação de professores que trabalham com a educação básica visando melhorar o desenvolvimento dos alunos. No papel de coordenador do programa o MEC o implementa por meio de adesão, em regime de colaboração, dos estados, municípios e Distrito Federal. Para tanto, esta política de formação continuada foi sistematizada em diretrizes, ações e o processo de implementação, promovendo a articulação entre os órgãos de gestão, os sistemas de ensino e as instituições de formação. Portanto, essa rede institucionalizou a formação de professores com o intuito de articular a formação continuada à pesquisa e à produção acadêmica desenvolvidas nas Universidades, especialmente públicas e comunitárias (BRASIL, 2005a).

O programa busca cumprir seus objetivos, tendo como prioridades: institucionalizar o atendimento à demanda de formação continuada de professores;

---

<sup>12</sup> Curso de aprofundamento, destinado a professores e formadores, que se orienta pelo objetivo de desenvolver as competências profissionais necessárias a todo professor que ensina a ler e escrever, oferecendo meios para criar um contexto favorável para a construção de competências profissionais e conhecimentos necessários a todo professor que alfabetiza (BRASIL, 2001).

desenvolver uma concepção de sistema de formação em que a autonomia se construa através da colaboração. Visava, também, contribuir com a qualificação da ação docente no sentido de garantir uma aprendizagem efetiva dos alunos e uma escola de qualidade para todos; contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos docentes. Pretendia, ainda, desencadear interação entre os saberes pedagógicos produzidos pelos Centros responsáveis pela formação docente e pelos professores em suas práticas docentes; subsidiar a reflexão permanente na e sobre a prática docente, com o exercício da crítica do sentido e da gênese da sociedade, da cultura, da educação e do conhecimento. E o aprofundamento da articulação entre os componentes curriculares e a realidade sócio histórica; institucionalizar e fortalecer o trabalho coletivo como meio de reflexão teórica e construção da prática pedagógica (BRASIL, 2005a).

Outros programas de formação de professores foram instituídos e implantados pelas secretarias ligadas ao Ministério da Educação. Em 2006 foi iniciado o Pró-letramento, implementado pela Secretaria de Educação Básica – SEB e pela Secretaria de Educação à Distância – SEED. Esse programa de formação continuada de professores investe na melhoria da aprendizagem da língua materna e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. O Pró-letramento está reservado a um público específico, professores que trabalham nos primeiros anos do ensino fundamental.

O Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores de Ensino Médio também teve sua implementação iniciada em 2006 e tem o objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade do ensino nas séries finais da educação básica. Esse programa implementa-se através de cadastro de instituições de ensino superior balizadas para ministrar cursos de formação continuada de professores nas áreas de Química, Física, Biologia, Matemática, História, Geografia, Língua Portuguesa e Língua Espanhola. Existem vinte instituições públicas cadastradas no programa com a finalidade de oferecer cursos dessa natureza que se encontram espalhadas pelas cinco regiões do país. (RICHIT, 2010).

Richit (2010) considera que o Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores de Ensino Médio representa um avanço na promoção da

formação profissional docente, uma vez que prioriza a peculiaridade de cada área do conhecimento e região geográfica, bem como envolve e responsabiliza outros órgãos e o poder público com a qualificação da educação oferecida na rede pública de ensino. Segundo o MEC, este programa favorece o estabelecimento de uma política de valorização dos educadores, abrangendo reconhecimento profissional, incentivo salarial, carreira e formação profissional inicial e continuada.

Essa política foi criada por agentes educacionais e segmentos comprometidos com o desenvolvimento da educação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) (RICHIT, 2010, p. 180).

A autora lembra ainda que desde 2009, com a instituição da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, pela publicação do decreto nº 6.755/2009, houve um aumento significativo nos investimentos do governo federal nesse campo. Porém, as ações implementadas estão muito aquém do esperado para que as metas previstas no PNE – Lei nº 10.172/2001 – sejam atingidas, principalmente em relação ao reconhecimento profissional e ao incentivo salarial dos profissionais da educação.

Este caminho percorrido nos últimos anos pela educação, relativo à formação de professores, apresenta a defesa da melhoria das condições de trabalho dos profissionais docentes no desenvolvimento de sua função mediante os avanços que provocam as mudanças sociais, porém, com exigências orientadas pelo neoliberalismo. Segundo Gatti e Barreto (2009, p. 200):

Em geral, a formação continuada oferecida nas últimas décadas teve como propósito a atualização e aprofundamento de conhecimentos como requisito natural do trabalho em face do avanço nos conhecimentos, as mudanças no campo das tecnologias, os rearranjos nos processos produtivos e suas repercussões sociais.

Seguindo a mesma lógica, proclama-se a defesa pela educação democrática, pública e universal, asseverando-se que se busca contemplar o que já está garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 208 (BRASIL, 2010a): educação como dever do Estado com acesso ao ensino fundamental obrigatório e

gratuito como direito público subjetivo, no entanto, o investimento público não acompanha o discurso.

Tudo isso está propalado como política de educação no sentido de dizer que se está atendendo aos anseios da sociedade e especialmente à categoria docente, quando efetivamente não corresponde ao projeto de sociedade pelo qual se vem lutando há décadas, mais transformador e emancipatório. Conforme Freitas (2007, p. 1204) argumenta em defesa da necessidade:

[...] de uma política global de formação e valorização dos profissionais da educação que contemple de forma articulada e prioritária a formação inicial, formação continuada e condições de trabalho, salários e carreira, com a concepção sócio-histórica do educador a orientá-la, faz parte das utopias e do ideário de todos os educadores e das lutas pela educação pública nos últimos 30 anos. Contudo, sua realização não se materializa no seio de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela exclusão próprias do capitalismo. Entender estas amarras sociais é importante para que não criemos ilusões de soluções fáceis para os problemas da educação e da formação. As condições perversas que historicamente vêm degradando e desvalorizando a educação e a profissão docente se mantêm em nosso país, em níveis bastante elevados. A má qualidade da formação e a ausência de condições adequadas de exercício do trabalho dos educadores se desenvolvem há décadas, em nosso país, e em toda a América Latina, de forma combinada, impactando na qualidade da educação pública, em decorrência da queda do investimento público e da deterioração das condições de trabalho dos educadores e trabalhadores da educação.

Podemos dizer que a formação continuada de professores no campo legal encontra-se contemplada. No entanto, as reflexões sobre a resposta que consegue dar às exigências que a sociedade impõe, da forma como vem se realizando, são muito diversas e apontam caminhos que precisam ser analisados a partir de parâmetros já construídos durante estas últimas décadas, em que muitas inovações nesse campo têm sido apresentadas e experienciadas.

## **2.1 A formação continuada de professores como Política Pública**

As políticas públicas são ações governamentais que têm como finalidade gerenciar especialmente áreas sociais com o intuito de melhorar as condições de vida da população de um Estado-nação nos seus vários aspectos. Dentre as áreas

contempladas nos interessa neste trabalho a educação, no que se refere às políticas de formação continuada de educadores, nosso objeto de estudo.

As políticas educacionais são as medidas que o Estado, neste caso, o governo brasileiro, toma em relação aos rumos que se deve imprimir à educação no país. No âmbito do organograma governamental estas medidas estão situadas na área social configurando-se assim, em uma modalidade de política social (SAVIANI, 1998). As políticas sociais, especificamente as educacionais podem ser interpretadas como instrumentos de controle social e como formas de legitimação da ação do Estado e dos interesses das classes dominantes. Por outro lado, também não deixam de ser vistas como estratégias de concretização e de expansão de direitos sociais, econômicos e culturais tendo, neste caso, repercussões importantes na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos grupos sociais mais vulneráveis às lógicas da exploração e da acumulação capitalistas. Nesse contexto, Frigotto (2001, p. 70-71) esclarece:

No campo organizativo e de gestão, consagra-se o dualismo e a fragmentação, potencializa-se uma democracia formal e tecnocrática e uma pseudodescentralização e autonomia financeira, de gestão e político-pedagógica. O Estado estabelece um rígido controle mediante os mecanismos de avaliação e de financiamento. A educação transita da política pública para a esfera do mercado ou para a assistência e a filantropia. No âmbito especificamente pedagógico, o conjunto das políticas derivadas da reforma educativa, em consonância, [...] com as reformas estruturais, da qual a reforma do Estado é central, efetiva-se uma mudança fundamental. A pedagogia empresarial ou a pedagogia do capital, centradas tanto em velhas noções – competências, habilidades, ensino modular etc. – como em novas noções que configuram uma recente *novlangue* – empregabilidade, qualidade total, gestão da qualidade –, passam a constituir-se em políticas oficiais do Estado. Nem mesmo no último regime ditatorial as forças conservadoras haviam atingido tamanha ousadia. Nessa pedagogia do capital ganham relevo as perspectivas individualistas e psicologistas de educação.

Diante desse embate e com a inserção dos países periféricos, como o Brasil, num ambiente político social de redemocratização, orientado por um novo processo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo em expansão, o Estado do Bem Estar Social é criticado severamente. Propõe-se em contrapartida o Estado Mínimo de Direito que prioriza a iniciativa econômica dos agentes privados. Os Estados nacionais tornam-se reféns das políticas internacionais do grande capital



causando aumento do desemprego estrutural, diminuição dos salários reais, dentre outros desarranjos na economia interna dos países periféricos (SEVERINO, 2006). No Brasil a expansão do capitalismo na perspectiva da globalização conduz a ações nitidamente marcadas pelos acordos multilaterais firmados consensualmente nas últimas décadas com organismos internacionais, como afirma Severino (2006, p. 303),

[...] por meio da legislação e das medidas programáticas, o governo passa a aplicar políticas públicas que vão efetivando as diretrizes neoliberais, mais uma vez adiando e talvez inviabilizando uma educação que possa ser mediação da libertação, da emancipação e da construção da cidadania.

É possível perceber que as políticas sociais do Estado capitalista, em sua gênese, apresentam contradições fundamentais inerentes ao modo de produção capitalista. Enquanto favorece a socialização crescente do trabalho, conduz à apropriação individual e privada do resultado do trabalho social (NEVES, 2005). Destacamos a contradição que esclarece a acumulação do capital através da alta taxa na aplicação da mais-valia e da exploração dos trabalhadores que se estende à educação. Nesse sentido, Neves (2005, p. 14-15) ressalta:

Pode-se afirmar que as políticas públicas, no capitalismo monopolista, respondem simultaneamente às necessidades de valorização do capital e de mediação política dos interesses antagônicos que perpassam a sociedade urbano-industrial – tanto nas burocracias estatais como na sociedade civil. Sendo as políticas sociais uma fração das políticas públicas, respondem, de um modo geral, a essa dupla determinação. De modo específico, essas políticas resultam tanto das necessidades estruturais de produção e reprodução da força de trabalho com vistas à viabilização de altas taxas de mais-valia e de exploração, numa produção baseada no aumento da produtividade do trabalho, como da ampliação dos mecanismos de controle social das decisões estatais, em especial da consolidação dos níveis de participação alcançados pelas massas populares.

Assim compreendidas, as políticas públicas no Brasil têm sido orientadas a partir de diretrizes ditadas pelos organismos internacionais e consensuadas pelo governo brasileiro, tendo no Banco Mundial seu principal representante no que diz respeito a direcionar as condições para que estes organismos possam investir nos países em desenvolvimento, mormente denominados emergentes. Para tanto, exige-se o cumprimento das diretrizes e das orientações que em relação à educação tratam

da redução nos índices de analfabetismo, repetência e abandono e na elevação dos indicadores de aprendizagem com custos reduzidos.

Nesse contexto a educação se situa como política pública ao ser pensada e reorganizada no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Os sistemas educacionais no capitalismo contemporâneo são preparados para atender, especificamente, às necessidades de valorização do capital, bem como atender à população que se percebe necessitando ter acesso ao saber produzido pela humanidade. Nesse sentido, a exigência é pela democratização do acesso ao conhecimento através da democratização do acesso a todos os níveis e modalidades da educação escolar. Pois, como afirma Neves (2005, p. 20-21),

A complexificação da divisão social do trabalho exige, pois, não só a expansão da escolaridade mínima, para além do nível fundamental de ensino, mas também a multiplicação dos campos de saber a serem aprofundados. [...] A escola socializa-se, progressivamente, redefinindo ao mesmo tempo suas funções tradicionais ideológicas e socializadoras, passando a ter como finalidade principal a formação técnica e comportamental de um novo tipo humano capaz de decifrar os novos códigos culturais de uma civilização técnico-científica.

Nesse contexto, exige-se a organização de um sistema educacional unitário que possa preparar, desde o pré-escolar até os níveis mais elevados da hierarquia escolar, homens capazes de difundir e produzir o conhecimento científico e tecnológico necessário à nova relação social do trabalho. É inerente, pois, à organização científica do trabalho a socialização progressiva da escola. Daí porque a universalização das oportunidades educacionais estende-se aos graus intermediários de ensino [...].

Diante das exigências do mercado de trabalho na perspectiva do neoliberalismo o que se percebe é a situação do professorado marcada historicamente por uma formação inicial insuficiente, baixos salários e condições precarizadas de trabalho. Por outro lado a função docente passa por profundas mudanças e por desprestígio social. Esse embate é assim compreendido por Dourado (2001, p. 52) quando afirma,

As políticas educacionais implementadas pelo governo federal nos anos 1990 articulam-se às teses do Banco Mundial. Especificamente, no caso da formação de professores, assiste-se à ênfase em políticas de formação em serviço e no aligeiramento da formação inicial, entendida como capacitação pedagógica de cunho estritamente técnico.

E Santomé (2001) acrescenta justificando que o atual capitalismo, ao utilizar seus métodos mais selvagens de funcionamento, propõe economia e transformações que esclarecem, em grande parte, a reestruturação e a reforma dos sistemas educativos, bem como, o trabalho dos professores.

Como já citado anteriormente, os organismos internacionais orientam a formação permanente e a certificação de conhecimentos já adquiridos pelos professores em experiências anteriores. Estas recomendações do início da década de 1990 são incorporadas pelo Brasil através da Lei de Diretrizes e Base da Educação – 9394/96, como é possível constatar quando esta explicita no Título VI – Dos Profissionais da Educação, Artigo 61 (BRASIL, 2010b), que:

A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I. a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II. aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

A LDB 9394/96 também cria os Institutos Superiores de Educação – ISEs ainda quando trata da formação de professores no Artigo 62 do mesmo Título VI na letra da Lei (BRASIL, 2010b): “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e **institutos superiores de educação [...]**” (grifo nosso). Ademais, complementa deixando clara a abrangência dos Institutos no Artigo 63 (BRASIL, 2010b), em que expõe:

Os institutos superiores de educação manterão: I. cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II. programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; III. programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

A partir dessa legislação verificamos uma corrida acelerada dos professores em busca de cursos de licenciatura em nível de formação inicial e de formação continuada para qualificação e atualização de acordo com as novas

exigências e demandas para a educação. Nesse contexto, surgem várias instituições que trabalham no atendimento a estas formações. Embora possamos contar com muitas que desenvolvem a atividade educativa com seriedade, temos outras ministrando cursos de forma aligeirada e em condições muito adversas e às vezes precárias, tanto em relação às questões estruturais quanto pedagógicas, colocando em dúvida o compromisso que assumem com a educação.

## **2.2 Concepções de formação continuada de professores**

As concepções de formação continuada de professores estão diretamente relacionadas às concepções de professor, que nas últimas décadas têm sido bastante discutidas no meio educacional. O professor, enquanto profissional, é concebido de três formas por Contreras (2002): especialista técnico, profissional reflexivo e intelectual crítico. O mesmo autor faz uma análise crítica da profissionalidade docente em que “[...] cada um deles pode ser interpretado como uma forma diferente de compreender e de situar-se em relação às dimensões da profissão de professor” (CONTRERAS, 2002, p. 191).

O professor como profissional reflexivo concebido por Schön revela-se na forma como os professores enfrentam os problemas que não são possíveis resolver com o conhecimento apenas técnico; as atividades que se caracterizam por atuar sobre situações instáveis, incertas, singulares e que apresentam conflitos de valor. “[...] os profissionais competentes devem não apenas resolver problemas técnicos, [...] mas devem também conciliar, integrar e escolher apreciações conflitantes de uma situação, de modo a construir um problema coerente, que valha a pena resolver.” (SCHÖN, 2000, p. 17). Para tanto utiliza a distinção entre ‘conhecimento na ação’ e ‘reflexão na ação’. A concepção de Schön é criticada e avança com outros teóricos como Giroux que se baseia nas ideias de Gramsci sobre o papel dos intelectuais na produção e reprodução da vida social para trabalhar o sentido de professor como intelectual crítico. A concepção de Giroux acerca dos professores associa-se à ideia de ‘autoridade emancipadora’ que está ligada às ideias de liberdade, igualdade e democracia. Os professores utilizando-se de seu conhecimento crítico cumprirão o

objetivo de construir um ensino que forme cidadãos críticos e ativos (CONTRERAS, 2002).

Pimenta (2005, p. 24), defende a perspectiva crítica na prática docente, mas faz uma advertência no que se refere à prática reflexiva quando afirma:

A transformação da prática dos professores deve se dar, pois, numa perspectiva crítica. Assim, deve ser adotada uma postura cautelosa na abordagem da prática reflexiva, evitando que a ênfase no professor não venha a operar, estranhamente, a separação de sua prática do contexto organizacional no qual ocorre. Fica, portanto, evidenciada a necessidade da realização de uma articulação, no âmbito das investigações sobre prática docente reflexiva, entre práticas cotidianas e contextos mais amplos, considerando o ensino como prática social concreta.

Nesse sentido, concordando com a ideia de transformação partindo dos professores, da escola e da comunidade, Pimenta (2005, p. 27) ainda acrescenta, “[...] a capacidade emancipatória e transformadora dos professores e das escolas como esferas democráticas só é possível se considerar os grupos e setores da comunidade que têm algo a dizer sobre os problemas educativos.” Também Alarcão (2011, p. 17) assevera que “A escola, como organização, tem de ser um sistema aberto, pensante e flexível. Sistema aberto sobre si mesmo, e aberto à comunidade em que se insere”.

Muitos educadores contemporâneos formulam pensamento convergente para esse argumento em relação ao papel que devem assumir enquanto profissionais da educação. O seu trabalho pedagógico deve contribuir sobremaneira para a construção de uma sociedade pautada pela solidariedade, cooperação, responsabilidade e honestidade a partir da consistente formação dos cidadãos, que priorize desenvolvimento acentuado do senso crítico e desperte sensibilidade aos problemas da sua comunidade. Essa concepção de trabalho deve ser assumida e realizada consensualmente pela coletividade da escola em parceria, principalmente, com a comunidade escolar e de pais e com o apoio de instituições que desenvolvem atividades afins e governamentais.

Abordando a transformação social na perspectiva emancipatória como tarefa educativa, também Mészáros (2008, p. 76-77) adverte:

[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. [...] As apostas são elevadas demais para que se admita a hipótese de fracasso.

As atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino conduzem a uma reavaliação do papel da escola e dos professores. A escola básica, no entanto, exerce papel importante, enquanto instituição, na democratização da sociedade, mesmo sendo afetada nas suas funções, em sua estrutura organizacional, nos seus conteúdos e métodos por todas estas mudanças. Por isso, o tema da formação de professores assume importância crucial, visto serem os professores os profissionais que estão mais diretamente envolvidos com os processos e resultados da aprendizagem promovidos pela escola (LIBÂNEO, 2011). Para Alarcão (2011, p. 33), “O conhecimento está lá, na escola, lugar privilegiado para as iniciações, as sistematizações, o estabelecimento de relações estruturantes, as discussões críticas e as avaliações informadas”.

A formação continuada de professores surge como necessidade diante das mudanças e avanços sociais ocorridos nas últimas décadas de forma bastante acelerada. Freitas (2004), recordando a demarcação das origens da formação de professores explicita que suas raízes estão fincadas na trajetória do movimento dos educadores em luta, representada pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE que se sustenta das construções teóricas e práticas dos educadores. É necessário que a escola acompanhe o desenvolvimento da sociedade de modo a compreender sua dinâmica, envolvendo-se e protagonizando o próprio desenvolvimento em seu trabalho cotidiano. Para tanto, promover a formação continuada dos professores é uma medida premente.

Maturana e Rezepka (2000, p. 11), afirmam que: “A capacitação tem a ver com a aquisição de habilidades e capacidades de ação no mundo no qual se vive, como recursos operacionais que a pessoa tem para realizar o que quiser viver”. Patto

(2004), assinala que os educadores precisam conhecer a escola como instituição que transcende o saber metodológico. Enquanto instituição social portadora de um projeto educativo com aspectos filosóficos, históricos, sociais e políticos que ultrapassam os limites do ensino e da aprendizagem de disciplinas. Sobre a capacitação dos professores como tarefa da educação, Maturana e Rezepka (2000, p. 11) ainda ressaltam,

[...] a capacitação como tarefa educacional consiste na criação de espaços de ação onde se exercitem as habilidades que se deseja desenvolver, criando um âmbito de ampliação das capacidades de fazer na reflexão sobre esse fazer como parte do viver que se vive e deseja viver.

Nesse sentido, observam-se diferenciações conceituais importantes entre a formação humana e a capacitação que tratam da relação de respeito que o professor deve estabelecer com seus alunos. Buscando contemplar esta relação é importante possibilitar a criação de espaços que permitam a ampliação de conhecimentos reflexivos pelo professor e que possam ser extensivos aos alunos. Maturana e Rezepka (2000, p. 15) afirmam:

A separação conceitual das conversações de formação humana e capacitação permite, no entanto, duas coisas: primeira, treinar as emoções e o entendimento do professor ou da professora, de modo que possa sempre se relacionar com seus alunos na biologia do amor e interagir com eles sem corrigir seu ser; segunda, criar um espaço de conhecimentos reflexivos e capacidades de ação no professor ou na professora, de modo que possam, por sua vez, guiar seus alunos na contínua ampliação de seus conhecimentos reflexivos e de sua capacidade de ação apenas corrigindo o seu fazer e não o seu ser.

Sobre esse aspecto, Freire (2005, p. 62) revela que como educador é mister, “Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e [...] procurar a coerência com este saber, me leva [...] à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, [...] e inoperante.” Alarcão (2001a, p. 12), se coloca ajuizando as atitudes dos alunos afeitos a refletir, visto que: “[...] terão motivações para continuar a aprender [...], reconhecerão a importância das dimensões afetivas e cognitivas do ser humano, reagirão melhor em face da mudança e do risco que caracterizam uma sociedade em profunda transformação.”

Na concepção de Maturana e Rezepka (2000), a formação continuada do professor deve acontecer sempre na perspectiva da reflexividade que leve o professor a perceber e trabalhar as próprias emoções e conduzir os alunos também nesse caminho, de modo a ampliar suas percepções e conhecimentos. Nessa perspectiva é que os mesmos autores propõem:

Pensamos que o central na formação do professor, ou de seu retreinamento, deve consistir em tratá-los do mesmo modo que se espera que eles tratem seus alunos, mas treinando-os no olhar reflexivo que lhes permite ver suas próprias emoções como o espaço de capacitação em que se encontram em cada momento sem perder o respeito por si mesmos, porque podem reconhecer os seus erros, pedir desculpas e ampliar o olhar reflexivo com seus alunos sem desaparecer nele. (2000, p. 17).

Perrenoud (2002, p. 24), quando aborda sobre o profissional reflexivo, afirma que, “Para formar um profissional reflexivo deve-se, acima de tudo, formar um profissional capaz de dominar sua própria evolução, construindo competências e saberes novos ou mais profundos a partir de suas aquisições e de sua experiência.” Em seguida o autor classifica a reflexão em dois aspectos e os explica colocando como parâmetro a própria ação do profissional no seu cotidiano. O primeiro aspecto da reflexão é a retrospectiva e se caracteriza por ocorrer imediatamente após a realização de uma atividade ou interação. Cumpre a função de fazer uma avaliação a partir de um balanço da atividade, buscando compreender o que deu certo ou não e preparar o profissional para realizar com eficácia a ação em outra oportunidade. O segundo aspecto da reflexão é a prospectiva que ocorre durante o planejamento de uma atividade nova, ou seja, é realizada antes, no momento de preparação do evento e guarda certo distanciamento até a sua execução.

Sobre o professor reflexivo, Contreras (2002, p. 168) indica que:

A proposta do professor reflexivo se fundamenta na idéia de que é necessário enfrentar situações incertas e buscar uma resposta de acordo com o que se considera correto para o caso, utilizando como defesa a recorrência ao fenômeno da moralidade [...] O que se propõe unicamente é que os professores enfrentem a relação estabelecida entre as situações práticas e os valores que são considerados educativos. Esse confronto colocará em crise as práticas escolares, na medida em que estas se sustentam em concepções tecnocráticas [...] Mas se confia na própria capacidade de reflexão para levar a cabo a transformação da prática em valores educativos.



Tratando da concepção de formação continuada observa-se ainda que a prática dos professores não era considerada pelos formadores no planejamento nem na realização das formações. O que acontecia geralmente era a exposição de modelos a serem aplicados pelos professores em sua prática pedagógica na sala de aula, como bem assevera Perrenoud (2002, p. 21-22):

De modo surpreendente, durante anos, essas formações contínuas desconsideraram a prática dos professores em exercício: o formador dizia-lhes o que era preciso fazer sem perguntar o que eles faziam. De outra parte, de forma menos prescritiva, expunha novos modelos (pedagogia por objetivos, teoria dos tipos de texto, princípios da avaliação formativa, recurso à metacognição, trabalho por meio de situações-problema), esperando que os profissionais os adotassem e implantassem em suas classes sem levar em consideração a distância entre as práticas vigentes e as inovações propostas. A problemática da mudança não estava no centro da formação contínua. Ela se baseava no postulado racionalista, o qual define que todo novo saber é fonte de novas práticas apenas pelo fato de ter sido aceito e assimilado.

Nesse sentido, a formação de professores continua não atendendo às necessidades dos professores na sua prática pedagógica. Os modismos pedagógicos fazem parte do cotidiano da escola e os professores são convidados a aderir a cada nova proposta que surge. Muitas delas inadequadas para a realidade daquele grupo, daquela escola, daquela comunidade e, portanto, sempre fracassando na tentativa de implementação. Geralmente, o fato de não dar certo é atribuído ao professor. Francisco Imbernón (2009, p. 35) diz que,

Atualmente, programa-se e se oferece muita formação, mas também é evidente que há pouca inovação ou, ao menos, a inovação não é proporcional à formação que existe. Talvez um dos motivos seja que ainda predomina a formação de caráter transmissora, com a supremacia de uma teoria ministrada de forma descontextualizada, distante dos problemas práticos do professorado e de seu contexto, baseada num professorado médio, que tem uma problemática sempre comum [...].

Estudos têm apontado diversos problemas de formação inicial e continuada de professores. Segundo Libâneo (2011), as críticas são feitas acerca da rigidez curricular e metodológica, bem como, o desligamento da prática presentes nos cursos de formação. Praticamente todas as reformas educacionais das três últimas décadas ressaltam medidas referentes à formação e profissionalização dos

professores no sentido de atender novas exigências demandadas pela reorganização da produção e da mundialização da economia. Estas reformas trazem em sua concepção a tendência de fazer a substituição do professor técnico pelo professor reflexivo. “A idéia é a de que o professor possa ‘pensar’ sua prática, ou em outros termos, que o professor desenvolva a capacidade reflexiva sobre sua própria prática.” (LIBÂNEO, 2011, p. 84-85).

Estamos diante de uma proposta de formação inicial e continuada de professores que tem correspondência com as concepções mais novas do processo de ensino e aprendizagem. Ela se contrapõe às tendências correntes dos sistemas de ensino de ‘treinar’ professores, oferecer cursos ‘práticos’, passar ‘pacotes’ de novas teorias e metodologias distanciados do saber da experiência dos professores. (LIBÂNEO, 2011, p. 87-88).

Pimenta (2005, p. 44-45), também concorda que a atual formação deve valorizar os professores que pensam a sua prática no espaço escolar e primam por um projeto democrático de emancipação que ajude nas transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas da sua comunidade e da sociedade, ao afirmar:

[...] Estamos nos referindo a uma política de formação e exercício docente que valoriza os professores e as escolas como capazes de pensar, de articular os saberes científicos, pedagógicos e da experiência na construção e na proposição das transformações necessárias às práticas escolares e às formas de organização dos espaços de ensinar e de aprender, compromissados com um ensino com resultados de qualidade social para todas as crianças e os jovens. [...]

Estamos, portanto, falando de um projeto emancipatório, compromissado com a responsabilidade de tornar a escola parceira na democratização social, econômica, política, tecnológica e cultural, que seja mais justa e igualitária.

Assim, se busca encontrar respostas aos desafios que a sociedade impõe à educação diante da atual relação que se estabelece, tomando como base um referencial crítico para o ensino. A partir de uma concepção de formação continuada do professor que compreende a prática pedagógica como referência da teoria, e esta, como alimento da prática.

Para Mészáros (2008, p. 78), “[...] a ‘educação continuada’, como constituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do

capital, é inseparável da prática significativa da *autogestão*". O autor afirma que a educação continuada integra a autogestão, como representação na fase inicial de formação na vida dos indivíduos, e, também, no sentido de permitir um *feedback* dos indivíduos bem educados, com a satisfação de suas necessidades de forma correta e redefinidas de modo equitativo, para a determinação global dos princípios orientadores e objetivos da sociedade.

No atual contexto social e político brasileiro, defendemos uma formação continuada de educadores na perspectiva da emancipação do sujeito, profissional da educação, e que privilegie o trabalho coletivo. Para tanto, o professor deve configurar-se como protagonista nessa ação, com os problemas pedagógicos da sua prática cotidiana sendo considerados nos encontros de formação, discutidos com seus pares, refletidos à luz de teorias que possibilitem apontar soluções. O professor precisa de liberdade para trabalhar a partir dos seus conceitos e conhecimentos profissionais, das experiências acumuladas e das soluções encontradas pela coletividade dos professores, em busca de melhoria da prática pedagógica.

Freire (2005, p. 68), trata da organização competente dos educadores como força da categoria ressaltando a relevância política da formação continuada:

É como profissionais idôneos – na competência que se organiza politicamente que está talvez a maior força dos educadores – que eles e elas devem ver-se a si mesmos e a si mesmas. É neste sentido que os órgãos de classe deveriam priorizar o empenho de formação permanente dos quadros do magistério como tarefa altamente política.

Mizukami (2002, p. 31), se pronuncia acerca da formação do professor associando-a ao conceito de aprendizagem quando afirma:

Coerentemente com o novo perfil do professor, o conceito de formação docente é relacionado ao de aprendizagem permanente, que considera os saberes e as competências docentes como resultados não só da formação profissional e do exercício da docência, mas também de aprendizagens realizadas ao longo da vida, dentro e fora da escola.

É importante lembrar que uma concepção de formação continuada de base positivista já predominou no meio educativo. Nesta, os processos de formação continuada realizavam-se com o intuito de encontrar soluções aos problemas

educacionais apresentados pelos professores, geralmente os problemas eram vistos de maneira uniforme, padrão e generalizada. Assim, nessa modalidade de formação são dadas soluções genéricas e descontextualizadas do ensino aos diferentes problemas educativos. Este é um sistema de formação baseado num modelo de treinamento ministrado por especialistas que estabelecem o conteúdo e as atividades a serem desenvolvidas através de cursos, oficinas e seminários. Para Imbernón (2009, p. 51), “A base científica dessa forma de tratar a formação permanente [...] foi o positivismo, uma racionalidade técnica que buscava [...] na pesquisa educativa ações generalizadoras para levá-las aos diversos contextos educativos”. O autor também ressalta:

Se a diversidade das práticas educativas é evidente, se o contexto influencia na forma de ensinar e pensar a educação, se é difícil falar de professorado de forma genérica e, mais precisamente, de professor e professora, a alternativa a essa formação padrão e solucionadora de problemas genéricos (ao ‘treinamento’) é a progressiva substituição da formação padrão dirigida por *experts* acadêmicos que dão soluções a tudo, por uma formação que se aproxime às situações problemáticas em seu próprio âmbito, ou seja, à prática das instituições educativas. Uma formação que, partindo das complexas situações problemáticas educativas, auxilie a gerar alternativas de mudança no contexto onde se dá a educação (IMBERNÓN, 2009, p. 52-53).

Nessa perspectiva, a formação de educadores necessita ser permanente e contínua, e dentre outras formas de efetivar-se, deve ser realizada também entre o coletivo dos pares que enfrentam os mesmos desafios cotidianamente para que as reflexões sejam pautadas na realidade pedagógica vivenciada por todos, ou seja, na instituição de ensino em que trabalham. Desse modo, as experiências podem ser compartilhadas a partir de sujeitos que fazem parte da vida de todos os educadores do grupo de formação, sujeitos que são reais. Estes sujeitos são educandos que possuem história própria, única e na sua individualidade necessitam de cuidado e atenção dos educadores. Embora os educadores trabalhem em sala de aula a partir do grupo de educandos necessitam observar as particularidades dos mesmos, de modo a contribuir na construção da história destes no coletivo da realidade em que se encontram.

### 2.2.1 A formação continuada de professores na perspectiva da autonomia

A formação continuada de professores pressupõe que se trabalhe a partir de um arcabouço conceitual e prático já desenvolvido pelos professores para que se incremente a formação em consonância com o que se deseja alcançar considerando a experiência profissional e o conhecimento acadêmico do grupo. Nesse sentido, como já referenciado na sessão anterior, Contreras (2002) apresenta três modelos de professores: a) especialista técnico; b) profissional reflexivo e, c) intelectual crítico. E relaciona a autonomia profissional a cada um deles. Antes de trabalhar a concepção da autonomia profissional ele traz as dimensões da profissionalidade de acordo com cada modelo de professor considerando os seguintes aspectos: a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional. Trataremos desses aspectos a partir da obra de Contreras 2002.

No que diz respeito à **obrigação moral** o *especialista técnico* rejeita problemas normativos. Os fins e valores que se espera alcançar passam a ser resultados estáveis e bem definidos. O *profissional reflexivo* guia o ensino pelos valores educativos assumidos pessoalmente. Define as qualidades morais da relação e da experiência educativas. O *intelectual crítico* dirige o ensino para a emancipação individual e social, guiada pelos valores de racionalidade, justiça e satisfação.

Em relação ao **compromisso com a comunidade** o *especialista técnico* apresenta despolitização da prática e aceita as metas estabelecidas pelo sistema e se preocupa pela eficácia e eficiência em seu êxito. Quanto ao *profissional reflexivo* observa-se negociação e equilíbrio entre os diferentes interesses sociais, interpretação de seu valor e mediação de política e prática entre eles. Já o *intelectual crítico* defende valores para o bem comum e participa de movimentos sociais que visam à democratização.

Sobre a **competência profissional** o *especialista técnico* demonstra domínio técnico dos métodos para chegar aos resultados previstos. O *profissional reflexivo* desenvolve pesquisa e reflexão sobre a própria prática e delibera sempre que há incerteza acerca da forma correta de agir moral ou educativamente em cada caso. O

*intelectual crítico* pratica a auto-reflexão sobre distorções ideológicas e condicionantes institucionais, a análise e a crítica social e participa na ação política transformadora.

O *especialista técnico* concebe a **autonomia profissional** como *status* ou como atributo. A autoridade é unilateral, sem intervenção, ou seja, a autonomia é ilusória, com dependência de diretrizes técnicas, insensibilidade para os dilemas e incapacidade de resposta criativa diante da incerteza.

O *profissional reflexivo* concebe a **autonomia profissional** como responsabilidade moral individual e considera pontos de vista diferentes. Mantém o equilíbrio entre a independência de juízo e a responsabilidade social. Tem capacidade de resolução de forma criativa das situações problema na realização prática das pretensões educativas.

O *intelectual crítico* concebe a **autonomia profissional** como emancipação, ou seja, liberação profissional e social das opressões. Superação das distorções ideológicas. Possui consciência crítica. A autonomia é concebida como processo coletivo, ou seja, configuração discursiva da vontade comum, direcionado à transformação das condições institucionais e sociais do ensino (CONTRERAS, 2002).

O professor necessita desenvolver-se como intelectual crítico em busca de autonomia enquanto profissional da educação. A formação continuada constitui-se lugar privilegiado para construção de espaços de discussão acerca do seu fazer profissional, estudo e reflexão coletiva de teorias da educação como aporte epistemológico para sua prática. Segundo Linhares (2004, p. 171), nós professores “[...] sem um panorama onde situar-se, quer considerando o que se foi, quer o que ainda está por vir, ficamos reduzidos a seres míopes e esmigalhados, presos ao imediato e ao utilitário, com um reduzido horizonte de autonomia.”

A autonomia do professor é criativa e o Estado precisa dar condições para sua construção. Segundo Maturana e Rezepka (2000, p. 22),

A implementação do ensino na biologia do amor exige que se dê maior atenção, na formação dos professores, à sua formação humana, por um lado, e à ampliação e ao aprofundamento de sua capacitação na atividade e reflexão que ensinam, por outro. Por isso mesmo é necessário um maior compromisso do Estado na conservação da dignidade dos professores, oferecendo condições para poderem guardar o respeito por si mesmos e sua autonomia criativa.

Nessa mesma perspectiva Imbernón (2010, p. 13), afirma que “[...] para ser um profissional é preciso ter autonomia, ou seja, poder tomar decisões sobre os problemas profissionais da prática”. É importante verificar que os professores necessitam ter garantidas algumas condições, especialmente de trabalho, que possibilitem o exercício pleno dessa autonomia, como confirma Santomé (2001, p. 23),

a) A autonomia requer um professorado com uma boa formação, atualização psicopedagógica e cultural e recursos econômicos; [...] b) A autonomia ajuda a ter coragem para arriscar-se a exercê-la. [...] c) Além disso, exercer a autonomia exige ter condições de trabalho que a tornem possível. Implica dispor de tempo e de espaços físicos nos quais se possa reunir, tanto com os companheiros e companheiras como com o alunado e suas famílias. É necessário que a jornada de trabalho docente ofereça possibilidades reais para que o professorado tenha condições de reunir-se para analisar a vida escolar, os projetos curriculares da escola e da sala de aula; para elaborar estratégias e planos de ação capazes de reconduzir àquelas situações sobre as quais considera urgente incidir etc.

Assim, a formação de professores, na opinião de Imbernón (2009), extrapola o aprender mais, inovar mais, mudar mais. Envolve um movimento crítico a práticas trabalhistas tais como a hierarquia, o abuso de poder, a miséria econômica de muitos docentes, o sexismo, a xenofobia, a proletarização, o individualismo e outros. Por meio da formação é possível ainda combater a exclusão, a segregação, o racismo, a intolerância etc.

Essa formação de professores, ainda segundo Imbernón (2009), quando distante da prática prioriza os aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos e se caracteriza como individualista, originada em modelos transmissivos de caráter tecnocrático, mercantilista e meritocrático. É necessário, então, incrementar uma formação que considere a prática e estimule a autonomia do professor no gerenciamento da própria formação. Seguindo essa linha, Imbernón (2009, p. 48), ressalta que é necessário,

[...] abandonar o conceito tradicional que estabelece que a formação permanente do professorado é a atualização científica, didática e psicopedagógica [...] de sujeitos ignorantes, em benefício da firme crença de que a formação permanente deverá gerar modalidades que ajudem o professorado a descobrir sua teoria, organizá-la, fundamentá-la, revê-la e destruí-la ou construí-la de novo. Isso abrange uma mudança radical da forma de pensar a formação, já que [...] privilegia o comprometimento com

uma formação orientada para um sujeito que tem capacidades de processamento da informação, análise e reflexão crítica, decisão racional, avaliação de processos e reformulação de projetos, tanto trabalhistas como sociais e educativos em seu contexto e com seus colegas.

Outro autor que vem corroborar com esse posicionamento é Libâneo (2011, p. 87), ressaltando a apropriação do momento histórico pelo professor como fundamental para sua ação diante da realidade, quando recomenda e acrescenta:

[...] tanto em relação à formação das crianças e jovens quanto à formação de professores, importa não apenas buscar os meios pedagógico-didáticos de melhorar e potencializar a aprendizagem pelas competências do pensar, mas também de ganhar elementos conceituais para a apropriação crítica da realidade. É preciso associar o movimento do ensino do pensar ao processo da reflexão dialética de cunho crítico, a crítica como forma lógico-epistemológica. Pensar é mais do que explicar, e para isso as escolas e as instituições formadoras de professores precisam formar sujeitos pensantes, capazes de um pensar epistêmico, ou seja, sujeitos que desenvolvam capacidades básicas de pensamento, elementos conceituais, que lhes permitam, mais do que saber coisas, mais do que receber uma informação, colocar-se ante a realidade, apropriar-se do momento histórico para pensar historicamente essa realidade e reagir a ela.

Freire (2005) ressalta que para coordenar as atividades de sua sala de aula com força moral, o professor precisa levar a sério sua formação através de estudos e se esforçando para estar à altura de sua tarefa, pois no fundo o essencial nas relações é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Entendendo a prática educativa como constante exercício em benefício do cultivo e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.

Segundo Contreras (2002, p. 197), “[...] a autonomia não é uma definição das características dos indivíduos, mas a maneira com que estes se constituem pela forma de se relacionarem”. Dessa forma, a autonomia do professor se concretiza a partir da reflexão crítica no contexto da prática do ensino que ocorre em um processo de construção contínuo no qual se conjugam vários componentes. Nesse sentido a autonomia se apresenta como um exercício, visto que funciona como forma de interferência nas práticas onde as decisões acontecem considerando complexidades, ambiguidades e conflitos das situações. Assim, em Contreras (2002, p. 194-195), vamos encontrar o seguinte esclarecimento,



[...] no caso da educação, a reivindicação da autonomia não é apenas uma exigência trabalhista pelo bem dos funcionários. O é também pelo bem da própria educação. Os processos de racionalização do trabalho do professor, a separação da concepção e da execução não significam apenas uma dependência dos professores em relação às diretrizes externas, mas este processo de dependência externa se produz necessariamente ao preço da coisificação dos valores e das pretensões educativas. [...] Por conseguinte, a relação entre autonomia e profissionalidade é, ao mesmo tempo, uma reivindicação da dignidade humana das condições trabalhistas dos professores e uma reivindicação de oportunidade para que a prática de ensino possa se desenvolver de acordo com determinados valores educacionais, valores que não sejam coisificados em produtos e estados finais, mas que atuem como elementos constitutivos, como orientadores internos da própria prática. Ou seja, a autonomia no ensino é tanto um direito trabalhista como uma necessidade educativa.

A autonomia na docência exerce, portanto, uma função primordial considerando o papel social do professor enquanto educador que transcende o papel educativo propriamente dito. Freire (2005, p. 59) afiança: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Desenvolver a prática pedagógica com autonomia garante ao professor trabalhar na perspectiva da concepção e da execução da própria prática, da emancipação enquanto profissional da educação.

Para Alarcão (2011, p. 32) o papel dos professores é: “Criar, estruturar e dinamizar situações de aprendizagem e estimular a aprendizagem e a autoconfiança nas capacidades individuais para aprender”. É também função do professor educar para a autonomia, como garante Gadotti (2001, p. 9-10): “Educar significa, então, capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a resposta do que pergunta, significa formar para a autonomia”. É importante considerar que hoje, na sociedade da aprendizagem, a ênfase é colocada no sujeito que aprende, sem, no entanto, colocá-lo como único responsável pelos seus sucessos e fracassos, eximindo, assim, o professor de sua exclusiva função de ensinar.

### 3 PROJovem: contexto histórico e orientações do Programa Nacional

O governo brasileiro, percebendo a falta de investimento em políticas para a juventude que possibilitassem condições de rompimento com o ciclo de reprodução das desigualdades muito perceptíveis nesse grupo social, passou a investir em uma política nacional integrada que viesse beneficiar os jovens. As estatísticas brasileiras relacionadas a este grupo indicam que em sua maioria, especialmente aqueles situados na faixa etária entre 15 e 24 anos, são jovens que vivem em situação de exclusão social. O investimento governamental decorre também de exigência da sociedade, conforme afirma Oliveira (2010, p. 54): “[...] a sociedade vem exigindo políticas públicas que se mostrem eficientes para minimizar os riscos e os problemas [...], bem como maximizar as oportunidades de inserção econômica, política, social e cultural dos jovens”.

Castro, Aquino e Andrade (2009) afirmam, no entanto, que é necessário às políticas públicas federais terem um marco referencial mais coeso acerca do conceito de juventude. É bastante evidente que algumas áreas adotam concepções que respeitam a noção do jovem como sujeito de direitos e que consideram as especificidades desta fase da vida e dos grupos que a experimentam, enquanto outras continuam compreendendo-a de forma tutorial e controladora. Todas as áreas lidam com o mesmo jovem que se percebe submetido a formas muito diferenciadas de tratamento, transitando entre as duas concepções citadas. A lógica de atuação segue extremamente setorializada, faltando construir uma estratégia de ação multissetorial que articule horizontalmente as iniciativas dos diversos órgãos com um propósito comum.

O governo federal, reconhecendo a representatividade juvenil como demanda significativa para intervenções através de políticas públicas, em 2005 lançou a Política Nacional da Juventude compreendendo a instituição da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ<sup>13</sup> e do Conselho Nacional de Juventude – CNJ<sup>14</sup> e o

---

<sup>13</sup> Vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, cumpre as funções de: a) formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas para a juventude; b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a juventude. (BRASIL, 2008b).

desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem<sup>15</sup>. Estes três órgãos foram instituídos pela Medida Provisória nº 238, de 01 de fevereiro de 2005 e transformada na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 (BRASIL, 2008b). Essa Lei expressa em seu artigo primeiro:

Fica instituído, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.

A implantação do ProJovem deu-se sob a coordenação da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O programa foi regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005 e recebeu parecer favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE nº 2/2005, de 16 de março de 2005, sendo aprovado pela Resolução 3/2006, de 15 de agosto de 2006, como um curso experimental, em conformidade com o artigo 81, do Título VIII - Das Disposições Gerais, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96. Assim, através dos sistemas de educação obteve-se a certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional a título de formação inicial (BRASIL, 2008b).

---

<sup>14</sup> Órgão colegiado, integra a estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República. Composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis e não governamentais e personalidades reconhecidas pelo trabalho com jovens. Finalidades: a) assessorar a Secretaria Nacional da Juventude na formulação de diretrizes da ação governamental; b) promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil; c) assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida pelo reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã. (BRASIL, 2008b).

<sup>15</sup> Esse programa foi voltado para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes. Caracterizou-se como emergencial por atender um segmento que necessita chegar ainda jovem ao ensino médio, e experimental por basear sua proposta curricular em novos paradigmas de ensino e aprendizagem articulando o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária. (BRASIL, 2008b).

O ProJovem estabeleceu como meta inicial o atendimento a cerca de 200.000 jovens no período compreendido entre 2005 e 2008, nas capitais brasileiras e no Distrito Federal. Na versão original (2005 - 2008) o programa foi desenvolvido para jovens entre 18 e 24 anos, que tivessem concluído a quarta série (5º ano atualmente), mas ainda não terminado a oitava série (9º ano atualmente) do ensino fundamental e não tivessem vínculos formais de trabalho. Em 2006 o atendimento pelo ProJovem foi ampliado aos municípios das regiões metropolitanas com pelo menos 200.000 habitantes, tendo feito adesão ao programa, nesse ano, 29 municípios do país (BRASIL, 2008b).

Muitos jovens que se encontram nessa faixa etária demandam atendimento através de políticas públicas uma vez que estão em situação de vulnerabilidade social pela dificuldade de acesso a direitos como, educação pública de qualidade, trabalho, saúde, lazer, moradia, dentre outros (MELO; BRANCO, 2009). Nesse sentido é importante perceber que a educação como prática social não compreende somente a escolarização, prática educativa institucionalizada, embora este seja o lugar privilegiado para que a mesma aconteça. No entanto, é fundamental compreendermos que as políticas públicas relacionadas à educação não podem estar submetidas à lógica utilitarista do mercado de trabalho, atendendo apenas à demanda do processo produtivo.

Os formuladores do ProJovem consideram que uma das medidas mais importantes tomadas em sua implantação foi a criação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem - SMA, responsável pela supervisão das condições de oferta local do programa, avaliação externa de alunos, monitoramento da matrícula, frequência e realização das atividades pedagógicas e avaliação do programa. Este conjunto de ações realizadas pelo SMA favoreceu a melhor visualização das condições e da realidade em que o programa estava sendo desenvolvido, levando a obtenção de dados e de subsídios para proceder aos ajustes necessários no planejamento e na tomada de decisões para implementação da etapa seguinte do programa. Observamos que este cuidado foi importante para visualizar as reais demandas do programa.

O Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem foi coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e executado através de convênio entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e sete Universidades Federais com atuação regionalizada: Universidade Federal do Pará - UFPA – Regional Norte; Universidade Federal da Bahia - UFBA – Regional Nordeste I; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE – Regional Nordeste II; Universidade de Brasília - UnB – Regional Centro-Oeste; Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG – Regional Sudeste I; Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF – Regional Sudeste II; Universidade Federal do Paraná - UFPR – Regional Sul (BRASIL, 2008b).

O Sistema de Monitoramento e Avaliação tem como instância decisória o Conselho Técnico presidido pela Coordenação Nacional do ProJovem que agrega os coordenadores do sistema nas Universidades Federais que o compõem. A metodologia que o SMA utiliza para avaliar o programa articula pesquisas quantitativas e qualitativas, avaliando, dentre outros aspectos: os perfis dos alunos e educadores, a aprendizagem (proficiência agregada), a permanência dos jovens no programa, o material didático e o Projeto Pedagógico Integrado – PPI. A avaliação e a experiência apontaram que os jovens que vivem em situação de exclusão estão, geograficamente, mais dispersos que o esperado, revelando a necessidade de ampliar o programa para cidades menores, visto que parte significativa dos jovens excluídos não é contemplada, mediante as restrições apresentadas a determinados municípios (BRASIL, 2008b).

Esta ação foi avaliada pelo governo como promissora, pois mostrou resultados satisfatórios: “O sucesso do programa e o interesse dos parceiros [...] são indicadores de compromisso na luta contra as desigualdades e a exclusão social, bem como de confiança na força e na potencialidade da juventude brasileira” (BRASIL, 2008b, p. 18). Com a intenção de ampliar e reforçar ações dessa natureza voltadas para a juventude, de modo a integrar as ações desenvolvidas em vários ministérios, foi criado em 2007 o Grupo de Trabalho – GT Juventude.

O Grupo de Trabalho Juventude foi composto por representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do

Esporte e do Planejamento. O GT indicou caminhos para a promoção de um “[...] programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros, lançando-se o **ProJovem Integrado**, que se articula por duas noções básicas: a) OPORTUNIDADES para todos; b) DIREITOS universalmente assegurados” (BRASIL, 2008b, p. 12).

Para o governo brasileiro o investimento em uma política nacional integrada, agregando programas e ações destinadas ao desenvolvimento da juventude brasileira representa “[...] dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2008b, p. 12). Nesse sentido, Santos (2011, p. 122) afirma: “[...] observamos uma atenção especial ao protagonismo juvenil, na intenção de instigar [...] a juventude que vive em meio a restrições sociais, econômicas, políticas e educacionais, a participarem de ações sociais”. Este estímulo à participação do jovem em ações na comunidade o coloca na posição de sujeito que passa a conhecer o seu espaço de convivência em suas dificuldades e potencialidades e perceber-se com condições de intervir na realidade em que vive. Nesse processo constrói sua autonomia na medida em que interage com a coletividade e investe esforços em sua formação educativa através do exercício da cidadania. Segundo Gadotti (2001, p. 49), “A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão”.

O ProJovem Integrado, como define o Manual do Educador – orientações gerais (BRASIL, 2008b), é composto por quatro modalidades:

- ◆ **ProJovem Adolescente** (sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), que complementa a proteção social básica à família, através da oferta de meios necessários para garantir a convivência na família e na comunidade e a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do Programa Agente Jovem. Destina-se a jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos.

- ◆ **ProJovem Campo** (sob a responsabilidade do Ministério da Educação), que fortalece e amplia o acesso e a permanência no sistema educacional dos jovens envolvidos na agricultura familiar; promove elevação da escolaridade ao ensino fundamental, qualificação e formação profissional, com vista ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania. Utilizando-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o Programa Saberes da Terra.
- ◆ **ProJovem Trabalhador** (sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego), que unifica três programas: Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, almejando preparar os jovens para o mercado de trabalho e outras ocupações alternativas que geram renda. Atende jovens entre 18 e 29 anos que estejam em situação de desemprego e façam parte de família com renda *per capita* mensal de até um salário mínimo.
- ◆ **ProJovem Urbano** (sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude), que objetiva elevar o grau de escolaridade como meio de promoção do desenvolvimento humano e do exercício da cidadania, através do término do ensino fundamental, da qualificação profissional e da efetivação de experiências de participação cidadã. Constitui-se em uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, e tem a finalidade de promover a inclusão social da juventude brasileira que se encontra na faixa etária entre 18 e 29 anos. Essa, embora seja alfabetizada, ainda não teve a oportunidade de concluir o ensino fundamental. O ProJovem Urbano busca, então, reinserir estes jovens na escola e no mundo do trabalho, de modo a proporcionar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2008b).

Cada modalidade do ProJovem Integrado funciona sob a responsabilidade da respectiva Secretaria ou Ministério responsável, não havendo interferência de coordenação entre elas. Cada uma se desenvolve em seu respectivo espaço geográfico e social atendendo seu público específico. A abrangência do

programa torna-se bastante ampliada quando consideramos as quatro modalidades, atendendo jovens do campo e da cidade, na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A crítica recai sobre a falta de ligação entre as modalidades que provocaria um trabalho em parceria, ampliando as possibilidades de construção de políticas que promoveriam os direitos da juventude em conexão com as necessidades atuais impostas pela sociedade.

### **3.1 ProJovem Urbano – características, finalidades e fundamentos**

O ProJovem Urbano estabelece-se a partir da reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, objetivada pelo governo ao considerar os resultados da avaliação realizada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA com o intuito de “[...] reforçar aspectos bem sucedidos e propor estratégias para superação de dificuldades e obstáculos encontrados em sua implementação” (BRASIL, 2008b, p. 13).

O ProJovem Urbano circunscreve-se em novo contexto de políticas governamentais integradas para a juventude, visto que o programa se mostra pertinente como política pública e eficaz como proposta pedagógica e curricular. Apontando para um currículo integrado<sup>16</sup> que considere as dimensões humanas do conhecimento, da ação e do compromisso consigo mesmo e com os outros. Segundo Cantanhêde (2011, p. 91), “[...] o programa organiza sua proposta pedagógica [...] visando à formação integral de seu público [...] buscando a promoção da equidade, levando em conta as características próprias do grupo a que se destina”.

Ao ponderar a opção feita pelo currículo integrado, o ProJovem Urbano tem como princípio fundamental a integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Esta integração visa promover a equidade,

---

<sup>16</sup> Associa teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. E para que a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã possam fortalecer-se mutuamente, cada uma delas deve desenvolver-se plenamente e em consonância com as demandas para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea. Tem em vista a promoção da equidade, considerando as especificidades do público do programa: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram esses jovens no que se refere aos direitos à educação, ao trabalho e à cidadania (BRASIL, 2008b).



considerando a especificidade do público que é atendido pelo programa, a condição juvenil e a necessidade de sobrepujar a situação de exclusão em que vivem esses jovens em relação aos direitos à educação, ao trabalho e à cidadania (BRASIL, 2008b). Entendendo-se que esses e outros direitos subjetivos e universais do ser humano somente serão plenamente acessíveis quando a sociedade os reconhecer, e os sujeitos, que deles são privados, se assumirem como cidadãos conscientes do seu direito aos direitos que lhes são negados, e reconhecerem que é necessário lutar para garanti-los. Segundo Dayrell (2007, p. 27),

Para grande parte da juventude brasileira, aquela que de alguma forma foi excluída antes de concluir o ensino básico, parece que a experiência escolar pouco contribuiu e contribui na construção da sua condição juvenil, a não ser pelas lembranças negativas ou, o que é também comum, pela sensação de incapacidade, atribuindo a si mesmos a “culpa” pelo fracasso escolar, com um sentimento que vai minando a auto-estima. Esses já vivem sua juventude marcada pelo signo de uma inclusão social subalterna, enfrentando as dificuldades de quem está no mercado de trabalho sem as certificações exigidas.

O ProJovem Urbano busca intervir nessa realidade juvenil apresentando proposta de trabalho educacional inovadora, assim, fundamenta-se nos mesmos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que orientaram o programa em sua fase inicial. Os componentes apresentados pelo ProJovem Urbano (BRASIL, 2008b), o caracterizam como: a) propostas inovadoras de gestão intersetorial compartilhada por quatro ministérios, e de implantação em regime de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios envolvidos; b) novo paradigma de educação representado pelo Projeto Pedagógico Integrado – PPI que articula a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã; c) materiais pedagógicos produzidos para atender especialmente as características do programa, compondo-se de guias, manuais e vídeos destinados a alunos, educadores, gestores e instituições de formação de educadores.

Em uma visão geral do ProJovem Urbano é possível perceber os aspectos essenciais de sua proposta que incorpora, amplia e aprimora o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Trata-se da inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos da cidadania, o que implica: afirmar o jovem

como sujeito de direitos; valorizar suas expressões culturais, seus saberes, emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas; compreender a juventude na perspectiva de geração<sup>17</sup>, segundo o Manual do Educador: orientações gerais (BRASIL, 2008b).

Para Freire (2005, p. 32): “A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita a distância de uma rigorosa formação ética e estética. Decência e boniteza de mãos dadas”. Tomando ainda o pensamento de Freire (2005), a decência e a pureza devem fazer parte, como rigoroso testemunho, da prática educativa. O professor não pode permitir que as dificuldades encontradas no caminho da docência o conduzam a desvios fáceis, portanto, imorais. O caráter formador da experiência educativa é o fundamentalmente humano dessa prática. Por conseguinte, os conteúdos não podem ser ensinados de forma alheia à formação moral dos educandos. Santomé (2001, p. 54) afirma que: “As instituições de ensino são um dos espaços aos quais compete, de maneira mais decisiva a aposta numa verdadeira educação moral, nestes momentos de forte individualismo e isolamento”.

Giroux (2003, p. 155), igualmente, adverte sobre a necessidade de repensar a relação entre cultura e poder, especialmente, quando se trata de educação:

[...] os educadores e os demais necessitam repensar as maneiras em que a cultura se relaciona com o poder e como e onde ela funciona simbólica e institucionalmente como uma força educacional, política e econômica. A cultura é o terreno da contestação e da acomodação, assim como o local onde os jovens e outras pessoas imaginam sua relação com o mundo; ela produz as narrativas, as metáforas e as imagens para construir e exercer uma poderosa força pedagógica sobre a maneira como as pessoas pensam a respeito de si mesmas e de seu relacionamento com os outros.

É nesse sentido que o ProJovem Urbano desenvolve um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, em que o jovem atua como sujeito. a) **Integrado** ao relacionar as três dimensões fundamentais que o compõem, integrando a escolarização com a formação inicial para o trabalho e a ação cidadã no âmbito da localidade onde o jovem estudante vive, concebendo a cidade como espaço

---

<sup>17</sup> Consiste numa nova forma de perceber a juventude em suas relações com outros grupos sociais. Aponta para novas relações inter e intrageracionais e requer um diálogo intergeracional que produza novas escutas e aprendizados mútuos (BRASIL, 2008b).

educativo. b) **Interdisciplinar** na medida em que prevê tempos curriculares para que os professores orientadores de aprendizagem trabalhem na elaboração com os alunos das sínteses interdisciplinares do Plano de Ação Comunitária – PLA<sup>18</sup>, e do Projeto de Orientação Profissional – POP<sup>19</sup> integradas à formação básica. c) **Interdimensional** ao criar oportunidades adequadas para que o jovem estudante construa sua subjetividade ao articular a pessoa humana, o trabalhador, o estudante e o cidadão.

Nesse projeto, a aprendizagem acontece quando o estudante relaciona os conhecimentos novos com suas experiências e os situa em seu cotidiano, de modo a utilizá-los quando necessário na perspectiva dessa nova dimensão da aprendizagem. Assim, o currículo no ProJovem Urbano está alicerçado na integração entre estas três dimensões: a Formação Básica<sup>20</sup> para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série (9º ano) do ensino fundamental; a Qualificação Profissional<sup>21</sup>, que acontece como qualificação inicial em um Arco Ocupacional<sup>22</sup>; e a realização de ações comunitárias, culturais, esportivas e de lazer através da Participação Cidadã<sup>23</sup>. O quadro que segue

---

<sup>18</sup> Importante instrumento de integração do currículo do ProJovem Urbano, o PLA é um plano a ser elaborado, desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular Participação Cidadã. “Tem como referência a idéia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo” (BRASIL, 2008a, p. 22).

<sup>19</sup> O POP implica um olhar interdisciplinar que permite a integração da dimensão Qualificação Profissional com a Formação Básica e a Participação Cidadã. Trata-se de uma reflexão continuada sobre todas as atividades curriculares: aprendizagens práticas e sociais, vivências, organização de conteúdos na relação teoria e prática (BRASIL, 2008a, p. 23).

<sup>20</sup> Compreende os seguintes componentes curriculares: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática e Ciências da Natureza. Estes componentes são desenvolvidos ao longo do curso por professores especialistas nas respectivas áreas.

<sup>21</sup> Este “[...] componente [...] compreende três aspectos: a Formação Técnica Geral (FTG), os Arcos de Ocupações escolhidos pelo estado, município ou DF e o Projeto de Orientação Profissional (POP)” (BRASIL, 2008b, p. 101).

<sup>22</sup> Prepara o jovem para atuar no mundo do trabalho, como empregado, pequeno empresário ou membro de cooperativa. Baseia-se em concepções contemporâneas de organização do trabalho; cada arco desenvolve competências relacionadas à concepção, à produção e à circulação de bens ou serviços, ampliando e articulando as possibilidades de atuação do jovem no mundo do trabalho. É classificado em 23 Arcos segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Os alunos escolhem entre os 23, aquele no qual pretende se qualificar de acordo com a pré-seleção feita para a localidade (BRASIL, 2008b).

<sup>23</sup> [...] compreendida como ação socioeducativa que abrange múltiplas aprendizagens nos âmbitos da convivência entre os jovens, da sociabilidade e da participação cidadã na vida pública. No currículo do ProJovem Urbano, a Participação Cidadã visa a contribuir para o reconhecimento pelos jovens de seus direitos e deveres cidadãos e para o desenvolvimento de potencialidades que resultem no exercício de uma cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos e comprometida com a democracia (BRASIL, 2008a, p. 58).

(Quadro 2) demonstra as horas presenciais e não presenciais relativas a cada dimensão do currículo do ProJovem Urbano.

Quadro 2 – Carga Horária das Três Dimensões do Currículo do ProJovem Urbano

| FORMAÇÃO                  | HORAS PRESENCIAIS | HORAS NÃO PRESENCIAIS | TOTAL |
|---------------------------|-------------------|-----------------------|-------|
| Formação Básica           | 1.092             | -                     | 1.092 |
| Qualificação Profissional | 390               | 440                   | 830   |
| Participação Cidadã       | 78                | -                     | 78    |
| Total da Carga Horária    | 1.560             | 440                   | 2.000 |

Fonte: Manual do Educador – orientações gerais, 2008.

Elaboração da autora

As horas presenciais incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas que envolvem o campo da Qualificação Profissional e da Participação Cidadã, supervisionadas por um educador. As horas não presenciais são destinadas às leituras e atividades relativas às unidades formativas e à elaboração de planos e registros que acontecem individualmente ou em grupos, nos espaços e tempos mais apropriados aos estudantes.

O ProJovem Urbano também propõe novas formas de organização do trabalho escolar visando a viabilização do desenvolvimento do currículo integrado. Isso implica novas formas de gestão compartilhada, de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos, de forma a coadunar a ação dos sujeitos do processo com os princípios e diretrizes do projeto pedagógico, evitando a descaracterização do programa. O ProJovem Urbano ainda define estratégias de atuação na sala de aula visando a integração das três dimensões do currículo, observando os fundamentos e diretrizes do programa, considerando o múltiplo e o plural presentes nas experiências e conhecimentos dos jovens e em sua experiência escolar anterior. Segundo Freire (1992, p. 112): “Enquanto objetos de conhecimento os conteúdos se

devem entregar à curiosidade cognoscitiva de professores e alunos. Uns ensinam e, ao fazê-lo, aprendem. Outros aprendem e, ao fazê-lo ensinam”.

Assim, o ProJovem Urbano concebe o currículo como algo que se constrói no processo, envolvendo escolhas, conflitos e acordos que acontecem em determinados contextos, com a finalidade de fazer proposições acerca do que se vai ensinar, resultando no currículo denominado formal. O currículo formal transforma-se em currículo real na execução diária na escola e, principalmente na sala de aula, naquilo que efetivamente é ensinado e aprendido, nas relações pedagógicas e interações entre professores e entre alunos, nas experiências vivenciadas no contexto escolar (BRASIL, 2008b).

Arroyo (2008, p. 23), compreende que: “Os currículos gradeados e disciplinares empobrecem o conhecimento, a escola e os professores”. Ousando no sentido de propor um currículo integrado, que trabalha com a interdisciplinaridade e interdimensionalidade, o ProJovem Urbano agrega parâmetros defendidos por muitos pesquisadores da educação na atualidade, tornando-se um programa inovador que procura cercar-se de elementos que possam garanti-lo como iniciativa governamental acertada, dentre elas a formação dos educadores.

Desse modo, para que responda satisfatoriamente aos desafios que possam surgir durante a sua execução, o ProJovem Urbano prevê também a formação dos educadores. A formação investe os educadores de competência para planejar e agir cooperativamente, e de determinadas capacidades considerando as diferentes facetas do aluno como ser humano. Nesse sentido, o professor, das áreas de conhecimento ou disciplinas curriculares, vai além da condição de especialista em uma disciplina e precisa agir como educador no sentido amplo da palavra. Por isso desempenha dois papéis distintos, mas inseparáveis: o de professor especialista<sup>24</sup> em sua área de formação e conhecimento e o de professor orientador<sup>25</sup> da aprendizagem

---

<sup>24</sup> Como especialista o professor desempenha o papel de ensinar. Os Guias de Estudo constituem seu mais importante instrumento de trabalho, desempenhando um papel especial no desenvolvimento do currículo integrado. Os conteúdos não valem por si, mas pelas habilidades, capacidades e saberes que permitem desenvolver; isso requer um intenso trabalho do especialista com o Guia (BRASIL, 2008b).

<sup>25</sup> Desenvolve as atividades de integração com apenas uma turma, que fica sob sua responsabilidade. Cabe-lhe dinamizar as atividades de sua turma no sentido de ensinar os estudantes como aprender a articular conhecimentos para relacioná-los entre si e com sua própria vida.

vista como elemento de construção da autonomia intelectual do estudante e de uma visão mais ampla do processo educacional. Desse modo, por meio da formação inicial e continuada busca-se a construção de um processo de identificação em que cada educador se veja simultaneamente como:

a) um **perito** que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento e de sua atividade educacional/docente e sabe usá-lo competentemente; b) um **pensador** capaz de situar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação; c) um **cidadão** sujeito de direitos e de responsabilidades que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade (BRASIL, 2008b, p. 14).

O ProJovem Urbano preserva também as finalidades do programa em sua fase inicial. A primeira delas é proporcionar formação integral aos jovens associando efetivamente três dimensões fundamentais, que são a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. No intento de alcançar esses propósitos foram elaboradas algumas finalidades específicas:

- ◆ a reinserção dos jovens no processo de escolarização;
- ◆ a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- ◆ a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- ◆ a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- ◆ a ampliação do acesso dos jovens à cultura (BRASIL, 2008b, p. 26).

Diante da constatação de que os jovens demandam mais do que a escolarização, o ProJovem, enquanto política pública, propõe-se em suas finalidades a contemplar a juventude atendida pelo programa em várias dimensões, incluindo desde meios que venham garantir a sobrevivência, passando pela escolarização, ações de cidadania até a ampliação do acesso a bens culturais.

### 3.1.1 Público potencial do ProJovem Urbano: perfil e características

Para executar o planejamento do ProJovem Urbano a Coordenação Nacional com a equipe técnica do CAEd/UFJF fez um estudo populacional, em 2007, para estimar o público potencial do programa e suas variáveis populacionais para

2008, abrangendo: escolaridade, faixa etária a ser atendida e distribuição geográfica. Na realização desse estudo foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, principalmente os produzidos a partir de: "a) Pnad 2005 e Pnad 2006; b) Estimativa 2006 e c) Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) e d) Contagem Populacional 2006 - IBGE" (BRASIL, 2008b, p. 27). Também foram utilizadas as informações obtidas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA. Foi definida como população jovem excluída, para esta pesquisa, aquela formada por jovens na faixa etária compreendida entre 18 e 29 anos e com escolaridade entre um e sete anos de estudo.

Segundo informações contidas no Manual do Educador: orientações gerais (BRASIL, 2008b), a comparação realizada entre dados de 1970 e 2000 possibilitou caracterizar a evolução do peso da população jovem na população brasileira total, visto que essa, na faixa etária admitida para o estudo, duplicou no período, sendo que no segmento urbano triplicou, passando de 58% em 1970, para 83% da população total em 2000. As regiões com maior crescimento demográfico da população jovem foram a Norte e a Centro-oeste, por outro lado a que apresentou menor índice de crescimento foi a região Sul. A proporção da população jovem em relação à população total do Brasil passou de 20% em 1970 para 22% em 2000 e caiu para 21,5% em 2006. Ao comparar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2005 com os de 2006, observa-se que a faixa etária de 18 a 24 anos caiu de 11,8% para 10,94% da população total urbana e de 60,84% para 60,23% da população jovem, enquanto que a faixa de 25 a 29 anos aumentou de 7,14% para 7,26% e de 39,16% para 39,77%, respectivamente.

É possível caracterizar a população jovem excluída mediante a análise da população jovem, por ser aquela determinada pelas condições de vida da população e pelo seu nível de escolaridade. A relação da população jovem com os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) e desenvolvimento humano educacional (IDHE) aponta que quanto menos desenvolvida e escolarizada é a população, maior o número de excluídos. De acordo com a PNAD 2006, dos cerca de 40 milhões de jovens brasileiros de 18 a 29 anos, aproximadamente 10 milhões e meio tinham de um a sete anos de escolaridade. Considerando apenas a população urbana, são mais

de 34 milhões de jovens com 18 a 29 anos e cerca de 7 milhões e meio com um a sete anos de escolaridade.

O público potencial do ProJovem Urbano pode ser definido a partir dos dados sobre a população jovem e a excluída que o estudo revelou. Estima-se que existem cerca de 9 milhões de jovens brasileiros na faixa etária de 18 a 29 anos, com um a sete anos de escolaridade, sendo que cerca de 6,4 milhões vivem nas regiões urbanas, com 47% vivendo em cidades com mais de 200.000 habitantes e 53% em cidades com até 200.000 habitantes.

Diante disso, o atendimento pelo ProJovem Urbano foi estendido também para municípios com população inferior a 200 mil habitantes. O público atendido teve sua faixa etária ampliada, compreendendo jovens que tinham entre 18 e 29 anos de idade e sabiam ler e escrever, mas ainda não tinham concluído o ensino fundamental. Para a comprovação de que o jovem sabia ler e escrever, o programa, através da Coordenação Nacional, realizou uma aferição por meio de teste de proficiência, com supervisão do Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA.

A matrícula no ProJovem Urbano ocorreu em período definido pela Coordenação Nacional, sendo realizada pelos estados, municípios e Distrito Federal por meio de um sistema informatizado e acompanhada pelo SMA. Caso o número de candidatos fosse maior que o de vagas disponíveis o preenchimento das vagas acontecia por meio de sorteio público. Os jovens matriculados recebiam “[...] auxílio financeiro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) [...]” a ser pago mensalmente durante vinte meses segundo documentos do programa, mas que após revisão decidiu-se pagar somente dezoito meses. O pagamento desse valor estava condicionado a 75% como mínimo de frequência mensal às aulas, realização de atividades pedagógicas e a entrega de 75%, no mínimo, dos trabalhos escolares prevista para cada mês (BRASIL, 2008b, p. 31).

Para a maioria dos jovens matriculados no ProJovem Urbano o programa tem uma significativa representação em sua vida. Esta pode ser considerada uma oportunidade de melhoria da sua situação educacional, social e econômica, pois muitos deles se sentem excluídos e marginalizados pela sociedade e pela própria instituição escolar, onde geralmente vivenciaram experiências traumáticas,



humilhantes. Conseguir reconstruir essa história de forma positiva a partir de uma nova perspectiva de educação estabelece um marco na vida dos jovens atendidos pelo programa.

### **3.2 A formação de educadores e as orientações da política nacional do ProJovem**

#### **Urbano**

Mediante as grandes mudanças que a proposta pedagógica do ProJovem Urbano exige na gestão do sistema, no núcleo e na sala de aula, os elaboradores e organizadores do programa acreditam que os educadores que iniciam sua participação no mesmo, não se encontram preparados para absorver tantas mudanças sem que passe por formação específica. Isso, principalmente, em relação ao trabalho coletivo e interdisciplinar, “[...] pois a formação tradicional costuma associar linearmente o *professor ao ensino como mera transmissão de conteúdos específicos*” (BRASIL, 2008d, p. 8).

Mizukami (2002, p. 44), considera que:

[...] as mudanças que os professores precisam realizar de forma a contemplar novas exigências sociais e de políticas públicas vão além do aprender novas técnicas, implicando revisões conceituais do processo educacional e instrucional e da própria prática.

Segundo o Projeto Pedagógico Integrado - PPI (BRASIL, 2008c), o ProJovem Urbano não compreende o ensino como transmissão e acúmulo de informações. Nele a aprendizagem é concebida como construção ativa do aluno, na interação com seus educadores e colegas. Pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar que busca desenvolver saberes e competências dos jovens de modo que seus conhecimentos, habilidades e valores de solidariedade, de cooperação, éticos e estéticos sejam acionados e possam reagir satisfatoriamente aos desafios cotidianos da vida cidadã e do mundo do trabalho. Para Alarcão (2011, p. 28), “[...] ser aluno é aprender a ser aprendente ao longo da vida. O aluno tem de se assumir como um ser que observa o mundo e se observa a si, se questiona e procura atribuir sentido aos objetos, aos acontecimentos e às interações”.

Segundo Oliveira (2001), a vinculação direta do nível de escolaridade com o acesso ao mercado de trabalho constitui uma falsa ideia de que não falta emprego para aqueles que estudaram. A noção de empregabilidade difundida no país colabora para a compreensão de que as pessoas são as culpadas pela sua condição de desempregadas, exatamente por não se esforçar pela própria qualificação e escolaridade. Assim, imprime-se ao desemprego,

O raciocínio economicista dominante na vinculação direta entre educação e emprego fundamenta-se na teoria econômica neoclássica, cuja melhor expressão, no caso, é a *teoria do capital humano*, que reduz essa relação a uma questão de custo-benefício. Investir na própria formação é ampliar as possibilidades de se auferirem maiores ganhos futuros. Além disso, todo o gasto que os indivíduos, isoladamente, ou o Estado têm com educação é retornado para os mesmos, o que eram despesas tornam-se investimentos. (OLIVEIRA, 2001, p. 113-114).

É preciso, no entanto, relativizar a eficácia da política educacional para o acesso ao emprego. Sabe-se que os grupos com maior escolarização não têm conseguido evitar o desemprego, porém, a educação escolar ainda exerce grande influência no mercado de trabalho, não se podendo negar sua importância, ainda que mesmo com a certificação de escolaridade encontre-se dificuldade para garantir bons empregos. Sem essa condição, inegavelmente, a situação se agrava e, nessa realidade, a juventude é o grupo social mais afetado atualmente.

Diante dessa realidade o ProJovem Urbano assume importância política e social, pois, concebe o jovem como sujeito que pode desenvolver sua capacidade de pensar e agir com autonomia. Visto que precisa ter ampliada a sua condição de ser humano, encarado como sujeito na interpretação do mundo, agindo sobre ele e dando sentido à própria vida. Desse modo, o programa preceitua que o educador também incorpore esses novos interlocutores ao seu processo identitário, fazendo investimento no desenvolvimento da própria subjetividade e autonomia. Sobre esse aspecto Freire (1999, p. 54) afirma que:

[...] o papel de um educador [...] é testemunhar a seus alunos [...] sua competência, amorosidade, sua clareza política, a coerência entre o que diz e o que faz, sua tolerância, isto é, sua capacidade de conviver com os diferentes para lutar com os antagonicos. É estimular a dúvida, a crítica, a curiosidade, a pergunta, o gosto do risco, a aventura de criar.

Giroux também entende que, “[...] os professores [...] juntamente com os alunos devem desenvolver [...] as bases para a crítica e a transformação das práticas sociais que se constituem ao redor da escola.” (GIROUX *apud* CONTRERAS, 2002, p. 158). Igualmente, Alarcão (2001, p. 18), considera que: “A escola tem a função de preparar cidadãos, mas não pode ser pensada apenas como tempo de preparação para a vida. Ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania.”

Compreender a escola como espaço de construção e socialização de saberes nos remete a concebê-la como lugar de construção da cidadania por excelência, em que o educador, em sua prática docente, deve unir o ensino dos conteúdos à formação ética dos alunos. Corroborando com esta forma de perceber a escola, concebendo-a como precípua função formativa do cidadão, Estrela (2006, p. 56-57), assegura:

Porque a escola é um espaço por excelência de socialização, é à escola que compete a formação de um cidadão que, por estar bem inserido no seu meio, pode sem perda de identidade abrir-se a outros meios, ao diálogo que essa abertura comporta e ao respeito das identidades e de outras formas de estar no mundo.

Freire (1999, p. 53), reforça essa ideia ao considerar que: “[...] só numa compreensão dialética da relação escola-sociedade é possível não só entender, mas trabalhar o papel fundamental da escola na transformação da sociedade”.

Ao exercer esta função tão nobre diante da sociedade é que a escola ganha maior importância para ela. Gera-se a necessidade de perceber-se construindo-se cotidianamente como espaço para o exercício da cidadania, principalmente por meio do trabalho pedagógico dos educadores. No ProJovem Urbano observamos algumas iniciativas que procuram atender a essa concepção de escola. Para tanto, o educador trabalha no programa desempenhando um papel fundamental, com funções bem definidas e organizadas dentro de uma carga horária determinada.

Os educadores do ProJovem Urbano são contratados para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais distribuídas entre: atividades docentes e de orientação pedagógica; integração curricular; atividades de avaliação, revisão e recuperação de aprendizagens; planejamento de atividades de ensino e aprendizagem e de

funcionamento do núcleo; formação inicial e continuada (BRASIL, 2008c). O quadro que segue (Quadro 3) mostra a carga horária semanal trabalhada pelos educadores de acordo com a atividade que desenvolvem no programa.

Quadro 3 – Distribuição da carga horária semanal dos educadores do ProJovem Urbano

| Atividade Docente                                                                                          | Educador de Formação Básica | Educador de Participação Cidadã | Educador de Qualificação Profissional |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Docência como Professor Especialista das áreas de Formação Básica                                          | 10h                         | -                               | -                                     |
| Docência como Professor Orientador                                                                         | 4h                          | -                               | -                                     |
| Docência em Qualificação Profissional                                                                      | -                           | -                               | 15h até 20h                           |
| Docência em Participação Cidadã                                                                            | -                           | 10h                             | -                                     |
| Planejamento                                                                                               | 2h                          | 2h                              | 2h                                    |
| Formação Continuada                                                                                        | 3h                          | 3h                              | 3h                                    |
| Outras Atividades Docentes (plantões, laboratório de aprendizagem interativa, avaliação de trabalhos etc.) | 11h                         | 15h                             | 5h até 10h                            |

Fonte: Projeto Pedagógico Integrado – ProJovem Urbano, 2008c.  
Elaboração da autora.

Os educadores também atendem ao pré-requisito da formação para a área ou disciplina curricular que pretendem atuar e são contratados a partir de aprovação e classificação em processo seletivo, divulgado por meio de edital. Porém, a peculiaridade do programa que se expressa em seu Projeto Pedagógico Integrado é a oferta aos educadores de momentos de formação – inicial e continuada – apoiada em princípios e pressupostos que consideram as experiências e saberes de sua prática como educadores, valorizando-os como sujeitos.

A organização da formação inicial e continuada dos educadores é de responsabilidade da coordenação local<sup>26</sup> (estadual, distrital, municipal) do programa. Em sua origem, a formação inicial é aquela que trata da teoria e da prática fornecendo as bases de uma profissão e acontece no sistema formal de educação que habilita para o exercício profissional. No ProJovem Urbano a formação inicial acontece antes do início do curso e tem duração de 160 horas, sendo 96 horas presenciais e 64 horas não presenciais. Embora a intenção não seja fazer uma formação inicial acadêmica a finalidade dessa formação é diplomar os educadores em ProJovem Urbano, como orientam as diretrizes gerais da formação inicial e continuada (BRASIL, 2008d, p. 10) que seguem:

- ◆ promover o conhecimento do Projeto Pedagógico Integrado do curso, considerando as perspectivas de diferentes categorias de educadores em relação ao currículo e aos princípios que o fundamentam, às diretrizes curriculares, aos objetivos e às estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação;
- ◆ promover o papel do professor orientador (PO) como ator fundamental para o efetivo desenvolvimento do projeto pedagógico;
- ◆ promover a integração entre os participantes objetivando o trabalho coletivo como a forma ideal de desenvolver o projeto pedagógico do programa;
- ◆ levar os participantes da formação a vivenciarem situações de coresponsabilidade, troca de conhecimentos e experiências que proporcionem referências comuns e sentido de pertencimento ao programa, contribuindo para a construção das identidades profissionais, pessoais, do respeito pelo outro e da solidariedade;
- ◆ usar metodologia de trabalho na interação social e na construção do conhecimento para favorecer a articulação entre teoria e prática e a integração entre as dimensões pessoal e profissional dos participantes do programa;
- ◆ valorizar a experiência pregressa como base da construção de novas aprendizagens;
- ◆ organizar a avaliação da aprendizagem, durante a formação, como processo cumulativo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa da aprendizagem;
- ◆ estimular a ampla participação dos participantes no planejamento e desenvolvimento de sua própria formação;
- ◆ promover o uso da tecnologia para criar mecanismos de discussão e promoção de experiências entre atores;
- ◆ ampliar as práticas de leitura e escrita para promover a inserção plena dos alunos na cultura da escrita;

---

<sup>26</sup>[...] incumbida da operacionalização do programa em nível local de modo a alcançar o maior número possível de jovens excluídos, assegurando a permanência dos alunos no curso com aprendizagem efetiva (BRASIL, 2008b, p. 29).

- ◆ transformar a leitura e a escrita em práticas presentes no cotidiano dos alunos desenvolvidas por meio dos usos sociais e culturais da língua.

Assim, a formação inicial assume uma concepção peculiar ao se referir ao ProJovem Urbano como apropriação sistemática do Projeto Pedagógico Integrado – PPI, dos materiais e dos processos de ensino<sup>27</sup>, aprendizagem<sup>28</sup> e avaliação, garantindo “[...] condições efetivas de apropriar-se dos fundamentos, princípios, conceitos e estratégias metodológicas do desenho curricular, bem como dos conteúdos dos diversos componentes curriculares [...]” (BRASIL, 2008b, p. 76).

Dando seguimento a esse processo, a formação continuada cumpre 216 horas ao longo dos dezoito meses do curso, com indicação para serem organizadas em encontros semanais com duração de três horas, ou da forma que melhor atenda ao grupo sem prejuízo para o mesmo, nem tampouco de carga horária. A formação deve totalizar doze horas ao final de cada mês. Vejamos no quadro que segue (Quadro 4) o resumo da carga horária da formação dos educadores do ProJovem Urbano (BRASIL, 2008d, p. 27).

Quadro 4 – Distribuição da carga horária da formação dos educadores do ProJovem Urbano

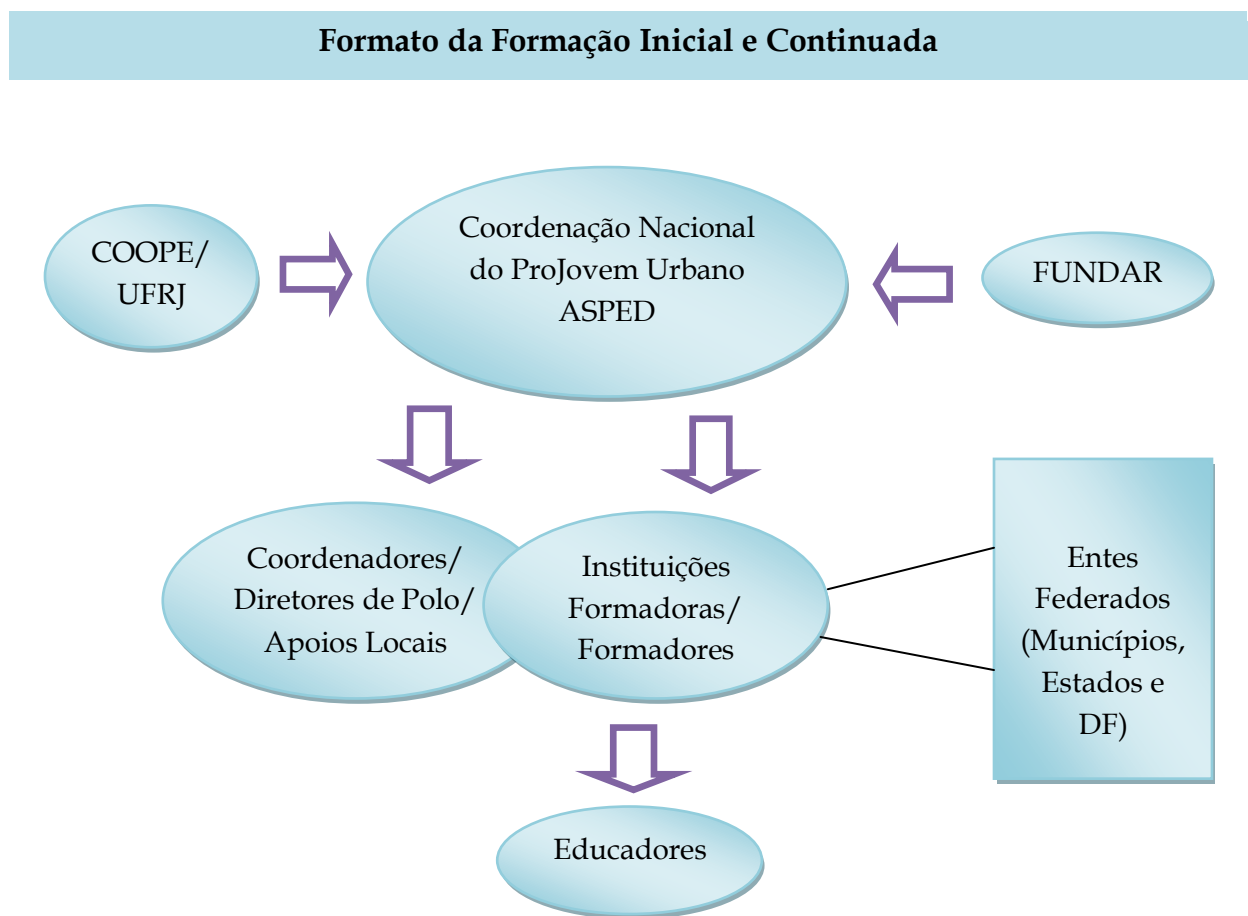
| Modalidades de Formação | Atividades presenciais  | Atividades não presenciais | Total |
|-------------------------|-------------------------|----------------------------|-------|
| Formação inicial        | 96h                     | 64h                        | 160h  |
| Formação continuada     | 216h<br>(12h X 18meses) | -                          | 216h  |
| Total                   | 312h                    | 64h                        | 376h  |

Fonte: Plano Nacional de Formação – ProJovem Urbano, 2008d.  
Elaboração da autora.

<sup>27</sup>Entendido como uma intervenção educacional/pedagógica, deliberada e planejada, que cria situações desafiadoras e propõe problemas que estimulem e orientem os alunos na construção e reconstrução de suas aprendizagens (BRASIL, 2008b, p. 82).

<sup>28</sup>Consiste na construção de saberes, competências e capacidades por meio da resignificação de elementos sociais e culturalmente transmitidos e da construção/reconstrução pessoal (BRASIL, 2008b, p. 81).

Os encontros de formação inicial apresentam o ProJovem Urbano aos educadores em suas finalidades, objetivos, processos metodológicos e funcionalidade, já os encontros de formação continuada devem ser dedicados a estudos com prioridade para a discussão e encaminhamento de questões da prática que aparecem com a implementação do programa. O diagrama que segue permite observar a maneira como se organiza a formação no ProJovem Urbano (BRASIL, 2008d, p. 11):



Segundo o diagrama, a formação ocorre em duas dimensões: a primeira que parte da Coordenação Nacional do Programa, através da sua Assessoria Pedagógica – ASPED, para os gestores das instituições formadoras e seus formadores e para os gestores locais, e a segunda que parte das instituições formadoras para os educadores.

Assim, formadores e educadores do ProJovem Urbano contam com *site* e tutorial de formação. O *site* é aberto a todos os participantes do programa e ao público, enquanto o tutorial é dedicado aos formadores, com espaços de interação, permuta de informações, estudos e debates sobre temas relevantes sugeridos pelos partícipes.

A formação de formadores e educadores que ocorre no ProJovem Urbano é monitorada, avaliada e acompanhada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA. A sua responsabilidade é acompanhar continuamente as ações da formação de modo a registrar as condições de oferta, a avaliação dos formandos e sua adesão ao plano de formação, seguindo, de perto, o desempenho das instituições formadoras. O acompanhamento feito pela supervisão do SMA cumpre os objetivos de: observar as atividades de formação inicial e continuada; analisar a composição de turmas de formação continuada, do local e horários de funcionamento e do comparecimento dos formadores; oferecer orientações para o gestor local (BRASIL, 2008d).

### 3.2.1 A Formação Continuada de Educadores e os saberes necessários para atuar no ProJovem Urbano

A formação continuada articula-se à formação inicial seguindo os mesmos princípios e diretrizes desta. No ProJovem Urbano a formação continuada de educadores é concebida como sendo aquela que nasce da prática e a ela retorna. É o saber que o profissional consegue produzir ao desempenhar cotidianamente a sua profissão. O programa esclarece que a formação continuada de educadores por ele praticada não se confunde com reciclagem ou aperfeiçoamento, embora possa utilizar-se desses recursos de forma complementar. Distingue-se desses conceitos ao caracterizar-se pelo afastamento da prática, de forma crítica, com intuito de analisá-la tomando como referência o projeto de ação profissional de modo a proceder à ampliação ou ao aperfeiçoamento necessário através de leituras e debates.

Desse modo, a formação continuada deve possibilitar ao educador a apropriação dos conhecimentos gerados por ele mesmo no decurso da sua prática revendo-a e conferindo-lhe novos significados extraídos do contexto da proposta



pedagógica do ProJovem Urbano. “A formação inicial não dá conta de colocar o professor à altura de responder através de seu trabalho, às novas necessidades que lhe são exigidas para melhorar a qualidade social da escolarização” (LIBÂNEO; PIMENTA, 2002, p. 41).

Confere-se ao educador maior espaço para sua compreensão e apreensão das mudanças na proposta do programa. Assim, os momentos destinados às atividades da formação continuada, decerto deverão predominar discussões e encaminhamentos relativos aos problemas e às questões do cotidiano da sala de aula, especialmente em relação à aprendizagem dos alunos (BRASIL, 2008b). Moreira (2006), julga indispensável a capacitação de professores para, em sua prática docente, compreender o universo cultural do aluno, a fim de que, juntos, partindo de seus conhecimentos, venham a se dedicar aos desafios que o mundo lhes apresenta, buscando respostas, e, nesse esforço, produzam novos saberes. Freire (1998, p. 45-46), afirma:

A minha tese é a seguinte: nunca se precisou tanto quanto hoje de uma educação que fosse além do pragmatismo. Nunca se precisou tanto fazer o que eu costumo chamar de “a unidade dialética contraditória” entre a leitura da palavra e a leitura do mundo. É isso que os neoliberais do mundo todo defendem hoje – preocupados pela pressão que a história provoca sobre eles, através da própria reivindicação popular e das pressões que a necessidade tecnológica de um saber fazem a outro nível –; e é por isso que muitos deles estão hoje em dia defendendo a educação – e que educação pare na palavra. Se você estabelecer a relação entre a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do contexto para que finalmente você tenha a relação entre texto e contexto – essa educação não serve aos neoliberais. Nesse ponto eles param.

Por isso, a formação continuada deve favorecer aos educadores, nas relações pedagógicas e educativas, considerar os saberes do educando, explorando as explicações que trazem do mundo a partir do seu contexto imediato para posteriormente trabalhar a ampliação da sua compreensão, conduzindo sua ação com consciência social e política. Nesse sentido, Maturana e Rezepka (2000, p. 10), expressam:

Pensamos que a tarefa da educação é formar seres humanos para o presente, para qualquer presente, seres nos quais qualquer outro ser humano possa

confiar e respeitar, seres capazes de pensar tudo e de fazer tudo o que é preciso como um ato responsável a partir de sua consciência social.

Continuando a defesa dessa ideia, os autores complementam em relação à atitude do professor, da professora e aos erros dos alunos, “[...] na educação a biologia do amor consiste precisamente em que o professor ou a professora aceite a legitimidade de seus alunos como seres válidos no presente, corrigindo apenas o seu fazer e não o seu ser” (MATURANA; REZEPKA, 2000, p. 21).

No que concerne à formação continuada, Ferreira (2006) diz essa ser uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não apenas como reivindicação que se impõe por causa dos avanços em relação à ciência e à tecnologia, mas como categoria que se tornou requisito no mercado da formação continuada. Essa precisa ser repensada sempre no intuito de atender melhor à formação humana e compreendida como mecanismo de permanente capacitação reflexiva dos professores. Com isso atende às múltiplas exigências e desafios colocados pela ciência, tecnologia e pelo mundo do trabalho. A autora também ressalta:

Assim, a nova realidade exige qualificações cada vez mais elevadas [...] tornando as necessidades educacionais das populações cada vez maiores e, por esse motivo, a formação continuada uma exigência. Quem não acompanha as mudanças científicas e tecnológicas, prematuramente estará inabilitado para o trabalho e para a vida em sociedade que, contraditoriamente, pela própria evolução, produziu também o “não-trabalho” (FERREIRA, 2006, p. 22).

Diante de tantas exigências demandadas pelas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas e pelos avanços no campo das ciências e das tecnologias, Libâneo (2005), apresenta três capacidades que acredita serem desenvolvidas pelos professores de forma simultânea. A primeira consiste na apropriação teórico-crítica das realidades trabalhadas atentando para o contexto da ação docente. A segunda corresponde à apropriação de metodologias, formas, procedimentos de ação que facilitem o trabalho docente e a resolução de problemas de sala de aula. A terceira entende, por fim, que deve levar em conta os contextos sociais, políticos, institucionais no desenho das práticas escolares.

Segundo Libâneo (2005, p. 73), “O aprender a ser professor, na formação inicial ou continuada, se pauta por objetivos de aprendizagem que incluem as capacidades e competências esperadas no exercício profissional de professor”. O autor também ressalta que um bom programa de formação de professores deve contemplar princípios e processos de aprendizagem válidos para estudantes de escolas comuns, em seu currículo e na sua metodologia. Assim, a formação deveria cultivar como princípio dominante a atividade pensada de aprender, contemplando as teorias do ensino e da aprendizagem.

O que destaque é a necessidade da reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco para as melhorias das práticas de ensino, em que o professor é ajudado a compreender o seu próprio pensamento e a refletir de modo crítico sobre sua prática e, também, a aprimorar seu modo de agir, seu saber-fazer, internalizando também novos instrumentos de ação (LIBÂNEO, 2005, p. 70).

Essa perspectiva de formação é referendada por Sacristán (2005, p. 87), no seguinte apontamento:

A formação do professor deve considerar o significado do que P. Bourdieu discutiu há muito tempo, o *habitus*, como forma de integração entre o mundo das instituições e o mundo das pessoas. O *habitus* em educação é mais importante do que a ciência e do que os motivos. O *habitus* é cultura, é costume, é conservadorismo, mas é, também, continuidade social e, como tal, pode produzir outras práticas diferentes das existentes.

Também Nóvoa (1998), considera que os professores não são somente consumidores de saber, mas também produtores; que da mesma forma que eles são executores de instrumentos pedagógicos, são criadores; que além de técnicos, eles são profissionais críticos e reflexivos. Desse modo, as tendências que tentam distanciar, separando a concepção da execução devem ser rejeitadas. Essas tendências chegam aos professores através de pacotes curriculares prontos para aplicação, e costumam sobrecarregar sua rotina diária com atividades que ocupam o tempo que seria destinado à reflexão e à produção de práticas inovadoras.

Para os educadores do ProJovem Urbano essa condição não é diferente, precisam extrapolar a condição de professor especialista em um componente

curricular ou campo de conhecimento, visto que é necessário considerar as diversas dimensões do jovem como ser humano, atendendo, assim, ao critério de inclusão que o programa busca cumprir. Eles devem ser educadores capazes de fazer a “[...] mediação entre o projeto de educação da sociedade e os projetos individuais dos alunos” (BRASIL, 2008b, p. 77). Também devem ser os mediadores entre os alunos e o conhecimento, como produção histórica. A mediação proposta aos educadores é tanto aquela própria de cada disciplina, quanto a que constrói a interdisciplinaridade<sup>29</sup> instituindo relações entre os conhecimentos teóricos, práticos, sociais, emocionais, éticos, estéticos e outros.

Encarando os professores como intelectuais, nós podemos começar a repensar e reformar as tradições e condições que têm impedido que os professores assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos. Acredito que é importante não apenas encarar os professores como intelectuais, mas também contextualizar em termos políticos e normativos as funções sociais concretas desempenhadas pelos mesmos. Desta forma, podemos ser mais específicos acerca das diferentes relações que os professores têm tanto com seu trabalho como com a sociedade dominante. [...] As escolas são lugares que representam formas de conhecimento, práticas de linguagem, relações e valores sociais que são seleções e exclusões particulares da cultura mais ampla. Como tal, as escolas servem para introduzir e legitimar formas *particulares* de vida social. Mais do que instituições objetivas separadas da dinâmica da política e poder, as escolas são, de fato, esferas controversas que incorporam e expressam uma disputa acerca de que formas de autoridade, tipos de conhecimento, formas de regulação moral e versões do passado e futuro devem ser legitimadas e transmitidas aos estudantes (GIROUX, 1997, p. 162).

Nessa perspectiva todo professor do ProJovem Urbano cumpriria a função de especialista em sua área de conhecimento, mas também de orientador da aprendizagem, estabelecida como componente fundamental na construção da autonomia intelectual do sujeito contribuindo com a ampliação da percepção relativa ao processo educacional (BRASIL, 2008b).

Assim, ao conduzir o processo de aprendizagem, específico de sua disciplina, o professor especialista deveria garantir que os alunos conseguissem

---

<sup>29</sup> A interdisciplinaridade é vista como uma abordagem integrada às questões contemporâneas sobre a produção do conhecimento, que enfatizam o rápido envelhecimento da informação factual e o esmaecimento das fronteiras entre as disciplinas tradicionais. Entretanto, as integrações possíveis entre áreas de conhecimento são parciais e têm de ser construídas em contextos e situações específicos. Assim, a integração entre a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã se faz em função da inclusão social dos jovens (BRASIL, 2008c, p. 151).

construir os conceitos e estabelecer relações corretamente a partir do olhar científico de cada área. No exercício dessa função o professor desenvolveria aulas bem preparadas e promoveria a ativa participação dos alunos em situações que suscitassem desafio em que os conteúdos fossem relacionados com os seus conhecimentos prévios. O principal instrumento de trabalho do professor, na função de especialista, é o Guia de Estudo.

No exercício da função de professor orientador, cada educador de Formação Básica responsabilizar-se-ia pela orientação contígua a cada aluno da turma que acompanha e faria a articulação do conjunto de conhecimentos do curso. Tem como principal instrumento de trabalho o Guia de Estudo e o utiliza analisando os temas integradores a partir dos diferentes componentes curriculares. Os educadores de Participação Cidadã e Qualificação Profissional, por sua vez, desempenham a função de orientador de todas as turmas com as quais trabalham durante o acompanhamento que fazem ao desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária - PLA e do Projeto de Orientação Profissional - POP, respectivamente (BRASIL, 2008b).

Os educadores no exercício da função de orientador, além do Guia de Estudo, contam com outro instrumento de trabalho fundamental, que é a Agenda do Estudante<sup>30</sup>, nela o educador encontra informações básicas sobre a organização do ambiente e dos tempos de estudo, e ainda, os métodos e técnicas considerados mais eficientes para a apropriação do conhecimento pelos alunos.

Como educadores, [...] é preciso que não nos deixemos cair nesse sonho do chamado pragmatismo, de achar que o que serve é dar um pouco de conhecimento técnico ao trabalhador para que ele consiga um emprego melhor. Isso não basta. Isso não basta, e é cientificamente um absurdo, porque na medida em que a gente se pergunta o que significa o processo de conhecer, do qual somos sujeitos e objetos - afinal de contas o que é a curiosidade, para o conhecimento? -, percebemos que uma das grandes invenções das mulheres e dos homens, ao longo da história, foi exatamente transformar a vida em existência - e a existência não se faria jamais sem linguagem, sem produção de conhecimento, sem transformação. Mas jamais

---

<sup>30</sup> Constitui um precioso instrumento para ajudar o aluno a organizar seu tempo e seu espaço de estudo, o que envolve habilidades de suma importância para o processo de aprender a aprender. Além de um calendário, que ajudará o aluno a organizar suas tarefas de estudo, a Agenda traz um conjunto de textos que discutem as características e o valor desses procedimentos (BRASIL, 2008b, p. 103).

com transferência de conhecimento. Conhecimento não se transfere, conhecimento se discute (FREIRE, 1998, p. 46).

Considerando essa referência, entendemos que na função de orientador os educadores não necessitam ter domínio de todos os componentes curriculares como devem ter como professores especialistas de disciplinas ou áreas específicas. Porém, devem conhecê-los como todo cidadão que vive na atual sociedade do conhecimento. Então, independente da sua área de formação, devem ter a capacidade de “[...] compreender a realidade social, a comunidade, o mundo do trabalho e a ciência e tecnologia do mundo atual – que a LDB define como objetivos gerais do ensino fundamental” (BRASIL, 2008b, p. 78). Segundo Giroux (1997, p. 163):

Os intelectuais transformadores precisam desenvolver um discurso que una a linguagem da crítica e a linguagem da possibilidade, de forma que os educadores sociais reconheçam que podem promover mudanças. Desta maneira, eles devem se manifestar contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro e fora das escolas. Ao mesmo tempo, eles devem trabalhar para criar as condições que dêem aos estudantes a oportunidade de tornarem-se cidadãos que tenham o conhecimento e coragem para lutar a fim de que o desespero não seja convincente e a esperança seja viável.

Com a intenção de assegurar tudo isso, a formação dos educadores no ProJovem Urbano cumpre o importante objetivo de garantir que todos os participantes da formação leiam totalmente e com atenção os Guias de Estudo e busquem apropriar-se dos conceitos chave do currículo: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, integração dos conhecimentos entre si, da pessoa com o conhecimento e da pessoa com o seu grupo, e, inclusão social. Segundo Freire (1999, p. 44), “A formação permanente é um dos momentos para a superação necessária de certos equívocos ou erros [...]”.

O Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores (BRASIL, 2008d, p. 26-27) apresenta uma lista das competências que os educadores deverão adquirir, considerando as funções que desempenham no ProJovem Urbano. Vejamos:

- ◆ promover a equidade observando sempre as especificidades do público do ProJovem Urbano: a condição juvenil e a imperativa necessidade de

superar a situação de exclusão em que se encontram no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho;

- ◆ programar e coordenar, junto com a equipe do núcleo, as atividades das respectivas disciplinas e as atividades integradoras das três dimensões e das disciplinas do curso, adequando as sugestões do Guia de Estudo às necessidades dos alunos;
- ◆ monitorar, orientar e avaliar o percurso pessoal de estudo e aprendizagem de cada aluno sob sua responsabilidade, considerando todas as dimensões da pessoa, do estudante, do trabalhador e do cidadão;
- ◆ identificar as diferentes ferramentas de estudo de que os alunos necessitam e orientá-los quanto ao seu uso;
- ◆ criar contextos desafiadores para a aprendizagem, estimular a atitude crítica e planejar situações que favoreçam a síntese dos estudos desenvolvidos nos vários componentes curriculares;
- ◆ conceber e utilizar a avaliação como etapa do processo de ensino e aprendizagem, que compreende um momento de diagnóstico inicial, um percurso de acompanhamento formativo e um momento de balanço, concluindo uma etapa e, simultaneamente, dando início à seguinte;
- ◆ favorecer o trabalho cooperativo e a troca de experiências entre os alunos;
- ◆ acompanhar, junto com os outros educadores, o desenvolvimento do POP, do PLA e das sínteses integradoras, fazendo apreciações sobre os progressos feitos e a capacidade dos jovens de incorporar nesses trabalhos os estudos realizados no ProJovem Urbano;
- ◆ relacionar-se adequadamente com a instituição, o diretor e outras pessoas do local onde funciona o núcleo;
- ◆ utilizar novas tecnologias para seu próprio aperfeiçoamento e para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no ProJovem Urbano;
- ◆ enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, buscando promover a inclusão efetiva dos jovens sob sua responsabilidade profissional;
- ◆ participar das reuniões quinzenais de formação continuada com os seus formadores e administrar a própria formação continuada para aprimorar sua prática profissional.

Para cumprir sua prática educativa o educador desempenha papel político, como afirma Freire (1999, p. 28): “A natureza da prática educativa, a sua necessária diretividade, os objetivos, os sonhos que se perseguem na prática não permitem que ela seja neutra, mas política sempre”. Também Brzezinski (1998, p. 161), ao discutir o tema da prática do educador, entende que: “[...] a prática pedagógica tem como ponto de partida e de chegada a prática social”. Pois, segundo a mesma autora “[...] o contato e o acesso aos conhecimentos são requisitos necessários para prover o homem de condições de participação na vida social, permitindo-lhe o acesso à cultura, ao trabalho, ao progresso, à cidadania” (1998, p. 161).

Os educadores contratados pelo ProJovem Urbano para trabalhar com as disciplinas curriculares da Formação Básica são desafiados a desempenhar duplo papel: de professor especialista, em que ministram aulas de sua disciplina com o apoio do Guia de Estudo e do Manual do Educador; e orientador da aprendizagem, em que devem promover o trabalho interdisciplinar, o ensino de informática e a integração das dimensões curriculares em uma das turmas de seu núcleo. O mesmo ocorre com os educadores de Participação Cidadã, que ministram aulas relativas aos temas da área e também acompanham a elaboração e a implementação do PLA; e com os educadores de Qualificação Profissional, que ministram aulas de formação técnica profissionalizante e analisam, também, o POP dos alunos.

Todos os educadores do ProJovem Urbano devem exercer o papel social que a prática pedagógica exige e, ao mesmo tempo, cumprir todas as finalidades apresentadas pelo programa. Enquanto competências que deverão adquirir no desenvolvimento das formações inicial e continuada pelas quais passam, imprimindo também sua marca no desempenho de sua função a partir da formação e de experiências de que já dispõem.



#### 4 O PROJovem URBANO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ - MA

Imperatriz é o segundo maior município do Estado do Maranhão e, segundo a classificação regional adotada pelo IBGE, pertence à Microrregião de Imperatriz<sup>31</sup> que se encontra situada na Mesorregião do Oeste Maranhense composta por três microrregiões. O município fica localizado a sudoeste do Estado nas proximidades da região do Bico do Papagaio, fazendo parte da Amazônia Legal. Nas últimas décadas, sempre que o município atende aos critérios de exigência para participação em programas e projetos desenvolvidos e colocados à disposição dos estados e municípios pelo Ministério da Educação e outros órgãos federais Imperatriz tem aderido e participado efetivamente.

A Prefeitura Municipal de Imperatriz – PMI aderiu ao Projovem Urbano firmando o Termo de Adesão em 30 de maio de 2008, implantando-o imediatamente após o cumprimento das exigências estruturais, administrativas e pedagógicas impostas pelo programa. No Termo de Adesão o município se comprometeu atender a 2.400 (dois mil e quatrocentos) estudantes – este contingente dividido em duas entradas, sendo uma de 1.600 (um mil e seiscentos) e a outra de 800 (oitocentos) estudantes (IMPERATRIZ, 2011).

De acordo com relatório de execução do programa, a primeira entrada do Projovem ocorreu no biênio 2008/2009 (1ª entrada 2008/2009) com matrícula prevista para 1.600 (um mil e seiscentos) estudantes e a segunda entrada no biênio 2010/2011 (6ª entrada nacional 2010/2011) com matrícula prevista para 800 (oitocentos) estudantes. O atendimento às condições que permitiram esta adesão foram, especialmente, a população habitante do município que é superior a duzentos mil habitantes, a importância econômica em relação ao Estado do qual faz parte e o alto índice de jovens com o ensino fundamental incompleto (IMPERATRIZ, 2011).

O Projovem é nacionalmente de responsabilidade da Secretaria da Juventude que o executa em parceria com outras secretarias. No município de

---

<sup>31</sup> Esta Microrregião está composta pelos municípios: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios (ACII, 2011).

Imperatriz a seleção da equipe de trabalho foi realizada pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED que sempre esteve à frente desse programa assumindo sua execução, seguindo o formato nacional e trabalhando também em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES e a Secretaria Municipal da Juventude – SEJU, por meio do comitê gestor local.

O comitê gestor era presidido pelo secretário municipal de educação e atuava na resolução de pendências de alunos relativas a índice de aprovação não alcançado no final do curso, reunindo-se com professores e a coordenação do programa, bem como para resolver outros problemas que viessem a interferir no bom andamento do programa e que não pudessem ser resolvidos somente pela coordenação local. As formadoras que trabalhavam com a formação continuada na primeira entrada estavam ligadas à Fundação Sousandrade, instituição terceirizada pelo Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Social do Maranhão – IADESMA, empresa administradora do ProJovem Urbano no município de Imperatriz durante a primeira entrada (IMPERATRIZ, 2011).

A experiência do ProJovem Urbano em Imperatriz foi bastante peculiar pela especificidade do município e pela forma como o programa se desenvolveu, diferentemente da experiência vivenciada em São Luís. Problemas administrativos na instituição administradora, conforme relatório de execução do programa, levaram a atrasos na formação inicial e continuada dos educadores. Os formadores não conseguiram cumprir a carga horária estipulada pelo programa dentro do cronograma estabelecido nacionalmente. Diante do problema, a coordenação nacional foi consultada pela coordenação municipal que recebeu a recomendação de ser a própria Secretaria Municipal de Educação a instituição formadora, uma vez que a coordenação nacional já havia feito o investimento financeiro e não poderia investir novamente na formação de formadores para o município (IMPERATRIZ, 2011).

A Secretaria Municipal de Educação passou a administrar o programa e instituiu as novas formadoras, funcionárias da sua rede, que assumiram a função com o compromisso de cumprir as etapas da formação inicial e continuada pendentes, “[...] haja vista o município ter passado por Auditoria do FNDE, na qual foi constatado que as formações estavam incompletas, recomendando assim que

fossem atualizadas para que o Município não fosse penalizado” (IMPERATRIZ, 2011, p. 2).

A auditoria realizada em novembro de 2009 constatou também que os alunos estavam consumindo alimentos na merenda escolar sem cardápio específico, com pouca variedade e sem a qualidade exigida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. As adequações foram feitas no cardápio da merenda escolar do PJU de acordo com critérios estabelecidos por nutricionistas da rede municipal e conforme orientações da Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26 de maio de 2008, passando a ser supervisionada regularmente pela coordenação local e pelos gestores das escolas quanto ao que estava sendo fornecido aos alunos. Esta norma continuou sendo executada também na segunda entrada do programa no município (IMPERATRIZ, 2011).

Oferecer conhecimentos de informática aos alunos é exigência do programa em nível nacional. A coordenação local do ProJovem Urbano objetivando oferecer e proporcionar aos alunos oportunidade de acesso ao mundo digital diminuindo a distância entre estes jovens e o computador procurou estabelecer relação entre o conhecimento e sua realidade. Além das aulas de informática já estabelecidas no Guia de Estudos a serem ministradas pelos professores orientadores acrescentou-se a utilização dos recursos tecnológicos para trabalhar conteúdos aplicados e apresentados em sala de aula para os alunos das duas entradas do programa. Para isso foi relevante a instalação dos núcleos onde já havia laboratório de informática como preconiza o Plano de Implementação do Programa. (IMPERATRIZ, 2011a). No entanto, problemas tecnológicos – os computadores apresentavam defeitos regularmente, e administrativos – não havia disponibilização de técnico para consertar as máquinas em tempo hábil e também pela quantidade insuficiente de computadores em relação à quantidade de alunos por sala de aula, dificultaram o trabalho com a informática, segundo relato dos educadores.

As aulas de qualificação profissional nos três arcos ocupacionais das duas entradas incluíram: aulas práticas nos núcleos; visitas técnicas em hospitais, canteiros de obras e instituições que tratam de imagem pessoal; palestras com profissionais das áreas dos arcos em execução e atendimento à comunidade demonstrando o que foi

aprendido, no âmbito dos arcos, para a sociedade; aquisição e utilização de materiais adequados a cada arco; aulas práticas nos próprios núcleos e em outros núcleos de acordo com a necessidade, com simulações e aprendizagem de técnicas específicas dos arcos, com uso dos materiais adquiridos para tal fim. Os arcos de Saúde e Construção e Reparos II, no cotidiano da sala de aula, executaram atividades técnicas com resolução de situações problema em que eram necessárias simulações de diversos eventos correlatos aos arcos. O arco de Serviços Pessoais, além de executar diversas aulas práticas em sala de aula, contou com um salão de beleza montado em escola onde funcionava um dos núcleos para onde os alunos dos outros núcleos eram deslocados em ônibus escolar municipal para realizar aulas práticas (IMPERATRIZ, 2011a).

As atividades executadas possibilitaram aos jovens momentos de aprendizagem significativa ao proporcionarem maior compreensão de como funcionam as ocupações nas quais se matricularam; a aproximação com situações reais com acesso à dinâmica de trabalho, e simulações referentes a cada arco ocupacional. Os alunos também tiveram a oportunidade de obter maiores informações na realização das palestras com profissionais das ocupações em que escolheram se qualificar (IMPERATRIZ, 2011a). O contato com a comunidade demonstrando suas aprendizagens permitiu aos jovens exercitar aspectos de compromisso social, alicerçando a necessidade de cada sujeito contribuir para a melhoria da comunidade em que vive.

Mesmo após o encerramento das aulas da primeira entrada em abril de 2010, um grupo de alunos foi participar da 1ª Mostra de Produções do ProJovem Urbano. Este evento aconteceu em Brasília nos dias 11 e 12 de agosto de 2010 e teve o objetivo de proporcionar aos jovens participantes do PJU um espaço de interação, de troca de experiências e, principalmente, de expressão da criatividade. O município de Imperatriz teve dois trabalhos selecionados: “Conscientização do uso do plástico” e “Sarau da comunicação”. Foram participar desse momento dez alunos, uma educadora e a coordenadora executiva (IMPERATRIZ, 2011a).

Para desenvolver o programa no município de Imperatriz uma equipe de profissionais de diversas áreas e níveis de formação foi contratada. Vejamos o quadro

que segue (Quadro 5) referente à primeira entrada contemplando a função, formação profissional, quantidade de funcionários contratados e carga horária a ser trabalhada.

Quadro 5 – Equipe de trabalho que atendeu o primeiro grupo de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz

| Função                                                                   | Formação Profissional                             | Quantidade | Carga Horária |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|------------|---------------|
| Coordenador Executivo                                                    | Letras – Especialista em Informática Educacional  | 01         | 40h           |
| Coordenador Pedagógico                                                   | Pedagogia - Especialista em Supervisão Escolar    | 01         | 40h           |
| Técnico Nível Superior                                                   | Ciência da Computação                             | 02         | 40h           |
| Técnico Nível Médio                                                      | Ensino Médio                                      | 02         | 40h           |
| Professor Língua Portuguesa                                              | Letras Português/Inglês                           | 04         | 30h           |
| Professor Ciências da Natureza                                           | Química/Biologia/Ciências Biológicas              | 04         | 30h           |
| Professor Ciências Humanas                                               | Geografia/ História                               | 04         | 30h           |
| Professor Língua Inglesa                                                 | Letras – Português/Inglês                         | 04         | 30h           |
| Professor Matemática                                                     | Matemática                                        | 04         | 30h           |
| Professor Participação Cidadã                                            | Assistência Social                                | 02         | 30h           |
| Professor de Qualificação Profissional – Arco de Saúde                   | Enfermagem/ Biomedicina/ Administração Hospitalar | 03         | 30h           |
| Professor de Qualificação Profissional – Arco de Serviços Pessoais       | Nível Médio                                       | 02         | 30h           |
| Professor de Qualificação Profissional – Arco de Construção e Reparos II | Técnico em Edificações/ Técnico em Eletrotécnica  | 02         | 30h           |
| Monitor Arco de Serviços Pessoais                                        | Nível Médio                                       | 01         | 30h           |
| Merendeiro                                                               | Ensino Médio                                      | 04         | 40h           |

Fonte: Coordenação do ProJovem Urbano em Imperatriz

Elaboração da autora

A primeira entrada aconteceu no segundo semestre de 2008. Para esta entrada menos da metade dos candidatos inscritos para estudar compareceu para iniciar os estudos como podemos observar no Quadro 6. O Quadro 7 demonstra os arcos ocupacionais escolhidos com os quantitativos dos alunos que concluíram o arco ocupacional. Este primeiro grupo terminou com 561 alunos (Quadro 6), destes

conseguiram alcançar o percentual de 75% de frequência e 50% da pontuação estabelecida no Projeto Pedagógico Integrado 514 (quinhentos e quatorze) alunos com o ensino fundamental completo e formação em um arco ocupacional. Vejamos os quadros que seguem:

Quadro 6 – Demonstrativo da primeira entrada de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz

| Alunos inscritos | Alunos que iniciaram | Alunos que concluíram | Alunos que concluíram com aproveitamento |
|------------------|----------------------|-----------------------|------------------------------------------|
| 1.532            | 742                  | 561                   | 514                                      |

Fonte: Coordenação do ProJovem Urbano em Imperatriz  
Elaboração da autora

Quadro 7 – Demonstrativo de escolha dos alunos em relação aos arcos ocupacionais na primeira entrada do ProJovem Urbano no município de Imperatriz

| Arco Ocupacional<br>Escola    | Construção e Reparos II | Saúde | Serviços Pessoais | Total |
|-------------------------------|-------------------------|-------|-------------------|-------|
| Municipal Madalena de Canossa | 28                      | 73    | 48                | 149   |
| Municipal Ipiranga            | 17                      | 77    | 26                | 120   |
| Municipal Darcy Ribeiro       | 44                      | 73    | 21                | 138   |
| Municipal Tocantins           | 25                      | 67    | 62                | 154   |
| Total                         | 114                     | 290   | 157               | 561   |

Fonte: Coordenação do ProJovem Urbano em Imperatriz  
Elaboração da autora

Conforme constatamos nos dados apresentados, o déficit entre o compromisso de atendimento firmado na assinatura do termo de adesão ao programa e o quantitativo de estudantes atendidos é bastante acentuado. A maior disparidade ocorreu entre a inscrição e o início das aulas quando 51,57% dos inscritos não compareceram para estudar. No percurso o índice de desistência foi de 24,40%; considerando os indicadores de desistência na Educação de Jovens e Adultos – EJA observa-se que neste programa a desistência é menos acentuada. E a reprovação foi

de apenas 8,38% considerando somente os alunos que concluíram o curso. Mas, se somarmos os percentuais de desistência e de reprovação chegaremos a 32,78%, significando que o índice de aproveitamento foi de 67,22%. Ao concluir esta etapa com apenas 514 (quinhentos e quatorze) alunos aprovados pelo programa observamos o quanto ficou distante em relação ao cumprimento do quantitativo inicialmente acordado em ser atendido, equivalendo a apenas 42,83%, ou seja, menos da metade do que o município havia se proposto atender. A disponibilização de recurso público houve, porém, mesmo com todo o monitoramento que o ProJovem Urbano dispõe, acreditamos que aconteceu desperdício desse recurso mediante um alcance tão baixo de alunos concluindo com aproveitamento em relação à meta inicialmente estabelecida.

O encerramento das turmas da 1ª entrada ocorreu com a realização de confraternização organizada em cada núcleo. Participaram das solenidades os familiares dos alunos, educadores, coordenação do programa e autoridades locais.

Para a realização da segunda entrada algumas mudanças ocorreram no programa e também na equipe de trabalho. Somente a equipe de formação continuada permaneceu inalterada, composta por profissionais do corpo técnico da SEMED considerando que a proposta do programa permite esta situação em municípios com mais de duzentos mil habitantes. A coordenação foi substituída, para tanto foi realizada seleção pública. Para o preenchimento de todos os demais cargos também foi feito novo processo seletivo (conforme Anexo D e Anexo E).

A seleção dos profissionais para trabalhar no ProJovem Urbano foi feita pelo município de forma pública, respeitando as legislações federal e locais vigentes, em conformidade com os perfis e as atribuições dos profissionais definidas pela Coordenação Nacional do programa, via processo seletivo de provas e títulos. O Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano prevê a instituição, pelo município, de equipe de coordenação municipal para atuar junto ao programa. Nesta coordenação, após realização do certame, foram lotados para a segunda entrada educadores para trabalhar nos quatro núcleos criados: 20 (vinte) educadores de Formação Básica; 02 (dois) educadores de Participação Cidadã; 06 (seis) educadores de Qualificação Profissional, sendo 02 (dois) para o Arco Ocupacional Construção e

Reparos II, 03 (três) para o Arco Saúde e 01 (uma) para o Arco Serviços Pessoais, como detalhamos a seguir (Quadro 8). Estes profissionais atuaram no ProJovem Urbano com carga horária semanal de 30 horas. Cada educador de Formação Básica atuava em cinco turmas e cada educador de Participação Cidadã em dez turmas. Os educadores de Qualificação Profissional atuavam em turmas reestruturadas de acordo com os arcos ocupacionais oferecidos pelo núcleo, podendo trabalhar no máximo em quatro turmas (IMPERATRIZ, 2011a).

O município teria a possibilidade de empregar a resultante disponibilidade financeira dos recursos transferidos pelo Programa para custear ações como o pagamento de profissionais para trabalhar na preparação do lanche previsto pelo ProJovem Urbano atingindo o percentual de até 10% (dez por cento) do valor transferido. O município recorreu a esta possibilidade para proceder à contratação de quatro merendeiras (conforme Anexo D).

Vejamos o quadro que segue (Quadro 8) e apresenta o quantitativo dos profissionais requisitados para trabalhar no programa com a função, a formação, a quantidade de profissionais e a carga horária de trabalho.

Quadro 8 – Equipe de trabalho que atendeu o segundo grupo de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz

| Função                         | Formação Profissional                          | Quantidade | Carga Horária |
|--------------------------------|------------------------------------------------|------------|---------------|
| Coordenador Executivo          | Pedagogia – Especialista em Supervisão Escolar | 01         | 40h           |
| Coordenador Pedagógico         | Pedagogia – Especialista em Gestão Pública     | 01         | 40h           |
| Técnico Nível Superior         | Administração                                  | 02         | 40h           |
| Técnico Nível Médio            | Ensino Médio                                   | 02         | 40h           |
| Professor Língua Portuguesa    | Letras Português/Inglês                        | 03         | 30h           |
| Professor Ciências da Natureza | Ciências Biológicas/ Biologia/ Química         | 03         | 30h           |
| Professor Ciências Humanas     | Geografia/História                             | 03         | 30h           |
| Professor Língua Inglesa       | Letras Português/Inglês                        | 03         | 30h           |
| Professor Matemática           | Matemática                                     | 03         | 30h           |
| Professor Participação Cidadã  | Assistência Social/ Serviço Social             | 02         | 30h           |
| Professor de Qualificação      | Administração Hospitalar/                      | 03         | 30h           |



|                                                                          |                                                             |    |     |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|----|-----|
| Profissional – Arco de Saúde                                             | Farmácia Bioquímica/ Enfermagem                             |    |     |
| Professor de Qualificação Profissional – Arco de Serviços Pessoais       | Ensino Médio                                                | 01 | 30h |
| Professor de Qualificação Profissional – Arco de Construção e Reparos II | Pedagogia/ Técnico em Eletrotécnica/ Técnico em Edificações | 02 | 30h |
| Monitor Arco de Serviços Pessoais                                        | Ensino Médio                                                | 01 | 30h |
| Merendeiro                                                               | Ensino Médio                                                | 04 | 40h |

Fonte: Coordenação do Projovem Urbano em Imperatriz

Elaboração da autora

Esta segunda entrada aconteceu em 2010 com inscrição inicial de 1.777 alunos após grande divulgação na mídia local (TV, rádio e jornal), através de carros/bicicletas de som e panfleto (conforme Anexo C). Devido o número de inscritos ter superado o limite de vagas ofertadas para esta entrada foi necessário proceder a sorteio para a definição dos 800 (oitocentos) alunos que ocupariam as vagas e para listagem dos alunos que ficariam na condição de excedentes. Este processo foi realizado pela Coordenação Nacional, através do Sistema de Monitoramento como está previsto nos documentos do programa. Posteriormente os resultados foram repassados para a Coordenação Local em Imperatriz. O Quadro 9 mostra estes dados de matrícula e quantos alunos permaneceram até o final do curso, bem como quantos concluíram com aproveitamento.

Em seguida o Quadro 10 aponta os três arcos ocupacionais escolhidos pelo município e o número de alunos que concluíram o curso em cada núcleo de acordo com o arco ocupacional escolhido. Deste grupo 254 alunos foram aprovados no ensino fundamental, 258 alunos foram aprovados em qualificação profissional, e concluíram com aproveitamento o curso completo 240 alunos. O percentual de reprovação foi de 12,65%, quando consideramos que 10,18% dos alunos não realizaram nenhuma das etapas do exame final e 3,08% deixaram de frequentar as aulas quando já estava próximo ao encerramento do programa. Desse modo, o percentual de alunos que chegaram ao final do curso, mas não concluíram com aproveitamento foi de 25,91%. Verificamos que os percentuais de reprovação e desistência do Projovem Urbano encontram-se bem abaixo dos percentuais

referentes a estes itens que ocorrem regularmente na Educação de Jovens e Adultos. Os quadros que seguem (Quadro 9 e Quadro 10) mostram alguns dados dos alunos do ProJovem Urbano em Imperatriz.

Quadro 9 – Demonstrativo da segunda entrada de alunos do ProJovem Urbano no município de Imperatriz

| Alunos inscritos | Alunos que iniciaram | Alunos que concluíram | Alunos que concluíram com aproveitamento |
|------------------|----------------------|-----------------------|------------------------------------------|
| 1.777            | 800                  | 324                   | 240                                      |

Fonte: Coordenação do ProJovem Urbano em Imperatriz  
Elaboração da autora

Quadro 10 – Demonstrativo de escolha dos alunos em relação aos arcos ocupacionais na segunda entrada do ProJovem Urbano no município de Imperatriz

| Escola \ Arco Ocupacional | Construção e Reparos II | Saúde | Serviços Pessoais | Total |
|---------------------------|-------------------------|-------|-------------------|-------|
| Municipal Marechal Rondon | 12                      | 75    | 38                | 125   |
| Municipal Frei Tadeu      | 20                      | 62    | -                 | 82    |
| Municipal Paulo Freire    | 21                      | 78    | 18                | 117   |
| Total                     | 53                      | 215   | 56                | 324   |

Fonte: Coordenação do ProJovem Urbano em Imperatriz  
Elaboração da autora

Nesta segunda etapa no município de Imperatriz o trabalho foi realizado pelo ProJovem Urbano considerando a entrada de oitocentos alunos, que de fato ocorreu através da matrícula inicial como colocado anteriormente, porém, no percurso os percentuais de abandono foram muito altos. A motivação principal, segundo a coordenação local, foi o adiamento por várias vezes do início das aulas por questões administrativas que desmotivou muitos alunos, levando-os a não comparecer quando o curso iniciou. Percebemos novamente o distanciamento entre a meta estabelecida e o percentual alcançado que foi de 40,5% de alunos concluindo o

curso, porém destes somente 74,08% concluíram com aproveitamento. O programa alcançou êxito em relação a 30% dos oitocentos alunos matriculados inicialmente.

De acordo com o Plano de Implementação do programa para a entrada de alunos em 2010, o município ofereceu 800 (oitocentas) vagas distribuídas em quatro núcleos com capacidade de atendimento mínimo de 100 (cem) e máximo de 200 (duzentos) alunos em cada núcleo, e cada sala comportaria 20 (vinte) alunos no mínimo e no máximo 40 (quarenta) alunos, portanto, com cinco turmas cada. Com a redução da quantidade de alunos de 800 (oitocentos) para 530 (quinhentos e trinta), representando uma evasão de 33,75% do contingente de alunos que ocorreu em sua maioria antes mesmo de começar efetivamente o curso, um núcleo foi extinto, as turmas reagrupadas e alguns profissionais tiveram seu contrato rescindido.

Desse modo, o ano letivo da 6ª entrada nacional do ProJovem Urbano iniciou em 2010 com quatro núcleos, no município. Permaneceram até a conclusão do curso três núcleos com cinco turmas cada, embora algumas turmas tenham terminado com bem poucos alunos (conforme Apêndice K). Para desenvolver este estudo a nossa pesquisa trabalhou diretamente, através das observações e entrevistas (conforme Apêndices A, B, C, D e E), com os profissionais deste grupo da segunda entrada no município, configurada nacionalmente como 6ª entrada 2010/2011.

#### **4.1 Contexto histórico, político, econômico e social do município de Imperatriz**

O município de Imperatriz foi fundado em 16 de julho de 1852 como povoação de Santa Teresa de Imperatriz por Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, que aportou às margens do rio Tocantins acompanhado de dois colonos e suas famílias com mais quatro praças que tinham a incumbência de guarnecê-los (IMPERATRIZ, 2006). O frade, que se encontrava em missão a serviço do governo paraense, estava supondo que o local fazia parte do território do Pará; corrigido o engano, posteriormente, o município foi elevado à categoria de vila, sendo promulgada a Lei Provincial nº 398 em 27 de agosto de 1856 e nomeado Vila Nova de Imperatriz (BARROS, 1996).

Até 1924 Imperatriz permaneceu apenas como vila, embora já detivesse alguma estrutura urbana, política, econômica e social para os padrões da época; foi em 22 de abril deste mesmo ano que Godofredo Viana, então governador, firmou o ato oficial através da Lei nº 1.179, que elevou à categoria de município a cidade de Imperatriz (BARROS, 1996). O município está situado a sudoeste do Estado do Maranhão, fazendo fronteira ao norte com os municípios de Cidelândia e São Francisco do Brejão, ao sul com os municípios de Davinópolis, Senador La Rocque e Governador Edison Lobão, ao leste com os municípios de João Lisboa e São Francisco do Brejão e a oeste é banhado pelo rio Tocantins que delimita a sua fronteira com o Estado do Tocantins.

A população de Imperatriz adquiriu fisionomia diferenciada do restante do Maranhão porque foi sendo formada basicamente por migrantes advindos de todas as partes do Brasil, especialmente dos estados do Pará, Piauí, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e do próprio Maranhão (conforme Anexo A) em busca, dentre outras coisas, de terras devolutas – o que caracterizou o desenvolvimento da agricultura de subsistência no município – e de trabalho na construção de estradas. Imperatriz ganhou características urbanas mais definidas no final da década de 1960 e década de 1970 em decorrência da ação do Governo Federal ao considerar a Amazônia Legal prioridade para o processo de desenvolvimento do país, oferecendo, dessa forma, condições de infraestrutura para sua viabilização através da criação de programas diferenciados para resolver os problemas existentes.

Dentre as ações realizadas que beneficiaram diretamente o município de Imperatriz destaca-se, a construção de estradas como Belém-Brasília e Transamazônica; o desenvolvimento de programas estratégicos através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; definição de polos Geo Econômicos e de políticas florestais para o combate à devastação praticada por madeiras e destinação de recursos financeiros para o POLAMAZÔNIA (IMPERATRIZ, 2003).

O município de Imperatriz teve sua área territorial reduzida por diversas vezes. Em 1955 o município de Montes Altos foi separado; em 1961 foi o município

de João Lisboa; em 1981 o município de Açailândia também foi emancipado. No ano de 1997 o município de Imperatriz teve seu território reduzido em 10% (dez por cento) a partir da emancipação política de mais seis municípios: Governador Edison Lobão, Davinópolis, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca e São Francisco do Brejão. Assim, Imperatriz passou a configurar-se como município eminentemente urbano. A área atual da superfície do município é de 1.368,901 Km<sup>2</sup>, contando com altitude média de 92 metros acima do nível do mar.

Segundo dados do IBGE, censo demográfico de 2010, a população do município de Imperatriz é de 247.505 habitantes, sendo que 234.547 habitam na zona urbana, equivalente a 94% da população e apenas 12.958 habitantes residem na zona rural do município, que equivale a 6%. Em relação ao gênero, 52% da população imperatrizense é do gênero feminino e 48% é do gênero masculino. A densidade demográfica do município é de 180,79 habitantes por quilômetro quadrado.

A história e o acentuado desenvolvimento de Imperatriz lhe concederam vários títulos, entre eles o de Portal da Amazônia e o de Capital da Energia. Desde sua fundação passou por diversos ciclos econômicos, dentre eles ciclo do gado, da borracha, da castanha, do arroz, da madeira. Grandes empreendimentos movimentaram e alavancaram a economia e trouxeram grande fluxo de migrações a partir de meados da década de 1960. O Programa Grande Carajás – PGC financiado pelos governos federal e estadual “[...] conjunto de empreendimentos que objetivam explorar os recursos naturais da Amazônia Oriental ou da Pré-Amazônia maranhense e do sul do Pará [...]” (FRANKLIN, 2008, p. 179), visava à exploração de extrativismo mineral e dos potenciais energéticos desta região dentro da lógica do capital internacional em que o Brasil é concebido como fornecedor de matéria prima e mão de obra barata, em favor da ampliação dos lucros de empresas estrangeiras.

A construção da Ferrovia Norte-Sul foi iniciada em 1988, ainda sob o ideário do Programa Grande Carajás, e veio atender aspiração secular de vários governos de interligar por via férrea a Amazônia ao Planalto Central, feito ainda não alcançado, pois não foi concluída a obra (FRANKLIN, 2008). O trecho que se encontra em funcionamento na região tocantina pouco contribui para o seu

desenvolvimento econômico e social visto atender apenas a grandes produtores e disponibilizar o transporte de passageiros de forma precária e insuficiente.

O último projeto instalado na região que abrange o município de Imperatriz via Programa Grande Carajás foi o Projeto Celmar, tendo como principal acionista a Companhia Vale do Rio Doce, instalado em 1992 no município. Este projeto intencionava proceder florestamento de eucalipto para produção de pasta de celulose. “Empreendimento responsável pelo maior impacto ambiental negativo nas terras da Pré-Amazônia maranhense, a Celmar não cumpriu qualquer meta socioeconômica a que se propôs nas audiências públicas nem nos projetos [...]” (FRANKLIN, 2008, p. 196).

A conjuntura atual da economia da região tocantina caracteriza-se novamente pela chegada de grandes empreendimentos na esfera pública e da iniciativa privada em diversos setores. É importante citar alguns deles: “[...] a ponte do rio Tocantins, a Hidrelétrica de Estreito, a revitalização do Distrito Industrial e a instalação de uma unidade da Suzano Papel e Celulose S.A., dentre outros [...]” (ACII, 2011, p. 07). Considerando estes fatores que incidem diretamente no crescimento e desenvolvimento do município de Imperatriz, ressaltamos que o Produto Interno Bruto – PIB é o segundo maior do Estado e demonstra crescente evolução tomando como referência o período entre 2002 e 2008 quando ultrapassa 100%, com média de crescimento anual em torno de 13,7% nesse período.

Sopesando a manutenção da média de crescimento do PIB de Imperatriz, a atual fase de investimento culminante na indústria de grande porte e o crescimento na construção civil no município, bem como a situação favorável da economia brasileira, aquilata-se que o PIB de Imperatriz alcance 3,5 bilhões de reais em 2015, ou seja, dobre novamente nos próximos quatro anos. Como o PIB do município teve crescimento ascendente nos últimos oito anos, o PIB *per capita* apresentou crescimento igualmente considerável, passando de 3,4 mil reais em 2002 para 7,3 mil reais em 2008, equivalendo a uma variação percentual de 114,7%, crescimento bastante expressivo para um período de seis anos. Ressaltamos ainda que socialmente, Imperatriz possui o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Estado do Maranhão (ACII, 2011).

Por toda essa história construída no contexto socioeconômico de Imperatriz, a cidade exerce influência em municípios do Sudoeste do Maranhão, Sul do Pará e Norte do Tocantins. Encontra-se distante da capital do Estado, São Luís 630 quilômetros; dista da capital do Estado do Pará, Belém 570 quilômetros; da capital do Estado do Tocantins, Palmas 608 quilômetros; além de distar da capital federal, Brasília 1.531 quilômetros; 1.418 de Goiânia e 1.401 quilômetros de Fortaleza. Segundo a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (2011, p. 185), as grandes distâncias observadas em relação às capitais circunvizinhas conferem à cidade de Imperatriz “[...] a singularidade de ‘capital regional’, responsável pela sustentação de um vasto território, onde se desenvolvem agricultura e pecuária fortes, comércio dinâmico e indústria e agroindústria em processo de crescimento”.

Atualmente o município reveste-se com características que o tornam um centro regional que tendo mais de duzentos mil habitantes recorrem a ele a população de pelo menos oitenta municípios do sul e sudeste do Maranhão, sul do Pará e norte do Tocantins. A abrangência atinge um raio de pelo menos quatrocentos quilômetros onde habitam quase dois milhões de pessoas para os quais o município serve como entreposto comercial e prestador de serviços técnicos e especializados. O fato de atender toda esta área territorial leva Imperatriz a apresentar alto índice de população flutuante de diversos níveis sociais, interesses e motivações. Observamos diariamente carros de aluguel vindos de cidades circunvizinhas circulando pelas ruas da cidade com passageiros para fazer compras, realizar consultas ou tratamento médico ou ainda para buscar serviços que não existem em seus municípios. Por via aérea, rodoviária, hidroviária ou ferroviária, outros grupos de pessoas chegam ao município para breve estada a negócios ou turismo de eventos (FRANKLIN, 2011).

O poder político em Imperatriz é representado pelos poderes executivo, legislativo e judiciário. O poder executivo é constituído pelo prefeito e vice-prefeito e seu gabinete de secretários municipais conforme proposto pela Constituição Federal. A Prefeitura Municipal de Imperatriz é composta por treze secretarias<sup>32</sup> e duas

---

<sup>32</sup> Secretaria da Fazenda e Gestão Orçamentária, Secretaria da Mulher, Secretaria de Administração e Modernização, Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Produção, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos, Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Serviços

superintendências<sup>33</sup> além de órgãos auxiliares. Os órgãos que auxiliam na gestão do município e estão diretamente ligados à Prefeitura Municipal são: Assessoria de Comunicação – ASCOM, Assessoria Jurídica de Imperatriz – AJIMP, Controladoria Geral do Município – CGM, Procuradoria Geral do Município – PGM, Ouvidoria Geral do Município – OGM, Comissão Permanente de Licitação – CPL, Cerimonial Municipal de Imperatriz e Patrimônio Municipal de Imperatriz. A Fundação Cultural de Imperatriz também é um órgão ligado à Prefeitura e cumpre a atribuição de zelar das questões relacionadas à cultura, dentre elas a administração do Teatro Ferreira Gullar.

O Poder Legislativo no município de Imperatriz é representado pelos treze vereadores eleitos que constituem a Câmara Municipal de Vereadores. Assume importante papel na gestão de um município, fiscalizando o cumprimento das leis e as ações do poder executivo, os vereadores são responsáveis pela elaboração, apreciação e aprovação de projetos e leis municipais e pela realização de audiências públicas no intuito de levar ao conhecimento da população e buscar soluções para os problemas apresentados pela comunidade.

O Poder Judiciário em Imperatriz conta com vários órgãos do Judiciário Municipal, Estadual e Federal e desempenha relevante trabalho diante da demanda que se equipara a de outras grandes metrópoles. Imperatriz é um município que também lida com altos índices de criminalidade, assassinatos, tráfico de drogas ilícitas em grande escala fazendo parte de rotas nacionais e internacionais. Registram-se quadrilhas especializadas em roubo de cargas, de bancos, especialmente pelo fluxo populacional e efervescência do comércio e pela sua localização geográfica que facilita a fuga dos criminosos. Em se tratando de justiça, Imperatriz conta com o Tribunal de Justiça do Estado, a Subseção Judiciária de Imperatriz (TRF 1ª Região), Juizado Especial Federal (Adjunto da Subseção Judiciária de Imperatriz), Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais, Promotoria de Justiça da Comarca de Imperatriz, Procuradoria da República no Município de

---

Públicos, Secretaria de Juventude, Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria de Saúde e Secretaria de Trânsito e Transportes (ACII, 2011).

<sup>33</sup> Superintendência de Tecnologia da Informação – STI e Superintendência de Turismo – SETUR (ACII, 2011).



Imperatriz (Ministério Público Federal) e Juízes de Direito que trabalham no Fórum Ministro Henrique de La Rocque (ACII, 2011).

#### 4.1.1 História e perfil educacional do município de Imperatriz

O registro da primeira escola data de 11 de julho de 1864, através da Lei nº 717 que em seu artigo primeiro estabelece: “Ficam criadas duas cadeiras de primeiras letras, com ordenado de 600 mil réis na Vila Nova da Imperatriz, sendo uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino” (COUTINHO, 1994, p. 173). Apesar da clareza da lei, no entanto, nenhum professor foi nomeado pela Província para a Vila Nova da Imperatriz e a escola foi criada, mas não foi instalada. Então, o trabalho educacional na Vila ocorreu através de escola particular instalada nas dependências da Paróquia pela iniciativa do padre Domingos Elias da Costa Moraes que mediante a insatisfação e reclamações do povo foi à capital do Estado formular denúncia pelo descaso do governo com esta distante Vila do interior e conseguiu recurso para a instalação da escola pela qual assumiu toda a responsabilidade e o ensino era gratuito (BARROS, 1996). Já no século XX um fazendeiro criou em sua propriedade a primeira escola rural, também particular, que se tornou o esteio da educação e da cultura na região. Anos mais tarde, o professor Sousa Lima passou a ministrar ensinamentos para os jovens de seu tempo. A primeira escola pública somente iniciou em 1912, regida pelo professor primário José Bento Moreira Ferraz (COUTINHO, 1994).

Em 1924 a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas fundou em Imperatriz a Escola Santa Teresinha que funcionava em regime de externato e internato somente para moças da cidade e das povoações do município. A missão capuchinha estabelecida na cidade trouxe suporte educacional e religioso para as famílias que se instalavam na região. “No contexto educacional, a escola colaborava na formação da elite local, oferecendo um estabelecimento de ensino que correspondia aos anseios exigidos pelos proprietários da região” (SILVA e CASTRO, 2004, p. 29). Até os dias atuais esta escola continua prestando serviços educacionais ao município de Imperatriz.

Nos anos setenta o município de Imperatriz já contava com dois grupos escolares estaduais, o Grupo Escolar Governador Archer e o Grupo Escolar Estado de Goiás. Foi instalado no governo de José Sarney o primeiro estabelecimento público de ensino de grau médio, o Ginásio Bandeirante. Existiam dois outros estabelecimentos particulares que ministravam esse mesmo nível de ensino, o Bernardo Sayão e o Curso Técnico Comercial Gonçalves Dias, os dois da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - CNEG. Ainda nessa década foi instalada a Escola Técnica de Comércio de Imperatriz que mantinha os cursos, Ginásial, Científico, Contábil e Escola Normal Pedagógica e a Fundação Hebenézer com curso primário e ginásial. Os protestantes também instalaram suas escolas no município, entre elas, a Escola Cristo Rei, o Externato Menino Jesus, o Mundo da Criança e a Escola Tocantins, todos com orientação evangélica (COUTINHO, 1994).

Ainda na década de setenta as lideranças políticas e educacionais do município iniciaram a luta pela instalação de cursos superiores em Imperatriz reivindicando a vinda de faculdades. Foi instituída a Fundação de Ensino Superior de Imperatriz - FESI, posteriormente transformada em Fundação de Ensino de Imperatriz - FEI. A FEI ministrou os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, nos anos de 1974 - 1979, quando foi incorporada pela Fundação de Ensino Superior do Maranhão - FESM, depois instituída Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. A Universidade Federal do Maranhão - UFMA iniciou seu processo de instalação no final da década de 1970 em Imperatriz e iniciou suas atividades na entrada da década de 1980, ministrando os cursos de Direito e Pedagogia (COUTINHO, 1994).

Na década de 1990 a educação no município de Imperatriz já havia sofrido grande expansão buscando atender à população crescente, configurando-se como principal centro educacional do sul do Maranhão, contando com aproximadamente 280 (duzentas e oitenta) escolas do ensino fundamental ao ensino médio, contando ainda com escolas de ensino especializado, como as de línguas, música e outras. O ensino público de educação básica municipal contava com 197 (cento e noventa e sete) escolas, o estadual com 07 (sete) escolas, o federal com 01 (uma) escola, o particular com 58 (cinquenta e oito) escolas e o ensino mantido pelo comércio e a indústria contava com 03 (três) entidades, sendo o Serviço Social da Indústria - SESI

dedicado ao ensino fundamental com duas unidades; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI dedicado a ministrar cursos de qualificação e treinamento profissional na área industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC dedicado a ministrar cursos de formação profissional, oficinas de artesanato na área comercial (BARROS, 1996).

A educação popular também foi bastante difundida até esta década de 1990, direcionada às pessoas do campo e das periferias das cidades que compõem a região tocantina. Destacamos dentre elas, a Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE, organização não governamental de caráter nacional que permaneceu no município no período de 1984 a 1992 atendendo a população de bairros periféricos de Imperatriz e alguns municípios da região. O Movimento Educacional de Base – MEB que foi instalado em 1984 e permaneceu até o início dos anos 2000, com metas direcionadas à organização comunitária e à produção e aperfeiçoamento de recursos humanos. O Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU também iniciou seu trabalho em 1984 nesta região, tendo como principal líder Manoel Conceição Santos, o objetivo da entidade é contribuir na formação e educação dos trabalhadores rurais para que estes se transformem em agentes de mudança das condições de vida de sua própria classe. A Casa Familiar Rural, instalada em Coquelândia em meados dos anos de 1990 é uma experiência desenvolvida pelos Irmãos Missionários do Campo com ajuda internacional, principalmente da Cáritas. Tem como grande objetivo capacitar o homem e a mulher do campo na sua própria lida com o intuito de evitar o êxodo rural (BARROS, 1996).

Próximo à chegada do novo milênio a demanda e o dinamismo inerentes ao município de Imperatriz animaram muitos “[...] empreendedores do setor de serviços a investirem na área educacional, tanto nos níveis fundamental e médio quanto no ensino superior, [...]” (FRANKLIN, 2008, p. 201). Este evento cooperou para a ampliação e consolidação de hábil rede educacional privada, nivelada a excelentes escolas dos grandes centros metropolitanos. A rede pública também alcançou sensível avanço a partir de melhoria em estruturas físicas, qualificação profissional e remuneração dos educadores. Segundo Santos (2007, p. 80):

O município de Imperatriz começa o novo milênio assumindo-se como região promissora no campo educacional. Nesse sentido, vem se estruturando como pólo de educação da região sul do Maranhão, expandindo e fortalecendo a oferta de ensino superior através de diversas instituições públicas e privadas.

No início da primeira década do novo milênio, ano de 2002, a rede pública municipal constituía-se de 132 escolas com 53.210 alunos. A rede estadual contava com 27 escolas com 32.228 alunos. A rede federal com uma escola registrou 792 alunos. A rede privada filantrópica contou com 2.469 alunos. A rede privada registrou 10.883 alunos. (IMPERATRIZ, 2003). Vejamos a distribuição desses alunos, no quadro abaixo (Quadro 11), nas respectivas redes, e níveis e modalidades de ensino.

Quadro 11 – Distribuição dos alunos da creche à educação básica do município de Imperatriz nas redes, níveis e modalidades de ensino

| Níveis e Modalidades<br>Redes de Ensino | Pré-Escola e Creche | Alfabetização | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Médio Profissionalizante | EJA - Fundamental | EJA - Fundamental e Médio | Educação Especial |
|-----------------------------------------|---------------------|---------------|--------------------|--------------|---------------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| Rede pública municipal                  | 8.853               | 3.768         | 28.772             | -            | -                               | 11.506            | -                         | 311               |
| Rede pública estadual                   | 48                  | -             | 13.992             | 15.279       | -                               | -                 | 2.792                     | 117               |
| Rede pública federal                    | -                   | -             | -                  | -            | 792                             | -                 | -                         | -                 |
| Rede privada filantrópica               | 264                 | 34            | 1.528              | 332          | -                               | -                 | -                         | 311               |
| Rede privada                            | 1.784               | 708           | 5.441              | 2.154        | -                               | -                 | 796                       | -                 |
| Total                                   | 10.949              | 4.510         | 49.733             | 17.765       | 792                             | 11.506            | 3.588                     | 739               |

Fonte: Plano Decenal do Município de Imperatriz, 2003

Elaboração da autora

Tratando especificamente do ensino fundamental, conforme demonstra a respectiva coluna no quadro acima, o Sistema Municipal de Ensino de Imperatriz<sup>34</sup>

<sup>34</sup>O Sistema Municipal de Ensino de Imperatriz foi instituído pela Lei Municipal nº 901/99 e compreende: I. As instituições do ensino fundamental e da educação infantil criadas e mantidas pelo município; II. As instituições do ensino fundamental e de educação infantil municipalizadas; III. As instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; IV. A Secretaria Municipal de Educação e V. O Conselho Municipal de Educação – CME (IMPERATRIZ, 2003).

contou com matrícula de 49.733 alunos em 2002, sendo 28.772 alunos da rede municipal, correspondendo a 57,85% deste nível de ensino; 13.992 alunos da rede estadual, representando 28,13% e 6.969 alunos da rede privada de ensino, equivalendo a 14,01% da demanda do ensino fundamental atendida. A rede municipal contava com corpo técnico composto por 1.812 (um mil, oitocentos e doze) professores efetivos, 37 (trinta e sete) supervisores escolares, 09 (nove) orientadores educacionais e 01 (um) psicólogo educacional (IMPERATRIZ, 2003).

A Educação de Jovens e Adultos - EJA em nível do ensino fundamental no município é atendida pela SEMED e pela Diretoria Regional de Educação - DRE; em nível médio pela DRE e no âmbito privado, ensino fundamental e médio, o SESI se encarrega por este trabalho. O ensino fundamental atendido pela SEMED através da EJA em 2002 contava com 160 (cento e sessenta) professores contratados, estudantes da UEMA e 307 (trezentos e sete) professores efetivos. Foram atendidos 14.457 alunos nesta modalidade de ensino pelo município em 2002, sendo 1.378 inscritos na Alfabetização de Jovens e Adultos - AJA, 4.036 de 1ª a 4ª série e 6.072 de 5ª a 8ª série - EJA na SEMED. O SESI atendeu 256 alunos e a DRE 2.715 alunos (IMPERATRIZ, 2003).

Em 2011 a Educação de Jovens e Adultos na SEMED em Imperatriz trabalhou com 117 professores, todos contratados e equipe técnica formada por 03 supervisores escolares e 03 professores que também desempenham o trabalho de supervisão, 01 coordenadora geral e 01 assessora. A EJA funcionou nesse ano em 23 escolas, sendo 15 escolas localizadas na zona urbana e 08 escolas localizadas na zona rural. Segundo informações da assessoria do programa, nos últimos anos o índice de evasão escolar mostra crescente queda, passando de aproximadamente 35% em 2009 para 32% em 2010 com expectativa de decréscimo para 2011. Fato que se atribui ao empenho com que a equipe trabalha e ao suporte que o PROEPI/EJA fornece.

O município criou o Programa de Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos - PROEPI/EJA. Este programa tem uma equipe formada por 01 coordenadora geral, 01 assessora técnica e 01 instrutora, e trabalha em parceria com instituições de educação profissional. O programa se define como Programa de Formação Continuada semipresencial com foco na Educação

Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, do qual o aluno da EJA participa ao longo de um ano visando à capacitação profissional. A finalidade do programa é elevar a autoestima dos participantes e, conseqüentemente, melhorar a capacidade de compreensão, proporcionar acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico e profissionalizante assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural e inserção no mercado de trabalho.

Atualmente o setor educacional conta com aproximadamente 200 (duzentas) escolas de ensino fundamental e médio entre públicas e privadas, três *campi* públicos universitários: o Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST, *Campus* II da UFMA, o Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – CESI, da UEMA e o Instituto Federal do Maranhão – IFMA, quatro faculdades particulares e mais de uma dezena de institutos de educação superior, que, somados oferecem quase uma centena de cursos de nível superior, além de vários cursos de pós-graduação *lato sensu*. O setor educacional configura-se como um dos que apresenta maior indicador de crescimento no município, projetando-se como polo educacional em nível da educação superior (FRANKLIN, 2011).

#### **4.2 Caracterização da juventude no município de Imperatriz**

A juventude é definida, segundo o dicionário Houaiss (2010), como “Período da vida do ser humano compreendido entre a infância e o desenvolvimento pleno de seu organismo”; etimologicamente deriva do latim *juventus* significando época ou condição de estar na mocidade, de ser jovem. No entanto, não existe consenso acerca de definição da faixa etária que limita a juventude, em virtude de ser esta uma categoria de constante mobilidade social com características peculiares a cada cultura e tempo histórico, variando inclusive dentro de uma mesma sociedade, conforme já explicitado neste estudo.

Destarte, utilizamos a faixa etária de 15 a 29 anos adotada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, visto que o programa educacional que pesquisamos, ProJovem Urbano está ligado a estes órgãos e adota, portanto, esta faixa de idade. Esta faixa etária é dividida em três subgrupos:

15 – 17 anos, correspondente ao jovem-adolescente; 18 – 24 anos, equivalente ao jovem-jovem e 25 – 29 anos, correlativo ao jovem-adulto.

Segundo Aquino (2009), a adoção desse recorte etário no campo das políticas públicas é bastante recente, em substituição à faixa 15 – 24 anos geralmente tomada como população jovem. Esta ampliação para 29 anos não é privilégio apenas do Brasil, os países que trabalham na busca da instituição de políticas públicas de juventude a adotam também, a argumentação para tanto é, primeiro, o fato de que a expectativa de vida da população em geral tem se ampliado gradativamente e, segundo, a geração atual tem encontrado dificuldade em tornar-se autônoma devido às mudanças que têm ocorrido no mundo do trabalho.

A juventude configura-se como questão social a partir de duas situações que se apresentam na contemporaneidade. Quando se trata de juventude geralmente associam-se os problemas de delinquência, prostituição, gravidez precoce, uso indiscriminado de drogas lícitas e ilícitas e o próprio comportamento dessa categoria da população, considerado de risco em várias situações, dentre outros. A juventude também foi habitualmente tomada como fase de transição para a vida adulta, assim sendo, a sociedade se reveste da responsabilidade de preparar o jovem para ser um adulto ajustado às necessidades sociais e do mercado.

Para ser considerado adulto adentrando uma nova fase do ciclo da vida o jovem deve transpor estágios que passam pela frequência à escola, experimentação afetivo-sexual, entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, obtenção de domicílio próprio, casamento e constituição da própria família, desse modo, garantindo sua estabilidade. Quando o desenvolvimento do jovem não acontece dessa forma, obedecendo estes estágios, seu comportamento é compreendido como desvio ou disfunção do processo de socialização (AQUINO, 2009).

Esta concepção apresentada constitui-se também a realidade da juventude do município de Imperatriz. Para caracterizar a juventude imperatrizense nos apoiamos basicamente em dados de uma pesquisa que define o perfil do jovem da cidade realizada por um grupo de educadores em 2007 e publicada em 2009 em forma de artigo científico, com jovens estudantes do ensino fundamental – 6º ao 9º

ano e do ensino médio. Baseamo-nos ainda em dados do censo demográfico do IBGE 2010 e da PNAD 2008.

Segundo o censo demográfico 2010 Imperatriz tem uma população na faixa etária entre 15 e 29 anos de 74.772 habitantes, ou seja, 30,2% da população, sendo 35.941 homens, equivalente a 14,5% e 38.831 mulheres, que equivalem a 15,7%. Os habitantes que fazem parte do grupo considerado jovem chegam a quase um terço da população total do município, significando que o mesmo possui uma população jovem relevante, que também enfrenta os problemas próprios da idade acrescentados da dificuldade para encontrar emprego, advinda da falta de qualificação profissional e do baixo nível de escolaridade, principalmente entre os jovens de famílias de baixa renda.

A PNAD 2008 mostra que a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos e mais é de 7,4 anos, sendo que a média entre os 20% mais pobres é apenas 5,1 anos e entre os 20% mais ricos chega a 10,4 anos de estudo, confirmando a pobreza como relevante fator de exclusão escolar. Em relação ao analfabetismo, a taxa das pessoas de 15 anos e mais, no Brasil é 10% e na Região Nordeste é 19,4%, a maior entre as regiões do país; entre os jovens de 15 a 24 anos o analfabetismo é de 2,2% e entre os jovens de 25 a 29 anos é de 4,2% no Brasil. O percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de 11 anos de estudo e que não estão estudando é de 34,1%. É possível perceber que a população brasileira apresenta baixo nível de escolarização com altos índices de desigualdade. Estes índices mostram que a região da qual o município de Imperatriz faz parte, região Nordeste tem problemas educacionais sérios e a juventude é um segmento social bastante afetado por eles. O Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (BRASIL, 2009, p. 13), confirma a persistência do problema na educação brasileira ao afirmar:

O baixo nível de escolarização da população persiste como o macro-problema educacional brasileiro, resultante dos problemas existentes nos diferentes níveis de ensino e da persistência dos elevados índices de analfabetismo.

A pesquisa realizada pelos educadores de Imperatriz na cidade, Sousa, Silva e Moura (2009) revelou que os jovens estudantes acreditam que a escola e a



educação têm a função de formar de maneira propedêutica, para o mercado de trabalho e para uma futura profissão. Especialmente para os jovens das classes populares a escola é concebida como ponte de mobilidade social. Romão (2007, p. 77), pondera sobre esta questão afirmando que:

[...] pode-se pensar que nem a escola pode se arvorar em resolver todos os problemas do desenvolvimento econômico com justiça social (messianismo), nem pode ser condenada a impotência (niilismo), mas recapturada como um dos instrumentos de intervenção na sociedade, com vistas à mudança do sentido das determinações sociais para o interesse da maioria.

Segundo a pesquisa de Sousa, Silva e Moura (2009), em relação às questões culturais, ao serem perguntados sobre a preferência musical os jovens demonstraram que têm gosto por uma variedade de estilos bastante ampliada, englobando praticamente todos os ritmos, dos mais populares aos mais sofisticados. Os entrevistados poderiam optar por mais de um tipo musical. As preferências ficaram assim distribuídas: Forró 37,7%; Música Religiosa 30,1%; Música Eletrônica 28,3%; Reggae 24,6%; MPB 22,6%; Música Internacional e Funk 20,7%; Brega 18,8%; Samba, Pagode e Sertaneja 15%; Música Clássica 11,3%; Rock e Hip Hop 3,7%. Este ecletismo pode ser justificado pela influência de várias regiões brasileiras que contribuem para enriquecer a cultura da cidade. No questionamento sobre preferência em relação a diversões os jovens elencaram: praia, viagem, esporte, filme, leitura, balada e internet, com percentuais variando entre 37,73% e 22,64%, destacando-se entre as preferências a leitura, que foi incluída como meio de diversão por 24,52% dos entrevistados.

A pesquisa de Sousa, Silva e Moura (2009) revelou que ao responder à proposta de autoavaliação acerca do temperamento nas relações pessoais, 56,5% dos jovens se autodesignaram amigo; 50,05% calmo; 46% desligado, e 29,5% agressivo. Nessa fase da vida é importante refletir sobre este assunto visando o autoconhecimento para que as relações com os outros seus semelhantes possam ser trabalhadas com intenção de experienciar relações de solidariedade, de cooperação, de respeito, ao contrário da orientação a que a sociedade capitalista impele as

peessoas, de individualismo, de competitividade, de meritocracia, de falta de ética e de respeito ao próximo.

A pesquisa referenciada também perguntou sobre as dificuldades que os jovens estavam enfrentando na atualidade e revelou que 38% dos entrevistados apontaram a falta de oportunidade como principal fator que dificulta a vida do jovem no momento, aparecendo em segundo lugar a violência. A ausência de políticas públicas que contemplem as questões culturais, sociais, de lazer, de trabalho, destinadas a este grupo populacional é bastante evidente e sentida pelos jovens, principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A violência, estatisticamente, atinge os jovens em grandes proporções e por isso configura-se como entrave na vida deles, assim foi apontada na pesquisa de Sousa, Silva e Moura (2009) como o fator que mais lhes causa inquietação, com 75% de ocorrência. Dentre as maiores dúvidas que causam apreensão nos jovens a questão relativa à profissão surge com 60% de incidência. Para reduzir a ansiedade, neste aspecto, os jovens confessaram recorrer aos pais em busca de auxílio.

Sobre o uso de drogas lícitas a pesquisa de Sousa, Silva e Moura (2009) constatou que: 53% dos entrevistados já experimentaram bebida alcoólica e 30% já experimentaram cigarro. Estes resultados condizem com a realidade do município que possui um elevado número de estabelecimentos que trabalham com estes produtos e desencadeiam confusões gerando violência principalmente nos bairros periféricos durante os finais de semana.

A pesquisa também perguntou aos jovens se já sofreram ou praticaram preconceito racial, social, sexual e religioso; 26% responderam que sofreram preconceito social e 20% sofreram preconceito religioso. A maioria respondeu que nunca praticou preconceito e 10% praticaram preconceito sexual e religioso. O preconceito encontra-se presente em todas as camadas sociais e vai se tornando trivial, corriqueiro, habitual, cultural e banaliza-se a sua ocorrência, por isso precisa ser colocado em pauta, discutido, refletido, trabalhado com todas as faixas etárias, priorizando a infância e a juventude, em todas as instituições sociais, especialmente as educativas.

#### 4.2.1 Perfil dos jovens atendidos pelo ProJovem Urbano em Imperatriz

Os diferenciados modos de ser do jovem hodierno na sociedade conduzem à compreensão de que na contemporaneidade não existe uma juventude, mas várias juventudes com características bem definidas. As juventudes estão agrupadas basicamente por afinidades e proximidades, tais como, localização geográfica, religiosidade, gosto musical, cultural, condição social e econômica, dentre outros. Esta diversidade que se apresenta na pluralidade de situações geradas exige ações governamentais diversas através de políticas públicas de juventude direcionadas, de modo a atender a especificidade das situações.

O ProJovem Urbano se apresenta como uma dessas políticas que busca atender jovens que estando na faixa etária estabelecida entre 18 e 29 anos encontrem-se em situação de vulnerabilidade social. A maioria dos jovens atendidos por este programa vivenciou experiências diferenciadas no sistema de ensino regular. Muitos deles foram excluídos da escola antes de completar o ensino fundamental, guardando um histórico de reprovações, repetências, evasões. Os jovens atribuem diversos significados a esta experiência, variando da indiferença, quando percebem a escola como uma instituição distante e pouco significativa, até a obrigatoriedade de continuar estudando embora concebam a escola com sentido negativo, pois acreditam que contribui para reproduzi-los na condição de subalternos. (DAYRELL, 2006).

A avaliação que os jovens fazem da instituição escolar é que ela não consegue resolver seus problemas, ou seja, mostra-se “[...] pouco eficaz no aparelhamento deles para enfrentar as condições adversas de vida [...] pouco contribuindo na sua construção como sujeitos” (DAYRELL, 2006, p. 63).

A expansão na oferta de vagas na educação básica a partir da década de 1990 oportunizando acesso às camadas da sociedade menos favorecidas economicamente à escola pública mudou consideravelmente o corpo discente da instituição escola. Após o fim do regime militar na década de 1980 no Brasil, ocorreu maior expansão na oferta de vagas nas escolas públicas, tornando-as mais democráticas, quando consideramos que possibilitou ampliação no atendimento às

pessoas das camadas populares que trouxeram consigo as marcas da desigualdade social, da violência, da pobreza, tornando a escola bem mais heterogênea. No entanto, essa democratização é relativizada quando percebemos que se garante o acesso, mas não a permanência. Diante dessa realidade presente na escola, observamos muitas vezes que ela continua ignorando-a e expulsando seus alunos; as suas estratégias pedagógicas ainda não dão conta de trabalhar as diferenças e até limitações apresentadas por essa clientela, gerando evasão e altos índices de reprovação. A escola precisa aprender a lidar com as diferenças individuais, respeitando os sujeitos e valorizando a sua cultura, os seus costumes. Sobre esse aspecto Mizukami (2002, p. 11) adverte:

A demanda das classes populares pela instituição escolar muda o sentido outrora atribuído à educação para a vida. São outras as vidas que agora acorrem à escola – além daquelas oriundas das classes média e alta, clientela por excelência dos períodos anteriores – e que, portanto, exigem um novo projeto de escola que atenda a essas vidas diferentes e que tenha como norte a superação das desigualdades sociais.

Toda essa realidade e suas consequências deram origem ao ProJovem Urbano que se colocou o desafio de trabalhar com esses jovens que foram expulsos da escola antes de concluir o ensino fundamental ou que não tiveram a oportunidade de chegar até ela, buscando resgatar assim, sua autoestima e contribuir para a construção de cidadãos autônomos. É desse modo que:

O Projovem se destina a jovens em ‘situação de risco’; o risco significa não somente aquele a que estão expostos, mas o sentimento que suscitam no conjunto da população que desfruta de um lugar social que a identifica como portadora da capacidade de influenciar a agenda pública (NASCIMENTO; ARAÚJO, 2009, p. 163).

O perfil do público potencial do ProJovem Urbano foi definido a partir de indicadores de pesquisas e de estudos realizados até 2005. O programa delimitou, então, para participar da segunda versão, jovens que estejam na faixa etária entre 18 e 29 anos e saibam ler e escrever, não sendo necessária comprovação de escolaridade, apenas teste de proficiência, como já colocado. Em Imperatriz os jovens atendidos no

ProJovem Urbano se incluem neste perfil definido nacionalmente, demonstrando coerência com o mesmo.

Antes de tratarmos do perfil dos jovens atendidos no município vejamos quais as ocupações referentes aos arcos ocupacionais definidos nacionalmente a partir da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (conforme Anexo B), que foram trabalhados no curso, visto que estas informações esclarecem as possibilidades de trabalho no mercado para os jovens e têm relação direta com alguns dados colhidos sobre os alunos do ProJovem Urbano em Imperatriz.

Foram três os arcos ocupacionais escolhidos para o município, os quais permaneceram nas duas entradas: Construção e Reparos II (Instalações), neste arco as possíveis ocupações são: a) Eletricista de Instalações (Edifícios); b) Trabalhador da Manutenção de Edificações; c) Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações; d) Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança. O segundo arco escolhido foi Saúde que trabalha as ocupações: a) Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas; b) Recepcionista de Consultório Médico e Dentário; Atendente de Laboratório de Análises Clínicas; d) Atendente de Farmácia – Balconista. O terceiro arco ocupacional foi Serviços Pessoais que habilita para as seguintes ocupações: a) Manicura e Pedicura; b) Depilador; c) Cabeleireiro; d) Maquiador (BRASIL, 2008b).

Os dados sobre os alunos do ProJovem Urbano em Imperatriz foram colhidos através de consulta aos dossiês dos mesmos. É importante ressaltar que os dados ora apresentados são alusivos somente aos alunos que concluíram o curso. Os jovens atendidos na 6ª entrada nacional, 2ª entrada no município referente ao biênio 2010 – 2011 apresentam um perfil peculiar. Dos alunos que chegaram ao final da etapa de formação 78,08% são do sexo feminino, confirmando a predominância das mulheres na escola formal; no entanto, a disparidade tão acentuada pode se justificar ainda pelas opções que os alunos tiveram em relação aos arcos ocupacionais com prevalência feminina.

O arco ocupacional Serviços Pessoais se apresenta como eminentemente feminino, não sendo registrado nenhum aluno do sexo masculino matriculado nele. A maioria das ocupações relacionadas ao arco Saúde também se caracterizam como

femininas levando à presença de apenas 11,16% de homens matriculados neste arco. Somente o arco Construção e Reparos II tem ocupações caracterizadas como masculinas, no entanto, também registrou presença feminina com matrícula referente a 11,32% do total.

No que se refere à situação familiar, 26,54% dos dossiês não apresentam resposta ao item estado civil, 34,26% se declaram solteiros, 38,27% são casados ou vivem em união estável e somente 0,92% são separados judicialmente ou viúvos. Com relação a filhos 52,77% dos alunos são pais ou mães, 9,57% não têm filhos e 37,65% não declararam. A faixa etária predominante, com incidência de 31,79%, está entre 21 e 24 anos, seguida da faixa entre 25 e 27 anos de idade com 26,85%, depois 20,98% encontra-se na faixa entre 28 e 30 anos a ser completado no ano de 2009 quando foram feitas as inscrições para o programa e 20,37% dos alunos na faixa etária entre 17 e 20 anos, sendo que os alunos de 17 anos completariam 18 anos até o início das aulas.

Com relação à etnia 44,75% dos alunos se declararam pardos, 17,59% brancos e 6,48% negros, não informando este item 31,17% dos alunos. Estes dados confirmam o fato da população imperatrizense apresentar características bastante diferenciadas do norte e nordeste do estado maranhense onde predomina a população afrodescendente, com etnia negra e parda. Quanto à localização geográfica em relação à moradia dos alunos, considerando os bairros, constatamos que eles estão espalhados em mais de 50 bairros da cidade (conforme Apêndice L). Ficou bem evidente que a maioria mora nas periferias da cidade, com maiores concentrações nos bairros localizados no entorno das escolas onde o programa se desenvolveu. Este aspecto nos permite inferir acerca da condição financeira dos jovens, inclusive pelo conhecimento empírico das condições de moradia em muitos bairros da cidade, alguns habitados por meio de invasões e sem infraestrutura mínima, revelando que muitos desses jovens fazem parte das camadas populares que vivem com poucos recursos financeiros. Do total de alunos, 74,7% moram em bairros bem distantes do centro da cidade, sendo alguns localizados em áreas pertencentes à zona rural do município.

Relativo à naturalidade 48,15% dos alunos nasceram em Imperatriz, 33,95% são de outros municípios do Maranhão e 17,9% nasceram em outros estados (conforme Apêndice M), contemplando municípios de quase todas as regiões do país, abrangendo 80% das regiões, não aparecendo pessoas apenas da região sul, fato que se justifica não pela ausência dos sulistas no município, mas, provavelmente por ser esta a região que apresenta menor índice de analfabetismo e maior quantidade de anos de estudos da população de 15 anos ou mais, segundo dados da PNAD 2008. Foi possível perceber no aspecto naturalidade que menos da metade dos jovens matriculados no ProJovem Urbano são naturais de Imperatriz, confirmando as pesquisas populacionais que apontam Imperatriz como município que tem a população formada por muitos migrantes advindos dos mais diversos rincões de todas as regiões do país (conforme Anexo A).

A relevância de conhecer o contexto em que a pesquisa se realizou a partir da sua história, população, educação, economia, organização política e social perpassa a concepção de totalidade que consideramos importante na consecução desse estudo. Conhecer as peculiaridades que caracterizam cada realidade contribui para a compreensão e apreensão da mesma. Desse modo, embora a execução do ProJovem Urbano siga orientação nacional, guarda características próprias em cada realidade em que acontece pela influência dos aspectos econômicos, sociais, educacionais e culturais do lugar, e no município de Imperatriz não foi diferente. Foram estas particularidades que destacamos buscando promover a compreensão da formação continuada do ProJovem Urbano no contexto do município de Imperatriz em sua totalidade.

## **5 FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ - MA: a percepção dos sujeitos envolvidos**

A apreensão das percepções acerca do programa e mais especificamente da formação continuada de educadores do ProJovem Urbano no município de Imperatriz até 2010 se deu através dos registros nos documentos do mesmo, a exemplo dos relatórios (IMPERATRIZ, 2011; 2011a), produzidos pela Coordenação local que nos possibilitaram percorrer pelos diversos momentos da formação realizada até esse ano, visto que nosso contato com o grupo através da observação ocorreu somente em 2011.

Conforme já mencionado em capítulo anterior, o município de Imperatriz aderiu ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano em 2008 com o compromisso de realizar duas entradas. No entanto, enfrentou problemas quanto ao cumprimento da carga horária da formação inicial e continuada de educadores na execução da primeira entrada por questões de gerenciamento de responsabilidade da instituição contratada para cumprir esta finalidade (IMPERATRIZ, 2011). Estes problemas provavelmente prejudicaram o andamento do trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores e causaram atraso na conclusão dessa primeira entrada.

De acordo com o Relatório de Execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano em Imperatriz - MA - 1ª Entrada 2008/2009 - Ano de Referência 2010, a Secretaria de Educação Municipal assumiu a formação dos educadores contratando duas formadoras, funcionárias da sua rede. Elas participaram de encontro de formação em nível nacional e em seguida iniciaram o trabalho. Atualizaram as formações atrasadas com a complementação de 80 horas/aula da Formação Inicial, trabalho pelo qual não foram remuneradas, pois havia o entendimento por parte da Coordenação Nacional do programa que este pagamento já havia sido realizado para a instituição anteriormente responsável pela mesma, e que a reutilização de recurso para esta finalidade poderia acarretar problema para o município. As formadoras deram prosseguimento à formação continuada trabalhando as unidades formativas e outros aspectos e temas. Assim, todas as formações em atraso foram atualizadas e os educadores da primeira entrada



punderam receber as certificações referentes à formação inicial e continuada oferecidas pelo programa.

Dentre as ações desenvolvidas durante a segunda entrada o Relatório de Execução do Programa (IMPERATRIZ, 2011a), destaca as ações pedagógicas e educacionais para evitar a desistência e a evasão de alunos que foram fomentadas durante a formação continuada de educadores. Com o objetivo de dar continuidade às turmas com poucos alunos e núcleos abertos com o mínimo de alunos permitido, no período de duração prevista para o curso, algumas estratégias de ensino que favorecessem o diálogo com o mundo dos jovens foram necessárias. Para alcançar este objetivo foram executadas as seguintes ações: realização da Semana de Acolhimento com atividades de socialização e esclarecimento sobre as peculiaridades do programa; apresentação de vídeos e slides da etapa anterior para dar crédito ao programa. Visitas aos alunos faltosos realizadas por educadores, equipe técnica e coordenação local; incentivo para os jovens permanecerem no programa; reforço de valores de solidariedade e cidadania; fomento da integração no processo de ensino-aprendizagem-profissionalização do alunado: família, escola, comunidade, coordenação local, órgãos governamentais, entidades não governamentais – empresas. Realização de telefonemas aos alunos não frequentes às aulas; palestras motivacionais; promoção da inclusão dos jovens cidadãos através de novas formas de lazer e inserção produtiva, reforçando a valorização da família, da escola, das potencialidades econômicas locais e regionais, como forma de motivação e minimização da evasão escolar. Utilização de ações realizadas no PLA e no POP para estimular o desenvolvimento dos alunos e combater a evasão escolar; adequação do horário de aula, para o período das 19h às 22h com vistas a atender a necessidade de alguns alunos trabalhadores e alunas mães. Desse modo, o horário das 18h30min. às 19h ficou reservado aos plantões pedagógicos.

Essas ações foram desenvolvidas em conjunto com educadores, formadoras e coordenação local e tiveram como princípio fundamental o cumprimento do currículo integrado estabelecido pelo PJU, que favorece a construção do protagonismo juvenil dos alunos concretizando ações que contribuam com a inclusão, a permanência e o desenvolvimento dos jovens, bem como

diminuam a evasão escolar. Estas ações possibilitaram a reflexão crítica dos professores sobre sua prática no cotidiano escolar. Alguns alunos que não estavam frequentando a escola retornaram e aumentou a participação dos jovens nas ações desenvolvidas pelo programa como PLA e POP e demais atividades. Houve o encaminhamento de jovens em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social para acompanhamento psicológico em instituições de reabilitação e tratamento, através de parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES.

Apesar de todo o esforço conjunto no combate à evasão, no mês de dezembro de 2010, atendendo exigências da Coordenação Nacional, foi necessário realizar processo de fusão de núcleos, momento em que foi readequada a equipe de educadores com a dispensa de 05 (cinco) dos que atuavam na Formação Básica, ficando o programa com 15 (quinze) educadores dessa área, 02 (dois) educadores de Participação Cidadã e 06 (seis) educadores de Qualificação Profissional que passaram a trabalhar em três núcleos. Vejamos nos quadros seguintes (Quadros 12 e 13) o perfil dos educadores que concluíram a segunda entrada do programa.

Quadro 12 – Perfil dos Educadores de Formação Básica no município de Imperatriz

| Sexo |    | Especialização |    | Exerce outra atividade |    | Experiência Profissional em anos |         |         |         | Faixa Etária |         |         |         |         |
|------|----|----------------|----|------------------------|----|----------------------------------|---------|---------|---------|--------------|---------|---------|---------|---------|
| M    | F  | S              | N  | S                      | N  | Até 02                           | 03 a 05 | 06 a 08 | 09 ou + | 25 a 26      | 27 a 28 | 35 a 36 | 37 a 40 | 50 a 51 |
| 06   | 09 | 05             | 10 | 07                     | 08 | 07                               | 05      | 01      | 02      | 03           | 04      | 02      | 04      | 02      |

Fonte: Coordenação do ProJovem Urbano em Imperatriz  
Elaboração da autora

Quadro 13 – Perfil dos Qualificadores e Profissionais de Participação Cidadã no município de Imperatriz

| Sexo |    | Especialização |    | Exerce outra atividade |    | Experiência Profissional em anos |         |         |         | Faixa Etária |         |         |         |
|------|----|----------------|----|------------------------|----|----------------------------------|---------|---------|---------|--------------|---------|---------|---------|
| M    | F  | S              | N  | S                      | N  | Até 02                           | 03 a 05 | 06 a 08 | 09 ou + | 23 a 26      | 28 a 29 | 31 a 32 | 33 a 34 |
| 03   | 05 | 04             | 04 | 05                     | 03 | 04                               | 02      | 02      | -       | 02           | 03      | 02      | 01      |

Fonte: Coordenação do ProJovem Urbano em Imperatriz  
Elaboração da autora

Ao observar os quadros verificamos que a equipe de educadores era formada por aproximadamente 61% de mulheres, confirmando a tendência nacional no trabalho com educação escolar básica; e chama atenção o percentual de 52,2% de educadores com idade inferior a 30 anos e apenas dois educadores com idade acima dos 40 anos, que equivale a 13,33%, demonstrando uma equipe bastante jovem. Observamos também que o índice de educadores sem experiência profissional ou máxima de dois anos foi equivalente a 47,8%. Em relação à especialização, somente 39% dos educadores já fizeram, sendo que entre os profissionais de qualificação profissional e participação cidadã o percentual sobe para 50%. Quanto ao exercício de outra atividade profissional, 52,2% dos educadores declararam ter outro emprego ou trabalho. Este dado esclarece o fato dos educadores decidirem consensualmente por realizar os encontros de formação continuada aos finais de semana juntando quatro encontros de três horas ao invés de utilizar três horas semanais, além da justificativa dos implicados na formação de que o trabalho desenvolvido em horas contínuas torna-se mais profícuo.

### **5.1 A experiência da formação continuada de educadores do ProJovem Urbano no município de Imperatriz**

As informações relativas ao ano de 2010 acerca dos encontros da formação continuada de educadores do ProJovem Urbano em Imperatriz estão baseadas nos Relatórios de Execução do Programa (IMPERATRIZ, 2011; 2011a). Relatamos os encontros que ocorreram desde quando a equipe de formação foi substituída, assumindo as formadoras com as quais a pesquisa foi realizada, desse modo os primeiros encontros relatados foram ministrados aos educadores da 1ª Entrada 2008/2009. O trabalho de formação com os educadores foi iniciado no mês de janeiro de 2010 com a nova equipe de formadoras. Neste mês foram realizados dois encontros de formação continuada, o primeiro referente à Unidade Formativa VI com o tema integrador “Juventude e Cidadania” e o segundo com o tema “Comunicação”. No primeiro encontro foram trabalhadas as diferenças socioculturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais; reposicionamento mediante as dinâmicas de inclusão e

exclusão sociais que revelam desigualdades e diferenças nos aspectos de geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas. As formadoras iniciaram seu trabalho no programa pela última unidade formativa com um grupo de educadores que já havia passado praticamente todo o curso trabalhando com outra equipe formadora. A nova equipe relatou que teve dificuldade no início porque compreendia formação diferente da maneira como vinha sendo trabalhada e os educadores estranharam a nova metodologia de trabalho, que segundo eles tinha muita leitura e estudo aos quais não estavam acostumados, e faziam comparações frequentemente entre as equipes formadoras.

Os objetivos dessa formação encaminharam-se para a compreensão da importância de conviver com as diferenças, conceituar cidadania e conhecer sua evolução histórica. A temática foi explorada com a utilização de vídeos, textos, músicas, discussão em grupos, elaboração de síntese e painel e com incentivo aos educadores para resgatar nos seus alunos o sentimento de cidadania considerando sua realidade com o intuito de intervir nela.

No segundo encontro de formação continuada, que aconteceu no mês de janeiro, as formadoras trabalharam o tema “Comunicação”. Nesse encontro se refletiu acerca da importância da oralidade para o ser humano, as variadas formas de comunicação, o papel da escola na construção da escrita e o incentivo à leitura e à escrita. O trabalho foi desenvolvido com apresentação de vídeos, mensagens e artigos de revistas e jornais, com elaboração de atividades em grupo, dinâmicas e discussões. Foi elaborado o planejamento do Professor Orientador – PO, realizadas discussões e reorientações sobre o Projeto de Orientação Profissional – POP e o Plano de Ação Comunitária – PLA, e socialização da construção de um jornal do ProJovem Urbano denominado O InfoJovem (conforme Anexo F), idealizado nos encontros de formação continuada. O jornal produzido foi impresso com qualidade gráfica e de conteúdo alcançando boa repercussão no meio educacional, fato que poderia ter servido aos educadores e alunos de incentivo para a continuidade da produção, no entanto ficou apenas na primeira edição.

No mês de fevereiro foram realizados três encontros de formação, sendo dois de formação continuada e um de formação inicial<sup>35</sup>. O primeiro encontro de formação continuada tratou da temática: “O processo de leitura e escrita para a construção da cidadania”. O trabalho se desenvolveu a partir de questionamentos acerca do tema, apresentação de vídeos e discussões sobre as questões elencadas. Neste encontro o Manual do Educador também foi explorado pelos educadores que foram divididos em pequenos grupos.

O segundo encontro de formação continuada do mês em questão trabalhou a elaboração conjunta do Plano de Atividades do Professor Orientador considerando duas subunidades da Unidade Formativa VI, que os educadores trabalhariam em seguida. Foi realizado também o encontro de formação inicial para complementação das 80 horas/aula sendo 36 horas/aula de forma presencial e 44 horas/aula não presencial que estavam faltando devido o problema ocorrido com a instituição inicialmente responsável pelas formações e que não conseguiu cumprir a execução, conforme já explicitado.

Estes foram os últimos encontros de formação que encerraram com os educadores da primeira entrada de alunos esta atividade. Considerando estas informações verificamos que os problemas com a equipe formadora que iniciou o programa em Imperatriz não permitiram que a formação inicial ocorresse como se estabelece, devendo ser concluída antes do início do curso. Também os encontros de formação continuada foram realizados seguidamente, ou seja, mais de um encontro a cada mês, refletindo a problemática vivida por este grupo de educadores no que concerne à formação continuada.

Para a segunda entrada de alunos foi realizado novo processo de seleção para contratação de pessoal (conforme Anexo D e Anexo E) e muitos dos educadores que trabalharam na primeira entrada também foram selecionados para esta etapa. As coordenações pedagógica e executiva foram modificadas com o seletivo. Quando as novas coordenadoras assumiram o programa, a primeira entrada, que encerrou suas atividades em abril de 2010, ainda se encontrava em processo de conclusão. A

---

<sup>35</sup> O ProJovem Urbano nomeia de formação inicial aquela formação realizada com os educadores contratados para executar o programa antes do início do curso com a finalidade de torná-los conhecedores do mesmo em suas diretrizes e organização pedagógica e metodológica.

Coordenação Nacional não ofereceu nenhuma formação e/ou treinamento para esta coordenação por considerar que o município já havia participado desses momentos, desse modo, ao contrário dos coordenadores precedentes, a nova coordenação somente participou do Encontro sobre Avaliação Externa em Salvador – BA, via CAEd. Não houve alteração na equipe de formação, permanecendo as mesmas formadoras.

Percebemos nessa decisão nacional de não ofertar a formação para a nova coordenação uma contradição em relação às próprias diretrizes do programa. A coordenação do ProJovem Urbano em um município é a instância responsável pela execução e tudo que esta responsabilidade representa em nível administrativo e pedagógico do programa. O risco de funcionar de forma inadequada e prejudicar um grande grupo de pessoas, além do prejuízo econômico é enorme. Os mecanismos de controle em relação à avaliação e ao financiamento, de que tratamos em Frigotto (2001) e que se encontram presentes no ProJovem Urbano, nem sempre dão conta de situações dessa natureza e a ação para reverter o processo geralmente é retardada causando maiores prejuízos sempre àqueles que seriam os beneficiários.

A formação inicial com os educadores dessa segunda entrada de alunos foi programada para o período de 23 de março a 14 de abril de 2010. Como recomenda o programa, aconteceu com 96 horas/aula de forma presencial e 64 horas/aula de forma não presencial, perfazendo um total de 160 horas/aula e ocorreu antes do início dos trabalhos educacionais com os alunos. No momento presencial as formadoras trabalharam: a apresentação do programa; vídeos com a Coordenadora Nacional do ProJovem Urbano discorrendo sobre as peculiaridades do programa e com uma antropóloga tratando de questões relativas à juventude com ênfase para o protagonismo juvenil; o Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano com as temáticas inclusão social, currículo integrado e seleção de conteúdos; a exploração do material didático do programa e dos instrumentos pedagógicos como fontes de aprendizagem e conhecimento; a dimensão da Participação Cidadã como fator de reconhecimento pelos jovens de seus direitos e deveres de cidadãos; a Qualificação Profissional e sua importância dentro do currículo do programa como fonte de realização pessoal e de preparação para o mundo do trabalho; os temas

relativos a avaliação, evasão e planejamento da Semana de Acolhimento e das atividades integradoras que são de responsabilidade do PO.

No momento não presencial várias atividades foram trabalhadas, tais como: diário pessoal, síntese das discussões, termo de compromisso. No diário pessoal cada educador contou sua história de vida. Para realizar esta atividade os educadores tiveram como situação desencadeadora o filme “O Contador de Histórias”. O objetivo dessa atividade foi sensibilizar os educadores na relação com os alunos através de um olhar mais humanizado das questões que perpassam a vida deles, e ao realizar esta atividade com os jovens alunos proporcionar a eles a compreensão de que a história de cada um tem espaço na cultura geral da humanidade que vai se construindo ao longo dos séculos. A outra atividade realizada, a síntese das discussões feitas durante a formação visava a retomada, pelos educadores, das questões postas no curso a partir de novo estudo do material do programa. Os educadores também elaboraram um Termo de Compromisso, baseado nos desafios colocados pela Coordenadora Nacional do Programa, com o intuito de combater o alto índice de evasão no ProJovem Urbano. Nesta segunda experiência do município de Imperatriz com o programa percebe-se melhoria na organização e cumprimento das orientações e diretrizes no que diz respeito à formação.

Em 2010 a formação continuada aconteceu em seis momentos de doze horas/aula cada, distribuídas em dois dias conforme exemplar do planejamento (Anexo J). O primeiro encontro aconteceu no mês de junho e o último no mês de novembro. Na primeira formação foi trabalhada a Unidade Formativa I – Juventude e Cultura, abordando as temáticas: “Conceito de cultura”, “Usos e sentidos de Cultura” e “A Cultura e a construção do sujeito”. Foi realizado levantamento das faixas etárias dos diversos grupos de alunos do ProJovem Urbano no município e construído um gráfico objetivando perceber como cada grupo vive sua juventude desde seu percurso formativo chegando ao momento em que assume responsabilidades familiares. Foi trabalhada ainda, apresentação de poesias, exploração dos vídeos “Boi de Mamulengo” e “Som de rua do mestre Nado”, encenação com fantoches, debate, elaboração de sínteses integradoras com o tema “Ser jovem hoje” além do planejamento do PO, e socialização das conclusões. Em

síntese, este encontro proporcionou aprofundamento das discussões acerca dos conceitos de juventudes e culturas juvenis; compreensão da importância da cultura na formação do sujeito; reconhecimento pelos educadores da cultura que é vivenciada pelos alunos e planejamento do PO, e das especialidades por núcleo.

No segundo encontro de formação continuada também foi trabalhada a Unidade Formativa I – Juventude e Cultura. Foi exibido vídeo sobre o meio ambiente; realizada discussão sobre a síntese integradora: “Os hábitos culturais de minha comunidade respeitam a natureza?”; leitura em grupo e socialização do texto; encaminhada a realização de uma pesquisa de campo na Av. Beira Rio com questionários fechados; organizadas as observações sobre a tabulação dos dados da pesquisa e posteriormente feita a apresentação dos resultados da mesma; apresentado levantamento dos aspectos das atividades realizadas quinzenalmente, depois foi feito o Planejamento do PO, por núcleo.

Este segundo encontro possibilitou uma reflexão acerca do papel de cada sujeito na proteção ao meio ambiente e, portanto, ao planeta terra; o reconhecimento de que os espaços públicos de Imperatriz não são preservados pela maioria dos seus frequentadores; a elaboração de um artigo abordando os impactos ambientais negativos desencadeados pelas formas de uso, costumes e hábitos culturais perceptíveis em cidades do Brasil, como no caso de Imperatriz. Os resultados da pesquisa demonstraram que ainda há falta de consciência ambiental por parte dos moradores e frequentadores do espaço da Beira-Rio, local que já foi considerado principal cartão postal da cidade e encontra-se bastante depredado pela população e sem conservação por parte do poder público municipal.

No terceiro momento de formação continuada as formadoras trabalharam a Unidade Formativa II – Juventude e Cidade, com a elaboração do planejamento dos dois primeiros temas integradores; foi realizada a apresentação da Unidade Formativa, leitura, produção de texto, socialização das produções; planejamento do PO; exploração do Guia de Estudo relacionando com o eixo estruturante e o tema integrador; realização de análise dos aspectos positivos e negativos da Feira Cultural do PJU realizada no mês de agosto de 2010. Este encontro facultou reflexão e discussão sobre questões relacionadas à cidade em que os educadores e alunos



residem, como eles percebem essa cidade e qual a sua importância para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Na quarta formação também foi trabalhada a Unidade Formativa II – Juventude e Cidade com a temática: “A violência urbana invade o dia-a-dia dos jovens”. Nessa formação foram trabalhados os tópicos da Agenda do Estudante – UF II com leitura compartilhada, socialização das ideias, elaboração de produção textual fundamentada em questões norteadoras fornecidas em textos paralelos destacando fatores causadores da violência urbana na comunidade juvenil, exploração do POP, PLA, Formação Técnica Geral – FTG, Caderno de Registro de Avaliação – CRA e planejamento do PO. Neste encontro foi possível a identificação dos vários tipos de violência vivenciadas na cidade, bem como seus reflexos no desenvolvimento dos jovens para a construção da cidadania, do seu lado familiar e profissional.

No quinto encontro de formação continuada as formadoras exploraram os resultados da primeira avaliação externa realizada com os alunos dessa segunda entrada, pela Universidade Federal do Ceará – UFC, as matrizes de referência para avaliação e os resultados pedagógicos alcançados, além da comparação das matrizes do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB com as do PJU. Foi trabalhado o CRA com o objetivo de comparar os descritores das matrizes com os indicadores de aprendizagem; retomado os Estudos Complementares; elaborado o planejamento pedagógico do PO e explorado o Guia de Estudos fazendo ligação com o eixo estruturante e o tema integrador e com os aspectos de cada disciplina.

Nesse encontro os educadores aprofundaram a compreensão acerca da importância de cada processo avaliativo dos alunos, assim como da necessidade de reforçar a produção das sínteses, do preenchimento do CRA, da participação dos alunos nos Estudos Complementares e nos plantões pedagógicos com o objetivo de elevar o índice avaliativo do Exame Externo e das avaliações internas das unidades formativas.

Na sexta formação e última do ano de 2010 as formadoras trabalharam a Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho, na qual foram apresentados os eixos estruturantes da unidade. Foram elencados aspectos do processo de transformação do mundo do trabalho sob a perspectiva do olhar dos jovens do PJU a partir de

leituras e discussões de textos; feito encaminhamento de pesquisa de campo em grupo por parte dos educadores nos núcleos com os alunos; houve em seguida a socialização da pesquisa; elaboração do planejamento do PO levantando os principais aspectos de cada disciplina e exploração do Guia de Estudo considerando o eixo estruturante e o tema integrador.

Essa formação possibilitou aos educadores desenvolver trabalho que favoreceu maior compreensão pelos jovens alunos do ProJovem Urbano sobre como se configura o mundo do trabalho. Proporcionou a percepção dos educadores quanto à necessidade de estimular e encaminhar os jovens que trabalham na informalidade a associarem-se em cooperativas da região como forma de crescimento e de sustentabilidade; bem como, a reflexão sobre a questão do incentivo aos jovens se qualificarem para o mundo do trabalho.

As informações do ano de 2011 acerca dos encontros de formação continuada realizados no ProJovem Urbano em Imperatriz baseiam-se em planos das formações e em nossas observações, portanto, estão constando no item da observação que segue, visto que além das consultas feitas aos documentos produzidos a partir dos planejamentos dos encontros já estão permeados também pelas nossas percepções enquanto pesquisadora.

## **5.2 O momento da observação nos encontros de formação continuada do ProJovem Urbano**

O ProJovem Urbano organiza a formação em duas dimensões, como já referenciamos anteriormente através do diagrama da formação do programa, uma dimensão que provém da Coordenação Nacional para as instituições formadoras por meio dos seus gestores e formadores e a outra que segue das instituições formadoras para os educadores. A observação que fizemos realizou-se nessas duas dimensões, iniciando em fevereiro de 2011 e terminando em novembro do mesmo ano quando a formação continuada foi encerrada juntamente com a etapa do curso com os alunos da segunda entrada no município de Imperatriz e sexta entrada nacional.

A Formação Continuada de Formadores, que acontece a cada unidade formativa do ProJovem Urbano foi ministrada pela Fundação Darcy Ribeiro -

FUNDAR, instituição responsável por esta formação, em encontros de 16 horas/aula realizados em São Luís, dos quais participavam os formadores dos municípios de Imperatriz, São Luís e do estado do Piauí, com participação em alguns encontros da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ<sup>36</sup>.

Neste ano de 2011 os formadores dos estados do Maranhão e do Piauí participaram, em São Luís, de três momentos de formação, correspondentes às três últimas unidades formativas do ProJovem Urbano. Como as formadoras de Imperatriz já haviam participado da formação que correspondia à última unidade formativa, no ano de 2009, quando foram contratadas, em 2011 participaram somente de dois dentre os três momentos que aconteceram; nós as acompanhamos em um desses momentos, visando conseguir visualizar todo o processo de formação continuada do programa, tendo a oportunidade de observar etapas de todos os momentos para fechar o ciclo da formação continuada do ProJovem Urbano.

Participamos da Formação Continuada de Formadores referente à Unidade Formativa V – Juventude e Tecnologia, que aconteceu nos dias 10 e 11 de maio de 2011 em São Luís. Os representantes da coordenação nacional do programa responsáveis pela formação continuada elegeram os seguintes objetivos para esse encontro: acompanhar o desenvolvimento da Formação Continuada dos Educadores; retomar/aprofundar aspectos do programa, com destaque para pontos essenciais do PPI e as diretrizes da formação no ProJovem; acompanhar o desenvolvimento dos Estudos Complementares; subsidiar os formadores para a discussão da Unidade Formativa V, contextualizando o tema: Juventude e Tecnologia; discutir o processo de avaliação dos Arcos Ocupacionais; apresentar a Unidade Formativa V, com os respectivos materiais; refletir sobre o trabalho em Qualificação Profissional, com ênfase no desenvolvimento dos Arcos Ocupacionais; apresentar as oficinas de recuperação de aprendizagem, que compõem o Manual do Educador - Estudos Complementares II; identificar os objetivos das disciplinas/áreas de conhecimento/dimensões para a Unidade Formativa V e os conceitos envolvidos

---

<sup>36</sup> Instituição responsável pela produção do material trabalhado na qualificação profissional com os arcos ocupacionais, e pela assessoria na formação dos educadores dessa área.

nos tópicos propostos; orientar a elaboração do planejamento do(s) encontro(s) pedagógico(s) de apresentação da Unidade Formativa V, para os educadores.

A formação realizada pela FUNDAR acontece com a exploração do tema central da unidade formativa que está sendo trabalhada (conforme Anexo H), trazendo um pouco do contexto histórico através de textos e vídeos. Para explorar a temática são realizadas dinâmicas que envolvem todos os formadores em atividades que depois são socializadas, sempre remetendo ao contexto de cada realidade no instante em que o trabalho de formação com os educadores for ser desenvolvido. Nesta formação tem um momento para os formadores relatarem o processo de formação ocorrido em cada município desde o último encontro, então, são colocados os problemas e os acertos que servem de referência durante a formação, para isso preenchem um formulário avaliativo (conforme Anexo G). É interessante este momento por se apresentar bastante rico como troca de experiência e os formadores demonstrarem desejo em utilizar o que cada um menciona como atividade que teve boa funcionalidade em sua prática.

Como cada unidade é bastante extensa o tempo de formação não é suficiente para explorá-la e desenvolvê-la totalmente. Os formadores, divididos em grupos, simulam como irão trabalhar com os educadores alguns temas da unidade e são avaliados pelos formadores da FUNDAR que também dão sugestões para melhorar o trabalho. O que observamos foi que o tempo destinado para a formação dos formadores não é suficiente para atingir tantos objetivos formulados, embora o tempo seja bem aproveitado é bastante exíguo para trabalhar tantas minúcias que o programa exige, e sempre fica algo que posteriormente as formadoras lembram terem se esquecido de falar ou de perguntar, por mais que recorram a anotações anteriores. Observamos também que este momento não é somente pedagógico, é também administrativo porque os formadores entregam e recebem documentos e são porta-vozes dos coordenadores municipais principalmente no esclarecimento de dúvidas no campo administrativo e também no campo pedagógico visto que a coordenação pedagógica não participa dessa formação.

Apesar de tudo no programa estar preestabelecido no campo pedagógico, foi possível enxergar na formação continuada nuance de autonomia, pois os

formadores recebiam apenas diretrizes e orientações gerais e faziam alguns exercícios acerca da unidade a ser trabalhada com os educadores, pois o tempo destinado para esta formação era exíguo. Então, os formadores, posteriormente, planejavam cada unidade formativa dividida em vários encontros, procurando contemplar as necessidades e dificuldades do grupo de educadores com que trabalhavam. Esta ampliação possibilitava o desenvolvimento de um trabalho com características bem particulares por parte de cada equipe que o realizava. E foi possível perceber isso enquanto os formadores relatavam a experiência com a formação da unidade anteriormente trabalhada com os educadores, cada um em sua realidade havia empregado metodologias diferenciadas, explorando com mais profundidade conteúdos diferentes com materiais diferentes e utilizando técnicas distintas.

A própria coordenação nacional reconhece através de seus representantes a insuficiência do tempo para a formação deixando isso explícito em sua fala em forma de protesto. Embora estivesse entre os objetivos a orientação e a elaboração do planejamento da unidade formativa, somente no final do encontro foi entregue o formulário de planejamento da formação a ser trabalhada nos polos com indicação para ser feito posteriormente no município. Os trabalhos foram encerrados com uma avaliação do encontro de formação realizada por unidade formativa através de formulário próprio (conforme Anexo I).

Durante a observação desse encontro de formação de formadores não conseguimos, no papel de pesquisadora, observar preservando o não envolvimento com o encontro em sua totalidade. Embora as formadoras de Imperatriz tivessem comunicado e esclarecido para os formadores da FUNDAR sobre a nossa presença naquele encontro, sentimos a necessidade de fazê-lo pessoalmente, mas não foi possível. No decorrer da formação eles solicitaram a nossa participação em alguns momentos, com o que concordamos mantendo o cuidado necessário no distanciamento exigido à compreensão deste fenômeno. Acreditamos, portanto que este envolvimento pontual nos permitiu compreender melhor a dinâmica da formação continuada no programa dentro daquele contexto.

A segunda dimensão da formação do ProJovem Urbano, Formação Continuada de Educadores, durante o ano de 2011 foi realizada em doze momentos

para completar as dezoito formações previstas para os dezoito meses do curso conforme acordado entre os educadores, com encontros de 12 horas/aula. Para realizar a observação durante a formação continuada do ProJovem Urbano no município de Imperatriz, cumprimos toda a formalidade que a ação exige, através de contato direto com os responsáveis e a entrega de documento oficializando a permissão concedida (conforme Apêndice F).

Ainda no início da segunda entrada o novo grupo de educadores contratados juntamente com as coordenadoras e as formadoras decidiram sobre o modo como ocorreria a formação continuada no que diz respeito aos tempos, horários, dias da semana e periodicidade. Embora os educadores tenham assinado contrato de trinta horas semanais de trabalho não foi possível trabalhá-las somente de segunda a sexta feira, principalmente pelo fato de muitos deles terem outros compromissos de trabalho. Desse modo, durante a semana os educadores desenvolviam suas atividades pedagógicas com os alunos e com a coordenadora pedagógica, e a formação continuada teve as horas juntadas para serem trabalhadas em alguns finais de semana em três tempos de quatro horas, portanto, o sábado e parte do domingo, perfazendo as 12 horas/aula.

Segundo o grupo de educadores, trabalhar a formação continuada em momentos pontuais com as horas condensadas possibilita maior aproveitamento, e como o programa deixa a abertura para o grupo se organizar da melhor forma possível para realização desta formação, com a exigência apenas do cumprimento da carga horária, o grupo entrou em consenso adotando esta forma de trabalho em relação à formação continuada.

A formação continuada de educadores do ProJovem Urbano tem um roteiro a ser seguido em cada encontro considerando a temática a ser trabalhada, mas a partir dele as formadoras do município de Imperatriz conseguiam trabalhar com organização, flexibilidade e criatividade dinamizando cada um desses momentos. Demonstravam conhecimento e domínio teórico das discussões sobre formação e do conteúdo do programa, que se constitui elemento fundamental para o bom desenvolvimento de uma prática educativa.

Em todos os encontros foram utilizados materiais pedagógicos como vídeos, músicas, poesias, textos, cartazes, e estratégias como dinâmicas de grupo, elaboração de textos de vários gêneros, teatralização, que auxiliavam na síntese das discussões e estudos realizados. Esses materiais disponibilizados aos educadores e trabalhados com eles constituíam-se importante apoio pedagógico, pois se relacionavam com os temas dos encontros e alguns eram de aprofundamento outros de atualização sobre os temas e muitos poderiam ser utilizados na sala de aula ou como fundamentação para o educador. Demonstramos alguns dos materiais utilizados nos encontros pedagógicos de formação: o Plano de Trabalho – planejamento do encontro realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2011 (conforme Anexo J); o formulário de planejamento trabalhado pelos educadores (conforme Anexo K) e alguns textos utilizados na formação ocorrida nos dias 21 e 22 de maio de 2011 (conforme Anexo L).

É importante destacarmos que para realização de todos os encontros de formação continuada as coordenadoras executiva e pedagógica auxiliavam as formadoras com a logística dos mesmos, providenciando todo o material necessário, este fator contribuiu para a realização desses momentos com eficiência. Ressaltamos também que as coordenadoras valorizavam a formação continuada participando efetivamente de todas elas e, especialmente, a coordenadora pedagógica necessitava estar presente para dar continuidade ao trabalho nas escolas com os educadores nos momentos de planejamento e orientações pedagógicas.

Observamos que apesar de todo o cuidado dispensado na organização e execução de cada momento de formação por quem o organizava os educadores demonstravam, sempre no início da formação, ar de desânimo, cansaço, uma certa nostalgia ou indignação. Chegaram a confessar os sentimentos contraditórios que levavam a atitudes indesejadas. Tinham consciência de que não estavam sendo obrigados a participar das formações continuadas, pois fizeram parte de processo seletivo por livre escolha e assinaram um contrato em que assumiam este compromisso legalmente. Porém, a rotina pesada de trabalho envolvendo os finais de semana, todo o sábado e parte do domingo, a cada quinze dias, ora usado para formação, ora para planejamento interdisciplinar pode ser considerada justificativa

desses sentimentos e, também, atitudes dos educadores, como por exemplo, não cumprir o horário estabelecido para o início das atividades.

Geralmente no horário marcado para o início dos encontros pedagógicos de formação continuada encontravam-se presentes somente cerca de 30% dos educadores, no entanto, as formadoras sempre mantinham o horário começando segundo o que havia sido acordado entre eles, demonstrando o grau de compromisso assumido por elas com o programa e com o grupo que estavam trabalhando.

O envolvimento que ocorria na maioria das formações com os educadores e a maneira como as formadoras conduziam aqueles momentos os inseria, tornando-os parte do processo de formação, geralmente com excelentes participações que enriqueciam os encontros. Logo os educadores desenvolviam todas as atividades propostas pelas formadoras e as experiências trazidas por eles do cotidiano da sala de aula juntamente com as peculiaridades dos alunos de cada núcleo do ProJovem Urbano complementavam e completavam a formação continuada. Presenciamos também o reconhecimento de alguns educadores acerca dos benefícios que estes momentos proporcionaram para sua formação profissional. As formadoras também confirmaram o crescimento percebido nos educadores através, principalmente, das atividades de produção textual que realizavam e do nível das discussões efetuadas entre eles e mediadas por elas.

Como já referenciamos anteriormente, optamos por fazer observação direta e não participante, todos os sujeitos que estavam sendo observados reconheciam a nossa presença e respeitavam, agindo com naturalidade. As formadoras nos deixaram à vontade para participar, intervindo quando achasse necessário. E compreendendo a opção que havíamos feito em nenhum momento solicitaram nossa participação. Desse modo, conseguimos cumprir todo o período de observação sem intervenções. Com os educadores estabelecemos relações cordiais em momentos de intervalo e não percebemos mudança de comportamento entre eles durante os encontros de formação que pudesse ser considerada significativa.

No ano de 2011, ao trabalhar as doze formações que restavam para completar as dezoito exigidas pelo programa, as formadoras continuaram utilizando a mesma sistemática de 2010. As formações recomeçaram no final do mês de janeiro e



encerraram no mês de novembro. A Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho continuou sendo trabalhada na formação continuada de janeiro. Nestes dois últimos capítulos da unidade as formadoras trabalharam com leitura, vídeo, estudo e discussão em grupo e encenação. Abordaram: o tema integrador; o reconhecimento da contribuição do trabalho para a conservação ou não do meio ambiente; identificação das atitudes que convergem para a proteção do meio ambiente; a necessidade de reposicionamento em relação ao meio ambiente; o PLA e sua apresentação em eventos públicos com a análise das ações propostas nele; a elaboração dos planejamentos do PO e das especialidades buscando integrar as ações do núcleo. O encontro terminou com apresentação de encenações dos educadores retratando situações vivenciadas por eles no trabalho demonstrando o cuidado ou a degradação do ambiente.

Em fevereiro foram realizados dois encontros trabalhando a Unidade Formativa IV – Juventude e Comunicação. No primeiro, as formadoras discutiram a unidade contextualizando o tema, reconhecendo a importância da comunicação para o desenvolvimento pessoal e profissional, fazendo análise das várias formas de comunicação e suas consequências e buscando a compreensão das diversas formas de comunicação e seus significados. Neste encontro foram trabalhados textos, crônica, gêneros textuais, elaboração de livro com textos, gravuras e imagens retiradas da internet. Foi feita socialização dos aspectos levantados para definição do aspecto que o grupo utilizaria e reunião por núcleo para elaboração do planejamento interdisciplinar do PO.

No segundo encontro de fevereiro as formadoras partiram de reflexão sobre a realidade da juventude brasileira no que concerne ao acesso ou não aos meios de comunicação, analisando a influência deles na conduta dos jovens. Os educadores elaboraram questões considerando a temática, que foram discutidas após breve exploração do tema pelas formadoras com apresentação de slides. Houve exibição de filmes; apresentação de música; organização e apresentação de júri simulado que teve como réu os meios de comunicação; socialização do andamento do PLA em dois núcleos, visando à compreensão de todos os envolvidos no processo e apresentação de sugestões pelo grupo; exploração de dois capítulos da unidade e levantamento

dos aspectos principais de cada área de conhecimento; elaboração do planejamento quinzenal do PO e das especialidades articulando todas as áreas de forma interdisciplinar.

Para concluir a formação continuada com os educadores referente à Unidade Formativa IV – Juventude e Comunicação foram realizados mais dois encontros pedagógicos nos meses de março e abril, respectivamente. No encontro de março o tema integrador era Sexualidade e Responsabilidade, que foi desenvolvido através de três oficinas com as temáticas: “O corpo tem algum recheio”; “Um conceito chamado gênero” e “Comunicação, sexualidade e responsabilidade”. Foram realizadas discussões acerca dos conhecimentos prévios dos educadores sobre o tema; reflexões sobre conceitos relativos à sexualidade, os impactos da Aids na vida pessoal e profissional, aspectos da socialização feminina e masculina que transformam as diferenças entre homens e mulheres em desigualdades; relações entre os conceitos de comunicação, sexualidade, responsabilidade e vida dos jovens; exploração e elaboração do planejamento quinzenal interdisciplinar. Este encontro forneceu aos educadores subsídios importantes para trabalhar o tema proposto com os alunos.

Em abril o tema integrador da formação era “Meio Ambiente e Comunicação no Mundo Globalizado”. As discussões se pautaram em torno dos impactos do desenvolvimento da globalização no meio ambiente; da participação de cada cidadão na conservação e proteção do meio ambiente e busca de alternativas de sobrevivência e de uso racionalizado dos recursos naturais protegendo o meio ambiente. Também foi feito o planejamento quinzenal do PO e a apresentação do mesmo. No desenvolvimento desse encontro foi utilizada apresentação de slides, textos impressos, conversação, leitura, construção e apresentação de monólogo, elaboração de jornal mural, formação de grupos para realização de atividades. Este foi um encontro bem dinâmico com a realização de atividades variadas, que deixou os educadores bastante empolgados com o trabalho.

A Unidade Formativa V – Juventude e Tecnologia foi trabalhada em dois encontros realizados em maio e julho. O tema integrador do primeiro foi: “A produção do meu corpo: saúde e beleza”, e o do segundo foi: “A tecnologia facilita a

minha vida de jovem? Como a tecnologia pode proteger/destruir o meio ambiente em que vivo?”. Nestes encontros foi possível trabalhar: a compreensão da importância da ciência e da tecnologia para a sociedade contemporânea e suas repercussões na vida dos jovens; uma visão crítica da realidade buscando reposicionamento diante da dinâmica de inclusão e exclusão social no acesso às tecnologias; reflexão sobre o trabalho de qualificação profissional redimensionando as ações; o papel da ciência e tecnologia para a produção do corpo: saúde e beleza; os capítulos da unidade formativa e levantamento dos principais aspectos de cada área para elaboração do planejamento quinzenal do PO e das especialidades articulando todas as áreas de forma interdisciplinar.

As formadoras problematizaram as temáticas através de questionamentos, trabalharam com músicas, vídeos, textos em slides, leitura e discussão de textos e de artigo (conforme Anexo L), elaboração de síntese e apresentação em seminário e elaboração de roteiro de pesquisa com alunos, apresentação de oficinas dos arcos Saúde e Construção e Reparos II, acompanhamento dos Estudos Complementares através de questões problematizadoras e do planejamento.

A Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania foi desenvolvida em quatro encontros, dois em agosto, um em setembro e o outro em outubro. Nesses encontros as formadoras trabalharam: resgate das manifestações culturais regionais; organização de evento cultural utilizando conhecimentos interdisciplinares, associando os componentes curriculares à festa; valorização de aspectos lúdicos do evento elencando-os como elementos que compõem o lazer e a cultura dos jovens; estimulação à participação da família dos jovens nas atividades dos núcleos; compreensão do conceito de cidadania e da forma de vivenciá-lo enquanto cidadão; reconhecimento de leis e políticas públicas voltadas aos jovens que visam a construção da sua cidadania; análise da situação dos jovens da comunidade buscando perceber as práticas cidadãs existentes; identificação das principais políticas públicas direcionadas para juventude e das diferenças e semelhanças entre moradores da cidade em bairros diferentes; pontos positivos e negativos da cidade em que vive e as possibilidades de intervenção; a importância da colaboração de cada indivíduo para que se tenha uma cidade mais feliz; integração entre os núcleos

e a vivência da cidadania no espaço escolar; escola como meio de socialização e de formação contínua; integração entre os atores que compõem a escola; estímulo a construção de aprendizagem e de participação através de recreação, socialização e expansão dos talentos e habilidades dos alunos; exploração dos capítulos através de leitura e levantamento dos principais aspectos de cada área; elaboração dos planejamentos quinzenais de forma interdisciplinar conforme formulário (Anexo K).

Além das atividades rotineiras realizadas nos encontros pedagógicos, durante estas quatro formações foram elaborados, organizados e realizados: o “Arraiá do ProJovem Urbano”, a “I Gincana da Cidadania do PJU” e o evento do PLA do Arco Saúde. As formadoras utilizaram nos encontros músicas, poemas, crônicas, textos, slides, como material pedagógico que poderia ser utilizado pelos educadores em suas aulas e sempre os relacionando ao tema proposto naquele encontro. Fizeram avaliação ao término de cada um destes encontros com os educadores e coordenadoras.

As formadoras realizaram o último encontro de formação continuada do curso em novembro e o destinaram somente para avaliação da formação continuada no decorrer do curso, utilizando como instrumento de análise da obtenção ou não pelos educadores de formação nos fundamentos e especificidades do programa. Reuniram os educadores e promoveram uma reflexão sobre a prática pedagógica deles, solicitando que analisassem sua prática antes e depois da Formação Continuada, verificando se conseguiram atribuir novos significados da proposta pedagógica do PJU e se ampliaram as mudanças necessárias a mesma. Para realizar esta avaliação as formadoras elaboraram instrumento com dois grupos de questões abertas, primeiro em relação ao ProJovem Urbano e depois em relação à Formação Continuada (conforme Anexo M). Durante o encontro a palavra foi franqueada aos educadores que teceram comentários elogiosos à formação e às formadoras, inclusive com pedidos de desculpas pelas vezes que foram deselegantes nas formações e não colaboraram como sabiam ser necessário.

O encerramento das turmas da 2ª entrada ocorreu em novembro de 2011 com a realização de confraternização organizada em cada núcleo e momento solene em auditório com todos os alunos para entrega de certificados e homenagens

prestadas a educadores e alunos. Participaram das solenidades os familiares dos alunos, educadores, coordenação e autoridades do município. Os funcionários do ProJovem Urbano e as formadoras e diretoras das escolas também realizaram momento de confraternização e despedida.

### **5.3 A formação continuada de educadores do ProJovem Urbano na ótica dos sujeitos da pesquisa**

A equipe de profissionais contratada para trabalhar no ProJovem Urbano no município de Imperatriz durante o biênio 2010/2011 foi marcada por ser bastante jovem, logo, com experiências na área educacional ainda pouco consistentes, mas demonstrando compromisso com o programa. As coordenadoras assumiram a função com empenho e responsabilidade apropriando-se do contexto do programa mesmo sem receber formação específica. E uma delas manifestou que ainda não tinha participado de formação continuada. Também alguns educadores ainda não tinham experiência com formação continuada, e ressaltaram a importância desse processo para o seu melhor desempenho no desenvolvimento do trabalho pedagógico, considerando principalmente o eixo interdisciplinar que o programa adota. E uma das formadoras estava assumindo pela primeira vez esta função, embora já tivesse outras experiências no campo educacional que enriqueceram sua ação no programa, inclusive já tinha experiência com o ProJovem Adolescente.

Os educadores que tinham participado de formação continuada viram no ProJovem Urbano uma grande diferença, por ser, segundo eles, mais abrangente, pois trata da interdisciplinaridade possibilitando o trabalho com ela, e da interdimensionalidade entre educação básica, qualificação profissional e participação cidadã; oferece ferramentas e os temas trabalhados são de acordo com a realidade da sala de aula; aponta soluções aos problemas que surgem; proporciona acompanhamento pedagógico. “[...] como a gente trabalha com pessoas de 18 a 29 anos [...] a grande ‘sacada’ do programa é trabalhar o que o aluno já aprendeu, a sua experiência de vida como ferramenta para que ele desenvolva o seu conhecimento” (PE2B). Conforme já ressaltamos em Alarcão (2011), é importante, ainda, perceber

que a escola é o lugar privilegiado para as iniciações e as sistematizações do conhecimento que se encontra nela.

As outras formações pelas quais os educadores passaram foram criticadas em seus conteúdos e metodologias: “[...] parece um processo descontinuado... você chama de formação continuada, mas na verdade é descontinuada” (CP). “[...] é um pouco mais acelerada e é conteudista mesmo, direcionada para disciplina e não interdisciplinar” (PE4A). “[...] não tem aquela amarração, ela percebe o problema que tem, mas não aponta solução, ela não fecha, ela te dá o problema, aí você se vira” (EPCC). Como vimos com Imbernón (2009), embora a oferta de formação seja grande ainda prepondera a formação de caráter transmissora em que a teoria ministrada é descontextualizada e distante dos problemas dos professores. Como já mencionamos, também Libâneo (2011), assevera que atualmente se critica a rigidez curricular e metodológica e o desligamento da prática presentes em cursos de formação.

O que torna a formação continuada de educadores do ProJovem Urbano diferente de outras propostas, segundo a equipe do programa, é também o fato dela promover a integração entre os educadores e ser bem direcionada para as unidades formativas de forma interdisciplinar, não esquecendo a interdimensionalidade, destacando também a dinamicidade da equipe formadora, dentre outros. Como vimos, para Pimenta (2005), a formação deve valorizar os educadores que pensam sua prática no ambiente escolar e são comprometidos com um ensino que resulte em qualidade social para os jovens.

Vejamos em algumas declarações como se expressam, a esse respeito, educadores e coordenadoras: “[...] é uma formação pensada para aquelas unidades que se está trabalhando, é... chamando pra essa realidade, os problemas que se tem na escola” (CP). “O trabalho fomenta bastante a participação cidadã aliada ao ensino fundamental [...] e qualificação profissional [...] As disciplinas... elas trabalham de forma integrada” (CE). “O diferencial são os encontros contínuos, o quinzenal, o mensal que a gente tem sempre, você não tem tanta folga de uma formação pra outra e planejamento, é um trabalho direto [...]” (PE3C). “[...] tem metodologias novas, tem uma disciplina toda regulamentada, um projeto que começa e termina com prazo determinado [...]” (PE4A). “Material trabalhado sempre diferenciando uma vez da

outra, as metodologias que nunca se repetem, e sempre consolidam o que a gente está trabalhando em sala de aula, facilitando o nosso trabalho” (PE4A). “O que a torna diferente é você poder se reunir com o colega de trabalho e poder debater aquele conteúdo que vai ser abordado, trabalhando a interdisciplinaridade” (EQ2B).

Nesse contexto a formação continuada de educadores configura-se como uma ação coletiva, visto que contempla todos os sujeitos do processo em suas individualidades e promove reflexão no desenvolvimento do trabalho pedagógico, respeitando todos os envolvidos no processo de construção de saberes ao considerar todos os olhares, as ideias, os conhecimentos que possuem. O planejamento é realizado coletivamente, discutindo os conteúdos das diversas áreas de conhecimento sem hierarquização destas. De acordo com declaração posta, Libâneo (2011) ao tratar sobre formação afirma que se pretende é que o educador possa pensar sua prática.

A formadora (F1), também revelou o que diferencia a formação continuada do ProJovem de outras experiências de formação, trabalhando o conteúdo em suas múltiplas relações:

[...] o diferencial é essa questão do professor **trabalhar de forma globalizada**, ele é especialista, mas ele é professor-orientador, essa **visão pedagógica humanizada**, [...] trabalhar de forma interdisciplinar, um estar colaborando com o outro, planejando, discutindo e buscando as melhores formas de desenvolver o trabalho no interior da sala de aula. [...] (grifos nossos).

Para Maturana e Rezepka (2000), em referência anterior, a formação humana conduz ao estabelecimento de uma relação respeitosa entre educador e aluno e o educador precisa treinar suas emoções para nunca corrigir o ser do aluno. O educador não tem a tradição, na sua prática pedagógica, de lidar com o aluno em posição de acolhimento, com um olhar mais humanizado, discutindo os problemas trazidos por ele e buscando soluções conjuntamente. No ProJovem Urbano o educador especialista em área da educação formal assume a função de orientador de uma turma da qual torna-se referência e a quem os alunos recorrem. Segundo a formadora (F1), se o orientador consegue liderar e articular a turma, geralmente, ele consegue também a permanência e o desenvolvimento desses alunos no ProJovem

Urbano. Esse é o caminho para uma educação mais emancipatória considerando que o educador vai cuidar desse aluno como sujeito histórico que possui características peculiares.

A importância da formação continuada como subsídio para a prática de ensino e o trabalho pedagógico se evidencia nas declarações ora relatadas pelos educadores, formadoras e coordenadoras envolvidos no processo de execução do ProJovem Urbano em Imperatriz. Considerando o trabalho pedagógico como “[...] o fazer do professor, é um trabalho que está direcionado à construção do conhecimento” (F1). E se confirmam com Paulo Freire (2005, p. 24) quando fala da autenticidade desse trabalho, dessa prática:

Não temo dizer que inexistiria validade no ensino de que não resulta um aprendizado [...]. Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Recordando a metodologia trabalhada nos encontros de formação continuada a formadora (F1) descreveu assim: “[...] ao se encontrarem eles traziam para o grupo todas as angústias, todas as dificuldades. Nossos primeiros momentos era estar discutindo essas dificuldades, [...] nessa discussão encontrávamos as possibilidades de trabalho”. Segundo as formadoras do ProJovem Urbano em Imperatriz, na formação continuada todos os conteúdos trabalhados estavam atrelados diretamente aos eixos curriculares estabelecidos pelo programa ou dando suporte para trabalhá-los.

É assim que a formação continuada torna-se significativa para os educadores, pois, como já expressamos, Pimenta (2005) afirma que a política de formação docente tem que valorizar os educadores e as escolas como capazes de pensar e articular os saberes na perspectiva das transformações necessárias às práticas escolares.

Para possibilitar aos educadores maior compreensão do que apresentava cada eixo, as formadoras buscavam outras leituras, outros instrumentos, vídeos, documentários, artigos científicos. Foram trabalhados também assuntos que não



estavam intrinsecamente ligados aos conteúdos postos, mas que se encontravam na pauta de discussões pela sua necessidade, como: planejamento, o hábito de registrar e a construção desse registro, a dinâmica da sala de aula, a relação do professor com a sala de aula, oficinas de linguagem relacionadas ao processo de desenvolvimento da leitura e da escrita nos jovens e muitas metodologias que pudessem suprir as necessidades dos educadores no desenvolvimento do seu trabalho pedagógico. Nesse contexto, relembramos Mészáros (2008) afirmando que a formação continuada que constitui princípios reguladores de uma sociedade para além do capital é inseparável da prática da autogestão.

Os educadores revelaram expectativas acerca da formação continuada realizada pelo ProJovem Urbano que tangenciam sua concepção e formatação, especialmente no que concerne à interdisciplinaridade, colocada como caminho a ser percorrido durante o curso desde o momento da formação inicial pela qual os educadores passam no início do programa. Muitos deles expressaram o desejo e a curiosidade de vivenciar a experiência com o trabalho interdisciplinar referindo-se a ele como inovador, porém, conhecido apenas através de estudos teóricos realizados na universidade no período de formação que não permitiram uma visualização real de como poderia ocorrer na prática da sala de aula. Nesse sentido, encontramos algumas declarações contundentes como as que seguem:

Entrei com a expectativa realmente de ver na prática como que funcionava a interdisciplinaridade, e consegui ter essa oportunidade de ver; e a coisa realmente funciona. É justamente todas as disciplinas terem essa inter-relação, que a gente trabalha com as disciplinas baseadas em um só tema (PE3C).

Eu acreditava que ela fosse ser igual às outras só que com a carga horária mais extensa [...] o que ele foca é a interdisciplinaridade; pra quem não tem uma prática – porque nem na faculdade a gente trabalha isso direito – a gente tem aquele primeiro impacto, não de resistência, mas de acomodação, até conseguir compreender como ele funciona (PE4A).

[...] uma expectativa boa, porque como a gente viu que era um programa novo, era um desafio, a gente ia ter uma ferramenta que ia ajudar a gente a desenvolver o nosso trabalho de uma forma mais satisfatória. [...] a formação continuada em si... minha ideia sobre ela era que a gente ia aprender algo mais dinâmico [...] (PE2B).

Percebemos que muitos educadores continuam alimentando a expectativa de inovações, melhoria nas condições e ofertas de formação continuada e conseguem

analisar com certa criticidade as novidades que se apresentam no meio educacional. Temos educadores que buscam continuamente melhorar seus conhecimentos e, por conseguinte sua profissionalização, não estão acomodados diante da situação que se encontram, mesmo aqueles que possuem certa estabilidade empregatícia, como era o caso de vários educadores do ProJovem Urbano em Imperatriz.

As expectativas de alguns educadores, que já haviam passado por várias experiências de formação continuada, inclusive algumas frustradas pela falta de continuidade, consistência e organização, foram superadas pelo diferencial que o ProJovem Urbano gera na promoção da sua formação continuada, representada pela declaração desse educador que destaca a forma ampliada e planejada como ocorre: “[...] com algumas experiências de formação a gente acaba pensando que lá vai ocorrer da mesma forma, e não, existe realmente uma sequência, existe um planejamento [...] é pensada em nível nacional [...] fica bem consistente [...]” (PE5B).

A cultura de quem atua na educação não trabalhar aos finais de semana deve ter motivado a repercussão em muitas declarações, por parte dos educadores do ProJovem Urbano, sobre a carga horária e o trabalho realizado no sábado e domingo. Embora deixem claro que quando assinaram o contrato já estavam cientes que ocupariam alguns finais de semana, e que foram eles que preferiram marcar a realização da formação continuada aos sábados e domingos, dizem que a carga horária é muito cansativa e pesada, que atrapalha inclusive a vida familiar e social, pois após o encontro de formação continuada, mesmo restando ainda a tarde e a noite do domingo, o cansaço não permite participar de qualquer evento social. Como não são apenas as formações que acontecem aos finais de semana, em alguns meses todos eles foram ocupados com atividades do programa, fato que agravou ainda mais o contexto do trabalho do ponto de vista de muitos educadores do programa.

### 5.3.1 Revelações enunciadas sobre a concepção de formação continuada por coordenadoras, educadores e formadoras do ProJovem Urbano

A formação continuada de educadores no contexto da educação básica escolar consiste em espaço permanente de atualização acerca do ofício de educar. Apresenta-se como um dos lugares possíveis de organização político pedagógica em

que os educadores reúnem-se periodicamente com regularidade preestabelecida para estudar teorias, procedimentos didático-metodológicos, socializar experiências e conhecimentos construídos e discutir problemas pedagógicos. Articulam-se enquanto categoria profissional consolidando este espaço de formação imprescindível para o desenvolvimento da atividade docente no atual contexto social, visando garantir a autonomia necessária ao trabalho do educador e sua emancipação enquanto profissional da educação. Concordamos com Freitas (2004, p. 112), e evocamos sua corroboração quando define formação continuada com a seguinte assertiva:

A formação contínua constitui processo privilegiado de interface das instituições formadoras com o profissional em exercício, permitindo o tratamento dos aspectos teóricos epistemológicos da formação em articulação com seus problemas concretos, valorizando os processos de produção de conhecimentos construídos no trabalho docente, pelo envolvimento com a investigação e a pesquisa no campo da educação e de sua área específica.

No ProJovem Urbano a formação continuada de educadores obedece alguns desses parâmetros básicos, especialmente no que concerne a regularidade na periodização e a configurar-se como espaço pedagógico de discussão e organização do trabalho a ser realizado pelos educadores no cotidiano da sala de aula com os alunos jovens que, segundo os educadores, apresentam muitos problemas tanto de cunho pessoal quanto educacional, tendo em vista o programa ser preferencialmente destinado a jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Os educadores, coordenadoras e formadoras do ProJovem Urbano em Imperatriz demonstraram compreensão da formação continuada em diferenciadas formas de expressão, mas apontando concepções bem aproximadas. Muitos dos entrevistados responderam com exemplificações e experiências vivenciadas seu entendimento de formação continuada ou ainda exaltando a importância, reclamando da falta de apoio para fazer outras formações, mas, não definindo ou conceituando o termo de acordo com seu ponto de vista; alguns recorreram às generalizações, outros a identificação com a prática cotidiana, equivalência entre os

profissionais envolvidos e outros ainda demonstrando clareza na conceituação e compromisso com sua prática na educação escolar.

Vejamos como alguns educadores expressaram de forma mais genérica seu entendimento de formação continuada: “[...] sequência lógica de conhecimento científico-pedagógico e conhecimento prático [...]” (PE5B); “Processo somatório, acontece ao mesmo tempo em que se trabalha cada conteúdo, às vezes ela só vem a reforçar o que a gente já faz na prática [...]” (PE4A). Percebemos a formação continuada vista como academicista ao ser definida somente como acúmulo de conhecimentos e conteudista ao ser caracterizada apenas a partir dos conteúdos trabalhados.

Já a coordenadora (CE) concebe a formação não se colocando nesse processo na medida em que vê apenas o professor como envolvido na formação, conforme depoimento que segue: “[...] é um avanço que o professor pode ter em sala de aula e... é um preparo pra ele tá atuando, [...] pode ser discutido bastante coisa [...] processo de ensino e aprendizagem, de metodologias, de como tá trabalhando com os alunos [...]”. Geralmente o fato de não estar trabalhando diretamente com os alunos em sala de aula leva vários educadores a se excluírem do processo educativo e de formação. Esta atitude pode fragilizar a própria formação do educador que muitas vezes não consegue se expressar com clareza e coerência acerca das questões educacionais.

Outro educador se colocou no processo: “É você estar aperfeiçoando seus conhecimentos naquilo que você vai atuar [...] é como se fosse um treinamento constante, estar se atualizando constantemente [...]” (EQ2B); e demonstrou preocupação com possíveis mudanças que possam ocorrer em relação aos alunos, quando acrescentou: “[...] para que os alunos com quem a gente vai executar o trabalho não venham passar despercebido em algum tipo de mudança no contexto, que às vezes acontece.” (EQ2B). Este expressa a compreensão de favorecimento do trabalho pedagógico realizado em sala de aula pelo educador: “[...] é muito importante, essencial, primordial pra que possa haver melhor desenvolvimento na sala de aula, porque é um estudo que nós fazemos, [...] porque o aprendizado é contínuo [...]” (F2). Como já mencionamos, para Maturana e Rezepka (2000), a

formação como tarefa educacional deve criar espaços de ação para o exercício das habilidades que se deseja desenvolver.

Também relacionando diretamente ao trabalho em sala de aula com os alunos, este outro educador colocou com clareza a definição percebendo-a como continuação do curso superior:

A formação continuada é uma preparação contínua para que a gente não descanse o que foi aprendido na faculdade, e o trabalho em sala de aula não fique aquela coisa muito rotineira. Sempre a gente tem uma troca de experiência, algo novo que é aprendido, que a gente também repassa para os colegas. A gente tanto repassa como aprende (PE3C).

Conforme percebemos, para Imbernón (2009), quando a formação de educadores é distante da prática privilegia aspectos quantitativos e se caracteriza individualista. Nesse sentido, compreendemos a importância da troca de experiência entre os educadores que ressalta aspectos qualitativos na formação.

Esta é uma definição que coloca de forma igualitária formadores e educadores ao definir a formação continuada como troca, permuta de conhecimentos, considerando que ninguém domina todo o conhecimento produzido e acumulado ao longo da história da humanidade e também que cada profissional é perito em sua área, dominando-a. Desse modo, a define assim: “[...] formação continuada é uma troca de conhecimentos, então, tanto nós absorvemos conhecimentos das formadoras como elas absorvem conhecimentos que nós transmitimos [...]” (PE1A). Como vimos, Perrenoud (2002) adverte que por muitos anos as formações continuadas desconsideraram a prática dos educadores. Este fato fez com que muitos educadores passassem a conceber a formação como engodo e falta de respeito ao profissional educador.

Esta maneira de conceber a formação continuada evoca a concepção de que teoria e prática estão sempre distantes e às vezes se contradizem, mas é importante aproximá-las. “É uma formação que a gente vai tendo ao longo de uma etapa para que possa estreitar [...] a distância entre o que a gente está passando em sala de aula com o que está sendo proposto [...] pra ficar sempre mais qualificado” (EQ1A). As práticas de formação continuada em que, segundo Perrenoud (2002),

expunham-se novos modelos que os educadores deveriam adotar, desconsiderando as práticas dos mesmos que se encontravam longe das inovações propostas, podem ter levado muitos educadores à concepção de que teoria e prática estão sempre distantes e às vezes até se antagonizam.

Registramos também definição bastante clara e objetiva que exige comprometimento do educador com a melhoria da sua prática pedagógica para que a formação continuada possa ser válida, demonstrando o nível de compromisso que envolve muitos educadores no desenvolvimento do trabalho com educação escolar, como a que segue:

A formação continuada é a formação que **se dá no processo** a partir de uma ação contínua onde a partir de estudos da realidade e da fundamentação teórica se busca subsídios para estar atuando na realidade, **para estar interferindo e melhorando a prática pedagógica**; se não for assim ela perde a validade, se torna uma prática vazia, ou seja, a formação continuada ela tem que ser uma práxis: ação, reflexão e ação (F1) (grifos nossos).

Conforme já mencionado, Freire (2005) afirma que somente existe validade no ensino de que resulta um aprendizado. E Mizukami (2002) relaciona a formação docente com aprendizagem ao considerar os saberes e as competências docentes como resultados de aprendizagens realizadas ao longo da vida. Trazemos novamente Pimenta (2005) que aborda a formação como projeto emancipatório que assume o compromisso de tornar a escola parceira na democratização social, econômica, política, tecnológica e cultural e que seja mais justa e igual.

A formação continuada de educadores, no contexto do ProJovem Urbano, agrega valores importantes para a prática pedagógica do educador. Estes valores foram reconhecidos por todos os sujeitos que dele participaram no município de Imperatriz, bem como, houve o reconhecimento do desenvolvimento inovador e atualizado dentro da lógica da autonomia que deve ser trabalhada pelos educadores em sua prática, e com os alunos em sua formação em sala de aula, como diretriz erigida pelo programa.

### 5.3.2 A concepção de autonomia do educador no desenvolvimento do trabalho pedagógico

O desenvolvimento do trabalho pedagógico com autonomia requer que o educador prime pela sua formação técnica e política. A formação técnica ou formal diz respeito ao conhecimento específico de cada área e no caso da educação o conhecimento pedagógico, metodológico e didático também; o cuidado que o educador deve ter em mantê-los atualizados, guarnecendo o seu fazer pedagógico a ser desenvolvido com a segurança e confiança necessárias. A formação política relaciona-se à postura profissional que o educador assume, intervindo diante das situações e problemas enfrentados cotidianamente em suas relações de trabalho, prezando pela ética e pelo profissionalismo.

Foram vários os elementos considerados, pelos educadores, essenciais para o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico visando à garantia da autonomia. Dentre eles destacamos: vídeos e textos disponibilizados pelas formadoras para o trabalho em sala de aula; os eixos curriculares e planejamentos que possibilitavam a ligação entre os assuntos, temas integradores e as disciplinas; o tema e as sínteses integradoras que integravam e abrangiam todas as disciplinas; a interação entre os educadores; a forma de lidar com os conteúdos; os encontros de formação continuada permeados pela dinamicidade e muito material pedagógico; a inserção da ludicidade considerada importante no processo educativo – a utilização de músicas, poesias, brincadeiras, teatralizações como ferramentas pedagógicas e de aprendizagem.

Ao destacar estes elementos os educadores ressaltaram a importância dos mesmos, especialmente quando se desenvolve a atividade pedagógica com grupos de alunos jovens – segmento atendido pelo ProJovem Urbano – que demandam atenção caracterizada pelas especificidades mediante o seu histórico de vida educacional, geralmente marcado por frustrações, e pelo seu histórico de vida pessoal e social também assinalado pela exclusão, marginalização.

Todos estes elementos foram considerados essenciais pelos educadores por fazer parte do arcabouço teórico metodológico necessário para que o trabalho pedagógico possa ser realizado com segurança e predisposição para a autonomia

profissional dos educadores, visto não serem apenas estes os elementos que garantem esta autonomia tão necessária no trabalho do educador, pois como afirmou Contreras (2002), a reivindicação da autonomia não é somente uma exigência trabalhista, mas também pelo bem da educação.

Ao tratar sobre o trabalho pedagógico que o professor desenvolve no ambiente da escola com os alunos e suas condições, Freitas (2007, p. 1205) lembra que: “[...] demandam investimento em políticas de [...] formação continuada, além de [...] suporte para a produção de conhecimento e a formação científica adequada às demandas contemporâneas da ciência e da técnica, da cultura e do trabalho.” Alarcão (2011, p. 27) declara que hoje “[...] é fundamental que [...] os professores sejam muito mais do que simples transmissores de um saber acumulado.” O trabalho pedagógico do educador exige uma compreensão da realidade, uma sensibilidade em relação aos sujeitos com os quais ele trabalha. Freire (2005, p. 30), nos adverte sobre esse assunto dizendo que é importante “estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos.” Nesse sentido, ao oferecer a formação continuada como suporte para o desenvolvimento do seu currículo, o ProJovem Urbano contribui para a construção de concepções referentes ao trabalho pedagógico pelo educador que considerem o trabalho coletivo como fundamental nesse processo.

Ao pronunciarem-se sobre a concepção de autonomia os educadores expressaram: “[...] eu vejo a autonomia como um processo onde o educador vai ter o poder de ver qual é a melhor maneira de passar o conteúdo para os seus alunos [...] autonomia vai partir desse princípio, a gente pode observar nossa prática de acordo com a necessidade” (EQ1A); “[...] você tem um certo domínio, certa liderança em sala de aula [...]” (EQ2B); “[...] saber lidar com o aluno em sala de aula, fazer com que ele observe e consiga compreender o ambiente [...]” (EQ3C); “[...] é eu ter consciência do que eu posso e sei fazer, até onde eu posso ir, com meu dever, eu tenho direito, eu tenho autoridade [...]” (EPCC).

Desse modo, os educadores do ProJovem Urbano confirmaram compreender a autonomia do educador a partir da responsabilidade que assume em seu trabalho pedagógico, fazendo escolhas adequadas com a segurança e a



autoridade adquiridas a partir da sua formação acadêmica na área em que se preparou para atuar profissionalmente. Contreras (2002) afirma que autonomia não são características, mas é o modo como os indivíduos se constituem ao se relacionarem, sendo concebida como processo coletivo, conformação discursiva da vontade comum.

Outros educadores colocaram: “[...] eu tenho a minha liberdade da minha forma de trabalhar, mas sempre lembrando que eu tenho um projeto pedagógico a ser cumprido [...] eu posso criar as minhas estratégias” (PE2B); “[...] na sala de aula a gente tem nosso planejamento [...] tem aquela forma de organização pra trabalhar na sala” (PE3C); “[...] autonomia na docência é pensar que eu dentro de um contexto geral, eu tenho que ter a minha especificidade de trabalho, eu preciso desenvolver meus instrumentos de prática [...]” (PE5B). A formadora (F1) definiu autonomia assim:

[...] autonomia é o professor ter condições de agir, de buscar, de intervir na realidade a partir das dificuldades que ele encontra, é ele poder desenvolver suas atividades, seu trabalho de forma que esteja contribuindo para o desenvolvimento dos alunos. [...] ele poder definir quais são os conteúdos prioritários e que esteja de acordo com o nível de desenvolvimento daqueles alunos.

Lembramos que Freire (2005) afirma ser necessário respeitar a autonomia, a dignidade e a identidade dos alunos como garantia da autenticidade do saber. Este respeito ao aluno certamente servirá de motivação para que continue o seu processo de aprendizagem, reconhecendo este saber como autêntico. Os educadores reconheceram a necessidade de trabalhar com os alunos do ProJovem Urbano a sua auto confiança para que pudessem voltar a acreditar em suas potencialidades e conseguissem desenvolvê-las com autonomia. Acredita-se que esses jovens perderam a confiança em si porque foram marcados ao longo da vida por experiências em que passaram por situações degradantes.

No ProJovem Urbano a autonomia é colocada como instrumento a ser cultivado entre educadores e alunos em suas formações, estudos e práticas. Os profissionais que trabalham no programa em Imperatriz manifestam-se acerca da autonomia como elemento que deve estar presente na sua prática e ser considerada

na formação continuada com opiniões diversificadas e até contrárias. Vejamos algumas delas: “[...] aqui no ProJovem, [...] Eles sempre respeitam a maneira de cada professor [...]” (EQ1A); “Em partes porque quando se colocava algumas temáticas dentro das unidades formativas, a gente verificava de forma que elas diziam pra gente como você vai ter que trabalhar [...]” (EQ2B); “[...] o ProJovem é um programa que diz tudo que você tem que fazer, [...] mas fizemos coisas diferentes [...]” (EQ3C); “O ProJovem diz que você tem autonomia pra fazer isso, se você quiser passar um vídeo [...] ter uma aula extraclasse, tranquilo. [...] quero levar meus alunos pro teatro! Aí eu já não posso” (EPCC); “Sim, eu diria até que a autonomia no ProJovem é uma ferramenta fundamental, porque como é um público diferenciado você tem que ter um jogo de cintura, ser mais maleável [...]” (PE2B); “É trabalhada a autonomia, a gente tem essa liberdade de poder também, enquanto educadores de várias disciplinas, fugir do cotidiano, do rotineiro, fazer algo diferente para surpreender” (PE3C).

Observamos que os educadores reconheciam a necessidade da presença da autonomia em sua prática pedagógica, mas colocaram alguns limitadores para que no ProJovem Urbano ocorresse de fato. Os fatores tempo e condições estruturais foram recorrentes nesse aspecto da limitação percebida pelos educadores. De acordo com o que vimos em Contreras (2002), o intelectual crítico concebe a autonomia como emancipação, superação das distorções ideológicas. Muitos educadores ainda encontram-se no caminho, buscando alcançar este entendimento e concepção de autonomia.

Outras declarações demonstraram o cotidiano da ação pedagógica do educador do ProJovem Urbano e justificaram o ponto de vista reforçando mais uma vez a contradição que o programa suscita neste aspecto.

A autonomia do educador é considerada no programa com certeza. Acredito ter essa liberdade para trabalhar com autonomia [...] A questão do tempo é limitador, muitas vezes reduz tanto no tempo de trabalho que a gente tenta trazer mais informações para uma aula com mais qualidade, [...] tem que fazer malabarismo (PE4A).

É considerada, [...] nós temos um conteúdo que já vem pré-determinado, cada unidade com 10 capítulos, mas a gente consegue dentro desse capítulo, cada um com sua vivência, colocar para os alunos o que tá querendo

realmente dizer. Então a gente sempre teve liberdade pra isso, mesmo a gente planejando junto [...] (PE5B).  
 [...] eu não acho [...] a gente tem um material didático pra ser trabalhado [...] o programa é pequeno pra proposta. [...] eu acho que a própria estrutura do programa ela não permite essa autonomia de professor decidir mesmo como ele vai fazer (CP).

Coforme observamos nos encontros pedagógicos, os educadores do ProJovem Urbano sempre reclamavam acerca do tempo, especialmente quando era proposta pelas formadoras alguma metodologia considerada importante, mas que demandava tempo considerável para ser desenvolvida. Conforme já referenciado em Linhares (2004) o educador sem um panorama onde situar-se fica com um reduzido horizonte de autonomia. É necessário que o educador tenha condições adequadas de trabalho em todos os âmbitos, administrativo, pedagógico, estrutural, onde se encontra incluído o tempo de execução do trabalho que deve ser condizente com o conteúdo, condições estas que não conseguimos perceber no ProJovem Urbano em Imperatriz.

Embora teoricamente seja possibilitado ao educador inserir conteúdos, inovar na metodologia no exercício da sua autonomia pedagógica em sala de aula, na prática o fator tempo é colocado como principal empecilho para fugir da rotina estabelecida pelo programa atendendo as necessidades específicas apresentadas pelos alunos, pois como Imbernón (2010) afirma, para ser um profissional é necessário poder decidir sobre os problemas da prática, ou seja, ter autonomia. A educadora (PE1A) detalha sua tentativa de trabalhar com autonomia ao relatar:

Sim, pena que nós não temos muito tempo pra isso, [...] É possível, só que bem limitado por conta principalmente do tempo, porque nós temos que trabalhar aqueles conteúdos, porque eles vêm com os livros prontos, com atividades prontas, provas prontas, nós professores não elaboramos questões de prova, só escolhemos as questões. Vem do nacional e a gente só escolhe as questões. Os livros já vêm com tudo pronto, mas não quer dizer que o professor não pode levar outras questões e outros livros. Eu já fiz isto, mas comecei a observar que no dia que eu ia para uma sala de aula que tentava modificar e ampliar aquilo ali o tempo não dava.

As formadoras apresentaram concordância em relação à necessidade de ampliação do tempo de execução do programa, colocado como entrave para a prática, com autonomia, do trabalho pedagógico pelos educadores. Sobre o ProJovem

Urbano a formadora (F2), observou: “[...] eu acho que precisaria também ser aumentado esse prazo dele e ser um pouco mais flexível nessa questão de prazo de avaliação”. A formadora (F1), ressaltou:

[...] eu modificaria [...] a questão do tempo e também em função do tempo, eles não terem condições de interferir na própria proposta, no próprio material [...] eu dizia [...] por que vocês não trabalham assim? [...] se nós não trabalharmos esse material, se não for de acordo com o que está aqui, tem as avaliações externas que vão cobrar tal qual, [...] precisamos correr pra poder atender a necessidade. [...] e também não tem muita autonomia com a questão do conteúdo [...].

Como já vimos anteriormente, Santomé (2001) afirma que o exercício da autonomia exige condições de trabalho que o tornem possível. O que significa dispor de tempo e espaços físicos adequados que possibilitem reunir com os demais educadores, com os alunos e com suas famílias.

Segundo as formadoras do ProJovem Urbano em Imperatriz, a equipe de formação nacional dizia que o programa não priorizava a questão de conteúdo, porém o que se percebia era que essa ponderação não ocorria na prática, porque as avaliações externas exigiam justamente os conteúdos formais que eram trabalhados nas unidades formativas pelos professores especialistas. A declaração que segue endossa o que expressaram: “Então, o professor ele não tinha autonomia para definir, ou decidir que conteúdos ele poderia suprimir, que conteúdos ele poderia intensificar. [...] porque se ele deixa de trabalhar aquele conteúdo, ele vai ter um prejuízo na avaliação.” (F1). Conforme já referenciamos, contradizendo a prática avaliativa exercitada pelo programa, as diretrizes que orientam a formação inicial e continuada dos educadores do ProJovem Urbano (2008d, p. 10), tratam da avaliação da aprendizagem como “[...] processo cumulativo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa da aprendizagem”. Procedimentos importantes e possíveis de serem trabalhados no processo avaliativo quando o educador dispõe de autonomia para trabalhar a avaliação da aprendizagem com seus alunos.

Por outro lado, o trabalho desenvolvido pelo professor-orientador indicava nuance de autonomia, pois era decidido por ele, em conjunto com seus

pares, de acordo com a necessidade apresentada, mas estava circunscrito ao conteúdo trabalhado nas especialidades. Também os qualificadores e os educadores de participação cidadã tinham mais tempo e mais autonomia para poder criar, construir, elaborar os projetos que desenvolveriam com seus alunos.

As formadoras declararam que tinham autonomia porque, além do conteúdo que precisavam explorar com os educadores, o programa não determinava o que elas deveriam trabalhar, desse modo, elaboravam o plano de trabalho a partir da realidade específica, buscando contemplá-la, considerando os conteúdos das unidades formativas. Nos encontros de formação para formadores eram passadas as diretrizes e dada a eles autonomia para inserir tantos conteúdos quantos fossem necessários e possíveis, e utilizar as metodologias que julgassem adequadas dentro do tempo disponibilizado.

Verificamos que os encontros de formação eram diversificados em suas metodologias e alguns conteúdos foram inseridos, como por exemplo, oficina de leitura, e pesquisa em logradouros da cidade acerca da preservação/depredação, com o intuito de fornecer subsídios aos educadores auxiliando em seu trabalho pedagógico, relativo a conteúdos complexos ou buscando trabalhar dificuldades dos alunos de forma significativa, de modo que pudessem construir seus conhecimentos. Freire (2005, p. 26) afirma: “[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

Percebemos nos relatos a dificuldade que os educadores enfrentavam ao tentar desenvolver sua atividade laboral com autonomia. A dificuldade se impõe pela organização estrutural que o ProJovem Urbano apresenta. O programa chega a eles totalmente formatado e com carga horária do curso sem espaço para acréscimos ou mesmo prolongamento na abordagem de alguns conteúdos mais complexos. Tudo está encaixado de tal forma no currículo, dentro de um tempo predeterminado, que não há margem para possíveis imprevistos. Caso ocorra, a solução é utilizar o final de semana livre, pois as avaliações externas são aplicadas seguindo um calendário nacional que não pode ser alterado, uma vez que a equipe que aplica as avaliações não é a mesma que trabalha com os alunos, e não tem uma coordenação

da instituição responsável pelas mesmas na cidade; segundo relatos dos educadores, eles são impedidos de adentrar o ambiente escolar nas datas desses eventos.

E mesmo as avaliações internas, como vimos anteriormente no depoimento de uma educadora, não são elaboradas pelos educadores. Sobre esse aspecto também a coordenadora (CP) relatou um pouco do cotidiano do planejamento: “[...] o professor diz: não acho esse assunto tão importante, eu gostaria de trabalhar tal conteúdo. Mas se ele não trabalha aquele conteúdo, quando vêm as questões de prova, o Exame Nacional, ele tem que ter dado aquele conteúdo”. Sobre a avaliação Freire (2005, p. 116) adverte: “Os sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores vêm se assumindo cada vez mais como discursos verticais, de cima para baixo, mas insistindo em passar por democráticos”.

Conforme a proposta do programa aborda, a avaliação da aprendizagem precisa ser organizada como processo cumulativo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa da aprendizagem. No entanto, como percebemos, a realidade da avaliação no ProJovem Urbano relatada pelos seus executores no município de Imperatriz encontra-se distorcida da concepção apresentada pelo programa.

A autonomia do educador fica bastante comprometida nesse contexto, mas a coordenadora pedagógica ressalva que no planejamento os educadores decidem a metodologia, o modo como vão desenvolver os conteúdos, quais materiais e estratégias utilizarão com os alunos em sala de aula.

Certamente, estes são elementos importantes na garantia da autonomia pedagógica do educador, mas não são suficientes, visto que, como especialista em uma área do conhecimento, o educador tem condições e a primazia de eleger os conteúdos a serem trabalhados e a ordem de prioridade a ser estudada a partir do conhecimento que tem dos alunos, inclusive devendo ter autonomia na elaboração de seus próprios instrumentos de avaliação que precisam ser também diagnósticos.

A conquista da emancipação dos educadores em sua atividade profissional requer das instituições de ensino e governamentais, entre outras coisas, a assistência pedagógica e expressão de confiança no educador enquanto profissional,

necessárias para que possam desenvolver seu trabalho demonstrando nas ações responsabilidade e ética, que são qualidades inerentes à maioria dos educadores.

### 5.3.3 A relação estabelecida entre a escola e o ProJovem Urbano

O funcionamento do ProJovem Urbano no município de Imperatriz ocorreu em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Visto que a contrapartida do município foi a cessão das escolas, desse modo, todas as escolas onde funcionava o programa são municipais. Estas escolas já possuíam sua estrutura organizacional e estavam apenas recebendo no turno noturno um novo programa que carregava consigo também uma estrutura, com alunos jovens, educadores, coordenadores, merendeiras, materiais didáticos, laboratórios, dentre outros. Foi necessária uma adaptação de ambas as partes para que o programa funcionasse adequadamente. Percebemos a importância de verificar como esta relação se estabeleceu nas várias escolas considerando a necessidade de apropriação da totalidade do objeto da pesquisa a partir dos elementos que poderiam interferir em seu encaminhamento.

O posicionamento das gestoras das escolas em que o ProJovem Urbano funcionava, acerca do programa, foi bem divergente em vários pontos. Porém, foi possível perceber em ambas o cuidado com o espaço escolar e o empenho em manter a ordem e assegurar que elementos do regimento interno da escola não fossem desrespeitados, como a postura dos alunos em relação à escola, os modos, o uso de vestimentas inadequadas para o local e o uso de cigarro no ambiente escolar, que eram muito frequentes no início da execução do programa. Relataram que foi necessária muita persistência e vigilância para educar os alunos nesses pontos, fazendo-os compreender que cada ambiente tem suas regras e que precisam ser respeitadas, o que foi chamado por uma das gestoras de “ajuste de conduta”.

Outro problema enfrentado por todas as escolas, sendo citado por educadores, coordenadoras e gestoras, foi a presença de muitas crianças, filhas de alunas que as levavam por não ter com quem deixar. Na sala de aula atrapalhou bastante o andamento das atividades, segundo alguns educadores. No ambiente

escolar também, pela correria e algazarra que promoviam: “[...] a questão das crianças que eles trazem, os filhos dos alunos. É uma grande dificuldade porque é criança [...] e aí tumultua [...]” GE1A. Uma educadora confirmou essa dificuldade com as crianças: “[...] há momentos que é impossível trabalhar com a sala cheia de crianças conversando e você pedindo silêncio [...]” (PE1A).

Esta realidade traz à tona a dificuldade que a jovem mãe enfrenta para estudar e provavelmente justifica o alto índice de abandono que a Educação de Jovens e Adultos tem registrado. Isso revela o quanto as políticas públicas voltadas para a juventude devem contemplar essas condições estruturais para que efetivamente consigam dar conta dessa característica específica do jovem. Programas dessa natureza, que atendem este grupo, precisam encontrar solução para este problema que se tornou grande entrave para o avanço da escolaridade no país e causa grande desperdício de recurso público.

Em relação ao ProJovem Urbano, utilizando a avaliação e monitoramento que é realizado constantemente no programa, sabemos que a nova versão vai tentar resolver este problema instalando em cada escola onde funcionará o programa uma sala de acolhimento das crianças, adaptada a elas, e com monitores/ cuidadores. Este acréscimo ao programa com necessidade de disponibilização desta sala em tempo integral provavelmente levou o município de Imperatriz a não confirmar sua adesão ao ProJovem Urbano nessa nova versão que será desenvolvida a partir de 2012.

Uma das gestoras abordou dificuldade enfrentada pela ausência da coordenação: “[...] eu acredito que a coordenação, tanto pedagógica quanto a executiva, precisam ter mais ação [...] acompanhar mais de perto [...] a pedagógica, as questões pedagógicas, e a executiva, as questões gerais, administrativas [...]” (GE1A). A coordenadora (CP) também reconheceu a dificuldade no trabalho de acompanhamento às escolas e a necessidade de ampliação da equipe técnica do programa: “[...] aqui eram três núcleos, mas em cinco prédios, então eu sinceramente sentia enorme dificuldade em acompanhar um prédio, uma escola por dia. [...] Então eu acredito que precisaria de um corpo (funcionários) maior pra dar conta [...]”. A metodologia utilizada pela coordenação pedagógica de acompanhamento às escolas consistia em permanecer cada dia da semana, de segunda a sexta-feira, em uma



escola. Percebemos que embora a carga horária das coordenadoras fosse de 40 horas semanais, geralmente não era suficiente para cumprir suas funções, pois durante o turno diurno estavam sempre pela manhã e à tarde na sala destinada ao programa na SEMED e no turno noturno visitavam as escolas, extrapolando assim a carga horária para a qual foram contratadas, isso implica a necessidade da coordenação nacional do programa pensar no redimensionamento da equipe.

Um dos educadores colocou a importância da parceria com a gestão no aspecto de manter a ordem na escola, colaborando no desenvolvimento do trabalho: “[...] o programa cria uma ideia na cabeça do aluno que ele pode tudo, [...] o aluno percebe isso e usa a favor dele, você se torna refém do seu próprio aluno, [...] Então essa parceria da direção ajuda e muito, colabora demais com o nosso trabalho [...]” (PE4A).

Em uma das escolas percebemos cumplicidade entre a gestão e os educadores nas relações pedagógicas, com relatos de ambas as partes da presença constante e efetiva da gestora, sempre cooperando e se inteirando das atividades. A mesma demonstrou segurança ao falar do programa e intimidade com as atividades que se realizariam e o cotidiano do ProJovem na escola e fora dela. Reportando-se ao trabalho dos educadores em sala de aula, registramos este relato de uma das gestoras (GE1A): “[...] um trabalho bem fundamentado, [...] eles são bem orientados, acredito que eles fazem um trabalho é... bem pautado naqueles requisitos que o programa em si requer”.

Esta parceria constatada em uma das escolas, entre a gestão da escola e o programa, favoreceu o desenvolvimento do mesmo de forma mais organizada nesse ambiente, com transparência nas relações e cumplicidade na realização das atividades cotidianas e naquelas mais elaboradas. Nas conversas com educadores e gestora a percepção era a mesma, a animação deles era contagiante.

Na outra escola a realidade foi diferente, a diretora (GE3C), relatou não acompanhar o programa porque geralmente permanecia durante o dia na escola e quando chegava à noite o cansaço não permitia que ficasse todos os dias, somente uma vez ou outra continuava no turno noturno, portanto, não sabia muito sobre o que ocorria e como era desenvolvido o programa, embora tenha expressado manter

uma boa relação com as coordenadoras e os educadores do programa, revelando o gosto que sempre teve em conversar com eles. Estava bastante visível a falta de interesse demonstrada pela gestora da escola em relação ao ProJovem Urbano. A apatia encontrava-se instalada no ambiente, contagiava também os educadores.

O ProJovem Urbano beneficiava a escola onde estava instalado ao promover a socialização e a divulgação da mesma na realização de projetos envolvendo a comunidade escolar e do entorno da escola e também servia como aporte na divulgação dos projetos desenvolvidos pelo ensino regular que nela funcionava, convivendo em relação de proximidade e constante interação nas escolas onde foi possível construir esta parceria. As escolas em que não foi possível alcançar esta cumplicidade no desenvolvimento do trabalho pedagógico certamente toda a comunidade escolar ficou prejudicada pela falta de aproveitamento eficaz das condições oferecidas.

#### **5.4 Importância, contribuições e entraves atribuídos ao ProJovem Urbano em Imperatriz pelos sujeitos que o compõem**

O ProJovem Urbano no município de Imperatriz agregou deferência ao campo educacional elevando seus níveis e recuperando a autoestima de algumas centenas de jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, possibilitando-lhes além da conclusão do ensino fundamental e a vivência e participação em ações de cidadania, a qualificação profissional básica que permite ocupação no mercado de trabalho. Mészáros (2008) afirma que é necessária a promoção conscienciosa da universalização conjunta do trabalho e da educação para que seja solucionada a questão da auto-alienação do trabalho.

Por outro lado, os educadores que participaram desse programa acumularam experiências educacionais, pedagógicas e de pesquisa bastante significativas para sua permanente profissionalização. Freire (2005, p. 29) aborda o professor como pesquisador: “Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador”.

Os educadores consideraram experiências de aprendizagem fundamentais várias ações, atitudes e atividades realizadas na formação continuada: “[...] valorização dos indivíduos como seres ativos, não passivos nas situações” (EQ1A); “O modo que é trabalhada cada formação, além do conteúdo a ser trabalhado dentro da sala de aula, é interessante o próprio planejamento, que é diferenciado” (EQ3C); “O uso da tecnologia, questão de relacionamento (aluno x professor) nós sempre discutimos, há uma solução, [...] elaboração de projetos, [...] fizemos pesquisa [...]” (EPCC); “É importante esta questão da metodologia, nós aprendemos métodos para levar para sala de aula, é de grande valia [...]” (PE1A); “[...] uma experiência legal é quando você usa dramatização, [...] o trabalho é feito diversificado, dessa forma a gente vê que ele dá mais subsídios” (PE2B); “[...] a produção textual, elas sempre querem que a gente registre [...]” (PE4A).

A questão da interdisciplinaridade foi citada por vários educadores como aprendizagem pedagógica muito importante durante a formação continuada do ProJovem Urbano para além da sua prática no programa: “O conteúdo abordado, [...] foi primordial; reunir com outros professores, trabalhar a interdisciplinaridade [...]” (EQ2B). “[...] esse processo interdisciplinar, quando você vai pra prática e vê a coisa funcionar percebe que é possível, acontece [...] para entender a interdisciplinaridade na prática foi preciso entrar na sala de aula para ver acontecer [...]” (PE3C). “[...] essa questão da interdisciplinaridade, para mim ela é importante [...]” (PE5B). Verificamos que os educadores atribuíram grande importância à possibilidade de trabalhar interdisciplinarmente e conseguiram apropriar-se dessa metodologia de trabalho. O programa de fato forneceu as condições necessárias para os educadores desenvolverem suas atividades pedagógicas nessa perspectiva interdisciplinar.

A formação continuada do ProJovem Urbano ministrada em Imperatriz, seguindo orientação nacional, versava sobre assuntos referentes à juventude que ajudavam os educadores a lidar com essa categoria em suas peculiaridades, considerando que cada jovem aluno tem a sua história de vida que deve ser valorizada. Tem também o seu tempo de aprendizagem e a diferença no estágio de escolarização em que chegava, devendo ser identificada e compreendida pelos educadores para elaboração de intervenções pertinentes em seus planejamentos.

“Você pega aluno de vários níveis, tem aluno que já estava concluindo a 8ª série, 9º ano, e desistiu, aí ele voltou, e tem aluno que iniciou até uma 3ª série, e aluno que só sabe mesmo escrever o nome,[...] aluno que não sabe ler nem escrever[...]”(PE4A). Estas situações o programa buscou resolver através dos plantões pedagógicos, mas que nem sempre conseguiram atingir o objetivo, conforme a declaração do educador (PE4A): “[...] ele (o aluno) tem um plantão pedagógico, é um horário reservado justamente para isso [...] e ele dificilmente aparece [...] infelizmente a gente tem que assistir aos poucos ele ser eliminado do programa”.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social para dar continuidade aos estudos são muitas. No ProJovem Urbano em Imperatriz a maioria dos jovens trabalhava e não conseguia chegar nem mesmo no horário de início da aula, grande parte das jovens tinha filhos pequenos e precisava esperar a pessoa que ficava com a criança chegar do trabalho, outras também trabalhavam fora de casa, e aquelas que levavam os filhos para a escola preferiam chegar somente no horário da aula, pois a criança ficava muito inquieta e a mãe não conseguia concentração para estudar no plantão pedagógico. Além desses casos tem os alunos que ainda não conseguiram atribuir o devido valor à educação e não se esforçavam para atender as exigências educacionais do programa. Desse modo, o horário destinado ao plantão pedagógico quase sempre não era utilizado pelos alunos que necessitavam. Santomé (2001, p. 52.), nos adverte:

É preciso recordar que uma das funções das instituições docentes é colaborar com a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias, o que obriga a prestar mais atenção e a oferecer mais possibilidades e informação aos que iniciam com maiores déficits.

Os educadores ressaltaram a contribuição da formação continuada para o seu crescimento profissional e pessoal, para as aprendizagens referentes à interdisciplinaridade e interdimensionalidade, às relações interpessoais e comunicacionais, ao planejamento feito em conjunto observando as disciplinas e as três dimensões do currículo do programa, além dos certificados com bastantes horas aula que recebem ao final do curso e enriquecem o currículo profissional.

Também ressaltaram que as aprendizagens adquiridas com essa experiência de formação continuada deram mais qualidade para a sua vida profissional e pessoal. “[...] o programa não tende a formar apenas o pensamento cognitivo do indivíduo, tem também aquela questão da cidadania, formar o indivíduo para viver em sociedade de forma plena [...]” (EQ1A); a valorização da discussão em grupo e a dinamicidade dos encontros também foram destacadas: “[...] não fora apenas depositado na gente aquele conteúdo, sempre teve a reflexão, o debate, e a questão dos valores foi bastante levada em conta” (EQ1A). Como vimos, de acordo com Santomé (2001), neste momento de forte individualismo e isolamento das pessoas a escola precisa trabalhar a educação moral, as relações.

Segundo relato dos educadores, em outros locais de trabalho eles passaram a utilizar os novos conhecimentos ajudando os alunos a ampliar a visão de mundo, a observar as ligações entre as várias disciplinas e conteúdos; alguns se percebiam mais críticos, aprenderam a ouvir o outro e compartilhar suas experiências e conhecimentos. Diante da correria da vida do educador passaram a reconhecer a necessidade da reflexão sobre a prática e encontrar tempo para “[...] parar para pensar na própria prática profissional” (PE4A). Também conseguiram perceber a importância do planejamento das atividades pedagógicas, das aulas: “[...] essa questão de planejamento, ela sempre vai na minha vida ser um determinante [...]” (PE5B).

Todos os educadores entrevistados demonstraram que a experiência com o ProJovem Urbano foi bem significativa para a sua vida profissional, destacando a formação continuada. No entanto, a maior reclamação dos educadores foi a utilização dos finais de semana, inclusive sugerindo remuneração dos mesmos: “[...] mudar um pouco da carga horária, ela é bastante cansativa [...]” (EQ1A); “[...] o ponto ruim são os finais de semana que te consomem, essas formações deviam ser remuneradas [...]” (EPCC); “O ProJovem Urbano é um programa que suga muito do professor [...] Eu vejo assim que o programa não paga muito bem para isso [...]” (PE1A).

O trabalho formal aos finais de semana não faz parte da cultura dos educadores, no entanto, a escolha de realizar a formação continuada nesses dias foi

consensual entre educadores, formadoras e coordenadoras, como já relatamos. No que diz respeito a pagamento da formação continuada, sabemos que a oferta remuneratória do programa já prevê esta ação dentro da carga horária para a qual o profissional é contratado, portanto, seria incoerente propor estipêndio para a formação continuada, pois quem assinou o contrato tem ciência de que na remuneração que recebe está incluída esta atividade.

Enquanto um educador reclamava que a formação continuada precisava voltar-se mais para a realidade dos alunos com mais dinamismo, embora reconhecendo a sumária importância das discussões de textos para embasamento dos educadores; outro sugeria maior aprofundamento de alguns conteúdos, e ainda, maior participação dos educadores de qualificação profissional, com formação mais direcionada a eles e ao POP. “[...] na parte de qualificação a gente não trabalhou tanto [...]” EQ1A. “[...] o projeto de orientação profissional foi pouco trabalhado [...]” EQ2B. A formação continuada e o trabalho pedagógico do ProJovem Urbano também foram vistos como modelo a ser seguido pelo ensino regular. “[...] para que os outros colegas também pudessem perceber na prática como funciona aquilo que a gente aprendeu na teoria [...]” (PE3C), referindo-se ao trabalho interdisciplinar. “Inclusive eu digo que se nós do ensino regular pudessemos trabalhar a partir dessa proposição, eu penso que a nossa prática pedagógica, a melhoria da aprendizagem dos alunos aconteceria” (F1).

Um educador abordou a interferência pedagógica da ajuda de custo que o programa oferece e colocou a bolsa que os alunos recebem no ProJovem Urbano como “[...] o calcanhar de Aquiles de todos os professores [...] é uma das coisas que mais desgasta o professor no ProJovem, é essa questão da bolsa” (PE5B). Ele se expressou dessa forma pelo fato da bolsa relacionar-se diretamente com percentuais de frequência e de produção por meio de trabalhos que os alunos têm que fazer em cada mês. “[...] todo mês ele tem que entregar quatro trabalhos, se ele entregar só dois ele já perde a bolsa [...]” (PE5B). Os alunos que por alguma razão não recebiam a bolsa recorriam aos educadores, geralmente durante a aula, para cobrar o recebimento, visto que tinham ciência do atrelamento que havia em relação às aulas, e atrapalhavam sobremaneira o andamento do trabalho do educador.

Outra dificuldade evidenciada pelos educadores foi o trabalho com informática previsto no programa, porque os laboratórios tinham poucos equipamentos, e estes apresentavam muito defeito, reduzindo ainda mais a quantidade disponível para os alunos realizarem suas atividades e os educadores desenvolverem seu trabalho com a turma pela qual era responsável. Infelizmente não se cumpriu adequadamente a inclusão digital junto aos jovens, uma questão que está colocada hoje não somente pelo ProJovem Urbano, mas como uma grande meta a ser alcançada também por meio da educação em todo o país.

Segundo Freire (2009, p. 114), precisamos de “[...] uma educação [...] identificada com as condições de nossa realidade. [...] levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito”. Do ponto de vista de alguns educadores e outros profissionais do ProJovem Urbano o programa se sobressai pela oportunidade dada a jovens que não tinham mais expectativa de crescimento, de voltar a estudar, de adentrar o mercado de trabalho. “[...] antes do ProJovem Urbano eles não sentiam-se gente [...]” (PE1A). “[...] já são alijados pela sociedade, estão à margem [...] trabalhar com esses sujeitos de forma a proporcioná-los uma visão da realidade [...] um olhar diferenciado sobre o papel da educação na vida deles” (F1).

Então, o foco do programa é a construção da cidadania e os educadores trabalharam nessa perspectiva. “[...] o foco é a construção da cidadania, a formação de cidadãos, então para serem cidadãos eles precisam [...] ser incluídos, inseridos no mundo do conhecimento, [...] buscar seus direitos, [...] cumprir os seus deveres” (F1). Conforme já mencionamos, para Giroux (1997) os educadores devem criar as condições que oportunizem aos alunos tornarem-se cidadãos com conhecimento e coragem para lutar a fim de que o desespero não seja convincente e a esperança seja viável. Alarcão (2011, p. 32) assegura que “[...] interagir com o conhecimento de forma autônoma, flexível e criativa é a melhor preparação para a vivência no nosso mundo supercomplexo, incerto, sempre pronto a exigir novos saberes [...]”. E Libâneo (2002, p. 93) complementa: “Se os alunos precisam desenvolver o hábito do raciocínio científico, que tenham autonomia de pensamento, o mesmo se requer do professor.”

Os educadores acreditam que o município deveria fazer uma pesquisa e o mapeamento dos bairros onde o programa vai funcionar para eleger os arcos ocupacionais de acordo com a vocação dos mesmos para o trabalho, aproximando mais do desejo dos alunos potenciais, motivando-os a continuar e chegar ao final do curso, e funcionaria como estratégia de combate à evasão que ocorre de forma tão acentuada no programa.

Também foi levantada como causa da evasão escolar a estrutura do programa, que tem previsão para acontecer em dezoito meses ininterruptos. Educadores depõem que, ao chegar o período de coincidência com as férias do ensino regular, o índice de ausência dos alunos do ProJovem é muito grande. Embora desde o início do programa os alunos tenham acesso à forma como ocorre seu funcionamento e qual a sua estrutura eles se acham no direito de ficar de férias juntamente com os alunos do ensino regular. E quando passa este período são poucos os que retomam a atividade educacional normalmente. Uma das coordenadoras (CE) advoga a necessidade de inclusão de férias no programa:

[...] Eu aumentaria uma coisa: férias; férias no meio do ano ou final do ano, porque não tem. E isso deixa o programa às vezes cansativo pro aluno e pro professor; [...] o índice de aluno em sala de aula reduz. [...] o aluno não vem. O filho entra de férias, então ele se sente no direito de entrar também de férias, aí na sala de aula ficam pouquíssimos alunos, [...].

Caso o programa instituísse um período de recesso dentro do tempo de execução do mesmo poderia melhorar a frequência e provavelmente o índice de aproveitamento. Todos os envolvidos no programa apresentam-se visivelmente cansados quando se aproxima os últimos meses do curso. O costume de em educação o ano letivo coincidir com o ano civil deve influenciar negativamente no desempenho de todos os partícipes de programas em que esta coincidência deixa de ocorrer como é o caso do ProJovem Urbano.

As formadoras também abordaram algumas necessidades, exigências e dificuldades enfrentadas na execução das suas atividades com a formação continuada no ProJovem Urbano: “[...] o formador também precisa pesquisar, ele precisa estudar, ele precisa procurar alternativas, ele não pode se prender só àquele manual do educador, o MEOG [...]” (F2). Esta declaração justifica o que conseguimos



colher em observações e entrevistas realizadas acerca do compromisso e conhecimento demonstrados pelas formadoras. “[...] as formadoras são pessoas bem capacitadas [...]” (EPCC). A principal dificuldade colocada por ambas foi com os educadores que não atribuíam a devida importância à formação continuada e esta agregou outros problemas relacionados:

[...] a aversão que o educador tem à formação continuada. Essa concepção de que formação continuada não é necessária [...] fazer com que o educador, ele entenda a importância desse momento não é fácil. [...] Eles não veem a formação continuada como algo primordial da prática pedagógica [...] outra dificuldade que eu encontro é essa questão do próprio entendimento do professor, dessa necessidade das trocas, das discussões, das leituras, do estar com o outro, do planejar com o outro, não entender o planejamento só como aquele momento que se escreve o plano, mas o momento de pensar, de pensar as dificuldades, de buscar as possibilidades de atuação. [...] é muito difícil [...] trabalhar com um grupo, principalmente um grupo heterogêneo [...] não é só professores, educadores, tem assistentes sociais, qualificadores [...] é um trabalho muito complexo [...] (F1).

É importante ressaltar que as formadoras colocaram que a dificuldade maior ocorreu no início da formação, mas ao longo dos encontros a maioria dos educadores passou a compreender a necessidade dessa ação e as reclamações sobre este aspecto, de não atribuir importância à formação, foram cessando e no encerramento do programa o reconhecimento dessa importância foi unânime e também estava presente nas declarações feitas durante as entrevistas que realizamos com alguns desses educadores.

A coordenação local tratou sobre a ausência da equipe de formação nos núcleos sugerindo que a coordenação nacional do ProJovem Urbano modifique essa estrutura em que a equipe formadora não tem a atribuição de acompanhar os educadores no desenvolvimento do seu trabalho nos núcleos. Embora legitimada nas diretrizes do programa a ausência das formadoras nas escolas provocou distorção em alguns momentos da formação continuada segundo a coordenadora (CP):

[...] talvez o programa precisasse inserir a equipe de formação mais dentro do programa. A equipe de formação ela pudesse participar vendo os alunos, vendo a realidade dos professores, [...]. Imagina a seguinte situação: o aluno fala pro professor, então essa realidade já é filtrada; o professor fala pra mim, essa realidade é filtrada novamente; eu falo pras formadoras. Quando esse problema vem chegar na formação ele não tem a mesma dimensão.

Para realizar o planejamento dos encontros de formação continuada as formadoras sempre consultavam a coordenação do programa que tinha a incumbência de acompanhar os educadores nos núcleos e recolher todas as situações que considerassem relevantes ou que os educadores indicassem como importantes. Nesses momentos os problemas e dificuldades eram repassados de modo que pudessem ser contemplados durante os encontros da formação continuada, sendo trabalhados com metodologias adequadas.

Durante o trabalho com a formação continuada no ProJovem Urbano em Imperatriz as formadoras proporcionaram aos educadores momentos de conversação, reflexão sobre a prática, troca de experiências, leituras, mas também de produção escrita, e muitos deles se convenceram da importância desse registro e da própria formação continuada para a sua vida profissional, tomando os saberes dos alunos e a realidade social, econômica, cultural, política como fundamentais para o exercício da sua prática profissional.

Foi possível perceber nas falas dos sujeitos que compõem o ProJovem Urbano em Imperatriz que a formação continuada de educadores oferecida pelo programa, apesar de alguns entraves, foi importante e contribuiu para a identificação dos educadores enquanto profissionais que possuem um papel social bastante significativo no atual contexto. O trabalho desenvolvido com a juventude a partir das condições e orientações que o ProJovem Urbano ofereceu, possibilitou compartilhar conhecimentos e encaminhar os jovens para o exercício da cidadania. Desse modo, as contribuições elencadas foram diversificadas e todos os sujeitos sentiram-se contemplados. Os entraves estiveram presentes nas falas e fazem parte das práticas, contudo o programa se desenvolveu seguindo suas diretrizes, buscando resolver os problemas que surgiram e atender as necessidades dos envolvidos no processo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A provisoriedade das certezas no conhecimento produzido em todos os ramos das ciências nos impulsiona a estar sempre indagando e buscando respostas às situações que se apresentam desafiadoras, especialmente em relação ao campo profissional que atuamos, a educação. Nesse sentido, sabemos que é impossível a neutralidade do pesquisador, pois o envolvimento com a pesquisa torna-se natural por fazer parte da sua realidade cotidiana. A produção fica permeada pelas emoções vividas pelo pesquisador em cada etapa do processo de pesquisa e pela influência dos sujeitos que contribuíram na construção da mesma. Apesar do limite do tempo destinado para realizar pesquisa dessa natureza e nossa exígua experiência enquanto pesquisadora, alguma significativa substância destacamos como resultado do que a investigação revelou.

O percurso de realização desta pesquisa concorreu para confirmarmos a complexidade que o tema formação continuada no contexto do ProJovem Urbano apresenta e o significado para a educação brasileira, considerando ser uma experiência diferenciada pela inovação curricular que seu projeto pedagógico contempla através da integração educação básica, qualificação profissional e participação cidadã. A materialização da interdisciplinaridade como prática pedagógica é outro elemento importante nesse contexto, pois coloca em pauta uma discussão acadêmica bem presente nas licenciaturas e por muitos desacreditada enquanto possibilidade real de aplicabilidade.

Tratando inicialmente da história da formação continuada no Brasil, verificamos o seu fortalecimento nos anos de 1990 em uma conjuntura neoliberal instalada no país. Sobre a lei da educação nacional que a rege atualmente, destacamos enfaticamente o tratamento dado aos educadores no que diz respeito ao direito garantido pela lei à formação continuada, e trouxemos algumas formações promovidas pelo Ministério da Educação nas últimas décadas, permeadas por elementos da ideologia neoliberal. Apresentamos algumas contradições da formação continuada enquanto política pública e as concepções de teóricos da educação

reputando a transformação da prática do educador numa perspectiva crítica em busca de autonomia.

Estudando o Projovem Urbano encontramos um programa com estrutura consistente e organizada, com finalidades e fundamentos bem definidos porque foi construído a partir de consultas a estatísticas, estudos e pesquisas realizadas sobre o público que pretendia atender no país, a juventude. Cumprindo a exigência junto aos educadores que o compõem de participação em formação inicial e continuada. A formação inicial cumpre objetivo de apropriação das diretrizes do programa pelos educadores, esta formação está prevista para ser realizada antes do início do trabalho dos educadores com os alunos; a formação continuada subsidia o trabalho cotidiano dos educadores em sala de aula, permitindo que desenvolvam sua atividade pedagógica com ênfase na interdisciplinaridade e interdimensionalidade, e ocorre no decorrer dos dezoito meses de funcionamento do programa.

Para trabalhar a interdisciplinaridade no Projovem Urbano os educadores se reuniam para planejar suas atividades em conjunto, tanto com todos educadores do seu núcleo quanto com os educadores dos outros núcleos que atuavam na mesma área de conhecimento ou disciplina. Para trabalhar a interdimensionalidade todos educadores se apropriavam dos saberes da formação básica, da qualificação profissional e da participação cidadã. A formação continuada de educadores em Imperatriz configurava-se como espaço fundamental para a integração e interação entre os educadores do programa na realização de seu trabalho.

O planejamento era realizado a partir das unidades formativas que apresentam um eixo estruturante, cinco temas integradores e dez componentes curriculares para cada área de conhecimento, todos relacionados à juventude. Durante o curso são trabalhadas seis unidades formativas com os alunos, cada uma é trabalhada durante três meses, perfazendo os dezoito meses previstos para a execução do programa. Esta estrutura totalmente preestabelecida e com carga horária fechada limita a ação pedagógica do educador em sala de aula. A autonomia fica circunscrita às estratégias que o educador utilizará para desenvolver sua atividade laboral.

No que diz respeito às avaliações dos alunos, foram realizadas avaliações internas e externas, porém, ambas elaboradas por instituições externas, ou seja, que não se relacionam com a atividade pedagógica, e mantém o controle da aplicação e correção das avaliações, inclusive com datas de realização preestabelecidas nacionalmente. A participação dos educadores nas avaliações dos alunos do ProJovem Urbano se restringia a escolher as questões a serem utilizadas nas avaliações internas. As questões das avaliações internas eram escolhidas a partir de um banco de dados nacional e as avaliações externas eram totalmente inacessíveis aos educadores.

Esta ação de proceder a avaliação, que deveria fazer parte das atribuições do educador, se apresentou no ProJovem Urbano como uma violação a esta atribuição e direito do educador. Esta é uma evidência de contradição que o Programa possui quando apresenta discurso de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos que dele participam, pressupondo encaminhamento para a emancipação do educador em sua atividade pedagógica e como profissional da educação.

No estado do Maranhão somente São Luís, a capital, e o município de Imperatriz atendem as exigências do programa para executá-lo com autonomia no que diz respeito à contratação da equipe formadora. Em Imperatriz esta equipe foi constituída por profissionais da rede municipal de ensino. A adesão ao ProJovem Urbano acrescentou à educação do município, através dos educadores selecionados a partir de processo seletivo público para compor sua equipe de trabalho, uma experiência inovadora que pode se multiplicar. E abonou a um percentual da população jovem, em situação de vulnerabilidade social, oportunidade de concluir o ensino fundamental, adquirir uma qualificação profissional básica e perceber-se como cidadão com direitos, deveres e obrigações, capaz de intervir na realidade onde vive.

O município de Imperatriz configura-se como centro comercial e polo educacional da região tocantina e agrega os problemas próprios das grandes metrópoles. A juventude marginalizada concentra-se prioritariamente nos bairros periféricos da cidade, que se multiplicam velozmente. O uso de entorpecentes lícitos e ilícitos é comum entre os jovens e a falta de qualificação profissional e baixa

escolaridade dificultam a conquista de emprego, e estes são alguns dos fatores que empurram muitos jovens para a marginalidade. Em sua maioria, foram jovens desse grupo social que participaram do ProJovem Urbano em Imperatriz.

A formação continuada de educadores foi vista pelos profissionais do ProJovem Urbano como preparação, aperfeiçoamento, aprendizado e troca dos saberes para melhorar a atuação reforçando o que já se sabe. Acontece no processo de uma ação contínua através de estudos, objetivando a melhoria da prática pedagógica, analisando a realidade para fazer intervenções no sentido de melhorá-la.

Os educadores do ProJovem Urbano consideraram a formação continuada importante no processo de execução do programa, ressaltando a competência das formadoras, a dinamicidade dos encontros, a riqueza do material pedagógico e dos temas discutidos, mas também cansativa por acontecer aos finais de semana, com sugestões de remuneração aos educadores para participar da formação continuada. Destacaram que aprenderam trabalhar a interdisciplinaridade em sala de aula e valorizar mais os conhecimentos trazidos pelos alunos no desenvolvimento da ação pedagógica.

Embora a maioria dos educadores entrevistados tenha relatado que o ProJovem Urbano possibilita que trabalhe com autonomia, eles se contradisseram ao descrever o cotidiano da prática pedagógica com a formação básica no programa. Suas ações estavam restritas às orientações dos documentos que estudavam e não deixavam margem para o educador agir de acordo com a realidade que se apresenta em determinado momento, pois caso não cumprisse o que estava prescrito o aluno poderia ser prejudicado no momento em que seria avaliado. A sugestão de ampliação do tempo de execução do programa foi bastante recorrente nos relatos dos profissionais envolvidos no mesmo. Esta seria uma alternativa que daria mais leveza ao programa e favoreceria a melhor aprendizagem de muitos alunos que apresentam maiores dificuldades, geralmente pelo baixo nível de escolaridade com que chegam ao ProJovem Urbano, especialmente em relação aos conteúdos mais complexos.

Outra questão colocada em relação à formação continuada foi o fato do programa não prever o acompanhamento das formadoras aos educadores nos locais de execução do mesmo, ou seja, os núcleos, que lhes daria uma visibilidade mais

próxima e ampla da realidade escolar, evitando distorções. Desse modo, ficava somente a cargo da coordenação pedagógica a responsabilidade, que já estava determinada a ela pelo programa, de intermediar, verificando junto aos educadores suas necessidades e problemas a serem abordados nos encontros de formação continuada através de consulta a eles e observação de sua prática pedagógica e repassava as informações às formadoras.

A dinâmica da formação continuada do programa se encaminha nessa lógica, contudo, a realidade sinaliza para evidenciar a necessidade desse momento com o educador em uma relação mais direta. Assim, o procedimento relatado levou a distorções da realidade em alguns momentos da formação continuada, pois a realidade vivenciada pelo educador era transmitida para a coordenação pedagógica que transmitia para a equipe de formação no momento do planejamento de cada encontro da formação continuada; a informação chegava, às formadoras, impregnada pelas subjetividades da intermediação.

Outra questão colocada e que se apresenta como necessidade importante para o desenvolvimento do ProJovem Urbano com mais eficácia é a participação das coordenações locais, especialmente a coordenação pedagógica, nos encontros de formação para formadores, pois é esta coordenação que acompanha e orienta os planejamentos que são realizados nos núcleos, bem como o desempenho dos educadores na realização da sua ação pedagógica em sala de aula cotidianamente.

No município de Imperatriz um problema administrativo ocasionou a necessidade de substituição da coordenação local. Embora o programa seja categórico quanto à exigência que todos os profissionais ligados às questões pedagógicas participem de formação, nesse caso específico, contradizendo o que está previsto, as coordenadoras, contratadas a partir de processo seletivo público, não participaram de formação oferecida pelo ProJovem Urbano. Para tentar equacionar este problema as coordenadoras tiveram que recorrer à literatura produzida na tentativa de apropriarem-se das diretrizes que orientam e metodologias utilizadas pelo programa para desenvolverem suas atividades em cumprimento à função assumida. Contudo, as coordenadoras percebiam que esta ação não havia sido

suficiente, pois passaram por dificuldades em determinados momentos do trabalho, configurando os limites que tiveram diante do programa pela falta da formação.

Enquanto política pública voltada para a juventude em situação de vulnerabilidade social que não concluiu o ensino fundamental, o ProJovem Urbano se apresenta como programa inovador que atende às exigências de uma sociedade dinâmica e em constante evolução. Ainda necessita fazer ajustes para melhorar alguns aspectos e traz em sua estrutura a indicação de permanente avaliação que tem sido considerada a cada nova edição do programa, servindo de parâmetro no seu redimensionamento.

No que se refere aos locais onde o ProJovem Urbano era desenvolvido, a relação do programa com as escolas através de suas gestoras foi variável, com ausência e indiferença, mas também com presença e acolhimento. Destacamos que uma relação de cumplicidade e parceria foi testemunhada, demonstrando que é possível a escola colaborar acolhendo os programas que se instalam em sua estrutura física e que dependem dos gestores para se desenvolver administrativa e pedagogicamente cumprindo seus objetivos a contento.

Quanto à formação continuada, o ProJovem Urbano possui uma estrutura que exige a participação efetiva do educador, e este se percebe sujeito no processo. Acrescenta, sobremaneira, aprendizagens significativas para o desenvolvimento de sua atividade profissional. As formadoras trabalharam com certa autonomia metodológica no desenvolvimento de sua ação no programa, visto que recebiam diretrizes acerca dos conteúdos das unidades formativas nos encontros de formação para formadores e usufruíam de livre arbítrio para selecionar e escolher o material e as estratégias a serem utilizadas nas formações ministradas para educadores, adequando de acordo com a necessidade do grupo e do contexto que estava inserido como constatamos durante o momento de observação, inclusive acrescentando conteúdos.

A realização dos encontros de formação continuada aos finais de semana, embora tenha sido uma decisão consensual, foi motivo de crítica recorrente por um número considerável de educadores, que mesmo reconhecendo a importância do evento agiam com certa rejeição. Desse modo, percebemos que este fator causou



prejuízo a todos os envolvidos na formação, com alguns desgastes nas relações, e acreditamos que novas estratégias deveriam ser encontradas para realização dos encontros de formação continuada no que se refere à distribuição da carga horária nos dias da semana, horários e tempo da formação.

As formadoras indicaram ter encontrado dificuldades durante a formação continuada em relação a alguns educadores, especialmente aqueles que não tinham passado por formação pedagógica e aqueles que não tinham formação em nível superior. Considerando este fato, acreditamos que seria importante reservar parte significativa da formação inicial para trabalhar especificamente com estes profissionais, os qualificadores dos arcos ocupacionais e os assistentes sociais, as questões pedagógico-didáticas e metodológicas da educação, de modo a facilitar a inserção deles no ProJovem Urbano e posteriormente o trabalho na formação continuada.

Por fim, todos os aspectos ora destacados confirmaram a complexidade que o ProJovem Urbano possui considerando ser um programa nacional que aufere características peculiares em cada realidade que se instala e se desenvolve, mesmo preservando generalidades. Com esta pesquisa foi possível nos apropriarmos do contexto do ProJovem Urbano na realidade específica do município de Imperatriz e percebermos que em sua execução foram tomadas decisões acertadas mas também algumas equivocadas, sendo necessário fazer alguns ajustes. O programa deixou importantes marcas em todos que dele participaram e contribuiu com a melhoria da educação no município de Imperatriz.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. A escola reflexiva. In: ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Lynn. Aprendizagem em rede e formação docente: trilhando caminhos para a autonomia, a colaboração e a cooperação. In: VEIGA, Ilma Passos A.; D'AVILA, Cristina (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2008.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IMPERATRIZ – ACII. **Perfil Imperatriz Maranhão: socioeconomia, história, geografia, demografia, gestão empresarial**. Imperatriz: Ponto Gráfico, 2011.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz: memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A formação docente no contexto da legislação educacional brasileira atual. In: UNESP – Universidade Estadual Paulista. **História**

**da Formação Docente no Brasil.** VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. p. 12-19. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN:** Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 2010b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais – PCN. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE.** Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Brasília, 2010c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado:** Parâmetros em Ação. Brasília, 1999a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa de Formação de Professores Alfabetizadores:** apresentação – PROFA. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica.** Brasília, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referenciais para Formação de Professores.** Brasília, 1999b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de Outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília, 2010a.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 11.129 de 30 de Junho de 2005:** institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002. Brasília, 2005.

BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. **Caderno de Formação Inicial**. Brasília, 2008a.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. **Manual do Educador**: orientações gerais. Brasília, 2008b.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. **Plano Nacional de Formação para gestores, formadores e educadores**. Brasília, 2008d.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. **Projeto Pedagógico Integrado**. Brasília, 2008c.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Observatório de Equidade. **Retrato das desigualdades na escolarização e no sistema tributário nacional**. Brasília, 2009.

BRZEZINSKI, Iria. Notas sobre o currículo na formação de professores: teoria e prática. In: SERBINO, Raquel Volpato et al. (Org.). **Formação de professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CANTANHÊDE, Rosa Maria Pimentel. **Currículo Integrado do ProJovem Urbano**: do discurso oficial às percepções dos educadores do Programa. Dissertação (Mestrado). São Luís, 2011.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. Revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira: Selma Garrido Pimenta. São Paulo: Cortez, 2002.

COUTINHO, Mílson. **Imperatriz**: subsídios para a história da cidade. São Luís: Sioge, 1994.

CURY, Carlos Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

D'AVILA, Cristina; SONNEVILLE, Jacques. Trilhas percorridas na formação de professores: da epistemologia da prática a fenomenologia existencial. In: VEIGA, Ilma Passos A.; D'AVILA, Cristina (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2008.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação & Sociedade, vol. 28, n. 100 - Especial, Campinas, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 8 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. A juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais novos sujeitos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma do estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

ESTRELA, Maria Teresa. A formação contínua entre a teoria e a prática. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Formação continuada e gestão da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Dificuldades comuns entre os que pesquisam educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Formação continuada e gestão da educação no contexto da "cultura globalizada". In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Formação continuada e gestão da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

\_\_\_\_\_. Imperatriz: história e economia. In: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IMPERATRIZ – ACII. **Perfil Imperatriz Maranhão:**

socioeconomia, história, geografia, demografia, gestão empresarial. Imperatriz: Ponto Gráfico, 2011.

FREIRE, Paulo. Novos tempos, velhos problemas. In: SERBINO, Raquel Volpato et al. (org.). **Formação de professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 32. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**. Educação & Sociedade, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, Campinas, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Novas políticas de formação: da concepção negada à concepção consentida. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90. In: LINHARES, Célia (org.). **Os Professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://rizomas.net/educacao-educador/268-professores-do-brasil-pesquisa-da-unesco-disponivel-para-baixar.html>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

\_\_\_\_\_. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GROSSI, Esther. Apresentação. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0. Editoração Eletrônica: Textos & Formas Ltda. 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Tradução: Silvana Cobucci Leite. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

IMPERATRIZ. Câmara Municipal de Imperatriz. **Imperatriz: fatos históricos**. 2. ed. Imperatriz: Câmara Municipal de Imperatriz, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – SEMED. **Plano Decenal do Município de Imperatriz**. Imperatriz: Gráfica e Editora União, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – SEMED. **Relatório de Execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano em Imperatriz – MA – 1ª Entrada 2008/2010 – Ano de Referência 2010**. Imperatriz: SEMED, 2011.

IMPERATRIZ. Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – SEMED.  
**Relatório de Execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano em Imperatriz – MA – 6ª Entrada 2010/2011 – Ano de Referência 2010.**  
 Imperatriz: SEMED, 2011a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo Educacional 2008.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. PNAD 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2002. (p. 59-97).

\_\_\_\_\_. Didática e Epistemologia: para além do embate entre a Didática e as Didáticas Específicas. In: VEIGA, Ilma Passos A.; D'AVILA, Cristina (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas.** Campinas: Papirus, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.



LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002. (p. 11-57).

LINHARES, Célia. Recordar é viver? Memórias e aprendizagens na formação docente. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_; SILVA, Waldeck Carneiro da. **Formação de professores: travessia crítica de um labirinto**. Brasília: Plano Editora, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis de. **Formação humana e capacitação**. Tradução: Jaime A. Clasen. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELO, Maria Alice; BRANCO, Liduína Maria da C. Castelo. Os egressos do ProJovem em São Luís: quem são esses sujeitos? In: DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira (Org.). **Palavras de Jovens sobre o ProJovem: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MORAES, Lélia Cristina Silveira de; MARTINS, Talita de Jesus da Silva. A qualificação profissional do Projovem sob a óptica dos egressos. In: DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira (Org.). **Palavras de Jovens sobre o ProJovem: estudos com os**

egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A formação de professores e o aluno das camadas populares: subsídios para debate. In: ALVES, Nilda (Org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, Ilma Vieira do; ARAÚJO, Kelle Christina Queiroz. O ProJovem como mecanismo de inclusão social: um olhar sobre a elevação da escolaridade de jovens egressos. In: DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira (Org.). **Palavras de Jovens sobre o ProJovem: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NÓVOA, António. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Relação escola – sociedade: “novas respostas para um velho problema”. In: SERBINO, Raquel Volpato et al. (org.). **Formação de professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, Francisca das Chagas Lima. **A formação continuada dos professores do ProJovem Urbano: uma discussão necessária**. Dissertação (Mestrado). São Luís, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. Formação de professores: o lugar das humanidades. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: GHEDIN, Evandro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

RICHI, Adriana. **Avaliação da educação e formação continuada docente: horizontes e contradições nas políticas públicas**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE). Porto Alegre: ANPAE, v. 26, n. 1, p. 173-193, jan./abr. 2010.

ROMÃO, José Eustáquio. Compromisso do Educador de Jovens e Adultos. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSAR, Maria de Fátima Félix; SOUSA, Miriam Santos de. **A municipalização do ensino em questão: reconstrução histórica de políticas educacionais no Brasil**.

Disponível em:

<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab058.rtf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab058.rtf)>. Acesso em: 25 fev. 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno. Tendências investigativas na formação de professores. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. O professorado em época de neoliberalismo: dimensões sociopolíticas de seu trabalho. In: LINHARES, Célia (org.). **Os Professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Eloiza Marinho dos. **Formação continuada de professores: concepções, discursos e práticas no Programa ARCO**. Dissertação (Mestrado). São Luís, 2007.

SANTOS, Magnúcia Bezerra Soeiro dos. **O ProJovem e a ação comunitária: uma análise da participação dos egressos na comunidade**. Dissertação (Mestrado). São Luís, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo *design* para o ensino e a aprendizagem**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Vanderley (Org.).

**Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/EPSJVS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Nilson Oliveira; CASTRO, Gisilda Maria Pereira de (Org.). **Escola Santa Teresinha: 80 anos educando vidas**. Imperatriz: Ética, 2004.

SOUSA, Francisca dos Santos; SILVA, Ioneide Couto; MOURA, Jônata Ferreira de; SILVA, Patrícia Alves. **O Perfil do Jovem Estudante do Ensino Fundamental e Médio da Cidade de Imperatriz**. 2009. Disponível em:

<<http://www.pedagogia.com.br/artigos/juventudeimperatriz/index.php>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Ilma Passos A.. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, Ilma Passos A.; D'AVILA, Cristina (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas: Papirus, 2008.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Liber Livro, 2007.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS EDUCADORES DO PROJOVEM URBANO EM IMPERATRIZ - MA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
 PESQUISADORA: LUCIVANIA SILVA DE MELO  
 ORIENTADORA: LÉLIA CRISTINA SILVEIRA DE MORAES

**Objetivo:** Identificar e analisar as concepções formuladas a partir da proposta pedagógica de formação continuada de educadores do ProJovem Urbano considerando os discursos dos sujeitos que trabalham no Programa.

**O que se pretende suscitar:** As concepções de formação continuada de professores como condição de atendimento às necessidades pedagógico-didáticas e epistemológicas dos educadores do ProJovem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento dessa proposta.

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS EDUCADORES DO PROJOVEM URBANO EM IMPERATRIZ - MA**

**Objetivo:** Identificar as concepções dos educadores acerca da formação continuada de professores que o ProJovem Urbano pratica.

**Sujeitos:** Educadores dos três núcleos do Programa ProJovem Urbano em Imperatriz - MA.

### **QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA**

#### **Categorias de Análise:**

1. Concepção de formação continuada
2. Concepção de autonomia no trabalho pedagógico

## 1. Concepção de formação continuada

1.1. Antes do ProJovem você participou de outras formações continuadas? Você percebe diferenças da formação continuada desenvolvida no Projovem das experiências com formação continuada vividas anteriormente? Quais?

**Objetivo:** verificar se os educadores já possuíam outras experiências com formação continuada e as diferenciações que realizam.

1.2. Como você concebe formação continuada de educadores?

**Objetivo:** identificar a concepção que os educadores têm de formação continuada de educadores.

1.3. Ao ingressar no programa, o que você esperava dessa experiência de formação continuada oferecida pelo mesmo?

**Objetivo:** perceber as expectativas dos educadores com a formação continuada oferecida pelo Projovem Urbano.

1.4. Quais experiências de aprendizagem você destacaria como importantes em relação à formação continuada realizada pelo Projovem Urbano?

**Objetivo:** verificar se as expectativas de formação estão sendo atendidas e se a mesma tem contribuído com a sua formação profissional.

1.5. É possível identificar na proposta de formação continuada do Projovem Urbano elementos que a tornaria diferenciada de outras formações? Especifique-os e justifique a sua resposta.

**Objetivo:** verificar se os educadores consideram o Programa inovador e o significado e repercussões dessa experiência de formação continuada para eles.

1.6. Com relação aos conteúdos e orientações estudados e trabalhados na formação continuada do Projovem, quais você considera essenciais para o trabalho pedagógico do educador?

**Objetivo:** perceber se há clareza em relação aos conteúdos trabalhados no Programa e se os educadores conseguiram incorporá-los.

1.7. O Programa defende a formação do educador como um perito que domina o instrumental de trabalho, um pensador capaz de situar de forma crítica sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação e um cidadão sujeito de direitos e de responsabilidades. Como é trabalhada essa perspectiva na formação continuada?

**Objetivo:** investigar a clareza das concepções que norteiam o Programa na visão dos educadores, bem como as formas de mediação desses conceitos na prática da formação continuada.



## 2. Concepção de autonomia no trabalho pedagógico

### 2.1. Como você concebe autonomia no trabalho pedagógico?

**Objetivo:** perceber a concepção dos educadores acerca da autonomia na especificidade do seu trabalho.

### 2.2. A autonomia do educador é considerada na formação continuada do ProJovem Urbano? E no cotidiano da sua ação é possível trabalhar com autonomia? Justifique.

**Objetivo:** investigar as repercussões (limites, avanços) e viabilidade da formação continuada na ação pedagógica dos educadores.

### 2.3. Que tipo de contribuição a formação continuada do ProJovem Urbano tem proporcionado a seu desenvolvimento profissional enquanto educador/a?

**Objetivo:** verificar se os educadores atribuem ao Programa contribuições para seu desenvolvimento profissional.

### 2.4. Como educador/a que vivencia a proposta de formação continuada do ProJovem Urbano, você acredita que conseguirá utilizar os conhecimentos adquiridos, de algum modo, em outro momento de sua prática profissional? Explique.

**Objetivo:** perceber se os educadores atribuem à proposta de formação continuada alguma importância para sua prática profissional em momentos posteriores.

### 2.5. Como você avalia, hoje, este Programa a partir da sua experiência com formação continuada? O que você modificaria na sua proposta de formação continuada?

**Objetivo:** verificar se há uma visão crítica acerca do Programa ou uma tendência em percebê-lo como experiência redentora da educação.

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS FORMADORAS DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ - MA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
 PESQUISADORA: LUCIVANIA SILVA DE MELO  
 ORIENTADORA: LÉLIA CRISTINA SILVEIRA DE MORAES

**Objetivo:** Identificar e analisar as concepções formuladas a partir da proposta pedagógica de formação continuada de educadores do ProJovem Urbano considerando os discursos dos sujeitos que trabalham no Programa.

**O que se pretende suscitar:** As concepções de formação continuada de professores como condição de atendimento às necessidades pedagógico-didáticas e epistemológicas dos educadores do ProJovem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento dessa proposta.

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS FORMADORAS DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ - MA**

**Objetivo:** Compreender a formação continuada de professores que o ProJovem Urbano pratica e as concepções acerca da formação a partir das orientações do Programa e do discurso das formadoras.

**Sujeitos:** Formadoras do Programa ProJovem Urbano em Imperatriz – MA.

### **QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA**

#### **Categorias de Análise:**

1. Concepção de formação continuada;
2. Concepção de autonomia no trabalho pedagógico.

## 1. Concepção de formação continuada

1.1. Você já participou como formadora em outras experiências de formação continuada? Qual(is)? Você percebe diferenças com relação à proposta do ProJovem Urbano?

**Objetivo:** verificar se as formadoras já possuíam outras experiências com formação continuada e se essas experiências têm diferenças com relação à do ProJovem Urbano.

1.2. Você tem outras experiências como profissional da educação? Quais? Como aconteceu sua inserção no Programa? O fato de estar inserida no ProJovem Urbano modificou sua jornada de trabalho nos outros espaços onde trabalha?

**Objetivo:** investigar os critérios utilizados para selecionar os profissionais que trabalham com a formação e a disponibilidade investida no Programa.

1.3. Qual a sua concepção de formação continuada de educadores?

**Objetivo:** identificar a concepção de formação continuada de educadores que as formadoras têm.

1.4. Qual a concepção de formação continuada adotada pelo ProJovem Urbano no curso de formação continuada?

**Objetivo:** verificar se há clareza em relação às concepções trabalhadas no Programa e se as mesmas encontram-se incorporadas no discurso das formadoras.

1.5. É possível identificar na formação continuada de educadores do ProJovem Urbano elementos que a tornam uma proposta diferente das demais propostas que você já participou/vivenciou de formação continuada de educadores?

**Objetivo:** investigar o significado e repercussões dessa experiência de formação a partir da voz das formadoras.

1.6. Você percebe que há aprendizagem por parte dos educadores sobre a proposta de formação continuada do ProJovem Urbano? Você a considera viável para a realidade do ProJovem Urbano?

**Objetivo:** verificar como se dá a aprendizagem relacionada ao trabalho pedagógico na percepção das formadoras.

1.7. O Programa defende a formação do educador como um perito que domina o instrumental de trabalho, um pensador capaz de situar de forma crítica sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação e um cidadão sujeito de direitos e de responsabilidades. Como é trabalhada essa perspectiva na formação continuada?

**Objetivo:** investigar a clareza das concepções que norteiam o Programa na visão das formadoras, bem como as formas de mediação desses conceitos na prática da formação continuada.

1.8. Quais os eixos teórico-metodológicos que norteiam a proposta de formação continuada do ProJovem Urbano?

**Objetivo:** investigar o nível de clareza que as formadoras apresentam quanto às concepções ou principais ideias que norteiam o Programa.

1.9. Quais as principais dificuldades enfrentadas na realização da formação continuada de educadores?

**Objetivo:** identificar os entraves observados pelas formadoras no desenvolvimento do seu trabalho.

1.10. Como você avalia a proposta de formação continuada do ProJovem Urbano? O que você modificaria no Programa?

**Objetivo:** verificar se há uma visão crítica acerca do Programa ou uma tendência em percebê-lo como experiência redentora da educação.

## **2. Concepção de autonomia no trabalho pedagógico**

2.1. Qual a sua concepção de trabalho pedagógico?

**Objetivo:** identificar a concepção de trabalho pedagógico formulada pelas formadoras do ProJovem Urbano.

2.2. Com relação aos conteúdos e orientações trabalhadas e estudadas na formação continuada do ProJovem Urbano, quais conhecimentos você considera essenciais para o trabalho pedagógico do educador?

**Objetivo:** perceber se há clareza acerca das concepções trabalhadas no Programa e sua relação com o desenvolvimento do trabalho pedagógico do educador.

2.3. A formação continuada do ProJovem Urbano colabora no trabalho pedagógico do educador? Explique.

**Objetivo:** verificar as orientações e a importância atribuídas ao Programa no desenvolvimento do trabalho pedagógico dos educadores.

2.4. Como você concebe autonomia no trabalho pedagógico?

**Objetivo:** perceber a concepção das formadoras acerca da autonomia na especificidade do trabalho pedagógico.

2.5. A autonomia do educador é considerada na formação continuada do ProJovem Urbano? Justifique.

**Objetivo:** investigar as repercussões e viabilidade da formação continuada para a ação pedagógica dos educadores.

## **APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS COORDENADORAS DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ - MA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
 PESQUISADORA: LUCIVANIA SILVA DE MELO  
 ORIENTADORA: LÉLIA CRISTINA SILVEIRA DE MORAES

**Objetivo:** Identificar e analisar as concepções formuladas a partir da proposta pedagógica de formação continuada de educadores do Projovem Urbano considerando os discursos dos sujeitos que trabalham no Programa.

**O que se pretende suscitar:** As concepções de formação continuada de professores como condição de atendimento às necessidades pedagógico-didáticas e epistemológicas dos educadores do Projovem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento dessa proposta.

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS COORDENADORAS DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ - MA**

**Objetivo:** Analisar a proposta pedagógica do Projovem Urbano acerca da formação continuada de professores na perspectiva das coordenadoras do Programa.

**Sujeitos:** Coordenadoras do Programa Projovem Urbano em Imperatriz - MA.

### **QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA**

#### **Categorias de Análise:**

1. Concepção de formação continuada;
2. Concepção de autonomia no trabalho pedagógico.

## 1. Concepção de formação continuada

1.1. Você já participou em outras experiências de formação continuada? Qual(is)? Você percebe diferenças com relação à proposta do ProJovem Urbano?

**Objetivo:** verificar se as coordenadoras já possuíam outras experiências com formação continuada e se essas experiências têm diferenças com relação à do ProJovem Urbano.

1.2. Você tem outras experiências como profissional da educação? Quais? Como aconteceu sua inserção no Programa? O fato de estar inserida no ProJovem Urbano modificou sua situação profissional nos outros espaços onde trabalha?

**Objetivo:** investigar os critérios utilizados para selecionar os profissionais que trabalham com a formação e a disponibilidade investida no Programa.

1.3. Qual a sua concepção de formação continuada de educadores?

**Objetivo:** identificar a concepção de formação continuada de educadores que as coordenadoras têm.

1.4. Qual a concepção de formação continuada adotada pelo ProJovem Urbano no curso de formação?

**Objetivo:** verificar se há clareza em relação às concepções trabalhadas no Programa e se as mesmas encontram-se incorporadas no discurso das coordenadoras.

1.5. É possível identificar na formação continuada de educadores do ProJovem Urbano elementos que a tornam uma proposta diferente das demais propostas de formação continuada de educadores?

**Objetivo:** investigar o significado e repercussões dessa experiência de formação a partir da voz das coordenadoras.

1.6. O programa defende a formação do educador como um perito que domina o instrumental de trabalho, um pensador capaz de situar de forma crítica sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação e um cidadão sujeito de direitos e de responsabilidades. Como é trabalhada essa perspectiva na formação continuada?

**Objetivo:** investigar a clareza das concepções que norteiam o Programa na visão das coordenadoras, bem como as formas de mediação desses conceitos na prática da formação continuada.

1.7. Quais os eixos teórico-metodológicos que norteiam a proposta de formação continuada do ProJovem Urbano?

**Objetivo:** investigar o nível de clareza que as coordenadoras apresentam quanto às concepções ou principais ideias que norteiam o Programa.

1.8. Quais as principais dificuldades enfrentadas na realização da formação continuada de educadores e no acompanhamento pedagógico?

**Objetivo:** identificar os entraves observados pelas coordenadoras no desenvolvimento do seu trabalho.

## **2. Concepção de autonomia no trabalho pedagógico**

2.1. Qual a sua concepção de trabalho pedagógico?

**Objetivo:** identificar a concepção de trabalho pedagógico formulada pelas coordenadoras do ProJovem Urbano.

2.2. Como o Programa concebe e orienta o trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores?

**Objetivo:** identificar a concepção e as orientações atribuídas ao ProJovem Urbano no que diz respeito ao trabalho pedagógico dos educadores na visão das coordenadoras.

2.3. Acompanhando o trabalho pedagógico nas escolas, é possível perceber mudança na ação dos educadores que possa ser atribuída à formação continuada do ProJovem Urbano? Que tipo de mudança?

**Objetivo:** verificar se as coordenadoras consideram o Programa inovador, bem como o significado e repercussões da experiência de formação continuada na ação pedagógica dos educadores.

2.4. Como você concebe autonomia no trabalho pedagógico?

**Objetivo:** perceber a concepção das coordenadoras acerca da autonomia na especificidade do trabalho pedagógico.

2.5. A autonomia do educador é trabalhada no cotidiano da ação pedagógica no ProJovem Urbano? Justifique.

**Objetivo:** investigar as repercussões e viabilidade da formação continuada para a ação pedagógica dos educadores.

2.6. Como você avalia a proposta de formação continuada do ProJovem Urbano? O que você modificaria no Programa?

**Objetivo:** verificar se há uma visão crítica acerca do Programa ou uma tendência em percebê-lo como experiência redentora da educação.

## **APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS GESTORAS DE ESCOLAS COM FUNCIONAMENTO DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ – MA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
 PESQUISADORA: LUCIVANIA SILVA DE MELO  
 ORIENTADORA: LÉLIA CRISTINA SILVEIRA DE MORAES

**Objetivo:** Identificar e analisar as concepções formuladas a partir da proposta pedagógica de formação continuada de educadores do ProJovem Urbano considerando os discursos dos sujeitos que trabalham no Programa.

**O que se pretende suscitar:** As concepções de formação continuada de professores como condição de atendimento às necessidades pedagógico-didáticas e epistemológicas dos educadores do ProJovem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento dessa proposta.

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS DIRETORES DE ESCOLAS COM FUNCIONAMENTO DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ – MA**

**Objetivo:** Verificar as relações pedagógicas que se estabelecem no ambiente escolar entre os educadores e a direção do ponto de vista dos diretores de duas dentre as três escolas onde o ProJovem Urbano se desenvolve.

**Sujeitos:** Diretores de duas escolas em que funciona o Programa ProJovem Urbano em Imperatriz – MA.

### **QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA**

#### **Categoria de Análise:**

1. Relação da escola com o ProJovem Urbano.



## 1. Relação da escola com o ProJovem Urbano

1.1. Como ocorre a sua relação com os educadores do ProJovem Urbano, enquanto gestor/a da escola?

**Objetivo:** verificar como se estabelece a relação entre diretor/a e educadores na escola.

1.2. Que tipo de relação você mantém com as coordenadoras do ProJovem Urbano?

**Objetivo:** verificar como se estabelece a relação entre diretor/a e coordenadoras na escola.

1.3. A presença do ProJovem Urbano na escola agrega algum benefício à mesma? Justifique.

**Objetivo:** identificar os benefícios que o ProJovem Urbano agrega às escolas a partir da ótica dos diretores.

1.4. Quais as principais dificuldades que você enfrenta com o desenvolvimento do ProJovem Urbano na escola?

**Objetivo:** identificar os entraves observados pelos diretores no desenvolvimento do ProJovem nas escolas.

1.5. Qual a sua concepção de trabalho pedagógico?

**Objetivo:** identificar a concepção de trabalho pedagógico formulada pelos diretores das escolas onde se desenvolve o ProJovem Urbano.

1.6. Acompanhando o trabalho pedagógico na escola, é possível perceber mudança na ação dos educadores do ProJovem Urbano que os diferencia? Que tipo de mudança?

**Objetivo:** verificar se consideram o Programa inovador e o significado e repercussões da experiência de formação continuada na ação pedagógica dos educadores a partir dos discursos dos diretores.

1.7. O que você sabe sobre a formação continuada de educadores do ProJovem Urbano? Como esta formação continuada colabora no trabalho pedagógico do educador?

**Objetivo:** verificar as orientações e a importância atribuídas ao Programa no desenvolvimento do trabalho dos educadores pela ótica dos diretores.

## **APÊNDICE E - ROTEIROS DE OBSERVAÇÕES REALIZADAS NA FORMAÇÃO COM FORMADORES E NA FORMAÇÃO COM EDUCADORES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
PESQUISADORA: LUCIVANIA SILVA DE MELO  
ORIENTADORA: LÉLIA CRISTINA SILVEIRA DE MORAES

### **FORMAÇÃO DE FORMADORES**

Observar:

- metodologia aplicada no trabalho desenvolvido pela instituição nacional;
- interação entre o conteúdo da unidade formativa estudada e o trabalho desenvolvido na formação;
- presença de fundamentação teórica;
- relação pedagógica entre instituição formadora nacional (FUNDAR) e instituição formadora local;
- planejamento das unidades formativas.

### **FORMAÇÃO DE EDUCADORES**

Observar:

- metodologia aplicada no trabalho desenvolvido pelas formadoras durante os encontros de formação;
- coerência entre o conteúdo trabalhado na formação nacional e o conteúdo trabalhado na formação municipal;
- presença de fundamentação teórica;
- relação pedagógica estabelecida entre formadoras e educadores;
- planejamento das unidades formativas.

## **APÊNDICE F – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

São Luís – MA, fevereiro de 2011.

À Coordenação do Programa ProJovem Urbano em Imperatriz – MA

### **AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Eu, Lucivania Silva de Melo, pesquisadora, responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **“A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO PROJOVEM URBANO EM IMPERATRIZ: concepção e orientações”**, venho, através desta, solicitar à Coordenação do Programa ProJovem Urbano em Imperatriz – MA autorização dos educadores, formadoras, coordenadoras e gestores de escolas que trabalham neste Programa para participarem da pesquisa em que os mesmos serão entrevistados. Solicito ainda autorização para observar os momentos de formação continuada e analisar documentos do Programa em Imperatriz.

Este projeto faz parte do Grupo de Pesquisa “Escola, Currículo, Formação e Trabalho Docente” da UFMA e é o trabalho de conclusão do Mestrado em Educação.

Atenciosamente,

Lucivania Silva de Melo  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Maranhão

## **APÊNDICE G – CARTA CONVITE PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM EDUCADORES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

São Luís – MA, julho de 2011.

Prezado/a Educador/a,

Sou aluna da 11ª turma do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado “**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO PROJÓVEM URBANO EM IMPERATRIZ: concepção e orientações**”, que tem o objetivo de **analisar a proposta de formação continuada de educadores do Projóvem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento da proposta.**

Venho convidá-lo(a) a participar desse trabalho fornecendo informações, através de entrevista, acerca do Programa no âmbito da sua atuação. É importante informar que o conteúdo da entrevista, bem como, a sua identidade serão preservados, visto que somente os resultados da mesma serão divulgados como referência para as análises posteriores e com a utilização de códigos.

Diante do exposto, quero poder contar com a sua colaboração participando da entrevista em data, hora e local previamente acordado.

Atenciosamente,

Lucivania Silva de Melo  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Maranhão

## APÊNDICE H – CARTA CONVITE PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM GESTORAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

São Luís – MA, julho de 2011.

Prezada Gestora,

Sou aluna da 11ª turma do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado “**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO PROJÓVEM URBANO EM IMPERATRIZ: concepção e orientações**”, que tem o objetivo de **analisar a proposta de formação continuada de educadores do Projóvem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento da proposta.**

Venho convidá-la a participar desse trabalho fornecendo informações, através de entrevista, acerca do Programa no âmbito da sua atuação. É importante informar que o conteúdo da entrevista, bem como, a sua identidade serão preservados, visto que somente os resultados da mesma serão divulgados como referência para as análises posteriores e com a utilização de códigos.

Diante do exposto, quero poder contar com a sua colaboração participando da entrevista em data, hora e local previamente acordado.

Atenciosamente,

Lucivania Silva de Melo  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Maranhão

## **APÊNDICE I – CARTA CONVITE PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM COORDENADORAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

São Luís – MA, julho de 2011.

Prezada Coordenadora,

Sou aluna da 11ª turma do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado “**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO PROJÓVEM URBANO EM IMPERATRIZ: concepção e orientações**”, que tem o objetivo de **analisar a proposta de formação continuada de educadores do Projóvem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento da proposta.**

Venho convidá-la a participar desse trabalho fornecendo informações, através de entrevista, acerca do Programa no âmbito da sua atuação. É importante informar que o conteúdo da entrevista, bem como, a sua identidade serão preservados, visto que somente os resultados da mesma serão divulgados como referência para as análises posteriores e com a utilização de códigos.

Diante do exposto, quero poder contar com a sua colaboração participando da entrevista em data, hora e local previamente acordado.

Atenciosamente,

Lucivania Silva de Melo  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Maranhão

## **APÊNDICE J – CARTA CONVITE PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM FORMADORAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

São Luís – MA, julho de 2011.

Prezada Formadora,

Sou aluna da 11ª turma do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado “**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NO PROJÓVEM URBANO EM IMPERATRIZ: concepção e orientações**”, que tem o objetivo de **analisar a proposta de formação continuada de educadores do Projóvem Urbano, bem como seus mecanismos de garantia da autonomia desses educadores no desenvolvimento da proposta.**

Venho convidá-la a participar desse trabalho fornecendo informações, através de entrevista, acerca do Programa no âmbito da sua atuação. É importante informar que o conteúdo da entrevista, bem como, a sua identidade serão preservados, visto que somente os resultados da mesma serão divulgados como referência para as análises posteriores e com a utilização de códigos.

Diante do exposto, quero poder contar com a sua colaboração participando da entrevista em data, hora e local previamente acordado.

Atenciosamente,

Lucivania Silva de Melo  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal do Maranhão

## APÊNDICE K - QUADROS COM DADOS DOS ALUNOS DO PJU POR NÚCLEO, TURMA E ARCO OCUPACIONAL

### Núcleo - 09 - Escola Municipal Frei Tadeu

| Turma | Arco Ocupacional        | Sexo |    | Idade |       |       |       | Filhos |    |    | Total |
|-------|-------------------------|------|----|-------|-------|-------|-------|--------|----|----|-------|
|       |                         | M    | F  | 79/81 | 82/84 | 85/88 | 89/92 | S      | N  | SR |       |
| 01    | Construção e Reparos II | 09   | -  | 01    | 01    | 04    | 03    | 04     | 02 | 03 | 09    |
| 02    | Saúde                   | 02   | 22 | 07    | 04    | 08    | 05    | 16     | 01 | 07 | 24    |
| 03    | Saúde                   | 01   | 15 | 04    | 03    | 07    | 02    | 10     | 01 | 05 | 16    |
| 04    | Saúde                   | 03   | 19 | 07    | 01    | 10    | 04    | 13     | 01 | 08 | 22    |
| 05    | Construção e Reparos II | 09   | 02 | 04    | 01    | 03    | 03    | 05     | 05 | 01 | 11    |
| Total |                         | 24   | 58 | 23    | 10    | 32    | 17    | 48     | 10 | 24 | 82    |

**Legenda:** M - Masculino; F - Feminino; S - Sim; N - Não; SR - Sem Resposta.

| Turma | Arco Ocupacional        | Estado Civil |    |    |    |    |    | Cor/Raça |    |    |    | Total |
|-------|-------------------------|--------------|----|----|----|----|----|----------|----|----|----|-------|
|       |                         | S            | C  | UE | SJ | V  | SR | B        | P  | N  | SR |       |
| 01    | Construção e Reparos II | 06           | -  | 01 | -  | -  | 02 | 04       | 02 | 01 | 02 | 09    |
| 02    | Saúde                   | 14           | 03 | 07 | -  | -  | -  | 08       | 12 | 01 | 03 | 24    |
| 03    | Saúde                   | 03           | 04 | 06 | -  | 01 | 02 | 04       | 09 | -  | 03 | 16    |
| 04    | Saúde                   | 07           | -  | 08 | -  | 01 | 06 | 06       | 09 | 01 | 06 | 22    |
| 05    | Construção e Reparos II | 08           | -  | 02 | -  | -  | 01 | -        | 08 | 02 | 01 | 11    |
| Total |                         | 38           | 07 | 24 | -  | 02 | 11 | 22       | 40 | 05 | 15 | 82    |

**Legenda:** S - Solteiro; C - Casado; UE - União Estável; SJ - Separado Judicialmente; V - Viúvo; B - Branco; P - Pardo; N - Negro; SR - Sem Resposta.



### Núcleo - 10 - Escola Municipal Paulo Freire

| Turma | Arco Ocupacional        | Sexo |    | Idade |       |       |       | Filhos |    |    | Total |
|-------|-------------------------|------|----|-------|-------|-------|-------|--------|----|----|-------|
|       |                         | M    | F  | 79/81 | 82/84 | 85/88 | 89/92 | S      | N  | SR |       |
| 06    | Construção e Reparos II | 21   | -  | 04    | 08    | 03    | 06    | 08     | 04 | 09 | 21    |
| 07    | Saúde                   | 04   | 23 | 05    | 09    | 10    | 03    | 14     | 03 | 10 | 27    |
| 08    | Saúde                   | 03   | 25 | 01    | 08    | 09    | 10    | 18     | 01 | 09 | 28    |
| 09    | Serviços Pessoais       | -    | 18 | 04    | 02    | 06    | 06    | 09     | 01 | 08 | 18    |
| 10    | Saúde                   | 02   | 21 | 02    | 09    | 06    | 06    | 05     | -  | 18 | 23    |
| Total |                         | 30   | 87 | 16    | 36    | 34    | 31    | 54     | 09 | 54 | 117   |

**Legenda:** M – Masculino; F – Feminino; S – Sim; N – Não; SR – Sem Resposta.

| Turma | Arco Ocupacional        | Estado Civil |    |    |    |   |    | Cor/Raça |    |    |    | Total |
|-------|-------------------------|--------------|----|----|----|---|----|----------|----|----|----|-------|
|       |                         | S            | C  | UE | SJ | V | SR | B        | P  | N  | SR |       |
| 06    | Construção e Reparos II | 08           | 05 | 02 | -  | - | 06 | 02       | 13 | 01 | 05 | 21    |
| 07    | Saúde                   | 10           | 05 | 02 | -  | - | 10 | 02       | 15 | 03 | 07 | 27    |
| 08    | Saúde                   | 09           | 09 | 03 | -  | - | 07 | 05       | 16 | 01 | 06 | 28    |
| 09    | Serviços Pessoais       | 06           | 03 | 03 | -  | - | 06 | 02       | 12 | -  | 04 | 18    |
| 10    | Saúde                   | 06           | 02 | -  | -  | - | 15 | 03       | 03 | 01 | 16 | 23    |
| Total |                         | 39           | 24 | 10 | -  | - | 44 | 14       | 59 | 06 | 38 | 117   |

**Legenda:** S – Solteiro; C – Casado; UE – União Estável; SJ – Separado Judicialmente; V – Viúvo; B – Branco; P – Pardo; N – Negro; SR – Sem Resposta.

### Núcleo - 11 - Escola Municipal Marechal Rondon

| Turma                  | Arco Ocupacional        | Sexo |     | Idade |       |       |       | Filhos |    |     | Total |
|------------------------|-------------------------|------|-----|-------|-------|-------|-------|--------|----|-----|-------|
|                        |                         | M    | F   | 79/81 | 82/84 | 85/88 | 89/92 | S      | N  | SR  |       |
| 11                     | Construção e Reparos II | 08   | 04  | 01    | 06    | 01    | 04    | 03     | 03 | 06  | 12    |
| 12                     | Saúde                   | 04   | 28  | 07    | 10    | 10    | 05    | 18     | 03 | 11  | 32    |
| 13                     | Saúde                   | 05   | 24  | 08    | 11    | 08    | 02    | 22     | 02 | 05  | 29    |
| 14                     | Serviços Pessoais       | -    | 38  | 08    | 10    | 16    | 04    | 19     | 03 | 16  | 38    |
| 15                     | Saúde                   | -    | 14  | 05    | 04    | 02    | 03    | 07     | 01 | 06  | 14    |
| Total                  |                         | 17   | 108 | 29    | 41    | 37    | 18    | 69     | 12 | 44  | 125   |
| Total dos Três Núcleos |                         | 71   | 253 | 68    | 87    | 103   | 66    | 171    | 31 | 122 | 324   |

**Legenda:** M - Masculino; F - Feminino; S - Sim; N - Não; SR - Sem Resposta.

| Turma                  | Arco Ocupacional        | Estado Civil |    |    |    |    |    | Cor/Raça |     |    |     | Total |
|------------------------|-------------------------|--------------|----|----|----|----|----|----------|-----|----|-----|-------|
|                        |                         | S            | C  | UE | SJ | V  | SR | B        | P   | N  | SR  |       |
| 11                     | Construção e Reparos II | 03           | 01 | 02 | -  | -  | 06 | 01       | 03  | -  | 08  | 12    |
| 12                     | Saúde                   | 16           | 05 | 09 | -  | -  | 02 | 09       | 18  | 05 | -   | 32    |
| 13                     | Saúde                   | 07           | 10 | 07 | -  | -  | 05 | 04       | 08  | 02 | 15  | 29    |
| 14                     | Serviços Pessoais       | 05           | 09 | 11 | 01 | -  | 12 | 05       | 10  | 03 | 20  | 38    |
| 15                     | Saúde                   | 03           | 03 | 02 | -  | -  | 06 | 02       | 07  | -  | 05  | 14    |
| Total                  |                         | 34           | 28 | 31 | 01 | -  | 31 | 21       | 46  | 10 | 48  | 125   |
| Total dos Três Núcleos |                         | 111          | 59 | 65 | 01 | 02 | 86 | 57       | 145 | 21 | 101 | 324   |

**Legenda:** S - Solteiro; C - Casado; UE - União Estável; SJ - Separado Judicialmente; V - Viúvo; B - Branco; P - Pardo; N - Negro; SR - Sem Resposta.



# APÊNDICE M - INCIDÊNCIA POR LOCAL DE NASCIMENTO DOS ALUNOS

| Naturalidade \ Turma | T1 | T2 | T3 | T4 | T5 | T6 | T7 | T8 | T9 | T10 | T11 | T12 | T13 | T14 | T15 | Total |
|----------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Açailândia           |    |    |    |    |    |    |    | 01 | 01 | 01  |     |     | 01  |     |     | 04    |
| Águas Belas/PE       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     | 01  |     |     |     | 01    |
| Amarante             |    | 01 |    |    |    | 01 |    | 06 |    |     |     |     |     |     | 01  | 09    |
| Ananás/TO            |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     | 01  |     | 01    |
| Anapurus             |    |    |    | 01 |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Araguatins/TO        |    |    |    | 01 |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Arame                |    |    |    |    |    | 01 | 01 | 01 |    |     |     |     |     |     |     | 03    |
| Axixá/TO             | 01 | 01 |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     | 01  | 03    |
| Bacabal              |    | 01 |    |    | 01 |    | 01 | 01 |    |     |     |     | 01  | 02  |     | 07    |
| Barra do Corda       |    | 01 |    |    | 01 | 01 |    |    | 01 | 01  | 01  |     | 01  | 02  |     | 09    |
| Belém/PA             |    |    | 01 |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Brasília/DF          |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     | 01  |     |     |     | 01    |
| Buriti Bravo         |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     | 01  | 01  |     | 02    |
| Campo Maior/PI       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     | 01  |     | 01    |
| Carolina             |    |    |    |    | 01 |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Castanhal/PA         |    |    |    | 01 |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Caxias               |    |    |    |    |    | 01 |    | 01 |    |     |     |     |     |     |     | 02    |
| Coelho Neto          |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Colinas              |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     | 01  |     |     |     | 01    |
| Coroatá              |    |    |    |    |    |    | 03 |    |    |     |     |     |     | 01  |     | 04    |
| Cratêus/CE           |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01  |     |     |     |     |     | 01    |
| Curionópolis/PA      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     | 01  |     |     |     | 01    |
| Dom Eliseu/PA        |    |    | 01 |    |    |    |    |    |    | 02  |     |     |     |     |     | 03    |
| Dom Pedro            |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    |     |     | 01  |     |     |     | 02    |
| Esperantina/PI       |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Esperantinópolis     |    |    |    |    |    | 01 | 01 |    |    |     |     |     |     |     |     | 02    |
| Estreito             |    | 01 |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Fortaleza/CE         |    | 01 |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Graça Aranha         | 01 |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Grajaú               |    | 02 |    | 01 |    |    |    |    |    | 02  |     |     |     | 01  | 01  | 07    |
| Imperatriz           | 06 | 08 | 08 | 11 | 05 | 08 | 15 | 12 | 10 | 12  | 08  | 15  | 18  | 14  | 06  | 156   |
| Irituia/PA           |    |    |    |    |    |    |    |    | 02 |     |     |     |     |     |     | 02    |
| Itaituba/PA          |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     | 01  |     |     | 01    |
| Itupiranga/PA        |    | 01 |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Jacundá/PA           |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     | 01  |     | 01  |     | 02    |
| João Lisboa          | 01 |    |    |    |    | 02 | 03 | 03 | 02 | 01  |     | 01  | 01  | 01  | 01  | 16    |
| José de Freitas/PI   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     | 01  |     | 01    |
| Lago da Pedra        |    |    | 01 |    |    |    |    |    |    |     |     | 01  |     |     |     | 02    |
| Lago do Junco        |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     | 01  | 01    |
| Limoeiro do Norte/CE |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     | 01  |     | 01    |
| Manaus/AM            |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    |     |     |     |     |     |     | 01    |
| Marabá/PA            |    | 01 |    |    | 02 |    |    |    |    | 01  | 01  | 02  |     | 02  |     | 09    |
| Matões               |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     | 01  |     |     | 01    |

|                        |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|------------------------|--|----|----|----|--|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Miguel Alves/PI        |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    | 01 |
| Mirador                |  |    |    | 01 |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Monção                 |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    | 01 |
| Montes Altos           |  | 01 |    | 02 |  | 01 |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 04 |
| Nina Rodrigues         |  | 01 |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Paragominas/PA         |  | 01 |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Parauapebas/PA         |  |    |    |    |  | 01 |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    | 02 |
| Paulo Afonso/BA        |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 | 01 |
| Paulo Ramos            |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    |    | 01 |
| Pedreiras              |  |    |    | 01 |  |    |    |    |    |    |    |    | 01 | 01 |    | 03 |
| Penalva                |  |    |    |    |  |    | 01 |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Pindaré Mirim          |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    | 01 |
| Piripiri/PI            |  |    | 01 |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Praia Norte/TO         |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    | 01 |
| Redenção/PA            |  |    |    | 01 |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Rondon/PA              |  |    | 01 |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Rurópolis/PA           |  |    |    |    |  |    | 01 |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Santa Inês             |  |    |    |    |  |    | 01 |    |    |    |    |    |    | 01 |    | 02 |
| Santa Luzia            |  |    |    |    |  |    |    | 01 |    | 01 |    | 02 |    |    |    | 04 |
| Santarém/PA            |  | 01 |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| São Domingos           |  |    |    |    |  | 01 |    |    |    |    |    |    |    | 01 | 01 | 03 |
| São Félix do Xingu/PA  |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    | 01 |
| São João dos Patos     |  |    |    | 01 |  | 01 |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 02 |
| São Luís               |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    |    | 01 |
| Senador La Roque       |  |    |    |    |  |    |    |    |    | 01 |    |    |    |    |    | 01 |
| Senhor do Bonfim/BA    |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    |    | 01 |
| Sítio Novo             |  | 01 |    |    |  |    |    |    | 01 |    |    |    |    |    |    | 02 |
| Sítio Novo/TO          |  |    | 01 |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Sto. Antonio dos Lopes |  |    | 01 | 01 |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 02 |
| Tamboril/CE            |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 | 01 |
| Teodoro Sampaio/SP     |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    | 01 |
| Teresina/PI            |  |    |    |    |  | 01 |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    | 02 |
| Timbiras               |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    | 01 |
| Tocantinópolis/TO      |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    | 01 |
| Tomé Açu/PA            |  |    |    |    |  |    | 01 |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Tucumã/PA              |  |    | 01 |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |
| Tucuruí/PA             |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    |    | 01 |
| Tuntum                 |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |    | 01 |
| Vitória do Mearim      |  |    |    |    |  |    |    |    |    |    |    | 01 |    |    |    | 01 |
| Xinguara/PA            |  | 01 |    |    |  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 01 |

Estão destacados em vermelho os totais referentes a cidades não pertencentes ao estado do Maranhão.

## ANEXOS

## ANEXO A - IMPERATRIZ - IMIGRAÇÃO 1960 A 2000 (FRANKLIN, 2008 p. 227)

**IMPERATRIZ – Residentes não naturais do município  
por lugar de residência anterior, imigrados até 10 anos  
antes do Censo – 1960 a 2000**

| UF       | 1960   | 1970   | 1980   | 1991   | 2000  |
|----------|--------|--------|--------|--------|-------|
| RO       | 1      | 15     | 66     | 367    | 87    |
| AC       | 1      | 38     | 26     | 33     | 0     |
| AM       | 0      | 14     | 15     | 270    | 71    |
| RR       | 0      | 12     | 27     | 156    | 204   |
| PA       | 458    | 1.754  | 2.984  | 13.520 | 4.245 |
| AP       | 0      | 102    | 0      | 114    | 162   |
| TO       | -      | -      | -      | 5.532  | 1.417 |
| MA       | 27.191 | 36.514 | 60.025 | 51.756 | n/c   |
| PI       | 1.290  | 3.148  | 4.460  | 3.906  | 904   |
| CE       | 721    | 1.614  | 3.959  | 1.576  | 326   |
| RN       | 20     | 72     | 330    | 329    | 95    |
| PB       | 92     | 375    | 692    | 358    | 85    |
| PE       | 209    | 548    | 1.138  | 1.231  | 173   |
| AL       | 6      | 9      | 153    | 160    | 94    |
| FN       | 1      | 0      | 0      | 0      | 0     |
| SE       | 0      | 114    | 133    | 145    | 18    |
| BA       | 4      | 1.830  | 4.565  | 854    | 253   |
| MG       | 5      | 1.832  | 3.843  | 1.219  | 583   |
| ES       | 10     | 827    | 1.116  | 289    | 111   |
| RJ       | 0      | 41     | 159    | 614    | 123   |
| GB       | 2      | 8      | -      | -      | -     |
| SP       | 17     | 186    | 878    | 1.583  | 933   |
| PR       | 17     | 108    | 369    | 244    | 68    |
| SC       | 0      | 4      | 90     | 33     | 51    |
| RS       | 7      | 4      | 120    | 77     | 177   |
| MS       | -      | -      | 37     | 44     | 105   |
| MT       | 17     | 102    | 167    | 632    | 295   |
| GO       | 876    | 2.904  | 7.077  | 1.981  | 481   |
| DF       | 0      | 112    | 404    | 1.335  | 358   |
| N/D      | 23     | 112    | 200    | 125    | 95    |
| Exterior | 1      | 4      | 44     | 67     | 70    |

FONTE: Censos do IBGE: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.



## ANEXO B - ARCOS OCUPACIONAIS, OCUPAÇÕES E CÓDIGOS CBO - 2008

| ARCOS OCUPACIONAIS, OCUPAÇÕES E CÓDIGO CBO - 2008 |                                                                   |                         |
|---------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| ARCOS                                             | OCUPAÇÕES                                                         | CÓDIGO CBO*             |
| 1. Administração                                  | a) Arquivador                                                     | 4151-05                 |
|                                                   | b) Almoxarife                                                     | 4141-05                 |
|                                                   | c) Contínuo (Office-Boy/Office-Girl)                              | 4122-05                 |
|                                                   | d) Auxiliar Administrativo                                        | 4110-05                 |
| 2. Agroextrativismo                               | a) Trabalhador em Cultivo Regional                                | 6233-20/6233-05/6233-10 |
|                                                   | b) Extrativista Florestal de Produtos Regionais                   | 6234-10/6234-05/6234-20 |
|                                                   | c) Criador de Pequenos Animais                                    | 7521-05/7523-10/7682-05 |
|                                                   | d) Artesão Regional                                               | /8332-05                |
| 3. Alimentação                                    | a) Chapista                                                       | 5134-35                 |
|                                                   | b) Cozinheiro Auxiliar                                            | 3541-30                 |
|                                                   | c) Repositor de Mercadorias                                       | 5211-25                 |
|                                                   | d) Vendedor Ambulante (Alimentação)                               | 3541-30                 |
| 4. Arte e Cultura I                               | a) Assistente de Produção Cultural                                | 2621                    |
|                                                   | b) Auxiliar de Cenotecnia                                         | 3742                    |
|                                                   | c) Assistente de Figurino                                         | 2628                    |
|                                                   | d) Dj/Mc                                                          | Sem CBO                 |
| 5. Arte e Cultura II                              | a) Revelador de Filmes Fotográficos                               | 7664-15                 |
|                                                   | b) Fotógrafo Social                                               | 2618-15                 |
|                                                   | c) Operador de Câmera de Vídeo - Cameraman                        | 3721-15                 |
|                                                   | d) Finalizador de Vídeo                                           | 3744-15                 |
| 6. Construção e Reparos I (Revestimentos)         | a) Ladrilheiro                                                    | 7165-10                 |
|                                                   | b) Gesseiro                                                       | 7164-05                 |
|                                                   | c) Pintor                                                         | 7233-10/7166-10         |
|                                                   | d) Reparador (Revestimento)                                       | 9914-05                 |
| 7. Construção e Reparos II (Instalações)          | a) Eletricista de Instalações (Edifícios)                         | 7156-10                 |
|                                                   | b) Trabalhador da Manutenção de Edificações                       | 9914-05                 |
|                                                   | c) Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações | 7313-20                 |
|                                                   | d) Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança                | 9513-05                 |



| ARCOS                               | OCUPAÇÕES                                                                | CÓDIGO CBO*             |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 8. Educação                         | a) Auxiliar de Administração Escolar                                     | 4110-10                 |
|                                     | b) Contador de Histórias                                                 | 2625-05                 |
|                                     | c) Inspetor de Alunos                                                    | 3341-10                 |
|                                     | d) Recreador                                                             | 3714-10                 |
| 9. Esporte e Lazer                  | a) Recreador                                                             | 3763-10                 |
|                                     | b) Agente Comunitário de Esporte e Lazer                                 | 2241-35                 |
|                                     | c) Monitor de Esporte e Lazer                                            | 3714-10                 |
|                                     | d) Animador de Eventos                                                   | 3763-05                 |
| 10. Gestão Pública e Terceiro Setor | a) Agente Comunitário                                                    | Sem CBO                 |
|                                     | b) Agente de Projetos Sociais                                            | Sem CBO                 |
|                                     | c) Coletor de Dados de Pesquisas e Informações Locais                    | 4241-05                 |
|                                     | d) Auxiliar Administrativo                                               | 4110-10                 |
| 11. Gráfica                         | a) Guilhotineiro (Indústria Gráfica)                                     | 7663-20                 |
|                                     | b) Impressor Serigráfico                                                 | 7662-05                 |
|                                     | c) Operador de Acabamento (Indústria Gráfica)                            | 7663-15                 |
|                                     | d) Encadernador                                                          | 7687-05                 |
| 12. Joalheria                       | a) Ourives na Fabricação e Reparação de Jóias                            | 7510-10                 |
|                                     | b) Fundidor                                                              | 7511-10                 |
|                                     | c) Auxiliar na Confecção de Bijuterias                                   | 7511-15                 |
|                                     | d) Vendedor de Comércio (Jóias, Bijuterias e Adereços)                   | 5211-10                 |
| 13. Madeira e Móveis                | a) Marceneiro                                                            | 7711-05                 |
|                                     | b) Reformador de Móveis                                                  | 7652-35                 |
|                                     | c) Auxiliar de Desenhista de Móveis                                      | 3184-25                 |
|                                     | d) Vendedor de Móveis                                                    | 5211-10                 |
| 14. Metalmeccânica                  | a) Serralheiro                                                           | 7244-40                 |
|                                     | b) Funileiro Industrial                                                  | 7244-35                 |
|                                     | c) Auxiliar de Promoção de Vendas                                        | 4110-05                 |
|                                     | d) Assistente de Vendas (Automóveis e Autopeças)                         | 3541-25                 |
| 15. Pesca e Piscicultura            | a) Trabalhador na Pesca Artesanal                                        | 6310-15/6311-05/6310-20 |
|                                     | b) Trabalhador na Piscicultura                                           | 6313-25                 |
|                                     | c) Trabalhador em Unidades de Beneficiamento e Processamento de Pescados | 8481-10/8414-84/8481-05 |
|                                     | d) Vendedor de Pescados                                                  | 1414-10                 |
| 16. Saúde                           | a) Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas                     | 4110-05                 |
|                                     | b) Recepcionista de Consultório Médico e Dentário                        | 4221-10                 |
|                                     | c) Atendente de Laboratório de Análises Clínicas                         | 5152-15                 |
|                                     | d) Atendente de Farmácia - Balconista                                    | 5211-30                 |
| 17. Serviços Domésticos I           | a) Faxineira                                                             | 5121-15                 |
|                                     | b) Porteiro                                                              | 5174-10                 |
|                                     | c) Cozinheira no Serviço Doméstico                                       | 5132-10                 |
|                                     | d) Caseiro                                                               | 5121-05                 |

| ARCOS                       | OCUPAÇÕES                                         | CÓDIGO CBO*     |
|-----------------------------|---------------------------------------------------|-----------------|
| 18. Serviços Domésticos II  | a) Cuidador de Idosos                             | 5162-10         |
|                             | b) Passador de Roupas                             | 5164-15         |
|                             | c) Cuidador de Crianças (Babá)                    | 5162-05         |
|                             | d) Lavadeiro                                      | 5163-05         |
| 19. Serviços Pessoais       | a) Manicura e Pedicura                            | 5161-20/5161-40 |
|                             | b) Depilador                                      | Sem CBO         |
|                             | c) Cabeleireiro                                   | 5161-10/5161-05 |
|                             | d) Maquiador                                      | 5161-25         |
| 20. Telemática              | a) Operador de Microcomputador                    | 4121-10         |
|                             | b) Helpdesk                                       | 3172-10         |
|                             | c) Telemarketing (Vendas)                         | 4223-10         |
|                             | d) Assistente de Vendas (Informática e Celulares) | 3541-25         |
|                             |                                                   |                 |
| 21. Transporte              | a) Cobrador de Transportes Coletivos              | 5112-15         |
|                             | b) Despachante de Tráfego                         | 4231-05         |
|                             | c) Assistente Administrativo                      | 4110-10         |
|                             | d) Ajudante Geral em Transportes                  | Sem CBO         |
| 22. Turismo e Hospitalidade | a) Organizador de Eventos                         | 3548-20         |
|                             | b) Cumim (Auxiliar de Garçon)                     | 5134-05         |
|                             | c) Recepcionista de Hotéis                        | 4221-05         |
|                             | d) Monitor de Turismo Local                       | Sem CBO         |
| 23. Vestuário               | a) Costureiro                                     | 7632-10         |
|                             | b) Montador de Artefatos de Couro                 | 7653-15         |
|                             | c) Costureira de Reparação de Roupas              | 7630-15         |
|                             | d) Vendedor de Comércio Varejista                 | 5211-10         |

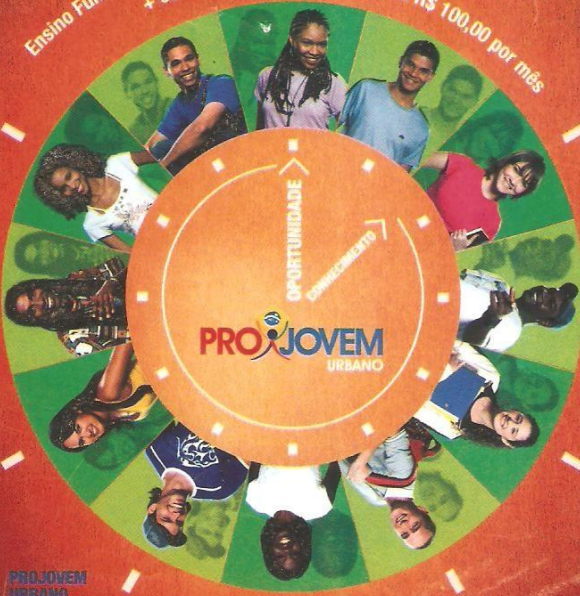
Fonte: PR-SG-SNJ-Coordenação Nacional do ProJovem Urbano

\* **Classificação Brasileira de Ocupações/MTE**

## ANEXO C - PANFLETO DE DIVULGAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROJOVEM URBANO - ENTRADA 2010/2011

**PARA QUEM TEM A VIDA A GANHAR E NENHUM TEMPO A PERDER**

Ensino Fundamental + aulas de informática  
+ curso profissional + auxílio de R\$ 100,00 por mês



**PROJOVEM URBANO**

**MATRICULE-SE JÁ** [www.projovemurbanoitiz.com.br](http://www.projovemurbanoitiz.com.br)  
**DE 23 DE JULHO A 20 DE SETEMBRO**

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

**Locais de Matrícula**

| Escola             | Nº de vagas | Endereço                                    |
|--------------------|-------------|---------------------------------------------|
| Frei Tadeu         | 200         | Rua sete, Vilinha                           |
| Paulo Freire       | 200         | Av. Pedro Neiva de Santana s/n - P Amazonas |
| Marechal Rondon    | 200         | Rua Paraíba, 1627 - Nova Imperatriz         |
| Prof. José Queiroz | 80          | Conjunto Vitória                            |
| Tocantins          | 120         | Rua Simpício Moreira, 1112 - Centro         |

**QUEM PODE PARTICIPAR DO PROJOVEM URBANO?**  
Jovens que tenham 18 a 29 anos, sabem ler e escrever e não concluíram o Ensino Fundamental (8ª série).

**O QUE O PROJOVEM URBANO OFERECE?**  
Curso de 18 meses de ensino Fundamental, com formação profissional, informática e auxílio de uma bolsa de R\$ 100,00 (cem reais) mensalmente.  
**curso:** Serviços pessoais, Saúde e Construção e Reparo II  
**horário de estudo:** turno noturno

**Quais os Documentos Necessários para a Matrícula?**  
Para matricular-se é necessário ter em mãos no ato da matrícula os seguintes documentos:

- Carteira de identidade, original e cópia. (obrigatório);
- Comprovante de residência, original e cópia. (obrigatório);
- Título de Eleitor;
- Carteira de Trabalho;
- Histórico Escolar;
- CPF;
- PIS/PASEP ou NIS.

**IMPERATRIZ**  
PREFEITURA DE  
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

**Educação**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
Educação para o desenvolvimento humano é nosso compromisso



## ANEXO D - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO DE PESSOAL PARA ENTRADA 2010/2011 PROJOVEM URBANO - VÁRIOS CARGOS

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

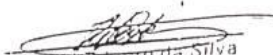
Edital nº 003/2010

### PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO E CADASTRO DE RESERVAS PARA ATUAREM NO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANO, ENTRADA 2010, NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA

A Prefeitura Municipal de Imperatriz, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, torna público a realização de Processo Seletivo para a contratação, em caráter temporário, por prazo determinado e cadastro de reservas, dos profissionais: Professores do Ensino Fundamental, Participação Cidadã e Qualificação Profissional; Coordenador Pedagógico; Técnico de Nível Superior; Técnico de Nível Médio, Merendeira e Monitor dos Arcos de Qualificação Profissional, para atuarem no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, entrada 2010, no Município de Imperatriz/MA. Instituído pelo Governo Federal conforme Lei Federal nº 11.129 de 30 de junho de 2005 atualmente em vigor nos termos da Lei Federal nº 11.692 de 10 de junho de 2008, Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26 de maio de 2008 e Decreto nº 6.629 de 04 de novembro de 2008 e Resolução/CD/FNDE nº 29 de 19 de junho de 2009.

#### I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Processo Seletivo será regido por este Edital e realizado pela Comissão Especial de Seleção, designada pelo Prefeito Municipal de Imperatriz/MA
- 1.2 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, será composto de duas etapas:  
**Primeira Etapa** - Prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório  
**Segunda Etapa** – Prova de Título de caráter classificatório (análise de currículo comprovado)
  - 1.2.1 Para todos os efeitos, o conhecimento prévio das normas contidas neste Edital é requisito essencial para inscrição e para participação em quaisquer das etapas. O candidato que por qualquer motivo deixar de atender as normas aqui estabelecidas será eliminado do certame.
  - 1.2.2 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contados a partir da data da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez a critério da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, caso haja interesse e necessidade da referida Secretaria.
  - 1.2.3 Dentro do prazo de validade do Processo Seletivo poderão ser convocados outros candidatos aprovados para contratação de acordo com a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, observando rigorosamente a ordem de classificação final.

  
Zeslei Ribeiro da Silva  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER  
IMPERATRIZ - MA

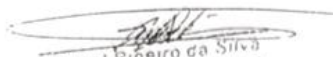
IMPERATRIZ

## II. DAS FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES, REMUNERAÇÃO E REQUISITOS DAS VAGAS

- 2.1 A carga horária para os Professores de Ensino Fundamental, Participação Cidadã e Qualificação Profissional e dos Monitores dos Arcos é de 30 (trinta) horas semanais que serão distribuídas de segunda à sábado conforme Plano e Metodologia de Trabalho do Projovem Urbano.
- 2.2 A carga horária para os demais profissionais é de 40 (quarenta) horas semanais que serão distribuídas de segunda à sábado conforme Plano e Metodologia de Trabalho do Projovem Urbano.
- 2.3 Os pré-requisitos/escolaridade, remuneração mensal e número de vagas, estão descritos nos quadros a seguir:

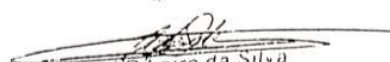
Quadro I

| CARGO                                                                  | PRÉ-REQUISITOS ESCOLARIDADE                                                                                                                               | QTD. VAGAS | REMUNERAÇÃO MENSAL |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------------|
| Professor do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa <sup>(1)</sup>    | Graduação Completa (Licenciatura Plena ou Formação Pedagógica em Letras) e domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)                      | 04         | 1.284,00           |
| Professor do Ensino Fundamental em Ciências da Natureza <sup>(1)</sup> | Graduação Completa (Licenciatura Plena ou Formação Pedagógica em Física, Química ou Biologia) e domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux) | 04         | 1.284,00           |
| Professor do Ensino Fundamental em Ciências Humanas <sup>(1)</sup>     | Graduação Completa (Licenciatura Plena ou Formação Pedagógica em História e Geografia) e domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)        | 04         | 1.284,00           |
| Professor do Ensino Fundamental em Língua Inglesa <sup>(1)</sup>       | Graduação Completa (Licenciatura Plena ou Formação Pedagógica em Letras Português/Inglês) e domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)     | 04         | 1.284,00           |
| Professor do Ensino Fundamental em Matemática <sup>(1)</sup>           | Graduação Completa (Licenciatura Plena ou Formação Pedagógica em Matemática) e domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)                  | 04         | 1.284,00           |
| Professor de Participação Cidadã <sup>(1)</sup>                        | Graduação Completa em Serviço Social, devidamente inscrito no CRESS e domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)                           | 02         | 1.284,00           |

  
Zesini Ribeiro da Silva  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

IMPERATIZ

|                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                      |          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| Professor de Qualificação Profissional do Arco de Saúde <sup>(1)</sup>                         | Graduação Completa em Administração Hospitalar ou<br>Pedagogia com Especialização em Saúde Pública.<br>Dominio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)                                                                                                                                                                   | 03                   | 1.234,00 |
| Professor de Qualificação Profissional do Arco de Serviços Pessoais <sup>(1)</sup>             | Nível Médio (preferencialmente magistério) Cursos na área de Imagem Pessoal (Cabeleireiro, Manicure e Pedicure, Depilação, Maquiagem) e domínio de Informática (Sistemas Windows e Linux)                                                                                                                                          | 2                    | 1.070,00 |
| Professor de Qualificação Profissional do Arco de Construção e Reparos II <sup>(1) e (2)</sup> | Graduação Completa em Engenharia Civil ou Elétrica<br>Ou<br>Graduação Completa (Licenciatura ou Bacharelado + Curso Profissionalizante de nível médio nas áreas de Edificações e/ou Eletrotécnico)<br>Ou<br>Curso Profissionalizante de Nível Médio em Eletrotécnico.<br>Dominio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux) | 2                    | 1.284,00 |
|                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                      | 1.070,00 |
| Coordenador Pedagógico <sup>(1)</sup>                                                          | Graduação Completa – Licenciatura Plena em Pedagogia.<br>Domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)                                                                                                                                                                                                                 | 01                   | 2.100,00 |
| Técnico de Nível Superior                                                                      | Graduação Completa – Licenciatura Plena ou Bacharelado.<br>Apresentar no mínimo 300h de Cursos de Informática (para a contagem da carga não serão acumulados cursos que embora com diferentes nomenclaturas tenham a mesma estrutura curricular).<br>Domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)                     | 02                   | 1.900,00 |
| Técnico de Nível Médio                                                                         | Ensino Médio Completo<br>Apresentar no mínimo 300h de Cursos de Informática (para a contagem da carga não serão acumulados cursos que embora com diferentes nomenclaturas tenham a mesma estrutura curricular).<br>Domínio na área de Informática (Sistemas Windows e Linux)                                                       | 02                   | 1.200,00 |
| Monitor Arco de Saúde                                                                          | Ensino Médio Completo com curso de capacitação profissional nas áreas de Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas, Recepcionista de Serviços de Saúde, Atendente de laboratório de Análises Clínicas e Atendente de Farmácia.                                                                                             | Cadastro de Reservas | 510,00   |

  
Zesiel Ribeiro da Silva  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

IMPERATRIZ  
GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



|                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                  |                      |        |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------|
| Monitor<br>Arco de Serviços<br>Pessoais <sup>(3)</sup>    | Ensino Médio Completo com curso de capacitação nas áreas de Cabeleireiro, Manicura e Pedicura, Depilação e Maquiagem                                                                                                                             | Cadastro de Reservas | 510,00 |
| Monitor<br>Arco de Construção e Reparos II <sup>(3)</sup> | Ensino Médio Completo com curso de capacitação nas áreas de Eletricista de Instalações (edifícios), Manutenção de Edificações, Instalador/Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações e Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança. | Cadastro de Reservas | 510,00 |
| Merendeira/o                                              | Ensino Fundamental Incompleto com experiência comprovada na área.                                                                                                                                                                                | 04                   | 510,00 |

**Obs.:**

1. Os professores do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional, Participação Cidadã e o Coordenador Pedagógico, após aprovação no seletivo, deverão participar da Formação Inicial e Continuada como exigência para ingresso e permanência no Programa, conforme Resoluções e Diretrizes Nacionais do Projovem Urbano. Antes do Início da Formação será publicado a convocação destes profissionais para participação do referido curso de formação.

2. Os candidatos deverão ter conhecimento nas seguintes áreas: Eletricista de Instalações (edifícios), Manutenção de Edificações, Instalador/Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações e Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança.

3. Os Monitores dos Arcos de Serviços de Pessoais e Construção e Reparos II deverão apresentar formação no mínimo em duas áreas das mencionadas.

2.4 As vagas serão preenchidas de acordo com o limite estabelecido neste edital.

2.5 Das vagas existentes, 5% (cinco por cento), serão destinadas a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 5.484/92, bem como em atendimento à Lei Federal nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99

**2.6 Descrição Sumária dos Cargos:****2.6.1 Professor do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.**

- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo o Projeto Político Integrado e Manual do Educador de Orientações Gerais do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano;
- Zelar pela aprendizagem e permanência dos alunos no Programa;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos com desempenho insatisfatório;
- Ministrar a carga horária estabelecida;
- Participar integralmente dos encontros dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Incentivar os alunos a participarem integralmente dos processos avaliativos dos ciclos;
- Participar integralmente da formação inicial e continuada;

IMPENSAVEL

- Colaborar com a articulação de atividades entre o núcleo, parceiros e comunidade;
- Desenvolver o Plano de Ação Comunitária e Projeto de Orientação Profissional, conforme orientação do Programa;
- Desenvolver as atividades inerentes ao cargo de Professor Orientador, conforme orientações recebidas nos planejamentos e formações;
- Manter os registros de acompanhamento de desempenho, frequência dos alunos e os conteúdos devidamente atualizados nos devidos instrumentos, que deverão ser apresentados periodicamente à coordenação local do Projovem Urbano;
- Realizar Plantões Pedagógicos;
- Utilizar o laboratório de informática do núcleo como recurso didático, possibilitando ao aluno a inclusão digital;
- Outras obrigações, conforme descrição em documentos oficiais nacionais e da municipalidade.
- Colaborar em outras atividades que forem necessárias ao bom desenvolvimento do Programa

#### 2.6.2 Coordenador Pedagógico

- Coordenar e Acompanhar o desenvolvimento das ações pedagógicas das três dimensões do Currículo Integrado articulando e integrando as atividades pedagógicas dos núcleos;
- Organizar e direcionar os planejamentos bem como acompanhar suas execuções nos núcleos;
- Orientar e acompanhar o desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária e do Projeto de Orientação Profissional;
- Acompanhar os índices de infrequências dos alunos e desenvolver juntamente com os professores estratégias para diminuir tais índices;
- Participar integralmente das formações (inicial e continuada) oferecidas pela coordenação local e nacional;
- Colaborar no planejamento e desenvolvimento dos Plantões Pedagógicos;
- Acompanhar as sínteses dos alunos e desenvolver estratégias para melhoria dos indicadores;
- Zelar juntamente com os professores pela aprendizagem dos alunos;
- Auxiliar os professores no incentivo aos alunos para participarem dos processos avaliativos;
- Organizar as provas das unidades formativas;
- Colaborar com os professores no planejamento de atividades didáticas nas quais se utilizem o laboratório de informática;
- Outras obrigações, conforme descrição em documentos oficiais nacionais e da municipalidade;
- Colaborar em outras atividades que forem necessárias ao bom desenvolvimento do Programa.

#### 2.6.3 Técnico de Nível Superior

- Atender as demandas Pedagógicas e Técnico-Administrativas do Programa;

  
Zesiel Ribeiro da Silva  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS  
MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

IMPEF  
INSTITUTO MUNICIPAL DE  
EVALUAÇÃO E FOMENTO



- Informar a frequência, notas e trabalhos dos alunos no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento;
- Atender as demandas administrativas oriundas dos alunos dos núcleos, fornecendo-lhes informações, declarações e demais documentos que se fizerem necessários;
- Participar integralmente das formações oferecidas pela coordenação local e/ou nacional;
- Participar dos planejamentos das ações pedagógicas dos núcleos;
- Auxiliar a Coordenação Local do Projovem Urbano nas demandas administrativas;
- Outras obrigações, conforme descrição em documentos oficiais nacionais e da municipalidade;
- Colaborar em outras atividades que forem necessárias ao bom desenvolvimento do Programa.

#### 2.6.4 Técnico de Nível Médio

- Cooperar com o Técnico de Nível Superior em todas as suas atividades, sendo responsável com ele pela boa operacionalização das ações;
- Participar integralmente das formações oferecidas pela coordenação local e/ou nacional;
- Participar dos planejamentos das ações pedagógicas dos núcleos;
- Auxiliar a Coordenação Local do Projovem Urbano nas demandas administrativas;
- Outras obrigações, conforme descrição em documentos oficiais nacionais e da municipalidade;
- Colaborar em outras atividades que forem necessárias ao bom desenvolvimento do Programa.

#### 2.6.5 Merendeira/o

- Controlar os gêneros alimentícios necessários à preparação da Alimentação;
- Cuidar da conservação dos estoques dos gêneros alimentícios;
- Recolher, lavar e guardar os utensílios utilizados na alimentação escolar;
- Cooperar na limpeza dos espaços utilizados pelos alunos do Projovem Urbano
- Selecionar os alimentos necessários ao preparo das refeições, separando-os e pesando-os de acordo com o cardápio do dia, para atender aos programas alimentares;
- Distribuir as refeições preparadas, entregando-as conforme rotina determinada, para atender aos alunos;
- Registrar os números de refeições distribuídas, anotando-as em impressos próprios, para possibilitar cálculos estatísticos;
- Informar a necessidade de reposição de estoques e de utensílios

#### 2.6.6 Monitor

- Cooperar com os professores de Qualificação Profissional nas aulas práticas;
- Contribuir com a elaboração e cumprimento do plano de trabalho, segundo o Projeto Político Integrado e Manual do Educador de

Orientações Gerais do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano;

- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Auxiliar na ministração dos dias letivos e carga horária estabelecidos;
- Participar integralmente dos encontros dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com o incentivo aos alunos para participarem integralmente dos processos avaliativos dos ciclos.
- Participar integralmente da formação continuada;
- Colaborar com articulação de atividades entre o núcleo, parceiros e comunidade;
- Contribuir com o desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária e Projeto de Orientação Profissional, conforme orientação do Programa;
- Outras obrigações, conforme descrição em documentos oficiais nacionais e da municipalidade.
- Colaborar em outras atividades que forem necessárias ao bom desenvolvimento do Programa

### III. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital de Processo Seletivo, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.2 O Edital e os resultados estarão disponíveis nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
- 3.3 As inscrições serão gratuitas e realizadas na **Escola Municipal Paulo Freire**, localizada na Av. Pedro Neiva de Santana Pq. Amazonas, no horário de 8:30h às 11:30h e 14:30 às 17:30h.
- 3.3.1 Os candidatos aos cargos de **Professores** de Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã; **Coordenador Pedagógico** e **Técnico de Nível Superior** farão suas inscrições nos dias 01,02 e 03 de março de 2010.
- 3.3.2 Os candidatos aos cargos de **Técnico de Nível Médio**, **Monitor dos Arcos de Saúde**, **Construção e Reparos II** e **Serviços Pessoais**, Merendeira/o farão suas inscrições nos dias 04 e 05 de março de 2010.
- 3.4 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deve inteirar-se das regras deste Edital e certificar-se que preenche todos os requisitos exigidos para a função.
- 3.5 Os procedimentos para inscrição obedecerão as seguintes regras:
  - 3.5.1 No ato da inscrição deverão ser entregues cópias dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a ficha de inscrição (anexo I), Declaração de entrega de documentos pessoais e títulos (anexo II), entregues **em envelope tamanho A4**, a ser lacrado após conferência, sob pena de indeferimento;
  - 3.5.2 Apresentação dos seguintes documentos **originais com suas respectivas cópias**: RG, comprovante de quitação do Serviço Militar (sexo masculino), certidão de quitação eleitoral (disponível em [www.tse.jus.br/internet/servicos\\_eleitor/quitacao.htm](http://www.tse.jus.br/internet/servicos_eleitor/quitacao.htm)) ou no TRE Imperatriz. Estes documentos deverão ser entregues cópias juntamente com o *curriculum vitae* comprovado e duas fotografias iguais 3x4 recentes de frente.



- 3.9 O candidato que deixar de preencher quaisquer dos campos, obrigatórios, da ficha de inscrição, terá sua inscrição invalidada e, consequentemente, não participará do processo de seleção.
- 3.10 Não será aceito pedido de inscrição com documentação incompleta nem em caráter condicional.
- 3.11 Os casos omissos neste Edital serão deliberados pela Comissão Especial de Seleção.
- 3.12 Ter aprovação, de caráter classificatório, não garante a vaga, que estará condicionada à necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

#### IV. DAS INSCRIÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 4.1 As pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e ao disposto na Lei nº 5.484/92, é assegurado o direito de concorrer, no presente Processo Seletivo, às vagas reservadas às pessoas com deficiência, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do objeto do cargo pretendido.
- 4.2 Em obediência ao disposto no art. 37, parágrafo 1º do Decreto Federal nº 3.298/99 e ao disposto na Lei nº 5.484/92, ficam reservadas 5% (cinco por cento), das vagas existentes às pessoas com deficiência.
- 4.3 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/99.
- 4.4 Os candidatos deverão declarar, no ato da inscrição, serem deficientes, especificando na Ficha de Inscrição qual a deficiência juntamente com laudo médico.
- 4.5 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/99, particularmente em seu artigo nº 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos critérios de seleção, ao dia, horário e ao local de realização das etapas de seleção previstas neste Edital.
- 4.6 As pessoas com deficiência que não realizarem a inscrição conforme instruções constantes neste edital, não poderão impetrar recurso em favor de sua situação.
- 4.7 Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas para pessoas com deficiência, essas serão preenchidas por candidatos não deficientes, observando a ordem de classificação final.

#### V. DA SELEÇÃO

- 5.1 O Seletivo constará de duas etapas:
- 5.1.1 A primeira etapa será realizada por todos os candidatos
- 5.1.2 A segunda será realizada por todos os candidatos que acertarem no mínimo 50% da prova objetiva.
- 5.1.3 Será eliminado do seletivo o candidato que não alcançar a pontuação mínima de 50% da prova objetiva.
- 5.2 Primeira Etapa: Prova Objetiva
- 5.2.1 A primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, constará de prova objetiva conforme anexo III

- Zénilo Roberto
- 3.5.3 Os candidatos graduados deverão apresentar Diploma ou Certificado de Graduação nas áreas para as quais concorrem. Serão aceitos apenas os diplomas e certificados emitidos por IES credenciadas no Ministério da Educação;
- 3.5.4 Os candidatos de nível médio deverão apresentar documentação escolar (certificado ou declaração com histórico)
- 3.5.5 Só serão aceitos certificados de Nível Médio e dos cursos de **Formação Profissional de Nível Médio** emitidos por Instituições Autorizadas e Reconhecidas pelo Órgão competente.
- 3.5.6 Os candidatos de nível fundamental deverão apresentar documentação escolar (certificado, declaração ou boletim de notas)
- 3.5.7 A comprovação da experiência profissional poderá ser feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (cópia da página de identificação e de registro de contrato)
  - Contrato de Trabalho ou
  - Declaração da Instituição de Ensino ou empresa na qual prestou serviço informando data de início e término do contrato, **contendo o carimbo da escola ou empresa e devidamente assinada pelo gestor.**
  - Para o cargo de Merendeira serão aceitas declarações de pessoa física.
- 3.5.8 Todos os anexos deverão ser preenchidos em letra de forma ou digitado em fonte Arial ou Times New Roman.
- 3.5.9 Nenhum dos documentos de inscrição e títulos apresentados à Comissão do Seletivo poderá conter emendas e/ou rasuras, sob pena de eliminação do candidato.
- 3.6 São requisitos para a Inscrição:
- a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no Artigo 12 da Constituição Federal;
  - b) Conhecer, atender e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;
  - c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da Inscrição;
  - d) Ter habilitação específica para o exercício do cargo para o qual pretende se inscrever, de acordo com o presente Edital, na data de Inscrição;
  - e) Estar o candidato do sexo masculino, em situação regular perante o Serviço Militar;
  - f) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 3.7 Os candidatos que pretendem trabalhar no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, deverão possuir:
- Competência na área de trabalho;
  - Adequação e Dinâmica Pedagógica para realizar atividades educativas com Jovens;
  - Adaptação e facilidade de lidar com o público juvenil;
  - Disponibilidade de tempo, conforme descrito neste Edital;
- 3.8 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.



285191 Ribeiro da Silva  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER  
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

- 5.2.2 O local e horário da prova objetiva será divulgado nos murais da Prefeitura Municipal de Imperatriz e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer até 48h antes da aplicação da mesma.
- 5.2.3 O Candidato deverá comparecer ao local da prova, apresentando o comprovante de Inscrição e RG ou outro documento oficial com fotografia que contenha o número do RG, com no mínimo meia hora de antecedência do início da prova.
- 5.2.4 O gabarito deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sem rasuras. As alternativas rasuradas, marcadas com mais de uma opção ou em branco não serão consideradas.
- 5.2.5 O candidato deverá entregar o gabarito devidamente assinado e antes de sair da sala assinar a frequência e comprovante de entrega do gabarito.
- 5.2.6 O Candidato só poderá levar a prova após duas horas de início da prova;
- 5.2.7 Não é permitido portar nenhum tipo de aparelho eletrônico (celulares, Mp3, dentre outros) e nenhum tipo de papel (caderno, panfletos, bloco de anotações, dentre outros)
- 5.2.8 O Candidato que for apanhado copiando respostas, terá sua prova anulada e será desclassificado do certame.
- 5.2.9 O Candidato só poderá se ausentar da sala para beber água e usar o banheiro, acompanhado por um fiscal e só poderá sair um candidato por vez de cada sala.
- 5.2.10 Os três últimos Candidatos de cada sala só poderão sair da sala juntos;
- 5.2.11 Será eliminado o Candidato que não comparecer no local e horário da prova e/ou não apresentar documento de identificação;
- 5.2.12 Caso o Candidato não seja encontrado na lista de inscritos, só poderá fazer a prova se apresentar o comprovante de Inscrição e seu nome não constar na relação de inscrições indeferidas.
- 5.2.13 Em caso de perda dos documentos e/ou comprovante de inscrição o candidato deverá apresentar o Boletim de Ocorrência registrada na Delegacia de Polícia.
- 5.3 **Segunda Etapa:** Prova de Título de caráter classificatório (análise de currículo comprovado)
- 5.3.1 A análise curricular compreende:
- Investigação da veracidade das informações contidas nos currículos e da documentação apresentada;
  - Atribuição de pontuação pelos títulos apresentados, que será realizada com base nos critérios definidos e indicados no quadro II;
- 5.4 Na apresentação da Experiência a pontuação será contada da seguinte forma:
- Períodos inferiores a 6 (seis) meses não serão contados;
  - Períodos superiores a 6(seis) meses que não completarem 1(um) ano serão contados como 6(seis) meses.
  - Períodos que não completarem os dois anos, serão considerados da seguinte forma:
    - Entre 1(um) ano e 5(cinco) meses, será considerado 1 (um) ano
    - Entre 1(um) ano e 6(seis) e 1(um)ano e 11(onze) meses, serão considerados 1(um) ano e 6(seis) meses.
- 5.5 A pontuação alcançada na prova de títulos será somada ao número de pontos obtidos na primeira etapa.

QUADRO II

| Coordenador Pedagógico                                                                                                      |                                      |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| TÍTULOS                                                                                                                     | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
| Curso de Especialização na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 360h (trezentos e sessenta horas)        | 1,5                                  | 01                                              | 1,5                                       |
| Cursos de Atualização Profissional na área de educação, com carga horária mínima de 40 horas (realizado nos últimos 5 anos) | 0,5                                  | 03                                              | 1,5                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Linux) com carga horária mínima de 40h                                           | 1,0                                  | 02                                              | 2,0                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Windows) com carga horária mínima de 40h                                         | 0,5                                  | 02                                              | 1,0                                       |
| Experiência em funções de Coordenação Pedagógica (apresentado em ano e meses)                                               | 1,0                                  | 03                                              | 3,0                                       |
| Total máximo de pontos na análise curricular                                                                                |                                      |                                                 | 9,0                                       |

| Professor do Ensino Fundamental                                                                                             |                                      |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| TÍTULOS                                                                                                                     | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
| Curso de Especialização na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 360h (trezentos e sessenta horas)        | 2,0                                  | 01                                              | 2,0                                       |
| Cursos de Atualização Profissional na área de educação, com carga horária mínima de 40 horas (realizado nos últimos 5 anos) | 0,5                                  | 04                                              | 2,0                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Linux) com carga horária mínima de 40h                                           | 1,0                                  | 02                                              | 2,0                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Windows) com carga horária mínima de 40h                                         | 0,5                                  | 02                                              | 1,0                                       |
| Experiência como docente no Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (apresentado em ano e meses)                             | 1,0                                  | 2 anos                                          | 2,0                                       |
| Total máximo de pontos na análise curricular                                                                                |                                      |                                                 | 9,0                                       |

**Professor de Qualificação Profissional dos Arcos de Saúde, Construção e Reparos II e Serviços Pessoais.**

| TÍTULOS                                                                                                                                                    | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Curso de Especialização na área de Educação, com carga horária mínima de 360h (trezentos e sessenta horas)                                                 | 1,5                                  | 01                                              | 1,5                                       |
| Graduação completa (licenciado ou bacharel)                                                                                                                | 1,0                                  | 1,0                                             | 1,0                                       |
| Curso Profissionalizante em Nível Médio (na área para qual concorre)                                                                                       | 0,5                                  | 1,0                                             | 0,5                                       |
| Cursos de Atualização Profissional na área de educação ou área de atuação profissional, com carga horária mínima de 60horas (realizado nos últimos 5 anos) | 0,5                                  | 06                                              | 3,0                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Linux) com carga horária mínima de 40h                                                                          | 1,0                                  | 02                                              | 2,0                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Windows) com carga horária mínima de 40h                                                                        | 0,5                                  | 02                                              | 1,0                                       |
| Experiência como docente no Ensino Fundamental de Jovens e Adultos ou Educ. Profissional (apresentado em ano e meses)                                      | 1,0                                  | 2 anos                                          | 2,0                                       |
| <b>Total máximo de pontos na análise curricular</b>                                                                                                        |                                      |                                                 | <b>11,0</b>                               |

Obs.: A especialização em Saúde Pública exigida ao Pedagogo como pré-requisito para a inscrição não será contabilizada como prova de título.

**Professor de Participação Cidadã**

| TÍTULOS                                                                                                                    | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Curso de Especialização na área de Educação, com carga horária mínima de 360h (trezentos e sessenta horas)                 | 1,5                                  | 01                                              | 1,5                                       |
| Cursos de Atualização Profissional na área de educação, com carga horária mínima de 40horas (realizado nos últimos 5 anos) | 0,5                                  | 03                                              | 1,5                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Linux) com carga horária mínima de 40h                                          | 1,0                                  | 02                                              | 2,0                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Windows) com carga horária mínima de 40h                                        | 0,5                                  | 02                                              | 1,0                                       |
| Experiência como docente (apresentado em ano e meses)                                                                      | 1,0                                  | 2 anos                                          | 2,0                                       |
| <b>Total máximo de pontos na análise curricular</b>                                                                        |                                      |                                                 | <b>8,0</b>                                |



Zeziel Ribeiro da Silva  
 Rua: ...  
 ...

| Técnico de Nível Superior e Médio                                                                                           |                                      |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| TÍTULOS                                                                                                                     | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
| Curso de Especialização na área de Educação, com carga horária mínima de 360h (trezentos e sessenta horas)                  | 1,5                                  | 01                                              | 1,5                                       |
| Cursos de Atualização Profissional na área de educação, com carga horária mínima de 40 horas (realizado nos últimos 5 anos) | 0,5                                  | 03                                              | 1,5                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Linux) com carga horária mínima de 40h                                           | 0,5                                  | 06                                              | 3,0                                       |
| Curso de Informática (Programas do Sistema Windows) com carga horária mínima de 40h                                         | 0,5                                  | 06                                              | 3,0                                       |
| Experiência como monitor, instrutor ou técnico de informática (apresentado em ano e meses)                                  | 1,0                                  | 03                                              | 3,0                                       |
| <b>Total máximo de pontos na análise curricular</b>                                                                         |                                      |                                                 | <b>12,0</b>                               |

| Merendeira/o                                                                                                                                     |                                      |                                                 |                                           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| TÍTULOS                                                                                                                                          | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
| Cursos de Atualização Profissional na área de manipulação e preparo de alimentos carga horária mínima de 40 horas (realizado nos últimos 5 anos) | 1,0                                  | 04                                              | 4,0                                       |
| Experiência como merendeira ou cozinheira (apresentado em ano e meses)                                                                           | 1,0                                  | 04                                              | 4,0                                       |
| <b>Total máximo de pontos na análise curricular</b>                                                                                              |                                      |                                                 | <b>8,0</b>                                |

| Monitor dos Arcos de Saúde, Construção e Reparos II e Serviços Pessoais                                                             |                                      |                                                 |                                           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| TÍTULOS                                                                                                                             | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
| Cursos de Atualização e Capacitação profissional na área de atuação carga horária mínima de 40 horas (realizado nos últimos 5 anos) | 1,0                                  | 04                                              | 4,0                                       |
| Curso de Informática com carga horária mínima de 40h                                                                                | 0,5                                  | 2,0                                             | 1,0                                       |
| Experiência profissional na área (apresentado em ano e meses)                                                                       | 1,0                                  | 03                                              | 3,0                                       |
| <b>Total máximo de pontos na análise curricular</b>                                                                                 |                                      |                                                 | <b>8,0</b>                                |

IMPERATRIZ  
 ...



## VI. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

### 6.1.1 Classificação final:

- a) Candidato que fizer maior pontuação na prova objetiva;
- b) Candidato com maior número de cursos de atualização;
- c) Candidato com maior experiência;
- d) Candidato com maior idade;

## VII. DO RESULTADO FINAL E CONTRATAÇÃO

- 7.1 O resultado deste Processo Seletivo será divulgado nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com a divulgação dos nomes, pontuação final obtida e classificação final dos candidatos em ordem decrescente.
- 7.2 Serão convocados para a contratação os candidatos aprovados e classificados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- 7.3 A Contratação de pessoal será feita mediante contrato de trabalho, por prazo determinado, podendo o contratado a qualquer momento ser substituído pelo candidato imediatamente abaixo na classificação, por falta de desempenho adequado ao programa, falta de adaptação ou qualquer outro motivo que prejudique o bom desempenho das atividades docentes e aprendizagem dos alunos.
- 7.4 O contrato só será efetivado após o candidato assinar declaração de disponibilidade de tempo para o trabalho que for apresentada a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, no ato de sua convocação para a contratação.
- 7.5 Os candidatos aos cargos de professor do Ensino Fundamental, Qualificação Profissional, Participação Cidadã e Coordenador Pedagógico, só terão suas contratações concluídas após a formação inicial, conforme ofício circular nº05/2010, Coordenação Nacional do Projovem Urbano/SNJ/SG/PR
- 7.6 O Contratado que solicitar rescisão do contrato antes do término do Programa, deverá devolver o valor recebido pela formação inicial devidamente corrigido.
- 7.7 Os casos de rescisão por justa causa serão realizados de acordo com a legislação em vigor.

## VIII. DOS RECURSOS

- 8.1 O candidato terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar do momento da divulgação para entrar com pedido de reconsideração, junto a Comissão Especial de Seleção.
- 8.2 O recurso de reconsideração deverá ser feito por escrito, com identificação completa do candidato, com indicação fundamentada do motivo do pedido e, deverá ser assinado pelo candidato e protocolado no Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
- 8.3 A Comissão responderá aos recursos em até **02 (dois) dias úteis** após a interposição.
- 8.4 A homologação do resultado final será divulgada nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.



## IX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 Preenchido o formulário de inscrição, o candidato deverá revisá-lo, ficando inteiramente responsável pelas informações nele contidas e documentos afixados.
- 9.2 Não serão aceitos documentos para serem anexados depois de efetuada a inscrição e do envelope lacrado, e nem tampouco após o término do período de inscrições.
- 9.3 A inscrição valerá para todo e qualquer efeito como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital.
- 9.4 Os candidatos classificados serão convocados no limite de vagas oferecidas, por ordem de classificação;
- 9.5 O candidato que no momento da convocação não aceitar as vagas disponíveis, ou estiver ausente, será automaticamente desclassificado;
- 9.6 **O candidato aprovado terá 24 (vinte e quatro) horas para se apresentar** após convocação que será afixada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
- 9.7 Não se efetivará a contratação se esta implicar em acúmulo ilegal de cargos, nos termos das Leis vigentes.
- 9.8 Verificada a qualquer tempo, a inexatidão de informações, irregularidades, inidoneidade ou falta de documentos exigíveis, o candidato será eliminado do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
- 9.9 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no processo seletivo, valendo para estes fins as listagens divulgadas através dos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e Secretaria Municipal de Educação.
- 9.10 Cabe a Prefeitura Municipal de Imperatriz o direito de aproveitar os candidatos classificados em número estritamente necessário para provimento dos cargos vagos existentes que vierem a existir durante o período de validade deste certame, não havendo, portanto, obrigatoriedade de contratação total dos classificados e dos aprovados.
- 9.11 Toda a documentação entregue pelo candidato em hipótese alguma lhe será devolvida.
- 9.12 É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos relativos ao Processo Seletivo, divulgados nos locais determinados por este Edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados neste Edital e nos que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.
- 9.13 A Comissão Especial de Seleção é responsável pelas inscrições, divulgação do quadro de vagas, divulgação da classificação dos candidatos e organização da disponibilidade de vagas.
- 9.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção.

*Zeisei Ribeiro da Silva*  
 SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE  
 IMPERATRIZ/MA

## X. CRONOGRAMA

| DATA /PERÍODO                | EVENTO                                                                                                                                                                         |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 19 de fevereiro de 2010      | Publicação do Edital                                                                                                                                                           |
| 01, 02 e 03 de março de 2010 | Período de Inscrição para os cargos de: Professores de Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã; Coordenador Pedagógico e Técnico de Nível Superior |
| 04 e 05 de março de 2010     | Período de Inscrição para os cargos de Técnico de Nível Médio, Monitor dos Arcos de Saúde, Construção e Reparos II e Serviços Pessoais, Merendeira/o                           |
| 10 de março de 2010          | Publicação da lista de inscrições indeferidas                                                                                                                                  |
| 14 de março de 2010          | Prova Objetiva                                                                                                                                                                 |
| 24 de março de 2010          | Resultado Final                                                                                                                                                                |
| 29 de março de 2010          | Início da Formação Inicial                                                                                                                                                     |
| 20 a 23 de abril de 2010     | Período de apresentação/contratação                                                                                                                                            |

Imperatriz/MA, 19 de fevereiro de 2010.

*Zeisei Ribeiro da Silva*  
 SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE  
 IMPERATRIZ/MA

IMPERATRIZ  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE



**ANEXO E - EDITAL DO PROCESSO SELETIVO DE PESSOAL PARA ENTRADA  
2010/2011 PROJOVEM URBANO - CARGO COORDENADOR EXECUTIVO**

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

Edital nº 009 /2010

**PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO E CADASTRO DE RESERVA PARA ATUAREM NO PROGRAMA  
NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO  
DE IMPERATRIZ/MA**

A Prefeitura Municipal de Imperatriz, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado para a contratação, em caráter temporário, por prazo determinado e cadastro de reserva, do profissional: Coordenador Executivo, para atuar no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, entrada 2010, no Município de Imperatriz/MA, instituído pelo Governo Federal conforme Lei Federal nº 11.129 de 30 de junho de 2005, atualmente em vigor nos termos da Lei Federal nº 11.692 de 10 de junho de 2008, Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26 de maio de 2008 e Decreto nº 6.629 de 04 de novembro de 2008 e Resolução/CD/FNDE nº 29 de 19 de junho de 2009.

**I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1 O Processo Seletivo será regido por este Edital e realizado pela Comissão Especial de Seleção, designada pelo Prefeito Municipal de Imperatriz/MA.
- 1.2 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, será composto de duas etapas:  
**Primeira Etapa** - Prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório  
**Segunda Etapa** – Prova de Título de caráter classificatório (análise de currículo comprovado)
  - 1.2.1 Para todos os efeitos, o conhecimento prévio das normas contidas neste Edital é requisito essencial para inscrição e para participação em quaisquer das etapas. O candidato que por qualquer motivo deixar de atender as normas aqui estabelecidas será eliminado do certame.
  - 1.2.2 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contados a partir da data da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez a critério da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, caso haja interesse e necessidade da referida Secretaria.
  - 1.2.3 Dentro do prazo de validade do Processo Seletivo poderão ser convocados outros candidatos aprovados para contratação de acordo com a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, observando rigorosamente a ordem de classificação final.



IMPERATRIZ

## II. DA FUNÇÃO, ATRIBUIÇÕES, REMUNERAÇÃO E REQUISITOS DA VAGA

- 2.1 A carga horária para o cargo de Coordenador Executivo é de 40 (quarenta) horas semanais que serão distribuídas de segunda à sábado conforme Plano e Metodologia de Trabalho do Projovem Urbano.
- 2.2 Os pré-requisitos/escolaridade, remuneração mensal e número de vagas, estão descritos no quadro a seguir:

Quadro I

| CARGO                 | PRÉ-REQUISITOS ESCOLARIDADE                                                            | QTD. VAGAS | REMUNERAÇÃO MENSAL |
|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------------|
| Coordenador Executivo | Graduação Completa (Licenciatura Plena) e no mínimo 150 horas de cursos de Informática | 01         | 2.500,00           |

- 2.3 As vagas serão preenchidas de acordo com o limite estabelecido neste Edital.

### 2.4 Descrição Sumária dos Cargos:

#### 2.4.1 Coordenador Executivo

- Coordenador, gerenciar e suprir todas as necessidades das ações do Programa, em seu âmbito de atuação, no que tange às áreas administrativas inerentes a função e a articulação dos núcleos e turmas do PJU;
- Acompanhar e auxiliar na elaboração e cumprimento do plano de trabalho, segundo o Projeto Político Integrado e Manual do Educador de Orientações Gerais do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano;
- Zelar, juntamente com a Coordenação Pedagógica e educadores/as, pela aprendizagem e permanência dos alunos no Programa;
- Estabelecer, juntamente com a Coordenação Pedagógica e educadores/as, estratégias de recuperação para os alunos com desempenho insatisfatório;
- Acompanhar o cumprimento da carga horária estabelecida dos demais profissionais envolvidos no Programa;
- Acompanhar os encontros dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Incentivar os/as alunos/as a participarem integralmente dos processos avaliativos dos ciclos;
- Acompanhar a formação inicial e continuada dos/as educadores/as;
- Colaborar com a articulação de atividades entre o núcleo, parceiros e comunidade;
- Auxiliar e acompanhar o desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária e Projeto de Orientação Profissional, conforme orientação do Programa;
- Manter os registros de acompanhamento de desempenho, frequência dos/as alunos/as e os conteúdos devidamente

IMPERATRIZ



atualizados nos devidos instrumentos apresentados periodicamente pelos/as educadores/as ao PJJU.

- Manter atualizado o Sistema de Monitoramento com dados dos/as alunos/as, solicitados pela Coordenação Nacional;
- Participar dos encontros de formação oferecidos pela Coordenação Nacional do Programa;
- Acompanhar e auxiliar na realização dos Plantões Pedagógicos;
- Propor estratégias para a utilização do laboratório de informática do núcleo como recurso didático, possibilitando ao aluno a inclusão digital;
- Outras obrigações, conforme descrição em documentos oficiais nacionais e da municipalidade;
- Colaborar em outras atividades que forem necessárias ao bom desenvolvimento do Programa

### III. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital de Processo Seletivo, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.2 O Edital e os resultados estarão disponíveis nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
- 3.3 As Inscrições serão gratuitas e realizadas **na Escola Luis de França Moreira - IBADI**, localizada na Rua Sousa Lima, nº 643 – Nova Imperatriz, no horário de 8:30h às 11:30h e 14:30 às 17:30h, nos dias 10 e 11 de junho de 2010.
- 3.4 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deve inteirar-se das regras deste Edital e certificar-se que preenche todos os requisitos exigidos para a função.
- 3.5 Os procedimentos para inscrição obedecerão as seguintes regras:
  - 3.5.1 No ato da inscrição deverão ser entregues **cópias dos documentos abaixo relacionados com os respectivos originais**, juntamente com a ficha de inscrição (anexo I), Declaração de entrega de documentos pessoais e títulos (anexo II), entregues **em envelope tamanho A4**, a ser lacrado após conferência, sob pena de indeferimento:
    - RG;
    - Comprovante de quitação do Serviço Militar (sexo masculino);
    - Certidão de quitação eleitoral (disponível em [www.tse.jus.br/internet/servicos\\_eleitor/quitacao.htm](http://www.tse.jus.br/internet/servicos_eleitor/quitacao.htm)) ou no TRE Imperatriz.
    - Curriculum Vitae comprovado;
    - Duas (02) fotografias 3x4 recentes iguais e de frente;
    - Diploma ou Certificado de Graduação (serão aceitos apenas os Diplomas e Certificados emitidos por IES credenciadas no Ministério da Educação).
    - Certificado de conclusão de cursos de Informática (comprovar no mínimo 150h. Não será acumulada carga horária de cursos repetidos)
  - 3.5.2 A comprovação da experiência profissional poderá ser feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:
    - CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (cópia da página de identificação e de registro de contrato)
    - Contrato de Trabalho

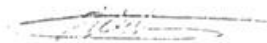


IMPERATRIZ

- 3.5.3 Todos os anexos deverão ser preenchidos em letra de forma ou digitado em fonte Arial ou Times New Roman.
- 3.5.4 Nenhum dos documentos de inscrição e títulos apresentados à Comissão do Seletivo poderá conter emendas e/ou rasuras, sob pena de eliminação do candidato.
- 3.6 São requisitos para a Inscrição:
- a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no Artigo 12 da Constituição Federal;
  - b) Conhecer, atender e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;
  - c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da Inscrição;
  - d) Ter habilitação específica para o exercício do cargo para o qual pretende se inscrever, de acordo com o presente Edital, na data de inscrição;
  - e) Estar o candidato do sexo masculino, em situação regular perante o Serviço Militar;
  - f) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 3.7 Os candidatos que pretendem trabalhar no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, deverão possuir:
- Competência na área de trabalho;
  - Adequação e Dinâmica Pedagógica para realizar atividades educativas com Jovens;
  - Adaptação e facilidade de lidar com o público juvenil;
  - Disponibilidade de tempo, conforme descrito neste Edital;
- 3.8 A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.
- 3.9 O candidato que deixar de preencher quaisquer dos campos, obrigatórios, da ficha de inscrição, terá sua inscrição invalidada e, conseqüentemente, não participará do processo de seleção.
- 3.10 Não será aceito pedido de inscrição com documentação incompleta nem em caráter condicional.
- 3.11 Os casos omissos neste Edital serão deliberados pela Comissão Especial de Seleção.
- 3.12 Ter aprovação, de caráter classificatório, não garante a vaga, que estará condicionada à necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

#### IV. DA SELEÇÃO

- 5.1 O Seletivo constará de duas etapas:
- 5.1.1 A primeira etapa será realizada por todos os candidatos
- 5.1.2 A segunda será realizada por todos os candidatos que acertarem no mínimo 50% da prova objetiva.
- 5.1.3 Será eliminado do seletivo o candidato que não alcançar a pontuação mínima de 50% da prova objetiva.
- 5.2 Primeira Etapa: Prova Objetiva
- 5.2.1 A primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, constará de prova objetiva conforme anexo III



IMPRESSÃO  
Z

- 5.2.2 O local e horário da prova objetiva será divulgado nos murais da Prefeitura Municipal de Imperatriz e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer até 48h antes da aplicação da mesma.
- 5.2.3 O Candidato deverá comparecer ao local da prova, apresentando o comprovante de Inscrição e RG ou outro documento oficial com fotografia que contenha o número do RG, com no mínimo meia hora de antecedência do início da prova.
- 5.2.4 O gabarito deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sem rasuras. As alternativas rasuradas, marcadas com mais de uma opção ou em branco não serão consideradas.
- 5.2.5 O candidato deverá entregar o gabarito devidamente assinado e antes de sair da sala assinar a frequência e comprovante de entrega do gabarito.
- 5.2.6 O Candidato só poderá levar a prova após duas horas de início da prova;
- 5.2.7 Não é permitido portar nenhum tipo de aparelho eletrônico (celulares, Mp3, dentre outros) e nenhum tipo de papel (caderno, panfletos, bloco de anotações, dentre outros)
- 5.2.8 O Candidato que for apanhado copiando respostas, terá sua prova anulada e será desclassificado do certame.
- 5.2.9 O Candidato só poderá se ausentar da sala para beber água e usar o banheiro, acompanhado por um fiscal e só poderá sair um candidato por vez de cada sala.
- 5.2.10 Os três últimos Candidatos de cada sala só poderão sair da sala juntos;
- 5.2.11 Será eliminado o Candidato que não comparecer no local e horário da prova e/ou não apresentar documento de identificação;
- 5.2.12 Caso o Candidato não seja encontrado na lista de inscritos, só poderá fazer a prova se apresentar o Comprovante de Inscrição e seu nome não constar na relação de inscrições indeferidas.
- 5.2.13 Em caso de perda dos documentos e/ou Comprovante de Inscrição o candidato deverá apresentar o Boletim de Ocorrência registrada na Delegacia de Polícia.
- 5.3 **Segunda Etapa: Prova de Título de caráter classificatório (análise de currículo comprovado)**
- 5.3.1 A análise curricular compreende:
- Investigação da veracidade das informações contidas nos currículos e da documentação apresentada;
  - Atribuição de pontuação pelos títulos apresentados, que será realizada com base nos critérios definidos e indicados no quadro II;
- 5.4 Na apresentação da Experiência a pontuação será contada da seguinte forma:
- Períodos inferiores a 6 (seis) meses não serão contados;
  - Períodos superiores a 6(seis) meses que não completarem 1(um) ano serão contados como 6(seis) meses.
  - Períodos que não completarem os dois anos, serão considerados da seguinte forma:
    - Entre 1(um) ano e 5(cinco) meses, será considerado 1 (um) ano
    - Entre 1(um) ano e 6(seis) e 1(um)ano e 11(onze) meses, serão considerados 1(um) ano e 6(seis) meses.
- 5.5 A pontuação alcançada na prova de títulos será somada ao número de pontos obtidos na primeira etapa.



IMPERATRIZ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER



QUADRO II

| Coordenador Executivo                                                                                                       |                                      |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| TÍTULOS                                                                                                                     | Valor unitário dos pontos por título | Quantidade Máxima de títulos a ser considerados | Valor máximo de pontos a serem atribuídos |
| Curso de Especialização na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 360h (trezentos e sessenta horas)        | 1,5                                  | 02                                              | 3,0                                       |
| Cursos de Atualização Profissional na área de educação, com carga horária mínima de 40 horas (realizado nos últimos 5 anos) | 1,0                                  | 04                                              | 4,0                                       |
| Experiência em funções de Coordenação na Educação Básica (apresentado em ano e meses)                                       | 1,0                                  | 03                                              | 3,0                                       |
| Total máximo de pontos na análise curricular                                                                                |                                      |                                                 | 10,0                                      |

## V. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

### 6.1.1 Classificação final:

- Candidato que fizer maior pontuação na prova objetiva;
- Candidato com maior número de cursos de Especialização;
- Candidato com maior experiência;
- Candidato com maior idade.

## VI. DO RESULTADO FINAL E CONTRATAÇÃO

- O resultado deste Processo Seletivo será divulgado nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com a divulgação dos nomes, pontuação final obtida e classificação final dos candidatos em ordem decrescente.
- Será convocado para a contratação o candidato aprovado e classificado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- A Contratação será feita mediante contrato de trabalho, por prazo determinado, podendo o contratado a qualquer momento ser substituído pelo candidato imediatamente abaixo na classificação, por falta de desempenho adequado ao Programa, falta de adaptação ou qualquer outro motivo que prejudique o bom desempenho das atividades inerentes ao PJU.
- O contrato só será efetivado após o candidato assinar declaração de disponibilidade de tempo para o cargo ao qual concorre.

## VII. DOS RECURSOS

IMPERATRIZ

- 8.1 O candidato terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do momento da divulgação para entrar com pedido de reconsideração, junto a Comissão Especial de Seleção.
- 8.2 O recurso de reconsideração deverá ser feito por escrito, com identificação completa do candidato, com indicação fundamentada do motivo do pedido e, deverá ser assinado pelo candidato e protocolado no Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
- 8.3 A Comissão responderá aos recursos em até 02 (dois) dias úteis após a interposição.
- 8.4 A homologação do resultado final será divulgada nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

### VIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1 Preenchido o formulário de inscrição, o candidato deverá revisá-lo, ficando inteiramente responsável pelas informações nele contidas e documentos afixados.
- 9.2 Não serão aceitos documentos para serem anexados depois de efetuada a inscrição e do envelope lacrado, e nem tampouco após o término do período de inscrições.
- 9.3 A inscrição valerá para todo e qualquer efeito como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, das normas constantes deste Edital.
- 9.4 O candidato classificado será convocado no limite de vagas oferecidas, por ordem de classificação;
- 9.5 O candidato que no momento da convocação não aceitar as vagas disponíveis, ou estiver ausente, será automaticamente desclassificado;
- 9.6 O candidato aprovado terá 24 (vinte e quatro) horas para se apresentar após convocação que será afixada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
- 9.7 Não se efetivará a contratação se esta implicar em acúmulo ilegal de cargos, nos termos das Leis vigentes.
- 9.8 Verificada a qualquer tempo, a inexatidão de informações, irregularidades, inidoneidade ou falta de documentos exigíveis, o candidato será eliminado do processo seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
- 9.9 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no processo seletivo, valendo para estes fins as listagens divulgadas através dos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Imperatriz e Secretaria Municipal de Educação.
- 9.10 Cabe a Prefeitura Municipal de Imperatriz o direito de aproveitar os candidatos classificados em número estritamente necessário para provimento do cargo vago existente que vierem a existir durante o período de validade deste certame, não havendo, portanto, obrigatoriedade de contratação total dos classificados e dos aprovados.
- 9.11 Toda a documentação entregue pelo candidato em hipótese alguma lhe será devolvida.
- 9.12 É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos relativos ao Processo Seletivo, divulgados



IMPERATRIZ  
PREFEITURA MUNICIPAL

nos locais determinados por este Edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados neste Edital e nos que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

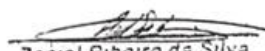
9.13 A Comissão Especial de Seleção é responsável pelas inscrições, divulgação do quadro de vagas, divulgação da classificação dos candidatos e organização da disponibilidade de vagas.

9.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção.

#### IX. CRONOGRAMA

| DATA /PERÍODO            | EVENTO                                                                        |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| 08 de junho de 2010      | Publicação do Edital                                                          |
| 10 e 11 de junho de 2010 | Período de Inscrição para o cargo de Coordenador Executivo do Projovem Urbano |
| 15 de junho de 2010      | Publicação da lista de inscrições indeferidas                                 |
| 20 de junho de 2010      | Prova Objetiva                                                                |
| 25 de junho de 2010      | Resultado Final                                                               |
| 30 de junho              | Período de apresentação/contratação                                           |

Imperatriz/MA, 08 de junho de 2010.

  
Zesiel Ribeiro da Silva  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE  
PORTARIA 51/2010

IMPERATRIZ  
2010



## ANEXO F - EXEMPLAR DE O INFOJOVEM - JORNAL PRODUZIDO A PARTIR DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DO PROJovem URBANO EM IMPERATRIZ - MA

# InfoJovem

O informativo da Galera do Projovem Urbano

ANO: 01 - EDIÇÃO: 01

IMPERATRIZ-MA - MARÇO DE 2010

### Projovem Urbano de Imperatriz participa da 1ª Mostra-Jovem Nacional em Brasília-DF



Quatro produções coletivas do PJU de Imperatriz foram selecionadas para participar da 1ª Mostra de Produções que acontecerá em Brasília/DF, em junho de 2010. Os trabalhos selecionados foram: **Sarau das Comunicações, Combate ao Desperdício de Energia, Gincana Cultural e Preservação Ambiental com um Olhar Jovem.**

Segundo a coordenadora executiva do Projovem Urbano Maria Aparecida Ricardo Souza, o objetivo da Mostra é promover o intercâmbio de experiências e estimular as diferentes formas de expressões. "É relevante para a educação dos jovens do Programa participar de eventos culturais como este, pois eles terão a oportunidade de

demonstrar todas as suas capacidades e habilidades desenvolvidas no decorrer do curso". Aparecida explicou ainda que a lista com todas as produções selecionadas foi divulgada pela Coordenação

Nacional do Programa no dia 29 de janeiro e que o PJU de Imperatriz será representado pelo educador Lindomar Queiroz e por 04 (quatro) alunos dos núcleos onde os trabalhos foram produzidos.

O Secretário de Educação Zesiel Ribeiro ressaltou a importância da participação dos alunos e professores do PJU neste evento, pois demonstra a dedicação e compromisso de cada um para o sucesso do Programa. "Os alunos e os professores do PJU estão de parabéns por mais esta conquista", afirmou.

### Professores do Projovem Urbano em formação continuada



A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SEMED) através da coordenação do PJU promoveu durante o ano de 2009 e início de 2010, no auditório da SEMED, formação continuada para os/as professores/as que compõem o quadro do Projovem Urbano de Imperatriz, com o objetivo de subsidiar os mesmos para o planejamento das atividades quinzenais que possam melhorar o desenvolvimento das Unidades Formativas. Os/as professores/as de Ensino Fundamental (Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas), Qualificação Profissional e Participação Cidadã, reuniram-se para discutir, estudar e planejar as atividades desenvolvidas com os alunos dos 5 núcleos (Madalena de Canossa-

Parque Santa Lúcia; Darcy Ribeiro - São José; Ipiranga-Vila Ipiranga; São Vicente de Paula - Bacuri e Tocantins- Centro) do Projovem Urbano em Imperatriz.

As formadoras Antônia Márcia e Fabiane Camargo, que receberam formação em Salvador/BA e Fortaleza/CE pela Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), foram responsáveis pelos estudos com o grupo de educadores do PJU.

Os encontros contaram com a participação da coordenadora executiva do PJU em Imperatriz Maria Aparecida Ricardo Souza, do coordenador pedagógico Rodrigo Coelho e da coordenadora pedagógica da SEMED Ivetilde Delgado, visando construir no Programa uma educação de qualidade que priorize o desenvolvimento humano.

### Alunos do Arco de Construção e Reparos II são presenteados com kits de ferramentas



Escorrio.

Os kits foram doados pelas empresas Armazém Paraíba, Eletrofase, Maquisul e pela coordenadora executiva do programa e professores do núcleo da Escola Municipal Darcy Ribeiro.

Os alunos do Arco Ocupacional de Construção e Reparos II foram desafiados a realizar uma atividade prática sob a orientação do professor Josecir Lima: quem obtivesse um bom desempenho nas atividades de eletricitista seria presenteado com kits de ferramentas como forma de reconhecer suas conquistas e incentivar o início de sua profissão como autônomos, capazes de realizar pequenos serviços em instalações elétricas. Os presenteados foram os alunos Antônio Vieira, Jhosef Adriano, Muniz do Nascimento e Moisés

De acordo com o professor Josecir, as metas do programa estão sendo alcançadas e o objetivo de desenvolver uma aprendizagem de qualidade está próximo da realidade dos alunos do Projovem. "Os alunos que estão concluindo o curso de Construção e Reparos II estão aptos para exercer a função de eletricitista. Dessa forma, percebemos o bom trabalho que está sendo realizado através do Projovem na vida e na educação destes jovens", declarou.



02

InfoJovem

IMPERATRIZ-MA - MARÇO DE 2010

## Opinião da Galera

A tecnologia tem facilitado a vida de muita gente, quem poderia imaginar a possibilidade de comunicação entre países através de um sinal de satélite. Veja só o caso do telefone, era um simples e ambicioso sonho de uma pessoa falar com outra através de fios. Olha só onde chegamos! Ao celular que em frações de tempo muito pequenas passamos a mensagem que desejamos passar. E a carta? Passava-se meses para receber, hoje em segundos enviamos um rápido e-mail e as mensagens são entregues praticamente instantaneamente. Constatamos que o avanço da comunicação é muito importante, além de tudo pelo fato de que eleva a humanidade a outro patamar de vida e de convivência entre os povos.

**Geane Ferreira Silva - Núcleo Madalena de Canossa**

A partir do momento que comecei a estudar no programa Projovem Urbano, tive algumas mudanças na minha vida. Revi assuntos que já tinha esquecido e aprendi novos assuntos que desconhecia. Estou adquirindo conhecimentos, estou mais participativa na aula, pois eu era muito tímida e isso me atrapalhava bastante nas aulas, e com o programa PJU a minha vida ganhou outro sentido. Hoje eu sei o que é cidadania, e aprendi a dar mais importância a coisas que nem ligava, como deveres e direitos do cidadão, aquecimento global, proteção ao meio ambiente, passei a ver e dar mais atenção a esses assuntos depois que conheci o Programa. O estudo ampliou o meu conhecimento e minha visão de forma que não imaginava.

**Raimunda F. de Oliveira - Núcleo Darcy Ribeiro**

Quando falamos em tecnologia, logo vem à nossa mente algo novo, novidades do presente e do futuro, e através do Projovem Urbano tivemos a oportunidade de conhecer um pouco sobre novas invenções, sobre benefícios e prejuízos trazidos pelas tecnologias, que invadiram e dominam cada dia mais o nosso espaço. Mas não é só isso, à medida que fomos participando do Projovem, pudemos adquirir conhecimentos muito proveitosos, como a maneira de se organizar e participar da vida social bem como conhecer e ter uma relação direta com o desenvolvimento das tecnologias atualmente. Os processos tecnológicos evoluem numa rapidez espantosa. Mas no Projovem Urbano aprendemos que mesmo conseguindo fazer atividades com velocidade e facilidade, as pessoas que estão inseridas neste mundo com tecnologias avançadas, terão que lidar com essa evolução crescente, caso contrário, ficarão numa situação semelhante à da geração anterior, pois a tecnologia não está ao alcance de todos.

**Raquel Ribeiro do Sacramento - Núcleo Tocantins**

"Depois que entrei no Projovem, passei a conhecer melhor meus direitos de cidadã, assim posso reivindicar que eles sejam respeitados para viver melhor em sociedade. No Projovem pude aprender que qualquer pessoa pode sim ter um futuro mais digno, é só se esforçar e não esmorecer com as dificuldades".

**Raimunda de Jesus Costa - Núcleo Ipiranga**

## Projovem Urbano de Imperatriz em clima de Festa Junina



Com o objetivo de integrar alunos e professores, a coordenação local do Projovem Urbano (PJU) desenvolveu no ano de 2009 diversas atividades culturais nos pólos Madalena de Canossa (Parque Santa Lúcia); Darcy Ribeiro (São José); Ipiranga (Vila Ipiranga); e Tocantins (Centro). Uma das culminâncias dessa integração foi o "1º Arraiá Projovem Urbano" que reuniu todos os núcleos animando os alunos, professores, coordenação e familiares na noite do dia 27 de junho de 2009 na quadra poliesportiva do CEE Graça Aranha.

Os alunos se responsabilizaram em organizar barracas com comidas típicas e brincadeiras e participaram do concurso de quadrilha e de rainha caipira que divertiu a todos.

De acordo com os professores, as metas da programação foram alcançadas, pois os jovens tiveram um contato maior com a cultura popular e local, além de produzir novos conhecimentos e experiências que contribuirão para o processo de aprendizagem. O evento foi marcado por momentos de descontração, num ambiente harmônico e de muita alegria.

## Torneio de Futsal movimentou a galera



Com o intuito de possibilitar maior integração entre os alunos dos núcleos, foi promovido o "Torneio de Futsal Masculino e Feminino do Projovem Urbano" na quadra poliesportiva do CEE Graça Aranha, sendo organizado pelos professores Lindomar

Queiroz e Josecir Lima. O evento contou com o apoio do vereador Buzuca que fez a doação dos troféus e do advogado Lula Almeida, representante do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA), que doou os uniformes.

De acordo com o professor Lindomar Queiroz o evento foi satisfatório e animador. "As duas edições do torneio nos deram muita satisfação, não apenas para nós da organização, mas também para todos os participantes que se divertiram muito", afirmou.

**InfoJovem**  
O informativo da Galera do Projovem

Fotos: Professores, Coordenação, Arquivo/SEMED (Luana Barros)

Redação: Professores dos Núcleos

Edição: Luana Barros

Projeto Gráfico e Diagramação:

Prof. Shesman Renato

anexação:  
Gráfica Center  
(091) 3636-4400

Participaram da elaboração deste projeto Todos os Professores dos Núcleos:

**Darcy Ribeiro**

**Ipiranga**

**Madalena de Canossa**

**Tocantins**

Coordenação Pedagógica do Projovem Urbano



## Mãos à obra Galeira

### ALUNOS DO ARCO DE SERVIÇOS PESSOAIS DO PROJOVEM URBANO PROMOVEM "DIA DA BELEZA" EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER



O Projovem Urbano acredita nas potencialidades das pessoas e por isso desenvolve atividades que priorizam as habilidades dos alunos dando-os oportunidade de crescimento e aprendizagem. Dessa forma, além de proporcionar a

formação básica, o curso oferece ainda qualificação profissional através dos Arcos Ocupacionais: Serviços Pessoais, Construção e Reparos II e Saúde.

Neste Arco, foram desenvolvidos no ano de 2009 e início de

2010 inúmeras atividades que aliaram teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem dos jovens. No Dia Internacional da Mulher do ano de 2010, foi proporcionado o "Dia da Beleza", onde alunas do Arco de Serviços Pessoais ofereceram cortes de cabelo,

escovas e maquiagem para deixar as mulheres atendidas da comunidade do Parque Amazonas com a auto-estima elevada. O evento organizado pelas professoras Eliene Batista e Claudeci Pereira da Silva ocorreu durante todo o dia na Escola Municipal Paulo Freire.

A Professora Eliene ressaltou: "Estamos desenvolvendo com nossas alunas uma belíssima atividade ajudando a embelezar as mulheres da comunidade e elevando sua auto-estima, além de ajudar na aprendizagem prática das alunas do arco de serviços pessoais do Projovem Urbano". Explicou ainda que durante todo o curso, as alunas participaram de palestras, visitas técnicas e aulas práticas.

### PROJOVEM URBANO NA COMUNIDADE - PLA



O Plano de Ação Comunitária (PLA) é um instrumento de integração do currículo do Projovem Urbano e tem como objetivo incentivar os jovens a desenvolverem ações concretas de intervenção na comunidade local. As ações são desenvolvidas através de palestras, movimentação artística, orientações para a população, além de despertar no aluno a necessidade de buscar o seu espaço na sociedade enquanto cidadão.

A coordenadora executiva do PJU em Imperatriz, Maria

Aparecida Ricardo Souza, declara: "Fico muito feliz em ver os resultados do projeto nas comunidades escolares e na vida dos jovens". Aparecida explicou ainda que o jovem do PJU depois de 18 meses do curso sairá com um novo olhar para a sociedade e buscará repensar sua relação e sua função nas questões sociais e políticas da comunidade. Segundo Elilde Revil Lima, Professora da disciplina de Participação Cidadã "O PLA foi elaborado, desenvolvido, sistematizado e avaliado

durante todo o decorrer do curso. Os alunos escolheram o tema e aplicaram questionários e desenvolveram pesquisas na comunidade onde moram.

Eles estão de parabéns por terem realizado um ótimo trabalho. Todos os envolvidos declararam ser positivo ações como estas na comunidade", afirmou.

A aluna da Escola Municipal Madalena de Canossa, Francisca Paula Albuquerque (28 anos), integrante do Projeto "Projovem contra a Dengue", afirmou que "A comunidade não está carente de informação, precisa é de conscientização e para isso todos devem colaborar: população, governantes e nós estudantes".

#### Culminância dos Projetos desenvolvidos nos Planos de Ações Comunitárias do PJU em Imperatriz

- ➔ Escola Municipal Madalena de Canossa: "Projovem contra a Dengue".
- ➔ Escola Municipal São Vicente de Paula e Tocantins: "Combate ao Desperdício de Energia".
- ➔ Escola Municipal Ipiranga: "Alimentação Alternativa".
- ➔ Escola Municipal Darcy Ribeiro: "Reciclagem".



04

InfoJovem

IMPERATRIZ-MA - MARÇO DE 2010

## Mãos à obra Galeira

### Arco de Construção e Reparos II Proporciona Aprendizagem Teórica e Prática



Com o objetivo de integrar os alunos no mercado de trabalho, professores do Arco Ocupacional de Construção e Reparos II do Projovem Urbano de Imperatriz (PJU), Lindomar Queiroz e Josecir Lima

realizaram inúmeras atividades práticas e visitas técnicas no decorrer do curso. A proposta das atividades é proporcionar iniciação profissional aos jovens, sendo que o Arco os prepara para as

seguintes ocupações: eletricitista de instalações em edifícios, trabalhador de manutenção de edificações, instalador-reparador de linhas e aparelhos de telecomunicações e instalador de sistemas

eletrônicos de segurança.

De acordo com o Secretário de Educação Zesiel Ribeiro, princípio fundamental do Projovem Urbano é o da integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. "Os cursos desenvolvidos ao longo dos 12 meses do Programa aliam teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educacional do trabalho e da participação cidadã. O Projovem cria estruturas, tempos e espaços de aprendizagem e planeja ações nas quais se concretizam as experiências julgadas fundamentais para o processo de inclusão do jovem na trajetória escolar e na sociedade", ressaltou.

### Arco da Saúde



Além dos Arcos Ocupacionais de Construção e Reparos II e Serviços Pessoais o Projovem de Imperatriz oferece ainda o Arco Ocupacional da Saúde, que ao final do curso habilita os jovens com as seguintes ocupações: auxiliar de administração em Hospitais e Clínicas, recepcionista de consultório médico e dentário, atendente de laboratório de análises clínicas e atendente de farmácia-balconista.

O objetivo deste arco é desenvolver a qualificação profissional e ajudá-los a perceber suas potencialidades, vocações e

talentos.

Para desenvolver um processo de ensino-aprendizagem que priorize a qualidade, os professores do arco desenvolveram visitas técnicas a diversos ambientes de saúde. Dentre as visitas destacaram-se: ao Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), Postos de Saúde e Laboratórios; também foram realizadas entre professores e alunos oficinas, debates, apresentações de paródias e peças teatrais simulando situações de trabalho que fomentassem uma aprendizagem significativa.

### Atividades extra-curriculares

• No dia mundial de combate à AIDS, 01 de dezembro de 2009, em parceria com o Programa Municipal de DST/ AIDS/ HIV da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) alunos e professores do Arco distribuíram 7000 (sete mil) preservativos masculinos no

cruzamento das Ruas Dorgival Pinheiro de Sousa e Simpício Moreira.

• No segundo semestre de 2009, em parceria com o Corpo de Bombeiros foi realizada uma palestra demonstrativa sobre como evitar acidentes domésticos e noções de Primeiros Socorros.

### Visitas Técnicas:

- ➔ Centro de Treinamento da empresa terceirizada da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) – D.R.L. Construções;
- ➔ Unidade Telefônica da Oi (HY-U);
- ➔ Instituto Federal do Maranhão (IFMA/ Antigo Centro Federal de Educação Tecnológica- CEFET)
- ➔ UFMA (Universidade Federal do Maranhão), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) de Imperatriz;
- ➔ Edifício Meridian;
- ➔ Estação Telefônica Central da Oi Telecomunicações.

**PROJovem**  
CONHECIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**Educação**  
Educação para o desenvolvimento  
humano e nosso compromisso

## ANEXO G - QUADRO DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA REALIZADA PELOS FORMADORES NOS MUNICÍPIOS

### ANEXO 1 PROJOVEM URBANO – UNIDADE FORMATIVA V

|                                                                                        |                                                                |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| CIDADE: _____                                                                          | Instituição Formadora: _____                                   |
| Formadores: _____                                                                      | _____                                                          |
| <b>FORMAÇÃO CONTINUADA – Estudos Complementares</b>                                    |                                                                |
| <b>O que foi realizado na formação continuada?</b>                                     | <b>Quais são as demandas dos educadores?</b>                   |
|                                                                                        |                                                                |
| <b>Como vem se desenvolvendo o trabalho com os Estudos Complementares nos núcleos?</b> | <b>O que ainda precisa ser realizado junto aos educadores.</b> |
|                                                                                        |                                                                |



## ANEXO H - QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE FORMATIVA V

| <p style="text-align: center;"><b>ANEXO 2</b><br/><b>QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO CURRICULAR – UF V JUVENTUDE E TECNOLOGIA</b></p>                                                                                             |                                                                            |    |                                                                       |                                    |                                              |                                                                 |                                                                           |                                              |                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|----|-----------------------------------------------------------------------|------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Eixo estruturante:</b> Ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias.</p> |                                                                            |    |                                                                       |                                    |                                              |                                                                 |                                                                           |                                              |                                                                                                                   |
| Grande Tema Integrador                                                                                                                                                                                                     | Temas Integradores da UF V                                                 | CH | LP                                                                    | INGLÊS                             | MAT.                                         | CN                                                              | PC                                                                        | QP                                           | INFO                                                                                                              |
| IDENTIDADE DO JOVEM                                                                                                                                                                                                        | A produção do meu corpo: saúde e beleza                                    | 1  | AS novas tecnologias no cotidiano dos jovens                          | Estamos mergulhados na informática | Reviewing                                    | Os números neste mundo tecnológico                              | Petróleo: recurso energético e fonte de matéria-prima                     | 1. Tecnologias sociais e participação cidadã | A R C C O S                                                                                                       |
|                                                                                                                                                                                                                            |                                                                            | 2  | Espaço geográfico, desenvolvimento técnico e tecnológico              | Did you come back to work?         | Bits, bytes e outros "bichos"                | Combustíveis fósseis                                            | Combustíveis fósseis                                                      |                                              |                                                                                                                   |
| OS "TERRITÓRIOS" DA JUVENTUDE URBANA                                                                                                                                                                                       | A tecnologia humaniza a cidade?                                            | 3  | A tecnologia no mundo: países com diferentes graus de desenvolvimento | Talking about movies               | Construções geométricas com régua e compasso | Os combustíveis e a poluição atmosférica                        | 2. Saber popular, saber técnico                                           | O C U P A C I O N A I S                      | 1. Outras aplicações da Internet:<br>- Salas de bate-papo;<br>- Programas de comunicação instantânea;<br>- Blogs. |
|                                                                                                                                                                                                                            |                                                                            | 4  | A produção da tecnologia e os países subdesenvolvidos                 | Movie session at home              | Resolvendo problemas com a calculadora       | O plástico: material do século XX                               |                                                                           |                                              |                                                                                                                   |
| VIOLÊNCIA E VIDA DO JOVEM                                                                                                                                                                                                  | A dificuldade de acesso às tecnologias é uma violência contra o cidadão... | 5  | Educação, tecnologia e os novos centros industriais                   | Mid review                         | Potenciação e radiação                       | Classificação dos seres vivos: reinos, monera, protista e fungi | 3. Tecnologias de informação e comunicação e articulação de redes sociais | A C I O N A I S                              | 2. Sistemas operacionais e outros:<br>- formato de site;<br>- HTML;<br>- Links;<br>- Site: criação e publicação   |
|                                                                                                                                                                                                                            |                                                                            | 6  | O desenvolvimento tecnológico, a sociedade e a natureza               | Surfing on the web                 | Senhas, senhas e mais senhas                 | Classificação dos seres vivos: animais e vegetais               |                                                                           |                                              |                                                                                                                   |
| JUVENTUDE E QUALIDADE DE VIDA                                                                                                                                                                                              | A tecnologia facilita a minha vida de jovem?                               | 7  | História do desenvolvimento das tecnologias                           | The radio station                  | A álgebra e a resolução de problemas         | Relações ecológicas entre os seres vivos                        | 4. Comunicação e mobilização social                                       | & P O P                                      |                                                                                                                   |
|                                                                                                                                                                                                                            |                                                                            | 8  | As tecnologias e o trabalho                                           | A little help from my friends      | Calculando áreas                             | Se liga nessa...                                                |                                                                           |                                              |                                                                                                                   |
| JUVENTUDE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL                                                                                                                                                                                     | Como a tecnologia pode proteger/destruir o meio ambiente em que vivo?      | 9  | Consumo, tecnologias e juventude                                      | The recycling center               | Instrumentos de medidas                      | Eleticidade pode ser chocante!                                  | 5. Tecnologias sociais e desenvolvimento sustentável                      |                                              |                                                                                                                   |
|                                                                                                                                                                                                                            |                                                                            | 10 | Tecnologias em benefício de todos: tecnologia social                  | Review                             | Pesquisando para conhecer melhor             | Usos cotidianos: rede elétrica residencial e motores elétricos  |                                                                           |                                              |                                                                                                                   |

## ANEXO I - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO DE FORMADORES REALIZADOS PELA FUNDAR



|                                |                                                 |
|--------------------------------|-------------------------------------------------|
| <b>AÇÃO</b>                    | <b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE FORMADORES - UFIV</b> |
| Município Sede da Formação:    | Data: ____/____/2011                            |
| Formadores FUNDAR e COPPE:     |                                                 |
| <b>AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS</b> |                                                 |

*"O que se pretende autoritariamente com o silêncio imposto, em nome da ordem, é exatamente afogar nele a indagação".*  
Paulo Freire

Prezado Colega Formador:

Ao longo do percurso formativo em ProJovem Urbano, vimos tabulando as respostas dadas por você neste instrumento, chamado *Avaliação dos Encontros*. Ele aborda sempre as mesmas questões uma vez que nossa intenção é compor uma série histórica que nos permita comparar o desenvolvimento de cada Unidade Formativa, em cada grupo de formação e no conjunto dos encontros.

Sua resposta cuidadosa aos itens abaixo será fundamental para o Relatório final, a ser apresentado pelas instituições parceiras da Coordenação Nacional no Plano Nacional de Formação do Pessoal do PJU.

### IDENTIFICAÇÃO:

☐ Você atua no ProJovem Urbano como:

( ) Formador ( ) Coordenador Pedagógico

( ) Outra função. Qual? \_\_\_\_\_

☐ Você participou do curso de formação continuada da UF IV?

( ) Sim ( ) Não

Em caso negativo, por quê? \_\_\_\_\_

☐ Você está atuando efetivamente como formador no ProJovem Urbano?

( ) Sim ( ) Não

Em caso negativo, por quê? \_\_\_\_\_

☐ Você trabalhou com o *Manual do Educador – Estudos Complementares I* na formação continuada dos educadores, objetivando atender às necessidades dos alunos?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique: \_\_\_\_\_

### ASPECTOS GERAIS:

| ITENS A SEREM OBSERVADOS      | MUITO BOM | BOM | REGULAR | RUIM |
|-------------------------------|-----------|-----|---------|------|
| Distribuição da carga horária |           |     |         |      |
| Conteúdo geral do encontro    |           |     |         |      |
| Relação teoria-prática        |           |     |         |      |
| Metodologia utilizada         |           |     |         |      |
| Espaço físico                 |           |     |         |      |
| Material utilizado            |           |     |         |      |
| Textos de apoio               |           |     |         |      |

Considerações:

---



---



---



---

**ASPECTOS ESPECÍFICOS:**☐ **Com relação aos assuntos tratados:**

1. Os assuntos abordados foram ao encontro de suas expectativas?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique:

---



---

2. Os assuntos abordados possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre o Programa?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

3. Você fez a leitura do material antes da realização do encontro?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique:

---



---

4. Os subsídios recebidos contribuirão para o desenvolvimento do seu trabalho na formação dos educadores na Unidade Formativa V?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique:

---



---

5. As discussões realizadas propiciaram a compreensão do eixo estruturante da Unidade Formativa V – Juventude e Tecnologia?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique:

---



---

☐ **Com relação às atividades:**

6. As atividades desenvolvidas favoreceram aos assuntos tratados?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique:

---



---

☐ **Com relação aos dinamizadores:**

7. O desempenho dos docentes-formadores possibilitou a troca de experiências entre os participantes?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique:

---



---

8. Quanto à clareza e objetividade, o desempenho dos docentes-formadores foi:  
 ( ) satisfatório ( ) insatisfatório

Justifique:

---

---

☐ Com relação ao material:

9. O material utilizado durante o curso de formação foi adequado ao desenvolvimento dos temas propostos?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Justifique:

---

---

10. Foi possível esboçar o planejamento do encontro de formação continuada dos educadores que você fará nos próximos dias?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

11. Que temas/assuntos você gostaria de ver abordados no próximo encontro, no sentido de subsidiar o seu trabalho junto aos educadores, tendo em vista o Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano?

---

---

---

---

Assinatura (facultativo): \_\_\_\_\_

## ANEXO J - PLANEJAMENTO ENCONTRO PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROJOVEM URBANO EM IMPERATRIZ - MA

|                                                                                                                                                                                                                                                        |                           |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-------|
|    |                           |       |
| ALVO: PROFESSORES                                                                                                                                                                                                                                      | DATA: 26 E 27 D FEVEREIRO | 2011  |
| AÇÃO:                                                                                                                                                                                                                                                  | FORMAÇÃO CONTINUADA       |       |
| ATIVIDADE:                                                                                                                                                                                                                                             | ENCONTRO PEDAGÓGICO       | UF IV |
| FORMADORAS:                                                                                                                                                                                                                                            |                           |       |

### PLANEJAMENTO (PLANO DE TRABALHO)

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Data: 26/02/11                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Horário: 8h as 12h                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Objetivos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Refletir sobre a realidade da juventude brasileira no que concerne o acesso ou não aos meios de comunicação;</li> <li>✓ Analisar a influência dos meios de comunicação na conduta dos jovens</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Temáticas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Meios de comunicação: integração ou exclusão?</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Metodologia:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 8h10 às 8h30 _ Acolhida: Hoje estou...</li> <li>✓ 8h30 às 9h - Levantamento dos conhecimentos prévios sobre a temática: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrupar a turma em trios para que elaborem questões a partir do tema integrador - Meios de comunicação: integração ou exclusão?</li> <li>• Após a elaboração discutir as questões partindo para uma breve exploração do tema. Pedir que guardem as questões, pois serão abordadas em outro momento.</li> </ul> </li> <li>✓ 9h às 9h30 - Apresentação através de slide da temática - Novas tecnologias: novos modos de ensinar e novos modos de aprender;</li> <li>✓ 9h30 às 10h -Exibição de dois curtas e discussão: Túnel e Desventuras de um dia. Questionamentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Teria os dois curtas alguma relação com a nossa discussão? Como se posiciona hoje o jovem diante da evolução tecnológica? Tem consciência da necessidade de enfrentar o desafio? Como Luisa se sentia diante das pressões de seu chefe? Qual seria seu fim se ela não tivesse</li> </ul> </li> </ul> |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>aderido ao novo programa?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ E Túnel o que ele aborda? Qual o papel da TV na vida daquela família? Há inclusão ou exclusão dentro de casa?</li> <li>✓ Qual a influência dos valores veiculados pela TV na sociedade brasileira? Seria a TV apenas uma pregoeira de uma vida sem limites – quem tem dinheiro, beleza e sucesso tudo pode? O que se poderia fazer contra essa “educação” dada pela TV?</li> <li>✓ 10h às 11h40- Direcionamento do estudo tendo como norte: Em que sentido os meios de comunicação inclui ou exclui os cidadãos?</li> <li>✓ 1140 às 12h- Encaminhamento para organização do júri simulado(orientações em anexo) onde o réu serão “os meios de comunicação”: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios de comunicação como instrumento de inclusão;</li> <li>• Meios de comunicação como instrumento de exclusão.</li> </ul> </li> </ul> |
| <p><b>Horário:</b> 14h às 18h</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <p><b>Metodologia:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 14h10 às 14h20 - Acolhida:</li> <li>✓ 14h20 às 16h – Elaboração da peça que será instrumento de discussão no júri; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar questionamento tendo em vista as questões norteadoras;</li> <li>• Organizar os personagens caracterizando conforme papel.</li> <li>• Entregar ao final do trabalho texto redigido com todo roteiro.</li> </ul> </li> <li>✓ 16h às 17h- Apresentação do júri</li> <li>✓ 17h às 17h 20 -Avaliação da dinâmica a partir de questionamentos;</li> <li>✓ 17h20 às 18h – Retomada das questões elaboradas pelo grupo e apontamento de outros questionamentos.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                           |
| <p><b>Data:</b> 27/02/11</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <p><b>Horário:</b> 8h às 12h</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <p><b>Temáticas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Socialização do andamento do PLA Núcleo Tocantins e Frei Tadeu;</li> <li>✓ Planejamento do PO;</li> <li>✓ Planejamento das especialidades.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <p><b>Objetivos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apresentar o PLA visando a compreensão de todos os envolvidos no processo e apresentação de sugestões do grupo;</li> <li>✓ Explorar os capítulos 3 e 4 a partir da leitura e levantamento dos aspectos principais de cada área;</li> <li>✓ Elaborar o planejamento quinzenal buscando articular todas as áreas de forma interdisciplinar.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <p><b>Metodologia:</b></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

- Acolhida: Bom dia Zizi Possi;
- Socialização do PLA;
- Considerações das formadoras;
- Reunir por área para leitura e levantamento dos aspectos principais;
- Socialização dos aspectos levantados para definição do aspecto que será utilizado pelo grupo;
- Reunião dos núcleos para elaboração do planejamento do PO e das Especialidades.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

GUIMARÃES, Cláudia Veloso (org.). Manual de estudos complementares I e II. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens-Projovem Urbano, 2009.

ACOSTA-ORJUELA, Guillermo Maurício. Entre televisores e geladeiras. Porto Alegre: Mundo Jovem, ano XXXIX, setembro, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A. Os meios de comunicação mandam em nós. Porto Alegre: Mundo Jovem, ano XXXIX, n. 314, março, 2001.

RAMOS, Roberto. Imprensa: a pauta do sensacionalismo. Porto Alegre: Mundo Jovem, ano XXXIX, n. 318, julho, 2001.

<http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info13.htm>

<http://www.espacoacademico.com.br/026/26andrioli.htm> acesso 20/02/2011

[www.portacurtas.com.br](http://www.portacurtas.com.br)

## ANEXO K - FORMULÁRIO DE PLANEJAMENTO DOS EDUCADORES DO PROJÓVEM URBANO EM IMPERATRIZ - MA

UNIDADE FORMATIVA IV: JUVENTUDE E COMUNICAÇÃO

**Tema Integrador:**

**Conceitos:**

| Aspectos principais das atividades quinzenais |                   |                |            |                   |                           |                     |
|-----------------------------------------------|-------------------|----------------|------------|-------------------|---------------------------|---------------------|
| Integração Interdimensional                   |                   |                |            |                   |                           |                     |
| Formação Básica                               |                   |                |            |                   | Qualificação Profissional | Participação Cidadã |
| Ciências Humanas                              | Língua Portuguesa | Língua Inglesa | Matemática | Ciências Natureza | da                        |                     |
|                                               |                   |                |            |                   |                           |                     |





**ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO – PO**  
**UNIDADE FORMATIVA IV – JUVENTUDE E COMUNICAÇÃO**

Núcleo: \_\_\_\_\_

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Eixo estruturante:</b> Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação</p> <p><b>Conceitos:</b> sujeito; identidade; juventude; tempo; espaço; território; paisagem; lugar; natureza; sociedade; trabalho; tecnologia; diversidade e diferença; poder; cultura; globalização; comunicação; meio ambiente; inclusão e exclusão social; movimentos sociais, étnicos e culturais; ética e cidadania.</p> <p><b>Tema Integrador:</b></p> <p><b>Capítulos:</b></p> <p><b>Período:</b></p> <p><b>Situação desencadeadora:</b></p> | <p><b>Questões problematizadoras:</b> (visando o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos)</p> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| Plano de Trabalho            |                                                                                             |                             |                      |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------|
| Período de execução          | Desenvolvimento das atividades                                                              |                             | Recursos necessários |
|                              | Aspectos das áreas de conhecimento<br>(mínimo: 02 das especialidades, 01 Q.P./Arcos, 01 PC) | Procedimentos metodológicos |                      |
| 1ª semana do tema integrador |                                                                                             |                             |                      |
| 2ª semana do tema integrador |                                                                                             |                             |                      |

## ANEXO L – TEXTOS UTILIZADOS NO ENCONTRO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO PROJOVEM URBANO EM IMPERATRIZ – MA

|                                                                                                                                                                                                                                                        |                                         |                   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------|
|    |                                         |                   |
| ALVO:<br>EDUCADORES                                                                                                                                                                                                                                    | DATA: 21 E 22 DE MAIO                   | 2011              |
| AÇÃO:                                                                                                                                                                                                                                                  | FORMAÇÃO CONTINUADA                     |                   |
| TEMA<br>INTEGRADOR                                                                                                                                                                                                                                     | A PRODUÇÃO DO MEU CORPO: SAÚDE E BELEZA | UF V – Cap. 1 e 2 |
| FORMADORAS                                                                                                                                                                                                                                             |                                         |                   |

**Paulo Freire**

O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de nossa existência, perdem, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico haveria de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres. A um avanço tecnológico que ameaça a milhares de mulheres e de homens de perder seu trabalho deveria corresponder outro avanço tecnológico que estivesse a serviço do atendimento das vítimas do progresso anterior. Como se vê, esta é uma questão ética e política e não tecnológica. O problema me parece muito claro. Assim como não posso usar minha liberdade de fazer coisas, de indagar, de caminhar, de agir, de criticar para esmagar a liberdade dos outros de fazer e de ser, assim também não poderia ser livre para usar os avanços científicos e tecnológicos que levam milhares de pessoas à desesperança. Não se trata, acrescentemos, de inibir a pesquisa e frear os avanços mas de pô-los a serviço dos seres humanos. A aplicação de avanços tecnológicos com o sacrifício de milhares de pessoas é um exemplo a mais de quanto podemos ser transgressores da ética universal do ser humano e o fazemos em favor de uma ética pequena, a do mercado, a do lucro.

Entre as transgressões à ética universal do ser humano, sujeitos à penalidade, deveria estar a que implicasse a falta de trabalho a um sem-número de gentes, a sua desesperação e a sua morte em vida.

A preocupação, por isso mesmo, com a formação técnico-profissional capaz de reorientar a atividade prática dos que foram postos entre parênteses, teria de multiplicar-se.

(Fonte: FREIRE, Paulo. Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica. In: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 125-134)

|                                                                                                                                                                                                                                                         |                                         |                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------|
|    |                                         |                   |
| ALVO:<br>EDUCADORES                                                                                                                                                                                                                                     | DATA: 21 e 22 DE MAIO                   | 2011              |
| AÇÃO:                                                                                                                                                                                                                                                   | FORMAÇÃO CONTINUADA                     |                   |
| TEMA<br>INTEGRADOR                                                                                                                                                                                                                                      | A PRODUÇÃO DO MEU CORPO: SAÚDE E BELEZA | UF V – Cap. 1 e 2 |
| FORMADORAS                                                                                                                                                                                                                                              |                                         |                   |

### ***Pela Internet***

Composição : Gilberto Gil

Criar meu web site  
Fazer minha home-page  
Com quantos gigabytes  
Se faz uma jangada  
Um barco que veleja ...(2x)

Que veleje nesse informar  
Que aproveite a vazante da infomaré  
Que leve um oriki do meu orixá  
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé

Um barco que veleje nesse infomar  
Que aproveite a vazante da infomaré  
Que leve meu e-mail até Calcutá  
Depois de um hot-link  
Num site de Helsinque  
Para abastecer

Eu quero entrar na rede  
Promover um debate  
Juntar via Internet  
Um grupo de tietes de Connecticut

De Connecticut de acessar  
O chefe da Mac Milícia de Milão  
Um hacker mafioso acaba de soltar  
Um vírus para atacar os programas no Japão

Eu quero entrar na rede para contatar  
Os lares do Nepal, os bares do Gabão  
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular

Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar...

|                                                                                                                                                                                                                                                         |                                         |                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------|
|    |                                         |                   |
| ALVO:<br>EDUCADORES                                                                                                                                                                                                                                     | DATA: 21 E 22 DE MAIO                   | 2011              |
| AÇÃO:                                                                                                                                                                                                                                                   | FORMAÇÃO CONTINUADA                     |                   |
| TEMA<br>INTEGRADOR                                                                                                                                                                                                                                      | A PRODUÇÃO DO MEU CORPO: SAÚDE E BELEZA | UF V – Cap. 1 e 2 |
| FORMADORAS                                                                                                                                                                                                                                              |                                         |                   |

### Jornal o Globo: A TECNOLOGIA DA JUVENTUDE

Quem entra hoje numa clínica de beleza encontra uma impressionante tecnologia do rejuvenescimento, cujos poderes aumentam a cada ano. Uma nova geração de ácidos promete aposentar os famosos retinóicos, dando à pele um aspecto jovem, sem efeitos colaterais como a hipersensibilidade ao sol. Máscaras faciais, à base de uma substância chamada fenol, fazem um peeling profundo, atenuando vincos de expressão e removem o rosto em até 15 anos. Aparelhos de estética anunciam o fim da celulite e das estrias, com os métodos mais diferentes: da indermoterapia, série de massagens com rolos de metal, à termoterapia, aplicação de calor para a retirada de bolsas de gordura.

E até as pesquisas feitas para combater a flacidez muscular dos astronautas que voltaram de longas temporadas no espaço já serviram de propaganda para a mais recente moda do mercado de beleza, a **Estimulação Russa®**. O tratamento é preferido de estrelas como Vera Fischer, Márcia Pinheiro e Glória Maria. A renovação tecnológica não pára e as clínicas estéticas já propagam que, nos próximos anos, estarão tirando os primeiros proveitos da revolução da medicina genética, com a promessa de da telomerase, terapia à base de uma enzima, que, injetada no sangue, será capaz de promover a renovação celular, sem necessidade de cirurgia plástica.

Este admirável mundo novo, porém, exige muito cuidado. Médicos alertam que podem ocorrer reações indesejáveis a estes tratamentos, como manchas, cicatrizes e queimaduras. Em casos extremos, chega-se ao resultado inverso ao sonhado: o envelhecimento precoce das células.



|                                                                                                                                                                                                                                                         |                                         |                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------|
|    |                                         |                   |
| ALVO:<br>EDUCADORES                                                                                                                                                                                                                                     | DATA: 21 E 22 DE MAIO                   | 2011              |
| AÇÃO:                                                                                                                                                                                                                                                   | FORMAÇÃO CONTINUADA                     |                   |
| TEMA<br>INTEGRADOR                                                                                                                                                                                                                                      | A PRODUÇÃO DO MEU CORPO: SAÚDE E BELEZA | UF V – Cap. 1 e 2 |
| FORMADORAS                                                                                                                                                                                                                                              |                                         |                   |

### ***Por Quem Os Sinos Dobram***

Composição : Raul Seixas

Nunca se vence uma guerra lutando sozinho  
 Você sabe que a gente precisa entrar em contato  
 Com toda essa força contida é que vive guardada  
 O eco de suas palavras não repercutem em nada.

É sempre mais fácil achar que a culpa é do outro  
 Evita o aperto de mão de um possível aliado, é  
 Convince as paredes do quarto, e dorme tranquilo  
 Sabendo no fundo do peito que não era nada daquilo.

Coragem, coragem, se o que voce quer é aquilo que pensa e faz  
 Coragem, coragem, eu sei que voce pode mais.

É sempre mais facil achar que a culpa é do outro  
 Evita o aperto de mão de um possível aliado  
 Convince as paredes do quarto, e dorme tranquilo  
 Sabendo no fundo do peito que não era nada daquilo.

Coragem, coragem, se o que voce quer é aquilo que pensa e faz  
 Coragem, coragem, eu sei que voce pode mais.



**Tecnologia** (do grego τεχνη – "ofício" e λογια – "estudo") é um termo que envolve o conhecimento técnico e científico e as ferramentas, processos e materiais criados e/ou utilizados a partir de tal conhecimento.

Dependendo do contexto, a tecnologia pode ser:  
*As ferramentas e as máquinas que ajudam a resolver problemas;*

As técnicas, conhecimentos, métodos, materiais, ferramentas, e processos usados para resolver problemas ou ao menos facilitar a solução dos mesmos;  
Um método ou processo de construção e trabalho (tal como a tecnologia de manufatura, a tecnologia de infra-estrutura ou a tecnologia espacial);  
A aplicação de recursos para a resolução de problemas;  
O termo tecnologia também pode ser usado para descrever o nível de conhecimento científico, matemático e técnico de uma determinada cultura;  
Na economia, a tecnologia é o estado atual de nosso conhecimento de como combinar recursos para produzir produtos desejados (e nosso conhecimento do que pode ser *produzido*).

A tecnologia é, de uma forma geral, o encontro entre ciência e engenharia. Sendo um termo que inclui desde as ferramentas e processos simples, tais como uma colher de madeira e a fermentação da uva, até as ferramentas e processos mais complexos já criados pelo ser humano, tal como a Estação Espacial Internacional e a dessalinização da água do mar. Frequentemente, a tecnologia entra em conflito com algumas preocupações naturais de nossa sociedade, como o desemprego, a poluição e outras muitas questões ecológicas, filosóficas e sociológicas.

Fonte: <http://vandamaranhao.blogspot.com/>



|                                                                                                                                                                                                                                                         |                                         |                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------|
|    |                                         |                   |
| ALVO:<br>EDUCADORES                                                                                                                                                                                                                                     | DATA: 21 E 22 DE MAIO                   | 2011              |
| AÇÃO:                                                                                                                                                                                                                                                   | FORMAÇÃO CONTINUADA                     |                   |
| TEMA<br>INTEGRADOR                                                                                                                                                                                                                                      | A PRODUÇÃO DO MEU CORPO: SAÚDE E BELEZA | UF V – Cap. 1 e 2 |
| FORMADORAS                                                                                                                                                                                                                                              |                                         |                   |

### TEMPO

Imagine que exista um banco que credite em sua conta, todas as manhãs, R\$ 86.400,00.

Mas, à meia noite ele estorna tudo o que você não gastou, não lhe permitindo transferir o saldo de um dia para outro e nem que você mantenha crédito na conta.

O que você faria? Gastaria cada centavo, é claro!

Bem, todos nós temos este banco. Seu nome é TEMPO.

Toda manhã ele credita a você 86.400 segundos. Todo noite ele cancela todos os segundos que você não tenha aproveitado bem, não transfere qualquer saldo, nem permite que você fique no vermelho.

Cada dia ele abre uma nova conta para você, cada noite ele queima os registros do dia. Se você não aproveitar bem seus depósitos diários a perda é sua. Não há volta. Não tem jeito de antecipar saques. Você deve viver o presente, com os depósitos diários. Invista-os de forma a obter o máximo em saúde, felicidade e sucesso.

O relógio está correndo. Tire o melhor proveito do dia de hoje.

Portanto, para descobrir o valor de:

UM ANO, pergunte a um estudante que perdeu o ano.

UM MÊS, pergunte para uma mãe que teve seu bebê prematuro.

UMA SEMANA, pergunte a um editor de um jornal semanal.

UM DIA, pergunte a um diarista que tem 10 filhos para alimentar.

UMA HORA, pergunte a um apaixonado que está esperando a hora de um encontro.

UM MINUTO, pergunte a uma pessoa que perdeu o avião.

## ANEXO M - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES REALIZADOS EM IMPERATRIZ - MA

|                                                                                                                                                                                                                                                         |                           |      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|------|
|    |                           |      |
| ALVO:<br>PROFESSORES                                                                                                                                                                                                                                    | DATA: 12 E 13 DE NOVEMBRO | 2011 |
| AÇÃO:                                                                                                                                                                                                                                                   | FORMAÇÃO CONTINUADA       |      |
| TEMA                                                                                                                                                                                                                                                    | AVALIAÇÃO                 |      |
| FORMADORAS                                                                                                                                                                                                                                              |                           |      |

### AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA/2011

Caros professores e professoras,

Estamos chegando ao final de uma jornada de trabalho e para nós formadoras é de suma importância a opinião de vocês para que busquemos melhorar a nossa prática a cada dia, visto que, esse é o nosso fazer nos espaços em que atuamos.

Agradecemos antecipadamente a disponibilidade de cada um de vocês em atender o nosso pedido.

1. Em relação ao Projovem Urbano:

a) Que impactos o mesmo tem provocado na vida dos jovens aos quais atende?

---



---



---



---



---



---



---

b) Qual a maior dificuldade encontrada na sua prática pedagógica?

---



---



---



---



---

- c) Os subsídios oferecidos foram suficientes e adequados ao desenvolvimento do seu trabalho?

---

---

---

---

2. Em relação a formação continuada:

- a) Como você avalia as temáticas selecionadas para a formação?

---

---

---

---

---

---

- b) As formadoras ao longo dos encontros foram capazes de conduzir os estudos de forma a auxiliar a sua prática em sala de aula?

---

---

---

---

---

- c) Quais foram as suas maiores dificuldades em relação ao desenvolvimento da sua prática pedagógica?

---

---

---

---